



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A reforma agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000

Sérgio Elísio Araújo Alves Peixoto

Salvador

2017

SÉRGIO ELÍSIO ARAÚJO ALVES PEIXOTO

A reforma agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de “Doutor”.

Orientador: Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara

Salvador

2017

P379 Peixoto, Sérgio Elísio Araújo Alves,
A reforma agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000 / Sérgio Elísio
Araújo Alves Peixoto. - 2017.
272 f.: il.

Orientador: Profº Drº Antônio da Silva Câmara.
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Salvador, 2017.

1. Reforma agrária – Brasil - 1990 e 2000. 2. Classes sociais. 3. Movimentos
sociais. 4. Posse da terra - Brasil. I. Câmara, Antônio da Silva, II. Universidade
Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 333.3181

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (PPGCS)

SÉRGIO ELÍSIO ARAÚJO ALVES PEIXOTO

A reforma agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000

Data de defesa: 19 de junho de 2017

Banca examinadora:

Profº. Dr. Antônio da Silva Câmara – Universidade Federal da Bahia (**Orientador**)

Profº. Dr. Gilmário Moreira Brito – Universidade Estadual da Bahia

Profº. Dr. Francisco Emanuel Matos Brito – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

Profª. Dra. Lídia Maria Pires Soares Cardel – Universidade Federal da Bahia

Profº. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann – Universidade Federal da Bahia

Salvador

2017

Dedicatória

Aos meus pais Sérgio Alves Peixoto e Rachel Barreto de Araújo Peixoto, que sempre me mostraram a importância do conhecimento e do trabalho.

A Sônia, companheira de todas as horas, pelo apoio e estímulo constante.

Aos meus filhos Marcos e Liana.

À memória do Professor João Saturnino da Silva, mestre, amigo e Extensionista Rural comprometido com a realização da Reforma Agrária.

Agradecimentos

Agradeço ao colega e amigo Antônio da Silva Câmara, professor orientador, pela paciência e estímulo constante.

Agradeço aos colegas e amigos Gerson Oliveira e Oliveira, João Saturnino da Silva (In Memoriam), Solon Santana Fontes e Antônio da Silva Câmara, que se constituíram em meus principais interlocutores em minha vida acadêmica e profissional.

Agradeço a todos os integrantes do Núcleo de Estudos Rurais e Ambientais – NUCLEAR por todas as discussões e exercício do pensamento crítico.

Agradeço aos colegas e amigos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, pelo diálogo e esforços compartilhados para a melhoria das condições de vida dos camponeses e trabalhadores rurais.

“Glória a todas as lutas inglórias, que através da nossa história, não esquecemos jamais”.

O mestre-sala dos mares

João Bosco e Aldir Blanc

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada. ”

Karl Marx

O 18 Brumário de Luís Bonaparte

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é a realização de uma leitura das tentativas de execução de uma reforma agrária no Brasil, nas décadas de 1990 e 2000, marcadas, respectivamente, pela hostilidade e pela expectativa favorável à sua concretização. O problema central da pesquisa realizada refere-se à criação de obstáculos e bloqueios sistemáticos à realização da reforma, dentro e fora do Estado, pelos latifundiários e grandes empresários rurais, com a finalidade de impedir qualquer forma de se limitar o seu monopólio sobre a terra, bem como de se estabelecer o acesso democrático a ela. A principal hipótese que orientou sua elaboração centrou-se na indagação das razões que poderiam explicar a permanência de um desenvolvimento agrário pela via prussiana, justamente quando, na década de 2000, se apresentavam condições políticas mais favoráveis à implantação de uma reforma agrária no país. Discutiu-se as razões da reforma não ter sido promovida pelos governos do Partido dos Trabalhadores – PT, na década de 2000, desde que sempre a incluiu em seu projeto histórico de mudanças. Aventou-se que as lutas dos camponeses e trabalhadores rurais não tiveram, no período analisado, a força suficiente para pressionar pela execução da reforma. Historicamente, suas lutas foram contidas tanto por meio de manobras políticas protelatórias quanto pela repressão aos movimentos sindicais e sociais no campo, o que resultou no desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira pela via prussiana, efetivada por meio da modernização tecnológica das atividades produtivas, mantendo, senão agravando, os padrões de exploração existentes. O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa documental, referenciada pela consulta a trabalhos acadêmicos e documentos oficiais sobre os temas abordados. Do mesmo modo, recorreu-se a fontes jornalísticas impressas e a trabalhos disponíveis na internet. Procurou-se dotar de uma fundamentação empírica adequada os aspectos mais relevantes do objeto do presente estudo, quais sejam o da prática de bloqueios sistemáticos à realização da reforma agrária, sua substituição pela implementação de uma política de formação de assentamentos rurais e a renúncia à oportunidade histórica mais favorável à sua concretização.

Palavras-chave: Reforma agrária – Brasil - 1990 e 2000, Classes sociais, Movimentos sociais, Posse da terra - Brasil

ABSTRACT

The aim of this work is to make a lecture of attempts to implement an agrarian reform in Brazil in the 1990s and 2000, marked respectively by the hostility and the expectation of its implementation. The central problem of this research refers to the creation of obstacles and systematic blockades to the realization of the reform, inside and outside the State, by landowners and great rural entrepreneurs, in order to prevent any form of limiting their monopoly on land, as well as to establish democratic access to it. The main hypothesis that guided its elaboration was centered in the investigation of the reasons that could explain the permanence of an agrarian development by the prussian way, just when, in the decade of 2000, political conditions were presented more favorable to the implantation of an agrarian reform in the country. It was discussed the reasons for the reform not having been promoted by the governments of the Partido dos Trabalhadores - PT, in the decade of 2000, since it was always included in its historical project of changes. It was argued that the struggles of peasants and rural workers in the period under review did not have sufficient strength to press for the implementation of the reform. Historically, their struggles were restrained both by means of political stunts and by the repression of trade union and social movements in the countryside, which resulted in the development of capitalism in Brazilian agriculture by the Prussian way, effected through the technological modernization of productive activities, keeping, if not aggravating, existing patterns of exploitation. The study was developed through a documentary research, referenced by the consultation to academic papers and official documents on the topics addressed. Likewise, it was used journalistic sources and works available on the internet. It was sought to provide an adequate empirical basis for the most relevant aspects of the object of the present study, namely the practice of systematic blocking of land reform, its replacement by the implementation of a policy of formation of rural settlements and the renunciation of the historical opportunity more favorable to its implementation.

Keywords: Land reform - Brazil - 1990 and 2000, Social classes, Social movements, Land tenure - Brazil

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 – O campesinato na formação da sociedade capitalista moderna	21
1.1 O campesinato como categoria social	21
1.2 Desenvolvimento histórico do campesinato	39
1.3 Trajetórias políticas do campesinato para as sociedades modernas	48
1.3.1 A via capitalista e democrática	50
1.3.2 A via socialista	60
1.3.3 A via capitalista e reacionária	73
1.3.4 A singularidade do caso da Índia	82
1.3.5 Diferenças e aspectos comuns aos processos de transição do campesinato	85
Capítulo 2 – A formação do campesinato brasileiro	87
2.1 O conceito de campesinato e sua utilização na análise da realidade brasileira	87
2.2 Origem do campesinato brasileiro	95
2.3 Lutas pela posse da terra	106
Capítulo 3 – A reforma agrária como instrumento do desenvolvimento capitalista no campo	127
3.1 A modernização tecnológica da agricultura como instrumento de crescimento econômico	131
3.2 A reforma agrária como instrumento de luta	139
3.3 O Estatuto da Terra e a modernização agrária	149

3.4 Intervenção nas lutas sociais no campo	153
Capítulo 4 – Os impasses para a realização da reforma agrária: a década de 1990	179
4.1. Um balanço dos anos 1980	179
4.2. As possibilidades da reforma agrária nos anos 1990: o contexto político	185
4.3 Debates e propostas	192
4.4 O MST e o governo frente à reforma agrária	203
Capítulo 5 – A década de 2000: contenção dos movimentos sociais e a descaracterização da reforma agrária	216
5.1 Legado de FHC ou conquistas do MST?	216
5.2 O primeiro governo Lula: transição ou continuidade?	225
5.3 O segundo governo Lula: confirmação dos impasses e suas razões	233
5.4. Havia lugar para a reforma agrária nos governos Lula?	241
Conclusão	250
Referências Bibliográficas	266

Introdução

A partir da segunda metade do século XX, a reforma agrária se tornou uma das questões mais importantes na discussão sobre os rumos que a sociedade brasileira deveria tomar para que se concretizassem os projetos de desenvolvimento do país e, em consequência, as possibilidades de melhoria das condições de vida de sua população. Este debate mobilizava a atenção de representantes dos trabalhadores, políticos, governantes, acadêmicos e religiosos que se ocupavam da análise da realidade social e produtiva das áreas rurais, marcadas por elevados níveis de pobreza e de desigualdade social da maioria da população do campo. No centro dessa discussão, encontrava-se, justamente, a alta concentração da propriedade fundiária e a grande dificuldade de acesso à terra por parte dos camponeses e trabalhadores rurais.

Em que pese as lutas históricas empreendidas por camponeses e trabalhadores pela posse e uso da terra, as oligarquias rurais construíram fortes bloqueios a qualquer mudança que viesse a eliminar o monopólio exercido sobre ela. Tais bloqueios, por sua vez, resultavam de acordos frequentes entre as classes e frações das classes dominantes, praticados em momentos de crise da história do país, justamente para conservar os mecanismos essenciais do sistema de poder existente, e com eles, a reprodução de seus privilégios e as bases de sua dominação. Assim, os processos de contestação das desigualdades existentes de iniciativa dos movimentos populares, partidos políticos e organizações de trabalhadores eram neutralizados, passando a ser controlados de acordo com os interesses dominantes. Sob a aparência de conduzir as mudanças, as combatiam e as descaracterizavam, adaptando-as às suas necessidades. Enfim, gerava-se uma aparência de mudar tudo para, na prática, não mudar nada, mantendo-se o sistema de dominação existente, e tudo aquilo que ele representava de atraso para o desenvolvimento do país.

No entanto, deve-se salientar que esta capacidade de alterar o rumo de mudanças que poderiam modificar significativamente a história do país não dependia, simplesmente, da capacidade de articulação e de negociação dos representantes políticos das oligarquias. Na verdade, estas práticas políticas decorriam da correlação de forças existente, do uso de diversas formas de violência pelos detentores do poder e da insuficiência dos recursos disponíveis pelos movimentos populares e de trabalhadores ao longo da história do país. O que, por sua vez, não desmerece as lutas travadas. Pelo contrário, revelam a tenacidade com que foram desenvolvidas, principalmente por conta das limitações dos meios de que dispunham para o alcance dos propósitos visados. As lutas pela reforma agrária inscreviam-se, portanto, em cenários políticos adversos, marcados pela obstinação das classes dominantes em preservar uma

estrutura agrária fortemente concentrada e, como tal, fonte permanente de tensões sociais e conflitos.

Nessas condições, os debates sobre a reforma agrária iriam se polarizar, alinhando, de um lado os grupos empenhados em sua defesa e concretização, e, de outro, aqueles engajados na tarefa de impedir a sua realização por todos os meios possíveis. De modo geral, os primeiros estavam convencidos da necessidade da reforma agrária para o desenvolvimento industrial e a ampliação do mercado interno. Do mesmo modo, os que se colocavam contra sua realização, argumentavam que tal política prescindia da prioridade que lhe era atribuída, desde que as próprias demandas do desenvolvimento do capitalismo, incluíam a necessidade de modernização tecnológica das atividades produtivas nas áreas rurais, o que dispensava a efetivação de investimentos públicos elevados para a criação de um setor reformado. No tocante à promoção da justiça social, o que para os primeiros representava uma política de fortalecimento do campesinato, para os outros deveria se constituir em um processo de criação de mecanismos jurídicos e assistenciais voltados para a melhoria das condições de vida do contingente de trabalhadores agrícolas assalariados, ampliado pela modernização tecnológica das atividades produtivas no campo.

Com efeito, travava-se uma disputa intensa em torno da concretização da reforma, vista tanto como decisiva quanto como apocalíptica para os rumos da sociedade brasileira. Em face de tal ênfase, a reforma agrária era colocada ora como um processo indispensável aos avanços econômicos e políticos do país, ora como uma ameaça à propriedade privada e à ordem social existente. Entendê-la como um instrumento de subversão da ordem, terminou se constituindo em um dos pretextos mais importantes para a deflagração do golpe militar de 1964.

Diante desse cenário, acreditávamos que a realização de um estudo sobre a reforma agrária contribuísse para a compreensão dos aspectos mais importantes dos bloqueios sistemáticos à sua realização, perpetuando um quadro histórico de pobreza e de atraso de grande parte da população rural, que também se estendia aos centros urbanos. Nesses termos, projetamos, inicialmente, elaborar um estudo sobre o hiato que se formava entre a reforma desejada e a reforma possível, desde que se abriu uma perspectiva de ampliação dessa política com o fim dos governos militares. Isto porque os obstáculos levantados contra a reforma eram de tal monta que parecia ser politicamente realista e conseqüente admitir esta redução, viabilizando algo distante do pretendido em vez de não alcançar nenhum resultado plausível. Parecia razoável, ainda, acreditar-se que uma vez deflagrado o processo reformista, mesmo

dentro das fortes limitações impostas pelo sistema de poder dominante, novas ações poderiam ampliá-lo.

No entanto, essas cogitações começaram a perder força a partir do momento em que notávamos que os resultados das ações de reforma agrária que conseguiam ultrapassar o quadro institucional de contenção existente, embora obtidos com muito empenho e sacrifício pelos grupos que as defendiam, eram limitados e insuficientes. Não caracterizavam nenhuma mudança significativa nos padrões de concentração da terra vigentes, nem contribuíam para a melhoria das condições de vida da população rural. Não configuravam uma reforma agrária propriamente dita.

Por outro lado, o desenvolvimento político do Brasil nas últimas décadas do século XX revelava a predominância de governos senão hostis à reforma agrária, desinteressados de sua realização. Cada um, a sua maneira, dispensava um tratamento específico a esta questão. Os governos militares reprimiram implacavelmente os partidos políticos e movimentos sociais que defendiam sua realização, circunscrevendo as intervenções governamentais às áreas marcadas por fortes tensões sociais. O governo de Sarney pressionado pelas intensas reivindicações presentes no período de transição dos governos militares para a Nova República, encenou um ritual oficialmente orientado para sua execução, enquanto a solapava e boicotava de diversas maneiras nos bastidores políticos, inviabilizando o seu desenvolvimento. Por sua vez, o governo de Collor a rechaçou de forma determinada, sem disfarces políticos. Contudo, é necessário salientar que, neste ínterim, as tensões políticas e os conflitos no campo se acumulavam. Observava-se a ampliação das ações dos sindicatos, dos movimentos sociais e de outras organizações que lutavam pela reforma. Isto obrigou o governo de Fernando Henrique Cardoso a reconhecê-la, mesmo contra sua vontade, o que o levava, ao mesmo tempo, a desenvolver estratégias voltadas para sua descaracterização. Desse modo, ainda que obrigado a promover ações de reforma agrária, os governos de FHC buscaram, dentro do possível, submetê-las à lógica do mercado.

A expectativa mais favorável de realização da reforma agrária ficava, portanto, para o governo do Partido dos Trabalhadores – PT. Isto porque desde suas origens o PT aliara-se à luta dos movimentos sociais e sindicais dos camponeses e assalariados agrícolas, apoiando suas reivindicações de redistribuição de terra e de melhoria das condições de trabalho. Assim, a expectativa existente era a de que o PT com base na expressiva vitória nas eleições presidenciais de 2002 não hesitasse em promover a reforma.

Isto, porém, não aconteceu. O PT optou por manter os fundamentos macroeconômicos das políticas neoliberais implantadas nos governos anteriores, subordinando as políticas específicas mais importantes a estes princípios. Conforme tal orientação, a execução de uma reforma agrária perdia consistência e deixava de ser prioritária, abrindo espaço para manobras políticas de caráter protelatório, que só eram evitadas diante das fortes pressões exercidas pelos movimentos sociais e sindicais de camponeses e trabalhadores rurais.

Com efeito, a combatividade desses movimentos, associada à esperança de que um governo respaldado por um partido historicamente comprometido com suas reivindicações promoveria as mudanças prometidas, manteve as pressões existentes, obrigando o governo de Lula a iniciar ações de reforma agrária. No entanto, a exemplo do que ocorreu nos governos de FHC, tais ações jamais se converteram em um programa de reforma agrária. Seus resultados tampouco contribuíram para a desconcentração da estrutura fundiária, bem como para a criação de um setor reformado da agricultura, devidamente articulado com outras atividades produtivas da economia brasileira.

Em face da observação desses desdobramentos do cenário político em fins do século XX e início do século XXI, consideramos que seria mais produtivo analisar os fatores que levaram ao recuo dos governos de Lula em relação à realização da reforma agrária, em vez de orientarmos nossas reflexões para a análise de uma reforma possível, a qual, de fato, nunca existiu. Em outras palavras, propomo-nos a investigar as razões pelas quais um governo que aparentemente reuniu as melhores condições de realizar uma reforma agrária no Brasil renunciou a este projeto, revertendo as expectativas historicamente construídas pelos movimentos sociais e sindicais. Em seu lugar, limitou-se a um conjunto de ações destinadas à formação de assentamentos, objetivando, em grande parte, a diminuição das tensões e conflitos sociais no campo.

A partir dessas considerações, percebemos que se tratava muito mais de analisar por que a reforma agrária, enquanto um processo redistributivo e massivo, não foi concretizada no Brasil, do que avaliar as possibilidades de sua realização, em face das políticas recentes, promovidas no período dos governos de FHC e de Lula, de formação de assentamentos. Neste sentido, tornava-se pertinente considerar os obstáculos e bloqueios sistemáticos a que as tentativas de reforma agrária foram submetidas, em vez de aferir-se as possibilidades futuras de sua efetivação, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira terminou se concretizando pela via prussiana. A análise das condições que explicam o predomínio dessa via, enquanto modalidade de encaminhamento da questão agrária no Brasil,

requeria, portanto, o conhecimento das condições que favoreceram ou dificultaram a realização do desenvolvimento agrário no país, principalmente nas duas últimas décadas. Esta delimitação se devia, ainda, ao fato de que tais condições foram reconfiguradas, nesse período, em face de mudanças políticas internas, bem como de transformações no sistema capitalista internacional, constituindo-se em um importante aspecto para a compreensão das possibilidades e limites do desenvolvimento agrário do país.

Com efeito, a aceleração de mudanças econômicas e sociais no âmbito das sociedades capitalistas avançadas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970, determinada, dentre outros fatores, pelo amplo desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, conduziu à expansão das atividades comerciais e do capital financeiro, atingindo, praticamente, a maior parte do mundo. A mundialização do capital, sob a égide do capital financeiro e das empresas transnacionais, impôs a reestruturação das atividades produtivas, respaldada por um intenso processo de geração e utilização de novos conhecimentos e tecnologias, o que resultou em uma progressiva mudança das condições de vida nessas sociedades. Tais mudanças, no entanto, também se transmitiram às sociedades historicamente subordinadas aos países capitalistas avançados e às corporações transnacionais, intensificando as desigualdades e as contradições sociais preexistentes nessas sociedades.

Mais do que isso, a partir da década de 1980, as mudanças em curso dotavam o capital financeiro globalizado de maior força política, aumentando sua capacidade de redefinir e a redirecionar as políticas públicas desenvolvidas nos países localizados na periferia e semiperiferia do capitalismo internacional, na medida em que os Estados localizados nessas regiões ficavam debilitados tanto pela crise de liquidez externa, quanto pela crescente perda de autonomia para a formulação de suas políticas e dos instrumentos de sua execução. Tal prerrogativa viria, em grande parte, a ser exercida por organismos multilaterais gestores dos interesses do capitalismo avançado, a exemplo do Banco Mundial - BM, do Fundo Monetário Internacional – FMI e da Organização Mundial do Comércio - OMC, que passariam a deliberar os principais conteúdos e a extensão das políticas públicas.

Por outro lado, na década de 1990, a desregulamentação dos mercados financeiros seguida da livre movimentação de grandes fluxos de capital em todo o mundo, tornavam esses países extremamente vulneráveis às instabilidades das finanças internacionais, vez que dependiam desses recursos para o financiamento de suas atividades e para o pagamento de suas dívidas externas. Isto, por sua vez, tornava-os cada vez mais reféns do grande capital financeiro e da ação dos organismos multilaterais que o representava, reduzindo sensivelmente as margens

de manobra interna para a formulação e execução de políticas voltadas para o atendimento das demandas dos setores mais pobres de suas populações. O atendimento dessas demandas passou a depender muito mais das iniciativas de pressão e da capacidade de organização política desses setores do que dos projetos e intenções dos grupos políticos que disputavam o controle do Estado e o exercício das funções governamentais nesses países.

Assim, na década em que se iniciava o presente século as condições que em se situavam as possibilidades de mudanças mais profundas em países como o Brasil, localizado na semiperiferia do capitalismo avançado, dependiam tanto de uma correlação de forças internas quanto dos interesses do capital financeiro mundializado representados em suas economias. Isto se refletia na dinâmica da luta de classes nesses países, opondo, de um lado os grupos sociais comprometidos, de modo geral, com um projeto de desenvolvimento capitalista que incorporava, dentro de determinados limites, processos de redistribuição da renda, da terra e de democratização do poder e, de outro, aqueles empenhados em promover mudanças que favorecessem a preservação de suas posições e privilégios, devidamente compatibilizadas com os interesses do capital financeiro mundializado, a quem se encontravam associados. Neste caso, suas proposições mais destacadas eram a abertura da economia para o exterior, a desregulamentação dos mercados financeiros e de trabalho e um amplo programa de privatizações, que possibilitasse a transferência de uma grande parte do patrimônio público para grupos privados nacionais e externos. A promoção de uma reforma agrária que atendesse aos anseios de justiça social e da constituição de um novo setor produtivo no campo passava, portanto, por uma complexa teia de articulações e contradições que envolviam diferentes interesses, desde o nível local até o mundializado.

Desse modo, entendíamos que a elaboração do presente trabalho, na medida em que pretendia analisar as razões da não realização da reforma agrária no momento histórico em que tal pretensão parecia contar com as condições mais favoráveis até então observadas, carecia necessariamente de uma discussão mais profunda das mudanças ocorridas nas décadas de 1990 e de 2000 na sociedade brasileira. A primeira caracterizada pela implantação das políticas neoliberais no país, enquanto a segunda pela ascensão de um governo liderado por um partido político representativo dos interesses dos trabalhadores, fortemente articulado com os seus movimentos sociais e sindicais. Tratava-se, pois, de reconstruir as principais determinações sociais que caracterizavam o conflito de classes e condicionavam os avanços e recuos nas lutas pela reforma agrária nesse período.

Apesar da abundância de terras agricultáveis no território brasileiro, as formas de ocupação do espaço agrário, desde o período colonial, condicionaram a formação de uma estrutura de poder oligárquica, politicamente articulada com os grupos urbanos dominantes e capaz de desenvolver obstruções contínuas à realização de uma reforma agrária. Isto constituiu a base de uma estrutura social em que a terra, a renda e o poder encontravam-se fortemente concentrados, excluindo a maioria de sua população da participação na riqueza socialmente gerada. Por outro lado, se apresentava, ainda, como fonte de fortes tensões sociais que, ao longo da história do país, se traduziram em lutas políticas e movimentos de resistência de camponeses e trabalhadores rurais sem-terra, cujo eixo mais importante tem sido o conflito pela posse e o uso da terra.

Nas duas últimas décadas os avanços na mobilização política em torno da reforma agrária geraram uma acirrada resistência dos grupos sociais dominantes, detentores da maior parte dos recursos fundiários existentes, que recorreram a todos os meios ao seu alcance, dentro ou fora do Estado, para sustar ou mesmo descaracterizar este processo. Isto incluiu pressões parlamentares, o uso de recursos jurídicos, da mídia e, frequentemente, da violência. A composição social desses grupos, por sua vez, implica, atualmente, em um complexo sistema de alianças políticas entre classes e frações de classe, representadas pelos grandes proprietários de terra, empresários industriais, o setor financeiro e empresas multinacionais.

No presente trabalho pretendeu-se, portanto, discutir os impasses que envolveram a realização da reforma agrária no Brasil, sobretudo nas duas últimas décadas. A principal hipótese que orientou sua elaboração centrou-se na indagação das razões que poderiam explicar a permanência de um desenvolvimento agrário pela via prussiana, justamente quando, na década de 2000, se apresentavam condições políticas aparentemente favoráveis à sua implantação. Indagava-se, portanto, por que a opção de dar continuidade às políticas neoliberais no Brasil impediu que o PT deflagrasse um processo de reforma agrária no país?

Para tanto, procedeu-se, inicialmente, a uma discussão sobre o campesinato, enquanto o grupo social diretamente vinculado às questões que historicamente envolviam a posse e o uso da terra. Em seguida, procurou-se analisar os principais aspectos do encaminhamento da reforma agrária na sociedade brasileira, tanto no que se refere às concepções e práticas dos grupos dominantes, quanto da maneira como a reforma era compreendida do ponto de vista dos grupos sociais envolvidos nas lutas por sua realização. Com isto, buscava-se mostrar como se realizaram as lutas políticas que resultaram na prevalência da via prussiana no desenvolvimento da agricultura brasileira. Segue-se, com este objetivo, uma análise das décadas de 1990 e 2000,

marcadas, respectivamente, pela implantação das políticas neoliberais no país e pela ascensão do PT ao governo federal, com o propósito de evidenciar aquilo que elas tiveram em comum e aquilo em que se diferenciaram em relação à reforma agrária.

Estas análises e discussões sobre os principais aspectos que constituíam o objeto da pesquisa – os obstáculos e bloqueios à realização da reforma agrária no Brasil nessas duas décadas – foram referenciadas pela consulta a fontes de caráter documental, constituídas por trabalhos acadêmicos e documentos oficiais sobre os temas abordados. Do mesmo modo, recorreu-se a fontes jornalísticas impressas e a trabalhos disponíveis na internet. Dessa forma, procurou-se dotar de uma fundamentação empírica adequada os aspectos mais relevantes do objeto do presente estudo, qual seja o da prática de bloqueios sistemáticos à realização da reforma agrária, compensada pela implementação de uma política de formação de assentamentos rurais, e a renúncia à oportunidade histórica mais favorável à sua concretização, quando o PT assumiu a gestão do Estado, na primeira década do século XXI.

O trabalho se encontra organizado em cinco capítulos. O primeiro trata do campesinato na formação da sociedade capitalista. Efetuou-se uma revisão do conceito de camponês a partir de autores marxistas e que dialogam com o marxismo, buscando-se mostrar a diversidade de formulações teóricas sobre este grupo social. Por outro lado, analisou-se as diferentes trajetórias políticas percorridas pelo campesinato para sua integração nas sociedades capitalistas, abordando-se os aspectos comuns e diferenciados dessa transição. A discussão sobre o campesinato enquanto uma categoria social e histórica visou sua caracterização como um grupo social diretamente interessado e participante dos processos de mudança na estrutura fundiária e como o protagonista mais importante dos processos de reforma agrária.

O segundo capítulo está orientado para uma análise sobre a formação do campesinato na sociedade brasileira. Inicialmente, retorna-se à discussão sobre o conceito de camponês na literatura sociológica no Brasil, tendo em vista as peculiaridades que envolvem as origens desse grupo social no país. Sob este aspecto, procurou-se confrontar, em linhas gerais, as principais concepções sobre a formação da sociedade brasileira, essenciais para a compreensão das estratégias políticas do papel do campesinato nas mudanças sociais no meio rural. Com um propósito semelhante abordou-se, ainda, a ocorrência das lutas camponesas a partir do século XX, quando emerge com maior intensidade a consciência da necessidade de luta pela posse e uso da terra no campo.

No terceiro capítulo aborda-se diretamente a questão da reforma agrária como instrumento do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira. Em primeiro lugar, procurou-se mostrar como se concretizou o processo de modernização tecnológica da agricultura como uma alternativa à realização de uma reforma agrária. Em seguida, buscou-se mostrar que as reivindicações por uma reforma agrária se basearam nas lutas realizadas pelos camponeses e trabalhadores rurais sem-terra no país, conduzidas por suas entidades representativas e apoiadas por outras organizações da sociedade civil.

No capítulo quatro procedeu-se à discussão dos impasses que caracterizaram a realização da reforma agrária na década de 1990, período em que foram oficialmente implantadas as políticas neoliberais no país. A ascensão dos movimentos de camponeses e trabalhadores sem-terra impôs ao governo de FHC a necessidade de realização de ações de reforma agrária, melhor caracterizadas como uma política de formação de assentamentos rurais. Apesar de avanços nessa direção, estes movimentos foram fortemente reprimidos e criminalizados, o que resultou na redução das ações de reforma agrária, que, mesmo de forma limitada, beneficiavam uma parte dos camponeses e trabalhadores sem-terra.

No capítulo cinco abordou-se a questão relativa a não-realização da reforma agrária no governo de Lula, eleito pelo PT, tradicional aliado dos movimentos sindicais e sociais no campo. Neste sentido, procurou-se investigar as razões que determinaram o abandono dessa proposta historicamente construída pelo PT, desde suas origens. Buscou-se demonstrar como o PT, ao manter os fundamentos macroeconômicos das políticas neoliberais implantadas nos governos anteriores, secundarizou e esvaziou o projeto da reforma agrária. Desse modo, reproduziu, ainda que de forma diferenciada, os mesmos encaminhamentos e práticas observados nos governos de FHC, frustrando enormemente as expectativas dos camponeses e trabalhadores sem-terra.

Na conclusão alinhou-se as principais questões analisadas e discutidas no trabalho, com as quais tentou-se demonstrar que o desenvolvimento agrário no Brasil se realizou pela via prussiana, sem uma reforma agrária que desconcentrasse a propriedade da terra e democratizasse o seu acesso a milhões de famílias de camponeses e trabalhadores rurais que nela vivem e trabalham.

Por fim, espera-se que o presente estudo possa contribuir para uma compreensão crítica da questão agrária na sociedade brasileira e contenha elementos importantes para a elaboração dos meios necessários à sua transformação.

Capítulo 1

O campesinato na formação da sociedade capitalista moderna

Uma discussão sobre o campesinato e suas reivindicações de reforma agrária na sociedade brasileira contemporânea carece, inicialmente, da necessidade de situar este grupo social como originário de sociedades pré-industriais que antecedem o modo de produção capitalista. Isto decerto contribuirá para compreender de modo mais preciso a diversidade conceitual que caracteriza os estudos sobre sua organização social, além da natureza de sua participação em movimentos que resultaram em expressivas transformações sociais e marcaram a formação das sociedades capitalistas modernas.

Neste sentido, pretende-se, inicialmente, discutir a complexidade do conceito de campesinato, diante da diversidade de formas que este grupo social assume em sua trajetória histórica, conforme as mudanças que ocorrem nas formações sociais capitalistas em que se encontra inserido. Para tanto, parte-se de uma apresentação e discussão do conceito, tomando-se por base algumas proposições de pensadores clássicos. Em seguida, analisa-se os principais aspectos que caracterizam o campesinato nas sociedades agrárias, bem como as transformações que afetam o seu modo de vida quando de sua transição para a sociedade capitalista, enfatizando-se sua incorporação às estruturas produtivas regidas por processos de acumulação de capital, a partir dos países onde a Revolução Industrial originou-se. Por fim, discute-se as principais trajetórias políticas do campesinato para a sociedade capitalista moderna, destacando-se o seu papel na formação dos sistemas políticos dessas sociedades.

1.1 O campesinato como uma categoria social

De modo geral, a inserção social do campesinato está associada às condições históricas que deram origem às sociedades em que se encontra presente, o que implica na constituição de formas diferenciadas de organização de suas atividades produtivas, nas suas práticas consuetudinárias, tradições culturais e dos meios através dos quais se estrutura sua participação política. Isto constitui uma fonte de diferenciação desses cenários históricos, além de se refletir na diversidade de práticas sociais, políticas e produtivas que lhes são atribuídas. Contudo, apesar desta diversidade, também se observa a persistência de alguns elementos no seu modo

de vida, a exemplo das modalidades de posse e de uso da terra, da utilização da força de trabalho familiar nas atividades produtivas, dos laços de dependência com outros grupos sociais e da atribuição de atitudes conservadoras em relação à mudança. Tais fatores possibilitam que se perceba uma unidade na construção de uma concepção do campesinato enquanto um objeto de estudo, capaz de ser objetivamente investigado em relação a uma realidade histórica determinada.

Estas considerações, por sua vez, projetam outras questões, também complexas de um ponto de vista teórico, tais como a qualificação do campesinato como uma classe social ou como um modo de produção subsidiário, como um grupo social homogêneo ou internamente estratificado, ou ainda, como um grupo social caracterizado pela persistente reprodução social em diferentes realidades históricas ou destinado à extinção.

Nota-se, portanto, que um estudo sobre o campesinato qualquer que seja a dimensão que se pretenda analisar em profundidade, não pode prescindir de uma visão articulada dos principais aspectos que configuram sua constituição como um grupo social distinto, em seu desenvolvimento histórico. Daí a necessidade do delineamento dos elementos estruturais de sua formação para a apreensão da complexidade de que se reveste para a elaboração de uma abordagem sociológica.

Assim, as circunstâncias que envolveram a presença dos camponeses tanto nas sociedades pré-industriais quanto nas sociedades industriais foram cruciais para a determinação de sua condição histórica atual. Conforme Shanin (1996) os camponeses compõem um grupo social que sempre se encontra presente em uma sociedade maior. Por conseguinte, não existe uma sociedade camponesa propriamente dita. Porém, isto não os caracteriza apenas como um grupo envolvido com outros grupos ou formas de organização social, mas, também, como reagem a elas. O aprofundamento mais rápido desses laços nas sociedades contemporâneas converteu-se em uma questão central para sua compreensão.

Atualmente, os camponeses continuam a participar de movimentos sociais e políticos, o que leva a crer que continuarão a desempenhar um papel importante nas mudanças sociais na contemporaneidade. Contudo, a importância do espaço que ocupam nas sociedades atuais depende, evidentemente, do nível de desenvolvimento das forças produtivas nelas alcançados, bem como da complexidade crescente das relações sociais e políticas existentes.

Com efeito, o campesinato é definido de forma variada, o que reflete as realidades sociais e culturais em que se encontra inserido. Dentre os critérios comumente encontrados nessas

definições sobressaem os de sua cultura e modos de vida; de sua ocupação econômica, geralmente ligada à exploração da terra; os de suas relações com outros grupos sociais; o de sua diferenciação em subgrupos, evidenciando formas internas de desigualdade; da posse e uso da terra; e da utilização de técnicas de produção. As definições assim elaboradas ora combinam estes critérios, ora enfatizam um deles, geralmente buscando dar conta de realidades sociais diversas e complexas em que o campesinato se faz presente.

Wolf (1970) assinala, inicialmente, que o mundo camponês é dotado de uma organização social variável, em conformidade com os países em que as populações camponesas encontram-se localizadas. Dentre as suas principais características estão a sua constante reprodução social, em que pese as reiteradas previsões de sua extinção, sua situação de dependência dos grupos detentores do poder, e a orientação de suas atividades econômicas para o sustento da família. Segundo Wolf (1970), eles produzem visando assegurar um número mínimo de bens necessários à sua subsistência. Contudo, seu envolvimento com grupos externos obriga-os a produzir excedentes acima do mínimo necessário ao consumo e à renovação dos equipamentos utilizados no processo produtivo, de modo a responder a uma série de compromettimentos gerados pelas relações de poder assimétricas mantidas com esses grupos.

Wolf (1970) ressalta que, além de produzirem os “mínimos calóricos” necessários à sua subsistência, os camponeses constituem “fundos de manutenção”, definidos como gastos necessários à renovação dos equipamentos utilizados tanto para a produção quanto para o consumo. Porém, a formação dos fundos de manutenção não requer, propriamente, a produção de excedentes. Estes são necessários em função de outros objetivos, como os de estabelecimento de relações sociais e da observância de normas e valores que regulamentam sua vigência. Tais relações, no entanto, não são apenas instrumentais. Implicam em um conjunto de construções simbólicas, que as produzem e justificam, e assumem um aspecto cerimonial traduzido na realização de festas, casamentos, etc., que requerem despesas para sua realização. Tais despesas são providas por uma parte dos excedentes produzidos, constituindo-se no “fundo cerimonial”.

Quando se encontram inseridos em sociedades mais complexas, os camponeses desenvolvem “(...) níveis assimétricos de troca, determinados por condições externas” (WOLF, 1970, p.23), o que conduz à apropriação dos excedentes por outros agentes econômicos, através de redes de troca. Se estas redes forem limitadas às condições locais, as trocas podem ser referidas à capacidade aquisitiva dos agentes nelas envolvidos. Se são mais abrangentes, podem desenvolver-se de forma desfavorável aos camponeses, dado o caráter assimétrico de suas

relações com os grupos externos. Desse modo, para atender a essas e a outras exigências de fora, como os pagamentos pelo uso da terra ou de instrumentos necessários ao seu cultivo, resultante de um “domínio” sobre ela, os camponeses constituem um fundo de aluguel:

Essa produção de um fundo de aluguel é o que distingue, criticamente, o camponês do cultivador primitivo. Essa produção, por outro lado é impulsionada pela existência de uma ordem social que possibilita a formação de um grupo de homens que, através do poder, exigem pagamentos de outros, resultando na transferência da riqueza de uma parcela da população para outra. O que é perda para o camponês é ganho para os detentores do poder, pois o fundo de aluguel levantado pelo camponês é parte do “fundo de poder” através do qual os dominadores se alimentam (WOLF, 1970, p.24).

Wolf (1970) assinala, ainda, que o surgimento do campesinato e das relações de poder que mantém com outros grupos tem como marco decisivo o aparecimento do Estado. A existência das cidades tem um papel importante na medida em que o poder dos governantes localize-se nelas, o que nem sempre acontecia anteriormente. Daí a relevância de sua existência ter sido um fator relativo, até que os núcleos do poder fossem definitivamente transferidos para os centros urbanos, o que reflete um nível de desenvolvimento mais elevado das forças produtivas.

Não é a cidade, mas o Estado que constitui o critério decisivo para o reconhecimento da civilização, sendo o aparecimento do Estado o limiar da transição entre cultivadores de alimentos em geral e camponeses. Portanto, é somente quando um cultivador está integrado em uma sociedade com um Estado – isto é, somente quando o cultivador passa a estar sujeito a exigências e sanções de detentores do poder, exteriores a seu estrato social – que podemos falar apropriadamente de um campesinato (WOLF, 1970, p.26).

Contudo, mesmo nesses contextos, os camponeses deparam-se com a necessidade de compatibilizar a satisfação das necessidades de suas famílias com as exigências impostas pelos grupos dominantes dessas sociedades. Isto lhes impõe uma busca constante de um equilíbrio entre essas situações conflitantes. Para o alcance desse equilíbrio os camponeses recorrem a duas estratégias, quais sejam a do incremento da produção e a da redução do consumo. Ambas convergem para a finalidade de preservação de sua autonomia, o que decorre, em grande parte, de sua capacidade de controle e cultivo da terra. Estas estratégias não se excluem. Os camponeses podem utilizá-las em períodos diferentes, conforme as determinações do contexto em que se localizam. Para manter o equilíbrio indispensável à sua sobrevivência vêm-se obrigados a procurar uma adaptação constante às mudanças nas relações sociais que configuram as sociedades em que vivem.

Por sua vez, Shanin (1996) propõe que uma definição mais abrangente do campesinato deveria conter quatro dimensões bem articuladas entre si. Neste caso, em primeiro lugar aparece “a roça da família camponesa como a unidade multidimensional básica da organização social”, que constitui o meio através do qual o camponês e sua família obtêm os recursos mais importantes para a subsistência, bem como de sociabilidade e identidade. Em segundo, está “o trato da terra como principal meio de vida”, o que significa que via de regra o camponês apresenta um baixo nível de especialização em suas tarefas, mas combina atividades diferentes, cujos resultados são importantes para a definição de sua posição social. Seguem-se os “os padrões culturais específicos ligados ao modo de vida de uma pequena comunidade/vizinhança rural”, que indica que a cultura camponesa é formada no âmbito da comunidade ou da aldeia, de forma interativa direta, influenciando suas relações com os “de fora”. Por fim, assinala “a posição de “subalterno” – o domínio do campesinato por elementos de fora”. Ou seja, a contínua subjugação dos camponeses os fazem reagir mediante o uso das “armas dos fracos” (sabotagem econômica, absenteísmo, boicote) ou através de revoltas, que os fizeram uma das forças revolucionárias mais importantes do século XX. Shanin ainda ressalta que o campesinato a exemplo de toda entidade social, deve ser compreendido de forma processual, atentando-se para os aspectos históricos e ecológicos que geram sua diversidade, evitando-se, dessa maneira, analisar seu desenvolvimento por uma via única.

Chayanov (1981) parte da ideia de que a teoria econômica sobre o capitalismo se baseia em conceitos como os de preço, capital, salário, juro e renda, inadequados à explicação da realidade produtiva do campesinato. Assim, tal teoria não é capaz de compreender a existência e o funcionamento de unidades produtivas que se baseiam na utilização da mão de obra familiar e têm como principal objetivo satisfazer as suas necessidades de consumo. Segundo Chayanov (1981, p. 137):

Aqui só se pode calcular (medir) a quantidade considerando-se a extensão de cada necessidade única: é suficiente, é insuficiente, falta tal ou qual quantidade; é este o cálculo que se faz aqui. Devido à flexibilidade das próprias necessidades, este cálculo não necessita ser muito exato. Portanto não se coloca a questão da lucratividade comparada dos diversos dispêndios: por exemplo, se será mais lucrativo ou vantajoso cultivar cânhamo ou pastagem. Pois estes produtos vegetais não são permutáveis e não podem substituir um ao outro; não se pode aplicar uma norma comum a eles.

Chayanov (**apud** WOLF, 1970) ressalta que o campesinato desenvolve suas atividades sociais e produtivas de um modo inteiramente distinto daquele existente na produção capitalista, orientando-se por uma lógica estritamente vinculada às suas condições de existência. Assim, a exploração da terra onde trabalha não se encontra sujeita a um cálculo da lucratividade, mas

sim à de uma estratégia que assegure a reprodução social do grupo familiar. É isto que faz com que o esforço dispendido em suas atividades não seja medido pelo valor individual da jornada de trabalho, mas pelo retorno que possa proporcionar ao grupo familiar, durante o ano, em termos de sua subsistência.

Após fornecer as primeiras evidências que demonstram as diferenças de uma economia camponesa de uma economia capitalista, Chayanov (1981) salienta que o desempenho das unidades econômicas familiares varia conforme os recursos disponíveis para a organização de suas atividades, a saber a quantidade de terra, sua qualidade, a distância dos mercados e o tamanho do grupo familiar. Em seguida, introduz o conceito de auto exploração, relativo ao uso da força de trabalho familiar na unidade produtiva, considerando que, apesar de penosas, as atividades produtivas não são remuneradas. Neste sentido, o que regula efetivamente o dispêndio do trabalho é a satisfação das necessidades de consumo do grupo familiar.

Assim, a lógica da organização camponesa reside na tentativa de obter o equilíbrio entre os esforços para produzir e as necessidades de reprodução do grupo familiar. Uma vez obtida a quantidade dos bens necessários à subsistência do grupo, não mais existe a premência do uso do trabalho em condições muito desgastantes. Em uma situação em que se constate uma insuficiência de terra, mesmo tendo alcançado um nível elevado de rendimento por unidade de trabalho, o camponês vê-se obrigado a intensificar a utilização deste recurso, por mais penosas que sejam as condições existentes, a fim de obter o necessário para sua subsistência. Porém, pode ocorrer, ainda, outra situação em que o número de membros da família aptos para as atividades agrícolas seja menor do que o necessário à exploração da terra disponível, o que obriga o camponês a agir de forma idêntica. Nota-se, portanto, que os elementos mais importantes para a exploração das unidades produtivas camponesas são os recursos naturais disponíveis, sua localização em relação aos mercados, o tamanho do grupo familiar e a capacidade de trabalho dos seus membros. Conforme Chayanov (1981, p. 141):

Uma análise mais profunda indica o seguinte: o produto do trabalho indivisível de uma família, e por conseguinte a prosperidade da economia familiar, não aumentam de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja com menor auto exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua exploração econômica.

De acordo com as condições existentes para o cultivo da terra, a realização de suas atividades pode implicar, portanto, na redução do consumo ou na intensificação do trabalho dos membros do grupo. Desse modo, quando a terra for abundante, os resultados dos esforços produtivos tenderão a ser satisfatórios. Contudo, quando sua disponibilidade for limitada, o trabalho será intensificado, de modo a permitir a utilização do excedente da força de trabalho. A terra alugada ou adquirida por preços acima do que seria considerado lucrativo em uma atividade típica de uma economia capitalista, segue igualmente a mesma lógica, qual seja a de evitar a impossibilidade do uso do excedente de trabalho.

Observa-se, pois, que além de enfatizar os aspectos internos da estrutura de produção das unidades familiares camponesas, Chayanov chamou atenção para o modo como elas se reproduziam socialmente, a partir de uma lógica diferente da economia capitalista. Diante das peculiaridades da economia familiar e de sua coexistência com outros sistemas, ele entendia ser muito difícil a elaboração de uma teoria econômica universal. Assim, propunha a construção de uma teoria econômica específica para cada tipo de organização produtiva existente.

Em face das diferentes realidades vivenciadas pelos camponeses ao longo da história, surgem, portanto, variadas maneiras de explicar sua constituição social e participação nos processos de mudança social. Tais concepções abrangem desde as conceituações pejorativas até aquelas que os consideram como um grupo social de grande importância para o desenvolvimento das formações sociais em que se encontram presentes. Shanin (1996) lembra que no mundo pré-industrial a atitude predominante em relação aos camponeses era a de hostilidade e silêncio. Em diversos idiomas europeus, a palavra camponês denotava significados depreciativos como os de rústico, ladrão, bandido e saqueador.

A participação de Marx na discussão sobre o campesinato está relacionada com o papel histórico que este grupo desempenha na transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista. Ao analisar as origens do desenvolvimento do capitalismo, Marx parte do pressuposto de que a formação da força de trabalho livre depende, dentre outros fatores, da separação dos trabalhadores dos meios de produção de que dispõem. De acordo com Marx (1975, p.132-133),

Como os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital. Tem de haver antes uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias. Vejamos, logo a seguir, a que se reduzem, em suma, essas circunstâncias. Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário do dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma dos valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e do outro, os trabalhadores livres,

vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles.

No entanto, isto não significa que na transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista a expropriação de parcelas do campesinato conduza necessariamente ao seu desaparecimento. Sua inserção na sociedade capitalista depende, portanto, das condições históricas presentes nas diversas formações econômicas pré-capitalistas que determinam as formas de participação dos camponeses nas estruturas produtivas regidas pelo capital (MARX, 1981). Referindo-se aos camponeses, Malagodi (2005, p. 109) afirma que

Se este tipo social sobreviveu os séculos, apesar das mazelas dos vários sistemas de exploração do trabalho humano, da escravidão, da servidão e do sistema salarial, é porque ele possui uma força própria e uma capacidade social, que outras formações, ou outras relações de trabalho não possuem.

Não obstante, Marx nunca analisa continuamente o papel do campesinato. Sua atenção está voltada para o estudo do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, neste contexto, para a formação do operariado como classe social. Este se constituía no ator privilegiado das mudanças históricas esperadas, na medida em que se constituía a classe social com maior visibilidade política sobre a necessidade de transformação da sociedade burguesa. Contudo, o campesinato jamais aparece ocasionalmente em suas análises, mas somente quando suas ações ou aquelas que lhes são dirigidas assumem uma importância decisiva para o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Assim, ao analisar o papel do campesinato, Marx está sempre lidando com realidades históricas específicas, a exemplo do que o faz no *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, quando analisa sua participação nas lutas políticas na França, ou no *O Capital*, quando se refere ao processo de expropriação de suas terras na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, e analisa as determinações da renda fundiária.

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, quando analisa a possibilidade da eclosão de movimentos revolucionários na Europa, Marx define as principais características do campesinato francês, destacando os seguintes aspectos:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma

aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia e algumas dezenas de aldeias um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homologas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm de ser representados. (MARX, 1968, p.132-133).

Neste caso, o campesinato francês aparece como um empecilho ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, um obstáculo ao progresso, um resquício do passado, uma classe tendente a desaparecer em razão do desenvolvimento do capitalismo. Torna-se bem evidente, ainda, que os camponeses não são capazes de realizar ações políticas que visem a promover transformações sociais, dependendo, portanto, de outros atores sociais que os representem.

Por outro lado, ao concentrar-se no estudo do desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra, como um meio de explicar as causas e condições de uma crise que possibilitasse a emergência de uma mudança revolucionária, Marx analisou o processo de expropriação do campesinato neste país, demonstrando como sua destruição foi também efetuada mediante sua conversão em força de trabalho assalariada nas grandes propriedades, ou mesmo de sua transformação em agricultores voltados para a produção mercantil, através do arrendamento de terras (MARX, 1975).

Outro aspecto da visão de Marx a respeito da participação do campesinato no desenvolvimento da sociedade capitalista refere-se à discussão sobre as comunidades rurais russas. Esta discussão se processava no âmbito de narodismo russo que, apesar de grande diversidade teórica interna, advogava a passagem direta das comunidades rurais russas para o socialismo, sem passar pelo desenvolvimento do capitalismo, evitando a desorganização do campesinato. Marx manifestou um claro interesse por este debate, focalizado no papel revolucionário do campesinato nessa transição, o que se evidenciou em sua correspondência com Vera Zasulich, na qual admite a possibilidade da Rússia saltar a fase do capitalismo em

direção ao socialismo mantendo a propriedade comum da terra, típica da organização das aldeias russas (MCLELLAN, 1988).

Kautsky (1972), baseado nas transformações em desenvolvimento na agricultura alemã no final do século XIX, prevê a extinção do campesinato, associando-a a sua incapacidade de concorrer com a grande propriedade. Assinala que os camponeses regulam sua própria reprodução biológica e social de acordo com as condições que afetam suas atividades produtivas. Quando dispõem de melhores condições para a exploração de suas terras, geram um maior número de filhos. Quando se encontram privados de tais condições, regulam sua procriação.

Contudo, se existe uma oferta de oportunidades de trabalho fora das unidades agrícolas, esta situação muda radicalmente. A população cresce rapidamente, pois, a oportunidade de trabalho aparece como uma possibilidade de independência para o camponês que, de modo idêntico ao de um trabalhador assalariado, emerge como o detentor de sua própria força de trabalho. Em consequência, o rápido crescimento da população irá, por sua vez, requerer um aumento do número das explorações. A fragmentação das propriedades assim resultante pode atingir as grandes explorações. De acordo com Kautsky (1972, p. 10, v.2):

O elevado preço do solo das pequenas propriedades é, naturalmente, um poderoso motivo de fragmentação das grandes, onde quer que a situação seja favorável ao crescimento da população e à exploração das pequenas indústrias acessórias para além da própria exploração da terra. A subdivisão das propriedades e a fragmentação das terras podem tomar então proporções consideráveis.

Para o camponês que faz uso da terra como um meio de sua reprodução social, o que mais interessa é se o preço obtido pela venda de seu produto paga o seu trabalho. Operando enquanto um produtor simples de mercadorias, ele "... pode renunciar ao lucro e à renda fundiária" (KAUTSKY, 1972, p. 8). No entanto, ao pagar um preço excessivo pela terra, seus encargos se elevam enormemente, o que significa a intensificação do processo de exploração ao qual está indiretamente submetido. A lógica que orienta este comportamento não é, portanto, a da ampliação dos recursos investidos, mas a de obtenção de sua reprodução social através do que é auferido com o trabalho despendido na unidade familiar. O custo da pretendida autonomia passa a ser muito alto. Assim, as consequências que acarretam para os camponeses contribuem para acelerar o seu processo de proletarização:

Quanto mais pequenas são as propriedades, maior é o desejo de um trabalho acessório; quanto mais este trabalho passa para um primeiro plano, mais as propriedades podem diminuir e menos são elas capazes de fazer face às necessidades da família. Tanto mais que, nessas propriedades minúsculas a exploração é cada vez menos racional. A

insuficiência de animais de tiro e de instrumentos não permite uma cultura racional, sobretudo uma lavra profunda. A escolha das plantas a cultivar é determinada pelas necessidades do lar e não pela preocupação de conservar a fertilidade do solo. A falta de gado e de dinheiro tem como consequência a falta de estrume e de adubo artificial. A tudo isto junta-se ainda a falta de braços; quanto mais o trabalho pago passa para primeiro plano e o trabalho doméstico se torna acessório, mais esse trabalho pago absorve o tempo da família e, por vezes, precisamente nos momentos em que seria necessário entregar-se inteiramente à exploração da propriedade (por exemplo, na altura da ceifa). Cada vez mais se deixa esta função para a mulher, para as crianças e, às vezes, mesmo para os avós inválidos. É preciso que o pai e os filhos já crescidos “ganhem”. A cultura dessas explorações minúsculas – que não são mais que acessórios da casa – assemelha-se ao lar do proletário, onde os resultados mais miseráveis são obtidos à custa do maior desperdício do trabalho e do mais completo esgotamento da mulher. (KAUTSKY, 1972, p. 10-11, v. 2)

Desse modo, os camponeses passam a depender de forma crescente dos rendimentos do trabalho acessório para o pagamento de impostos, o consumo de bens industrializados e até mesmo para a aquisição de produtos alimentares anteriormente obtidos em suas explorações. Em sua maioria, evidenciam que transitaram da condição de vendedores de alimentos para a de vendedores de força de trabalho e compradores dos alimentos de que necessitavam. Em outras palavras, as pequenas propriedades tornam-se fornecedoras de trabalho assalariado às grandes explorações, das quais começam também a comprar alimentos. Apesar da relação que mantêm com a propriedade, os pequenos camponeses encontram-se em condições semelhantes às dos operários industriais, constituindo-se alvo da exploração dos empresários capitalistas.

Lênin (1982), com base em observações relacionadas com as mudanças na sociedade russa a partir da segunda metade do século XIX, também postula a ideia de que o desenvolvimento do capitalismo no campo conduzirá ao desaparecimento do campesinato, mediante um processo de diferenciação social em seu interior, que resultará em sua proletarização.

Com efeito, uma análise sistemática da economia e da organização social do campesinato tornava-se de extrema importância para o pensamento marxista, no final do século XIX, em face das transformações provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa. No entanto, esta tarefa mostrava-se necessariamente diferenciada conforme a realidade de cada país. Na Alemanha, Kautsky (1972) procurava demonstrar que a expansão do capitalismo nas áreas rurais levaria ao fim do campesinato, devido à sua incapacidade de competir com as grandes explorações agrícolas. Na Rússia, contudo, o que Lênin (1982) colocava em questão era como a transformação do campesinato poderia acelerar ou retardar o próprio desenvolvimento do capitalismo. Enquanto na Alemanha as relações de produção capitalistas disseminavam-se no campo, na Rússia ainda persistiam as relações servis, abolidas oficialmente

em 1861 (LÊNIN, 1982, p. 123-127). Entretanto, em ambos os países se evidenciava uma questão em comum, qual seja a de como o conhecimento das condições sociais de existência dos camponeses poderia contribuir para promover alianças políticas consistentes entre este grupo e o proletariado urbano. É neste contexto que irão tomar corpo duas vertentes do pensamento social russo, tendo de um lado os populistas e do outro, os marxistas.

Os populistas¹ entendiam que sendo a Rússia um país predominantemente agrário, existia a possibilidade de sua transição para o socialismo sem passar necessariamente pelo capitalismo. Desde que a principal forma de organização social era a comunidade camponesa, tornava-se necessária sua emancipação das relações servis para que esta transição ocorresse. Para tanto, fazia-se necessário promover a conscientização dos camponeses e mobilizá-los para combater a autocracia e os latifundiários, cujas terras deveriam ser tomadas e redistribuídas. As instituições sociais baseadas na comunidade careciam de ser preservadas. O capitalismo é que deveria ser evitado. Os camponeses também eram considerados como um grupo social homogêneo e o principal sujeito do processo revolucionário.

De acordo com os populistas o desenvolvimento do capitalismo na Rússia seria extremamente difícil, em razão da falta de um mercado interno. O fato de o processo produtivo apoiar-se, em grande parte, em atividades agrícolas realizadas por camponeses e de estar voltadas praticamente para sua subsistência, limitaria intensamente a aquisição de produtos industrializados. Por outro lado, a alternativa de produzir e de exportar estes produtos também estaria comprometida em face do domínio dos mercados mais importantes por parte dos países mais industrializados. Desse modo, a implantação do capitalismo industrial na Rússia dependeria do deslocamento de uma grande quantidade de recursos gerados por uma economia de base agrícola, o que prejudicaria os camponeses, mesmo que sem nenhuma possibilidade de acesso aos mercados externos.

É em resposta a estas premissas do pensamento populista que Lênin irá elaborar a sua teoria sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e do envolvimento do campesinato neste processo. Lênin caracterizava o pensamento populista como uma construção teórica reacionária, na medida em que considerava o capitalismo na Rússia como uma regressão, capaz

¹ O populismo russo (narodismo) era uma corrente de pensamento que abrangia diversas referências teóricas e práticas, que compartilhavam a ideia da possibilidade de uma transição direta da comunidade rural russa para o socialismo, evitando, assim, a etapa do desenvolvimento capitalista neste país. Seus movimentos sociais mais expressivos foram o Ir ao Povo, que consistia na educação revolucionária das massas rurais; o Terra e Liberdade, mobilização dos camponeses contra o czarismo; e o Vontade do Povo, luta armada contra o czarismo, incluindo a prática de atos terroristas (ALAVI, 1988, p. 289-290).

de destruir os “pilares” da comunidade aldeã. Por outro lado, os populistas compreendiam estas comunidades como o aspecto mais importante da economia russa, ignorando o desenvolvimento da produção capitalista, das diferenças entre as classes e os conflitos inerentes a tal situação. Por fim, não se davam conta das determinações sociais que influenciavam seu próprio pensamento (LÊNIN, 1982, p. 115-161).

Assim, de acordo com a necessidade de compreender a formação do capitalismo na Rússia e, com base nessa compreensão, orientar a organização e as alianças dos camponeses com o proletariado, o que passava pela crítica do pensamento populista, Lênin elaborou um dos estudos mais importantes e controversos do marxismo, no qual trata da questão do campesinato. Neste trabalho, intitulado *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, a análise efetuada por Lênin sobre o campesinato está diretamente relacionada com o estudo da formação do capitalismo russo. Assim, procura dar conta das contradições que se estabelecem entre as necessidades de acumulação de capital na sociedade e a persistência das relações de produção servis na agricultura, bem como das consequências desse processo para a reordenação do sistema de classes. Lênin considera que a possível extinção do campesinato dependerá da necessidade do capital de transformá-lo em força de trabalho livre, indispensável à geração de mais-valia. Desse modo, a massa camponesa proletarizada, longe de constituir uma ameaça à formação de um mercado de consumo interno de bens industrializados, representaria uma das condições essenciais para sua realização. Observe-se, no entanto, que esta visão será modificada em 1917, quando Lênin compreende que a etapa burguesa da revolução já estava concluída, e, como tal, não via mais a necessidade dessa transformação, podendo o campesinato transitar diretamente para o socialismo. Ele preconiza a aceitação pelo proletariado de uma guerra revolucionária desde que, dentre outras condições, “se efetive a passagem do poder ao proletariado e aos setores mais pobres do campesinato a ele aliados”, considerando que a Rússia estava passando do primeiro estágio da revolução, que havia se caracterizado pela posse do poder pela burguesia. O próximo passo deveria ser a formação de uma república dos soviets de deputados operários, trabalhadores agrícolas e camponeses. O programa agrário deveria promover o confisco das terras dos latifúndios, bem como a nacionalização de todas as terras do país, que deveriam ficar sob o controle dos soviets de trabalhadores agrícolas e camponeses. Por fim, as grandes extensões de terra deveriam ser convertidas em fazendas modelo por eles administradas (LÊNIN, 1917).

Tomando por base as mudanças no campesinato russo no final do século XIX, Lênin entendia que ocorreria uma tendência a uma diferenciação interna em sua composição, que

resultaria na formação de uma classe minoritária detentora dos meios de produção, e de outra constituída por um grande número de produtores destituídos desses meios, cuja única opção seria a venda de sua força de trabalho para assegurar sua sobrevivência. Com base nessas observações Lênin delineou duas vias para o desenvolvimento do capitalismo a serem seguidas pelo campesinato: a prussiana e a democrática. Na via prussiana o processo de desenvolvimento seria conduzido pelos grandes proprietários, que transformariam suas explorações em empresas capitalistas, mantendo os meios de controle da força de trabalho preexistentes, o que implicaria em uma passagem mais lenta para o capitalismo. Por outro lado, a via democrática decorreria de um processo revolucionário liderado pelos camponeses, que destruiria as antigas relações de servidão, o que promoveria a aceleração do processo de diferenciação interna do campesinato, tendo em vista o rápido desenvolvimento das forças produtivas na direção do capitalismo.

A contribuição de Lênin é de grande importância, na medida em que assinala a relevância da luta de classes na transformação dos modos de produção pré-capitalistas. No entanto, não podemos generalizar suas conclusões, pois os casos da Inglaterra e da França são bem diferenciados do que foi previsto em sua concepção (DORE, 1988).

Por sua vez, a contribuição de Mao-Tse-tung para a discussão sobre o campesinato não pode ser dissociada da realidade chinesa na primeira metade do século XX. No início deste século, a China encontrava-se em um estado de desagregação política muito acentuado. Era governada por um Império em decadência e tinha partes do seu território ocupadas por vários países imperialistas, que extraíam recursos naturais valiosos e controlavam amplas parcelas do seu comércio com o exterior. A maioria de sua população estava localizada nas áreas rurais, vivendo em condições de pobreza extrema, fruto da exploração a que era submetida pelos proprietários de terra e por caudilhos militares.

As insatisfações decorrentes dessa situação resultaram na derrubada do Império e na instalação de um regime republicano, em 1912, empenhado na realização de uma revolução democrático-burguesa, tendo como principais objetivos a recuperação econômica do país, a expulsão dos países imperialistas e a formação de um sistema político democrático. O Partido Comunista Chinês - PCC participava da coalização de forças que apoiavam este regime, buscando ampliar os espaços políticos para a luta dos operários industriais, a quem se creditava o papel de liderança revolucionária na construção do socialismo. Desse modo integrava-se ao *Kuomintang*, partido de sustentação do novo regime, que reunia interesses bastante heterogêneos, o que dificultava uma aliança mais duradoura entre as forças políticas que o compunham.

Com efeito, as tensões que abrigavam tal projeto eram de tal monta que os comunistas após serem quase que totalmente massacrados pelas facções dominantes e reacionárias do *Kuomintang*, em 1927, o abandonaram e assumiram uma condução própria do processo de transformação revolucionária da China. Mao-Tse-tung tornou-se uma figura central nessas divergências, em virtude da concepção que tinha do campesinato e do seu potencial revolucionário. No entanto, isto somente se concretizou após um período de luta interna muito intensa dentro do PCC, tendo em vista a visão fortemente arraigada de suas principais lideranças políticas sobre o papel de vanguarda do proletariado na consecução do movimento revolucionário rumo ao socialismo.

Mao-Tse-tung defendia que os camponeses eram os principais aliados dos operários, e que as ações revolucionárias deveriam se concentrar nas áreas rurais. Esta posição, apesar de contrariar concepções clássicas do marxismo sobre o campesinato, com o tempo mostrou-se inteiramente correta, o que lhe acarretou prestígio e poder dentro do PCC, e, mais tarde, uma liderança quase que absoluta. De fato, tal posição era coerente com a realidade chinesa, na qual o operariado representava uma parcela bem diminuta da população de trabalhadores e se concentrava em poucas cidades. Segundo suas próprias palavras:

“O proletariado industrial moderno compreende aproximadamente dois milhões de pessoas. O atraso econômico da China explica a razão de essa cifra ser assim tão reduzida. Estes dois milhões de operários industriais estão empregados principalmente em cinco setores: estradas de ferro, minas, transporte marítimo, indústria têxtil e estaleiros. Grande parte deles acha-se sob o jugo do capital estrangeiro. Apesar de numericamente fraco, o proletariado representa as novas forças produtivas da China; é a classe mais progressista da China moderna e se converteu na força dirigente do movimento revolucionário” (MAO-TSE-TUNG, 1926, p. 131).

O campesinato, por sua vez representava a maioria da população chinesa e vivia sob um sistema de exploração e de opressão exercido pelos proprietários de terra e grupos militares. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 449):

O explosivo social que alimentou a revolução comunista foi a extraordinária pobreza e opressão do povo chinês, inicialmente das massas trabalhadoras nas grandes cidades costeiras do centro e do sul da China, que formavam enclaves sob controle imperialista estrangeiro e, às vezes, da própria indústria moderna - Xangai, Cantão e Hong Kong -, e, depois, do campesinato, que formava 90% da vasta população do país. Sua condição era muito pior até mesmo que a da população urbana chinesa, cujo consumo, per capita, era qualquer coisa tipo duas vezes maior. A simples pobreza da China já é difícil de imaginar para leitores ocidentais. Assim, na época da tomada comunista (dados de 1952), o chinês médio vivia essencialmente com meio quilo de arroz ou grãos por dia, e consumia pouco menos de 0,08 quilo de chá por ano. Adquiria um novo par de calçados a cada cinco anos, mais ou menos.

A transformação da sociedade chinesa, portanto, dificilmente se concretizaria diante desse perfil da distribuição espacial e de classes de sua população, bem como das condições

sociais a que a maioria era submetida, se o *lócus* da revolução não fosse transferido para as áreas rurais. Por outro lado, Mao-Tse-tung operou uma adaptação do marxismo às condições da realidade chinesa, atribuindo um papel central ao campesinato e, sobretudo, acreditando firmemente em seu potencial revolucionário. Neste sentido, conferia grande importância à sua organização e mobilização, bem como à sua educação política. O campesinato era visto como uma classe social que comportava uma variada estratificação interna, que expressava, de modo geral, o vínculo dos membros de cada estrato com os meios de produção e o seu nível de consciência política.

Desse modo, Mao-Tse-tung (1926) afirmava que as classes sociais existentes na sociedade chinesa eram a classe latifundiária e a burguesia compradora, a burguesia média, a pequena burguesia, o semiproletariado e o proletariado. Assinalava, ainda, a existência de um numeroso lumpemproletariado. De acordo com esta classificação, os camponeses proprietários ou camponeses médios estavam localizados na pequena burguesia ao lado dos artesãos proprietários de oficinas, camadas inferiores da intelectualidade e pequenos comerciantes. Juntamente com os artesãos proprietários dedicavam-se à produção em pequena escala. Por sua vez, os camponeses semiproprietários e os camponeses pobres estavam incluídos no semiproletariado, ao lado dos pequenos artesãos, empregados assalariados do comércio e os vendedores ambulantes. Por suas condições econômicas, os camponeses semiproprietários e os camponeses pobres eram, ainda, divididos em estratos superiores, médios e inferiores.

Essa tipologia elaborada por Mao, apesar de considerada simplista, afastava-se de um esquema bipolar das classes, prevalente no marxismo, refletindo a pluralidade de agrupamentos e de camadas sociais existentes na sociedade chinesa, permitindo considerar com maior flexibilidade política a composição das forças sociais revolucionárias e contrarrevolucionárias, contribuindo para a fundamentação das estratégias e táticas a serem utilizadas no processo de luta contra o feudalismo e o imperialismo (SADER, 1982). Embora postulando conceitos e elaborando análises que estavam distantes das formulações clássicas do marxismo, foi com base nestas construções teóricas que Mao-Tse-tung liderou uma das mais amplas transformações sociais do século XX.

Por fim, vale salientar que baseado nas determinações sociais decorrentes da estrutura de classes tal como ele as pensava, Mao elaborou uma classificação das formas de dominação social existentes e de suas implicações para o desenvolvimento da consciência revolucionária na China. Assim, afirmava que:

“Na China, os homens vivem, em geral, submetidos a três sistemas de autoridade: 1) o sistema estatal (a autoridade política), estruturado em órgãos de poder a nível nacional, provincial, distrital e de xiang [unidade administrativa básica, situada abaixo do distrito]; 2) o sistema de clã (a autoridade de clã), que compreende desde os templos ancestrais do clã e da linhagem até os chefes de família; 3) o sistema sobrenatural (a autoridade religiosa), constituída em seu conjunto pelas forças subterrâneas (o rei dos infernos, o deus protetor da cidade e as divindades locais) e pelas forças celestiais (deuses e divindades, desde o Imperador dos Céus até os mais diversos espíritos). As mulheres, além de estarem submetidas a estes três sistemas de autoridade, estão ainda dominadas pelos homens (a autoridade dos maridos). Estas quatro formas de autoridade – política, de clã, religiosa e marital – encarnam a ideologia e o sistema patriarcal-feudal e representam quatro fortes cordas que mantêm amarrado o povo chinês, especialmente o campesinato” (MAO-TSE-TUNG, 1927, p. 54).

Tais afirmações evidenciam que as principais formas de dominação social também refletiam a ampla diversidade de situações existentes na China pré-revolucionária, que determinavam as fortes contradições presentes nesta fase do seu desenvolvimento histórico. Dentre elas, destacavam-se as intervenções imperialistas, o controle institucional exercido pelos proprietários rurais e grupos armados remanescentes do Império, manifestado em todos os níveis da sociedade chinesa, além das estruturas de dominação tradicional existente ao nível dos clãs e da religião, que perpetuavam hábitos e atitudes de submissão milenares. Por outro lado, nota-se que a China passava por um processo de transição interno em que se entrecruzavam o declínio do modo de produção feudal e a ascensão do modo de produção capitalista, no qual se observava o surgimento de uma burguesia nacional que despontava como uma classe potencialmente habilitada para conduzir a liquidação das estruturas feudais e a formação de um Estado democrático. Por fim, pode-se assinalar, ainda a percepção de Mao-Tse-tung da dimensão de exploração e dominação de gênero, quando ressalta a necessidade das mulheres de lutar contra a forte tradição de dominação patriarcal na sociedade chinesa.

Como pode ser observado, as formulações de pensadores clássicos marxistas que analisaram a existência do campesinato estão associadas a processos de transformação sociais, como os que antecedem a constituição da sociedade capitalista, os que se desenvolvem a partir de sua consolidação e os que marcam sua transição para o socialismo. De acordo com Abramovay, (1992, p. 48-49):

Não só na obra teórica de Marx não é possível encontrar um conceito de camponês, como categoria social do capitalismo, mas também será vã - e provavelmente desembocará numa atitude pouco fértil para o conhecimento – a tentativa de buscar esse aparato conceitual na obra dos grandes clássicos marxistas que trataram do tema. Qualquer tentativa de absolutizar as formas como Lênin, Kautsky ou Engels trataram a questão camponesa, isto é, de imprimir a seus resultados o estatuto de categorias objetivas da realidade social, não leva em conta que, no marxismo, dada a função que a questão da produção familiar preenche nas lutas políticas de cada época, o camponês não pode ser senão uma categoria socialmente construída.

Essa observação não se aplica a todas as categorias do pensamento marxista: é legítima sob o ângulo da lógica d'O Capital, a atribuição à classe operária, à classe capitalista e à classe dos proprietários fundiários o estatuto de categorias objetivas da vida social. Neste sentido, é que não é possível encontrar um conceito de camponês no pensamento marxista, embora o campesinato esteja presente e seja permanentemente elaborado na prática política de partidos de orientação marxista. Isto significa que as indicações teóricas dos clássicos marxistas voltados à questão camponesa serão tanto mais bem entendidas quanto mais situadas nos contextos históricos e intelectuais dos quais derivam e que lhes dão significado.

De modo geral, observa-se que, embora as diferentes abordagens apresentadas salientem aspectos distintos de sua organização social, o campesinato constitui um grupo social localizado na base das sociedades das quais faz parte, exercendo funções essenciais para a reprodução social dessas sociedades, quais sejam as de produção de alimentos e as de pagamento em trabalho de obrigações que lhe são atribuídas, sendo fortemente explorado, de diversas maneiras, pelos grupos dominantes. Nos momentos em que a exploração a que são submetidos se acirram, os camponeses tornam-se protagonistas ou participantes de rebeliões e revoluções decisivas para a ocorrência de mudanças nas sociedades agrárias e em sua transição para as sociedades capitalistas, isoladamente ou em aliança com outros grupos.

Desse modo, as análises sobre o campesinato ressaltam, a partir de perspectivas acadêmicas e políticas distintas, aspectos básicos sobre sua organização social, tais como sua posição no processo produtivo, suas estratégias de reprodução social, o caráter de suas relações com outros grupos e os padrões socioculturais comunitários que definem um modo de vida diferente, baseado na tradição. Certamente, sua extensa trajetória ao longo de diferentes modos de produção e de formações sociais na história, associada à extrema diversidade que tal condição acarreta, impõe dificuldades para uma definição unitária do campesinato. Tal como analisado por Shanin (2005, p. 18):

(...) o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não- apenas-camponesa e/ou extra-historicidade. Essas ideias são como espantalhos, coisas que as crianças se encantam em derrubar. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses.

Com efeito, nota-se que no interior do pensamento marxista como fora dele os estudos sobre o campesinato estão relacionados ao papel potencialmente conservador ou revolucionário

que ele tem desempenhado, às condições em que se processa sua integração nas sociedades capitalistas e sua participação na construção do socialismo. Tais estudos também se situam em relação a um propósito de conhecimento da realidade agrária ou de intervenções nela realizadas com o objetivo de transformá-las. Neste caso, a preocupação prevalente é a de compreender de que maneira os camponeses permanecem na sociedade capitalista, como estruturam suas atividades produtivas de modo a atender as demandas que lhes são impostas, como funcionam aspectos de sua cultura, qual é a natureza política de suas reivindicações mais importantes, sua participação em movimentos sociais, etc. De modo geral, são estudos técnicos e de cunho acadêmico que ora apresentam uma perspectiva favorável aos interesses dos camponeses, ora defendem e definem meios de proporcionar o seu ajustamento aos interesses dominantes, sobretudo aqueles representados por intervenções realizadas pelo Estado. Do conjunto desses trabalhos é que emergem os estudos clássicos que dão suporte às reflexões atuais sobre o campesinato.

Por sua vez, uma visão contemporânea do campesinato exige, ainda, a requalificação dessas temáticas a partir das mudanças geradas pela mundialização do capital, podendo-se identificar situações que aceleram os processos de expropriação e violência que conduzam à sua extinção, ou que favoreçam sua reprodução social. Dois requisitos apresentam-se para a realização dessa tarefa: primeiro, o de abandonar-se o enquadramento dos principais aspectos da questão agrária somente a partir da análise da realidade nos limites do Estado Nacional, em face das determinações postas pela mundialização do capital; segundo, o de reconhecer-se a intensa interpenetração dos espaços rurais e urbanos como *locus* de sociabilidade, de realização do processo produtivo e das relações entre as classes sociais.

1.2 Desenvolvimento histórico do campesinato

Assim, para melhor compreender-se as atuais reivindicações de realização de mudanças nas estruturas de posse e uso da terra, torna-se necessário efetuar algumas considerações sobre a emergência de realidades históricas relacionadas com o campesinato enquanto um grupo social específico, localizado em um meio social distinto, no qual desenvolve suas atividades sociais e produtivas, no âmbito de sociedades que apresentam níveis de desenvolvimento histórico diferenciados. Isto contribuirá, ainda, para a compreensão de outros aspectos relevantes do seu modo de vida, bem como das condições sociais e políticas em que ocorre o seu desenvolvimento histórico.

Com efeito, quando se considera a forma como a agricultura se encontrava organizada no modo de produção feudal na Europa, observa-se que a terra era dividida em três folhas (faixas), visando a permitir uma exploração alternada e rotativa dos cultivos considerados necessários. Em cada uma dessas folhas, as famílias camponesas dispunham de uma quantidade igual de terra para o seu cultivo individual. Os camponeses plantavam as mesmas lavouras, em determinados períodos do ano. O calendário agrícola baseava-se nas possibilidades e limitações inerentes às estações do ano. Estas eram as terras compartilhadas. Fora delas existiam as que eram utilizadas em comum, que compreendiam as pastagens, as florestas e as terras em pousio, destinadas respectivamente à alimentação dos animais, à caça e extração de lenha e à recuperação dos solos. Deve-se mencionar, ainda, a existência de uma atividade manufatureira doméstica, através da qual os camponeses produziam as roupas, móveis e utensílios que necessitavam. Este sistema distinguia-se por sua autossuficiência, produzindo todos os bens necessários à organização social camponesa. Devido a sua própria estrutura, resultava em um arranjo do processo produtivo fortemente conservador, legitimado por uma divisão rígida das terras disponíveis para a agricultura, o que impossibilitava a realização de experimentações agrícolas e impedia a introdução de inovações tecnológicas. O desenvolvimento da indústria e do comércio promoveria, gradativamente, a sua destruição.

Adotando uma linha de argumentação semelhante, Bernstein (2011) assinala que as sociedades de subsistência são aquelas que se reproduzem mantendo um nível constante de consumo, o que não significa a existência de carências acentuadas. Eram formadas por grupos de caçadores e coletores ou por grupos que praticavam uma agricultura itinerante e um pastoreio nômade. As sociedades agrárias de classes surgem com a descoberta da agricultura sedentária e da domesticação dos animais, o que permite a produção de bens que excedem as necessidades dos grupos. A expansão das forças produtivas possibilita o aumento da população e de sua densidade, bem como do aparecimento das cidades e a constituição das primeiras formas de Estado. Baseando-se em Wolf (1970), Bernstein (2011) menciona que a reprodução dessas sociedades passa a depender, portanto, da preservação de uma parte do excedente gerado para a formação dos fundos de consumo, de substituição e cerimonial, necessários à constituição e renovação de suas atividades sociais e produtivas. A apropriação das terras, por sua vez, irá determinar o aparecimento de classes que passam a cobrar pelo seu uso através da cobrança de impostos, gêneros e trabalho gratuito, o que se transforma em um mecanismo de transferência do excedente gerado. Isto se dá sob a forma de um fundo de arrendamento, que obriga os camponeses a produzir um excedente superior àquele necessário aos fundos de consumo, de

substituição e cerimonial, sob pena de passar por privações juntamente com o seu grupo familiar. O esforço produtivo despendido pelos produtores diretos, quer sejam escravos, camponeses ou artesãos, convergem para a sustentação dos grupos dominantes, formados por nobres, religiosos e militares, que se convertem em um grupo de não produtores dentro da sociedade (BERNSTEIN, 2011, p. 26-27).

Por conseguinte, observa-se que as sociedades agrárias, quer estejam organizadas sob a forma de escravidão ou de estamentos, consolidam as bases de um processo social de exploração que irá desenvolver-se de forma mais completa e dinâmica na sociedade capitalista. Nas sociedades agrárias, a exploração do trabalho não se encontra vinculada a um processo de poupança de uma parte do excedente extraído dos produtores diretos, que, posteriormente, pudesse vir a ser reinvestido no processo produtivo. Pelo contrário, o excedente obtido, além da sustentação de um modo de vida faustoso dos grupos dominantes, era utilizado para a construção de grandes monumentos, de catedrais e para o financiamento de atividades artísticas que, dentre outras funções, constituíam representações ideológicas do seu poder político. A propriedade da terra e os mecanismos de extração dos excedentes nela produzidos mediante processos de controle do trabalho eram, portanto, os fundamentos mais importantes de sua dominação política (BERNSTEIN, 2011, p. 28).

Com efeito, a sociedade capitalista é a primeira em que a exploração do trabalho está relacionada com as necessidades de expansão da produção em grande escala com a finalidade de lucro. A forma clássica de apropriação do excedente de trabalho nas sociedades capitalistas é a da extração da mais-valia. Neste caso, a apropriação dos excedentes gerados nas atividades produtivas destina-se, originalmente, a um processo de poupança com o objetivo de reinvesti-los na produção. Esta utilização do excedente implica na necessidade da reprodução ampliada do capital no âmbito do processo produtivo. Por conseguinte, a sociedade capitalista extrapola o ciclo de produção, consumo e reprodução ao incluir a acumulação de capital como um dos aspectos mais importantes do seu desenvolvimento. Desse modo, a acumulação e a exploração do trabalho tornam-se os seus principais fundamentos. No que tange aos camponeses, de acordo com Bernstein (2011, p. 9):

Com o desenvolvimento do capitalismo, muda o caráter da agricultura em pequena escala. Primeiro os “camponeses” se tornam pequenos produtores de mercadorias que têm de gerar a subsistência com a integração às divisões sociais mais amplas do trabalho e do mercado. Essa “mercantilização da subsistência” é uma dinâmica central do desenvolvimento do capitalismo. (...) Em segundo lugar, os pequenos produtores de mercadorias estão sujeitos à diferenciação de classe. (...) Afirmando que, em consequência da formação de classes, não há uma “classe” de “camponeses” nem

“lavradores familiares”, mas sim classes diferenciadas de lavradores capitalistas em pequena escala, pequenos produtores com sucesso relativo e mão de obra assalariada.

Ao abordar a maneira como essas transformações marcaram a passagem das sociedades feudais europeias para o capitalismo e como elas afetaram o campesinato, Kautsky (1972) assinala que o crescimento das cidades e das indústrias nelas existentes gerou a necessidade de uma maior circulação de dinheiro, tanto para o consumo de bens industrializados, quanto para o atendimento das demandas por alimentos e matérias-primas. Por sua vez, a comercialização desses produtos passou a realizar-se no âmbito do mercado, sendo mediada pelo uso do dinheiro. Isto atingiu duplamente os camponeses. De um lado, aumentava a sua exploração pelos nobres que também precisavam de mais dinheiro para manter o seu modo de vida. De outro, eram obrigados ao pagamento de impostos ao Estado absolutista que começava a se fortalecer. Assim, a autossuficiência das aldeias foi afetada, pois a conversão dos produtos agrícolas em mercadorias que deveriam ser comercializadas no mercado criava a exigência de sua livre circulação, o que se chocava com as proibições de trocas fora dos limites da aldeia, estabelecidas pelo direito consuetudinário (KAUTSKY, 1972, p. 36, v.1). A crescente diversificação dos produtos demandados também ia de encontro ao sistema da cultura de três rotações, através do qual obrigava-se o cultivo dos mesmos produtos, na mesma época, além de impedir o uso de inovações que possivelmente contribuiriam para a elevação da produtividade. A lógica da produção camponesa, voltada para a autossuficiência, chocava-se com a lógica da reprodução do capital, evidenciada nos mecanismos de funcionamento do mercado que passavam a predominar.

Ao lado dessas transformações de ordem estrutural, os camponeses eram proibidos de caçar, extrair lenha, estabelecer roças nas florestas e até mesmo de matar os animais que destruíam suas plantações. Os campos que constituíam propriedade comum foram apropriados pelos nobres e as terras dos camponeses também se tornaram alvos de expropriação. O limite de expulsão dos camponeses nas grandes propriedades rurais inglesas que começavam a explorar suas atividades em bases comerciais foi estabelecido pela necessidade de manter a utilização do trabalho ainda regulado em bases feudais, sobretudo pela utilização da corveia. Tais limitações afetavam as condições de existência do campesinato bem antes do aumento de população, o que iria requerer o incremento da produção agrícola para o seu abastecimento (KAUTSKY, 1972, p. 41-42, v.1).

A sequência de mudanças decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista acarretava crescentes tensões entre os camponeses e os proprietários de terra que

modernizavam a exploração dos seus domínios. Cabe mencionar, como exemplo, os conflitos relativos às sobras de pastagens. Estas eram de grande importância para os camponeses para a obtenção de estrume. A divisão dos campos comuns limitava sua produção de estrume, pois os obrigavam a reduzir o número de animais que podiam possuir. Os camponeses que dispunham de melhores condições contestavam a disponibilidade das terras em comum para esta finalidade, arguindo a lucratividade do seu uso alternativo. Eles já haviam se separado das comunidades territoriais, adaptando o seu modo de produzir às necessidades do mercado. O que estava por trás desses conflitos era a superação do sistema da cultura de três rotações, em face dos avanços do modo de produção de mercadorias e da formação de uma agricultura moderna. Este processo tinha como requisito central a dissolução das formas de propriedade tradicionais e constituição da propriedade privada em sua plenitude (KAUTSKY, 1972, p. 49, v.1).

Assim é que, por um longo período da história da humanidade, a maior parte dos contingentes populacionais encontrava-se concentrada no campo, vivendo em condições precárias. Além dos fatores mencionados, a grande vulnerabilidade à fome, ocasionada por calamidades naturais, e a rápida expansão de doenças e pestes, devida à inexistência de condições adequadas de saneamento e de hábitos de higiene saudáveis, provocavam elevadas taxas de mortalidade que se mantinham próximas às de natalidade, gerando, dessa maneira, índices bastante reduzidos de crescimento populacional (SAWYER, 1980). Por outro lado, o desenvolvimento limitado dos meios de transportes também se constituía em um obstáculo de grande importância para o desenvolvimento das sociedades agrárias.

Vale salientar que no momento histórico em que os espaços sociais se diferenciam em urbano e rural, este é identificado como o ambiente da produção de bens diretamente extraídos da natureza, mediante a exploração da terra e da criação de animais, bem como da extração de recursos naturais, o que constitui a principal base material de sustentação dos grupos sociais existentes. É nas sociedades agrárias e nos espaços rurais que os camponeses aparecem enquanto grupos sociais diretamente ocupados com a produção agrícola, na maioria das vezes subordinados a outros grupos. Segundo Shanin (1996, p. 54), em uma primeira aproximação os camponeses podem ser definidos como

[...] pequenos produtores agrícolas que, com a ajuda de equipamentos simples e o trabalho de suas famílias, produzem na maior parte para o seu próprio consumo, direto ou indireto, e para o cumprimento de obrigações com os detentores do poder público

Assim, nas sociedades pré-industriais do Ocidente, os camponeses encontravam-se vinculados a terra por um sistema de obrigações e de lealdades. Para o seu uso, estavam sujeitos

ao pagamento de tributos, realização de trabalhos gratuitos nas terras dos senhores feudais e participação em seus exércitos, o que caracterizava sua condição de servo, objeto de intensa exploração e coerção social.

Apesar das grandes limitações enfrentadas pelas sociedades agrárias para o seu desenvolvimento, a aglomeração de pessoas em núcleos urbanos, associada aos avanços da divisão social do trabalho, gerava novas necessidades. Por sua vez, as possibilidades de atendimento dessas necessidades estavam relacionadas com a realização de investimentos orientados para a produção de conhecimentos que favorecessem e viabilizassem os interesses dos grupos sociais que ocupavam as posições dominantes nesses núcleos. A disponibilidade de novos conhecimentos, originados no contexto do desenvolvimento científico e tecnológico, favoreceria, posteriormente, os grupos que comandavam o desenvolvimento das forças produtivas, a partir de uma perspectiva da reprodução ampliada do capital.

Ao abordar estas transformações Kautsky (1972) salientou o aparecimento de um conjunto de inovações que foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo agrário na Europa e nos Estados Unidos. Ao fazê-lo, articula tais inovações com os interesses de classe envolvidos, com as exigências decorrentes da urbanização e com os avanços do conhecimento científico, o que confere o real significado da profundidade dessas mudanças para a reconfiguração do campesinato na sociedade capitalista moderna. A transição da produção camponesa para a agricultura capitalista moderna ocorre sob os influxos do modo de produção de mercadorias, que desencadeia uma série de mudanças necessárias à sua constituição. A crescente dominância do capital sobre os demais modos de produção que o precede implica na tendência a subordinar todos os ramos da produção à sua lógica reprodutiva. Neste sentido, o autor acentua, seguidamente, a superioridade que essas tecnologias conferem ao processo produtivo realizado nas grandes propriedades, devido à divisão do trabalho e à exploração racional da agricultura que elas possibilitavam. Ao analisar as condições sociais e tecnológicas que formaram a base da agricultura moderna, também mostrou as diferenças entre a Inglaterra, a França e a Alemanha, enfatizando a grande superioridade tecnológica da primeira sobre as demais. Ressaltou o papel desempenhado pelos avanços do conhecimento científico no desenvolvimento da agricultura, principalmente em relação aos resultados obtidos na mecânica, na biologia, na química e na ótica. Em relação a esta última ciência, destacou o uso do microscópio para o estudo do solo (KAUTSKY, 1972, p. 80, v.1). Também demonstrou como a aplicação dos resultados da ciência contribuiu para a divisão do trabalho, o surgimento do assalariamento e a formação de um excedente de força de trabalho no campo.

Desse modo, o capital penetrava crescentemente na estrutura produtiva do campo, subordinando-a e moldando-a de acordo com os seus interesses. As relações de produção preexistentes tornavam-se incompatíveis com o desenvolvimento capitalista do campo e eram, gradativamente, eliminadas. Expropriados de suas terras e apartados de seus instrumentos de trabalho, os camponeses não encontravam nenhuma ocupação e eram obrigados a migrar para as cidades. Convertiam-se, neste caso, em uma força de trabalho livre cuja única opção era a de oferecê-la em troca de um salário que possibilitasse sua reprodução social, embora na Inglaterra, mesmo nas grandes propriedades capitalistas, existissem situações em que a força de trabalho que permanecia no campo era explorada conforme as relações de trabalho feudais de modo a aumentar ainda mais os rendimentos obtidos com sua vinculação às atividades agrícolas.

Assim, um dos efeitos mais importantes das transformações das condições tecnológicas para a organização das atividades produtivas foi a geração de uma grande quantidade de trabalhadores excedentes nas atividades agrícolas, desde que o uso das inovações científicas implicou em uma considerável elevação da produção e da produtividade das tarefas desenvolvidas no campo. O que antes muitos homens faziam para manter poucas pessoas nas cidades, agora era possível de ser realizado por um contingente bem menor de trabalhadores, cuja produtividade permitia o abastecimento de um número bem maior de pessoas em áreas urbanas.

Desse modo, na Inglaterra, grande parte dos camponeses que permaneceram no campo transformava-se gradativamente em agricultores, caracterizando-se como agentes econômicos especializados em determinados produtos, que utilizavam os recursos obtidos com a sua venda para adquirir os bens necessários à sua subsistência. Isto porque ao orientar com maior intensidade suas atividades produtivas para o mercado, deixavam de produzir os bens necessários à sua própria subsistência (moveis, roupas, bebidas, etc.), passando a adquiri-los sob a forma de produtos industrializados.

Ao analisar o processo de proletarianização dos camponeses em países europeus, notadamente na Alemanha e na Bélgica, Kautsky (1972) lembra que a ruína das indústrias domésticas no campo gerava um tempo livre que podia ser transformado na venda de sua força de trabalho em outras atividades. Esta indústria produzia para as necessidades dos pequenos camponeses. Na falta dela era preciso suprir estas necessidades de outra maneira. Por outro lado, a própria natureza do trabalho agrícola nas unidades familiares implicava na exigência de uma maior intensidade de uso de mão de obra apenas em determinada etapas do ciclo vegetativo

das culturas e dos cuidados com as criações. No entanto, ao ocupar-se de um trabalho acessório, o camponês tendia a dedicar menos atenção a sua unidade e limitar-se a obter o indispensável à sua subsistência com a sua exploração. Desde que tais unidades não produziam para o mercado, a diminuição de sua importância para a exploração dos cultivos e criações conduziá-los a vender as parcelas de terra não utilizadas. Isto iria provocar, de modo geral, a tendência a um processo de fragmentação das propriedades, ao contrário do que acontecia com as grandes explorações onde o dinamismo das atividades produtivas concorria para sua concentração.

Por outro lado, a grande massa de camponeses expulsos das terras em que trabalhavam e sem outras possibilidades de encontrar outro trabalho no campo, não dispunha de alternativa, senão a de migrar para as cidades, onde o desenvolvimento das atividades industriais poderia lhes proporcionar uma ocupação produtiva. Não é por outra razão que, pela primeira vez na história da humanidade, presenciou-se uma monumental transferência de pessoas do campo para as cidades, que àquela já tinham assegurado as condições de abastecimento de alimentos e matérias-primas, em face das transformações que ocorreram na estrutura produtiva das áreas rurais.

De fato, os grandes contingentes populacionais que se deslocaram do campo para as cidades encontraram nas manufaturas e nas fábricas as oportunidades de trabalho esperadas, à custa de um padrão brutal de exploração de sua força de trabalho, conduzida mediante a implantação de relações de assalariamento. A terra que até esse período era considerada a base das instituições sociais, transformou-se em uma mercadoria passível de processos impessoais de compra e de venda que não mais inspiravam os valores de honra e de lealdade, tão caros aos grupos dominantes nas sociedades agrárias. Por sua vez, a tecnologia e o sistema fabril converteram-se em vetores de profundas transformações da ordem social, revolucionando as relações do homem com a natureza e proporcionando possibilidades de expansão, até então impensáveis, das atividades produtivas. Referindo-se a essas mudanças, Hobsbawm (1977, p. 167-168) afirma que:

A grande camada de gelo dos sistemas agrários tradicionais e das relações sociais do campo em todo o mundo cobria o solo do crescimento econômico. Ela tinha que ser derretida a qualquer custo, de maneira que o solo pudesse ser arado pelas forças da empresa privada em busca de lucro. Isto implicava três tipos de mudanças. Em primeiro lugar, a terra tinha que ser transformada em uma mercadoria, possuída por proprietários privados e livremente negociável por eles. Em segundo lugar, ela tinha que passar a ser propriedade de uma classe de homens desejosos de desenvolver seus recursos produtivos para o mercado e estimulados pela razão, i. e., pelos seus próprios interesses e pelo lucro, estes dois objetivos esclarecidos. Em terceiro lugar, a grande massa da população rural tinha de ser transformada de alguma forma, pelos menos em parte, em trabalhadores assalariados, com liberdade de movimento, para o crescente setor não agrícola da economia.

Com efeito, este é o momento em que se configuram os elementos essenciais da transição das sociedades agrárias para as sociedades urbanas. Os antigos e pequenos núcleos que constituíram seu embrião fortaleceram-se e impuseram sua hegemonia sobre o campo, sobretudo a partir de uma base produtiva própria, a indústria. O pano de fundo dessa nova fase do desenvolvimento histórico é, portanto, o da formação do capitalismo industrial, que iria determinar os aspectos básicos do desenvolvimento das áreas rurais e das atividades que nela se desenvolveriam, moldando a natureza das relações sociais de produção. A consolidação da sociedade urbana e industrial, originada no modo de produção capitalista, traz consigo, portanto, novas significações para as áreas rurais e para o campesinato, dentre elas a de um setor da sociedade subordinado e dependente da dinâmica das cidades, tendo como funções mais importantes a produção de alimentos e de matérias-primas para a indústria.

Contudo, é necessário salientar que esse processo não seguiu um padrão homogêneo para todos os países e regiões, embora tenha como traço fundamental uma intensa diferenciação entre o campo e a cidade. Dentre os países da Europa Ocidental impulsionados pela Revolução Industrial observa-se situações variadas, desde a predominância da grande propriedade na Inglaterra até o fortalecimento dos pequenos estabelecimentos agrícolas na França. Isto levou Kautsky (1972) a considerar que o fato de as pequenas explorações agrícolas não desaparecerem rapidamente com o desenvolvimento capitalista, constituía-se no cerne da questão agrária, ou seja, implicava na discussão sobre o que fazer, em termos políticos, diante da constatação de que as grandes explorações econômicas não se expandiam nem proletarizavam de forma acelerada os trabalhadores rurais. A sobrevivência do campesinato na sociedade capitalista moderna e a possibilidade de sua aliança política com o operariado urbano eram, portanto, a principal colocação que se impunha ao movimento revolucionário alemão e, por extensão, ao europeu, no final do século XIX.

Além disso, evidenciava-se que o desenvolvimento da indústria e a modernização da agricultura nos países capitalistas europeus e nos Estados Unidos lhes proporcionaram uma supremacia considerável sobre outros países e regiões do resto do mundo, criando uma nova configuração internacional de poder, que implicava no fortalecimento e ampliação de desigualdades sociais preexistentes muito acentuadas. Nesse contexto, tal diferença de poder condicionou trajetórias de desenvolvimento desiguais, extremamente desfavoráveis aos países localizados na periferia desses centros de poder, cujas populações eram em grande parte formadas por camponeses e concentradas em áreas rurais.

Esta situação repercutiria intensamente no decorrer do século XX, quando movimentos sociais e revoluções que mais uma vez modificariam o quadro de poder existente, contariam com uma intensa participação do campesinato. Conforme é assinalado por Shanin (1996), a partir de 1950, a emergência dos processos de descolonização de países situados na periferia das sociedades capitalistas mais avançadas colocava as populações camponesas no centro de preocupações com questões relacionadas com a fome e o desenvolvimento econômico. Isto irá estimular a realização de estudos que focalizarão diversas temáticas sobre sua condição social, a exemplo de sua cultura, atividades produtivas, relação com o meio ambiente, lutas políticas e articulação com outros grupos sociais.

Desse modo, a variedade de situações presentes no desenvolvimento histórico do campesinato, bem como das diversas abordagens utilizadas para reconstruí-las, ressaltam a importância de se considerar as diferentes formas de sua participação nas trajetórias de formação das sociedades modernas, de suas principais reivindicações e lutas políticas no decorrer desses processos.

1.3 Trajetórias políticas do campesinato para as sociedades capitalistas modernas

A intensa exploração à qual os camponeses eram submetidos nas sociedades agrárias que precederam a formação do capitalismo determinou seu envolvimento em rebeliões e movimentos sociais que, de modo geral, visavam a restauração de padrões políticos anteriores e menos opressivos, além da correção de profundas injustiças sociais. No entanto, sua participação nos conflitos sociais, além de expressar o acirramento das contradições que conduziram à desintegração do modo de produção feudal, fizeram-nos um dos atores coletivos envolvidos na constituição do modo de produção capitalista, influenciando significativamente o desenvolvimento das formações sociais modernas. De acordo com Moore Jr. (1975) os papéis políticos desempenhados por grandes proprietários de terra e camponeses nos processos de transformação das sociedades agrárias em sociedades industriais modernas foram decisivos para o surgimento das democracias parlamentares ocidentais, das ditaduras de direita (fascistas) e de esquerda (comunistas).

Moore Jr. (1975) analisa as transformações ocorridas por vias democráticas e capitalistas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Examina, também, as experiências do fascismo no Japão, e, de forma indireta na Alemanha. Trata, ainda, da experiência do socialismo na China e, também de modo indireto, na Rússia. Por fim, analisa o caso singular da Índia, onde se formou uma democracia parlamentar, apesar de sua extensa base agrária. Ao efetuar uma

análise comparativa e uma interpretação dos processos de mudança estudados, encaminha uma discussão sobre os problemas atuais do campesinato que permite o enriquecimento das premissas que fundamentam as concepções sobre este grupo social. Ou seja, não parte de uma definição desse grupo, mas de sua construção com base nas vias de desenvolvimento histórico que o envolve. Aspectos relevantes nessa análise são os da conceituação do campesinato como classe social, embora reconhecida como uma questão complexa; da sua estratificação social; da percepção da injustiça como elemento indispensável para sua participação política; e da distinção entre as rebeliões, que não alteram a estrutura básica da sociedade, e as revoluções.

Dentre os caminhos históricos assinalados por Moore Jr. (1975) que levaram do mundo pré-industrial ao contemporâneo, onde se observa uma relevante participação do campesinato, o primeiro é o da revolução burguesa. Tal revolução ocorreu na sociedade inglesa, na francesa e na americana, relacionando-se, respectivamente, com a Revolução Puritana, a Revolução Francesa e a Guerra Civil Americana. O segundo caminho, também capitalista, caracterizou-se por mudanças fortemente controladas pelos grupos dominantes. Representou uma revolução vinda de cima e resultou no fascismo. Envolveu a Alemanha e o Japão, assumindo uma forma autoritária e reacionária. O terceiro, representado pelo socialismo, ocorreu na Rússia e na China. Nestes países os camponeses tiveram um papel ativo nas transformações verificadas, embora tenham se constituído nas primeiras vítimas dos novos regimes implantados. Pode-se, ainda, considerar uma quarta via, representada pela Índia. Esta trajetória distancia-se bastante dos casos anteriores, pois, apesar dos impulsos para o desenvolvimento do capitalismo serem bem fracos constituiu-se um regime político parlamentar. É importante salientar que a análise realizada por Moore Jr. (1975) confere uma especial atenção ao papel das classes sociais nas transformações investigadas, em que os grandes proprietários de terra e camponeses aparecem como os atores coletivos de maior importância.

Em relação à via capitalista, observa-se que, na Inglaterra, uma classe comercial e industrial contou em sua luta contra o poder monárquico com o apoio de uma aristocracia possuidora de terras, destituída de alternativa para sua sobrevivência política. No caso francês, a burguesia ascendente voltou-se decididamente contra a nobreza dominante, aliando-se aos camponeses e ao operariado nascente. Contudo, no caso americano não se verifica a existência de um campesinato. Os conflitos sociais se desenvolveram entre uma burguesia industrial e uma aristocracia rural escravagista.

No que tange à Alemanha e ao Japão, a fragilidade de uma classe comercial e industrial emergente a obriga a efetuar alianças com setores de uma aristocracia rural dominante, o que

resulta em mudanças fortemente controladas a partir de uma perspectiva conservadora, o que contribuiu para o estabelecimento de sociedades capitalistas que culminaram em regimes fascistas. Com relação à Rússia e a China, uma classe comercial e industrial, ainda menos desenvolvida, confrontou-se com as organizações políticas comunistas diretamente apoiadas por camponeses e operários. A Índia, por sua vez, era desprovida tanto de uma aristocracia capaz lutar contra a monarquia quanto de uma burguesia dotada de aspirações políticas avançadas. Isto inibiu qualquer movimento revolucionário que estimulasse o desenvolvimento capitalista, em que pese à existência de um campesinato numeroso vivendo em acentuadas condições de pobreza.

1.3.1 A via capitalista e democrática

As mudanças ocorridas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos constituem pontos de partida para a formação do capitalismo moderno e, em que pese os aspectos bem diferenciados que marcam sua realização, convergem para a constituição das democracias burguesas representativas.

A desintegração do modo de produção feudal e a conversão dos proprietários de terra em agricultores que produziam para o mercado intensificou-se mais rapidamente na Inglaterra, devido à disponibilidade de novas tecnologias agrícolas que promoveram elevados ganhos de produtividade na exploração das terras, valorizando-as consideravelmente. Estas mudanças deflagraram uma verdadeira revolução agrícola, sem a qual dificilmente poderia ter existido a Revolução Industrial. Em consequência, acirraram-se os conflitos entre os proprietários de terra e camponeses, resultando na apropriação das terras destes últimos, bem como no cercamento de áreas comunais. Ao analisar o desenvolvimento histórico da agricultura na Inglaterra, Veiga (1991, p. 25) observa que:

Na Inglaterra, a decomposição do feudalismo gerou uma famosa trindade: o proprietário fundiário rentista, o arrendatário-patrão e o trabalhador agrícola assalariado. As enclosures resultaram da luta entre landlords e comunidades rurais, sendo que os primeiros com a ajuda dos grandes arrendatários, obtiveram acachapante vitória. Nas grandes fazendas das planícies centrais desenvolveu-se uma agricultura tão diferente dos estilos continentais, que fez com que todos os grandes pensadores do século XIX acreditassem que aquele seria o modelo acabado da agricultura capitalista.

Privados do meio de produção mais importante para sua reprodução social, os camponeses que permaneceram no campo foram transformados em assalariados agrícolas ou

obrigados a migrar para as cidades. Aqueles que conseguiram manter as suas terras, também se converteram em produtores voltados para o mercado e consumidores das mercadorias necessárias à sua subsistência.

De acordo com Moore Jr. (1975), na Inglaterra as lutas sociais no campo já existiam bem antes da Guerra Civil. A violência praticada contra os camponeses estava associada ao cercamento das terras comunitárias, bem como à adoção de inovações tecnológicas que apontavam para a exploração da terra visando-se o lucro. Na medida em que a monarquia tentava defender os camponeses de um amplo processo da expropriação chocava-se com os interesses dos grandes proprietários rurais que dominavam o parlamento, aliados aos interesses comerciais e industriais. A transformação da terra em mercadoria estimulou, portanto, a realização de investimentos para a sua exploração em bases comerciais, a incorporação de tecnologias modernas, a eliminação das obrigações que regiam as relações entre proprietários e camponeses, além do cercamento das áreas cultivadas em comum. Isto tanto impulsionou o desenvolvimento das atividades capitalistas no campo, como promoveu a erosão das bases econômicas do campesinato, levando gradativamente à sua destruição. Moore Jr. menciona que “(...) o crescimento do comércio nas cidades durante os séculos XVI e XVII tinha criado através das províncias mercados para a colocação de produtos agrícolas, pondo assim em movimento um processo que levou à agricultura comercial e capitalista da própria zona rural” (MOORE JR., 1975, p. 34).

Por outro lado, Veiga (1991, 26) ao analisar o desenvolvimento capitalista da agricultura inglesa, assinala que:

À expansão dessa agricultura patronal correspondeu um crescimento populacional que atingiu 50% na segunda metade do século XVIII. Desde os anos 1760 houve superpopulação relativa no meio rural. Massas de camponeses eram cada vez mais privadas de seus antigos direitos comunais. Paralelamente, as manufaturas e as primeiras indústrias foram suprimindo o suplemento de renda que, até ali, era obtido pelas atividades artesanais femininas. Formou-se, assim, uma multidão de desocupados e precários, e a miséria passou a ser o padrão de vida de grande parte dos trabalhadores rurais.

Dessa maneira, as principais vítimas desse processo foram os grupos sociais mais vulneráveis, no caso, os camponeses. Isto não pode ser atribuído ao seu caráter conservador, ou a força de inércia de hábitos de trabalho fortemente arraigados, muito embora o sistema de cultivo medieval constituísse um sério obstáculo para a adoção de tecnologias modernas.

A composição dos grupos sociais na Inglaterra não indicava que a guerra civil tenha se constituído em uma luta entre posições modernizantes e tradicionalistas. Nas áreas rurais, estes

grupos formaram uma aliança política contra as ameaças potencialmente originárias das camadas inferiores da população. Neste sentido, cada um defendia os seus próprios interesses, sendo que os proprietários de terra se opunham a qualquer intervenção da coroa com relação aos seus interesses, sobretudo em relação às *enclosures*.

Os conflitos que ocorreram durante a Guerra Civil aceleraram a desintegração do antigo regime, sem provocar maiores alterações da estrutura da propriedade da terra no campo. Ao mesmo tempo, conduziram a uma composição política entre os interesses dos proprietários de terra e da burguesia. Se esta classe não tomou o poder político, não caracterizando uma situação revolucionária, sua aliança com os proprietários de terra tanto favoreceu o desenvolvimento de uma democracia quanto o do capitalismo.

As consequências revolucionárias da guerra civil atingiram notadamente os camponeses, que perderam a principal proteção contra as *enclosures* com a extinção da Câmara *Star* (MOORE JR., 1975, p. 39). As *enclosures* não foram o principal instrumento para a destruição do campesinato inglês, mas certamente o golpe final para esta forma de organização social. A destruição do campesinato começa bem antes da guerra civil. No entanto, com a derrota do rei os camponeses perdem sua última proteção. O sistema de *enclosures* era completamente controlado pela nobreza no Parlamento. Com a guerra civil esta classe se fortalece ainda mais.

O cercamento das terras associado à sua exploração com o uso de tecnologias modernas e com um objetivo comercial gerou bons resultados econômicos, atenuando os efeitos que poderiam advir do enfraquecimento dos camponeses. Os preços dos produtos agrícolas permaneceram altos, mesmo após a revogação da Lei dos Cereais (1846). Por sua vez, os camponeses não tinham condições de arcar com os custos necessários a modernização de suas atividades produtivas. Diante da falta de servos para a exploração de suas terras, os grandes proprietários passaram a alugá-las a arrendatários, que as exploravam recorrendo à força de trabalho assalariada. Desse modo, proprietários e arrendatários tornaram-se os protagonistas do desenvolvimento de uma agricultura moderna. Os primeiros controlavam o sistema de *enclosure*, os segundos praticavam a exploração comercial das atividades agrícolas.

O sistema de *enclosures* atingiu o seu auge em torno de 1760, passando a declinar a partir de 1832. Privados de suas terras, os camponeses passaram a compor o contingente de força de trabalho excedente, restando-lhes apenas as atividades que não podiam ser executadas por meios mecânicos ou a migração para as cidades. Aqueles que migravam para as cidades eram predominantemente jovens, solteiros e artífices, grupo que reunia melhores condições de acesso

ao trabalho urbano e industrial. Em qualquer alternativa seu destino não era promissor. Conforme Moore Jr. (1975, p. 50) indica:

(...) para o “excedente” campesino pouca diferença fazia se o apelo das cidades ou fábricas era mais importante do que o afastamento do seu mundo rural. Em qualquer dos casos, era apanhado entre alternativas que apenas significavam no fim degradação e sofrimento, em comparação com a vida tradicional da comunidade aldeã. O facto de a violência e coerção que produziram estes resultados terem tido lugar durante um longo lapso de tempo, o facto de ocorrerem principalmente dentro de uma estrutura de lei e de ordem e de terem ajudado, em última análise, a estabelecer a democracia em uma base mais firme, não devem impedir-nos de ver que se tratava de uma violência em massa, exercida pelas classes superiores sobre as inferiores.

Com a consolidação de uma economia capitalista no campo, o sistema social dos camponeses, fundado nos campos comuns e nas aldeias desapareceu. A violência das classes dominantes contra o campesinato nos séculos XVII e XVIII abriu o caminho para uma transição pacífica daquilo que restou da sociedade feudal para a sociedade capitalista moderna regida por uma democracia parlamentar.

As consequências mais importantes desse processo foram o fortalecimento do Parlamento em detrimento do rei e a destruição do campesinato. O Parlamento representava uma instituição flexível, capaz de abrigar os debates sobre as questões mais importantes da sociedade inglesa, bem como de incorporar a estas discussões representantes de novos setores sociais emergentes, além de proporcionar o arbitramento das divergências existentes. Por sua vez, a destruição dos camponeses significou a possibilidade de continuação da modernização capitalista, anulando-se as forças sociais que poderiam assumir posições conservadoras ou mesmo revolucionárias, como veio a ocorrer em outros países. Ao referir-se à destruição do campesinato Moore Jr. (1975, p. 51-52) assinala que:

Por mais brutal e cruel que a conclusão possa parecer, há fortes bases para afirmar que esta contribuição para uma mudança pacífica e democrática pode ter sido tão importante como o fortalecimento do Parlamento. Significou que podia continuar a haver modernização em Inglaterra, sem o enorme reservatório de forças conservadoras e reacionárias que existiu em determinados pontos da Alemanha e do Japão, para não falar da Índia. E significou, evidentemente, também, que a possibilidade de revoluções por parte dos camponeses, à maneira russa e chinesa, devia ser excluída da agenda histórica.

A eclosão da Revolução Francesa freou acentuadamente o processo de reformas na Inglaterra por medo da sua repercussão entre as camadas mais pobres da população. O movimento cartista embora acompanhado com atenção não foi objeto de repressão permanente. A aprovação das Leis dos Cereais mostrou aos proprietários de terra os limites do seu poder, em face do avanço do desenvolvimento capitalista.

Quando se analisa a ocorrência desse processo de transição na França observa-se que, diferentemente da aristocracia inglesa, a nobreza na França tornou-se fortemente dependente do rei, vivendo daquilo que podia extrair em produtos e em impostos dos camponeses. Isto evitou a destruição do campesinato, que se consolidou gradativamente antes da Revolução. Ao contrário da dinâmica da agricultura inglesa, desde o século XIV já se configuravam os elementos estruturais mais importantes no que tange à exploração da terra: sua delegação a arrendatários ou diretamente aos camponeses por um “senhor”, que assim também dependia do camponês para a exploração da terra. As mudanças ocorridas em relação à posse da terra indicavam que perto da Revolução os camponeses já eram proprietários de fato. Além disso, as oportunidades de trabalho nas cidades ajudavam a fugir da servidão.

Por outro lado, a queda dos rendimentos da nobreza guerreira, por força da inflação causada pelo afluxo de metais preciosos decorrentes dos empreendimentos comerciais desenvolvidos nas colônias ultramarinas, fez com que alguns deles deixassem de ser rentistas e recuperassem o controle da exploração de suas propriedades. Porém, as tentativas de exploração comercial da agricultura foram limitadas e pouco expressivas, até porque pessoas oriundas da burguesia e da nobreza de toga viam maiores atrativos no sistema que se baseava fundamentalmente na cobrança de rendas aos camponeses.

Na França grande parte das terras estava com os camponeses. As grandes propriedades coexistiam com as pequenas, não ocorrendo um processo semelhante ao das *enclosures*, pois os nobres dependiam dos camponeses. A agricultura comercial não apresentava, portanto, o mesmo dinamismo encontrado na Inglaterra. A aristocracia procurava manter os camponeses na terra e deles extrair o máximo de renda possível com base nas obrigações feudais, o que se fazia cada vez mais necessário para a manutenção de seu estilo de vida faustoso. Isto não só agravava ainda mais sua própria ruína como intensificava a exploração dos camponeses.

Por sua vez, a burguesia francesa não era uma ponta de lança do processo de modernização da agricultura. Cooptada pela realeza mediante a venda de cargos da burocracia, que também gerava títulos de nobreza, mesmo quando explorava comercialmente a terra, também procurava extrair o máximo possível dos rendimentos obtidos pelos camponeses. Isto significava que as práticas capitalistas na agricultura iam se ampliando mediante disposições e mecanismos feudais praticados tanto pela nobreza militar quanto por aquela oriunda da compra de títulos. Estes últimos buscaram primeiramente carrear recursos para as causas do rei, mas, em seguida, passaram a beneficiar-se e usufruir dos benefícios feudais, o que os levavam a apoiar nos parlamentos os interesses senhoriais.

Assim, tanto os nobres tradicionais quanto os novos opunham-se às reformas que visavam a eliminar os privilégios, acirrando ressentimentos dos camponeses contra si e a realeza. Por conta dessa condição, a nobreza de toga também se colocava contra os interesses de frações da burguesia que se opunham ao antigo regime.

Embora tais setores se tornassem cada vez mais importantes em razão do desenvolvimento da indústria e do comércio, suas pretensões de reforma, conduzidas pelos fisiocratas, geraram forte resistência dos camponeses e *sans-culottes*. Setores financeiros e industriais também se sentiam prejudicados com as medidas liberalizantes, os primeiros por lucrarem com a corrupção da burocracia e os outros pela perda do protecionismo às indústrias.

O colapso do Estado Absolutista francês se acentuava em razão da monarquia não ser mais capaz de controlar as forças sociais divergentes, em especial a nobreza e a burguesia. Por outro lado, aumentava também o descontentamento dos grupos situados na base da hierarquia social, particularmente os camponeses. Os levantes deste grupo, em várias partes da França, tornaram-se mais frequentes. Contudo, somente quando as insatisfações do campesinato se associaram com as dos grupos populares das cidades opostos ao antigo regime, representados pelos *sans-culottes*, é que a Revolução ganhou seu impulso decisivo.

No entanto, é importante assinalar a maneira como o campesinato francês se encontrava estratificado nesse período. Havia aqueles que se tornaram proprietários ou arrendatários, que, embora em pequeno número, eram os mais importantes. A maioria, porém, era formada por camponeses avassalados, com pouca terra, ou explorando os campos comuns da aldeia. A insuficiência de terras fazia com que exercessem outras atividades para melhorar suas rendas. Outros sequer tinham terra, provendo sua subsistência com o trabalho em propriedades alheias. Os camponeses ricos eram contrários à divisão das terras comuns e as utilizavam para a pastagem do seu gado. Os demais eram favoráveis a esta divisão. As práticas coletivas mais valorizadas pelos camponeses pobres eram as do direito de pastagem do gado após a colheita, a rotação forçada e a respiga.

A antiga comunidade aldeã constituía um verdadeiro modo de vida. Com a penetração das práticas comerciais no campo, sobretudo em relação à propriedade da terra, sua desintegração se acelerou, prejudicando principalmente os camponeses pobres. Em relação a estas mudanças havia, pois, duas revoluções no campo: a da nobreza e a dos camponeses. Contudo, os impulsos que mais influenciaram a transformação dos camponeses em uma força social revolucionária foram o fortalecimento dos mecanismos feudais de extração de grande

parte de suas rendas, por parte dos senhores rurais, bem como da burguesia adquirente de terras que se acomodou a esta situação.

Em 1789, a conjunção de calamidades naturais com a insatisfação nos centros urbanos deflagrou a Revolução. A força maior do processo revolucionário decorria dos momentos em que as exigências dos *sans-culottes* articulavam-se com as dos camponeses, o que conduzia ao radicalismo. Quando essa associação de interesses se rompia o movimento perdia em intensidade.

O papel do campesinato nesse processo foi o de dismantelamento do feudalismo. Os decretos da Assembleia Legislativa sobre a eliminação dos direitos feudais eram, inicialmente, bem tímidos. Os sucessivos levantes camponeses levaram a uma maior firmeza na elaboração desses decretos, resultando na abolição dos direitos feudais sem indenização e em medidas que facilitavam a venda de terras confiscadas a pequenos proprietários e a trabalhadores nas áreas rurais. A distribuição de terra entre os não proprietários contou com a oposição de camponeses ricos que consideravam esta medida próxima ao comunismo, e, dessa maneira, uma ameaça à propriedade privada. Assim, a forma como a questão principal – a da propriedade da terra – era conduzida, evidenciava um tratamento insatisfatório, tanto para os camponeses pobres quanto para os camponeses ricos:

“(…) a hesitação do governo promoveu a circulação de ideias radicais entre os camponeses. Os inimigos do radicalismo campesino agruparam todas essas ideias sob a assustadora classificação geral de lei agraire. A igualdade de propriedade era, provavelmente, a noção que mais interesse despertava entre os camponeses mais pobres. Mas havia outras ideias que transcendiam as concepções de propriedade privada dentro de cuja estrutura os chefes revolucionários se mantiveram, mesmo na fase seguinte, que foi a mais radical. Tratava-se de uma mistura de ideias cristãs e colectivistas. Até que ponto encontraram eco entre os camponeses, é difícil de dizer, não só pela ausência de registos, como também por causa de uma rígida repressão” (MOORE JR., 1975, p. 108).

O radicalismo agrário gerado por essas insatisfações nutria-se de ideias igualitárias que se chocavam com os ideais de preservação da propriedade privada. Caracterizava-se mais como uma franca reação a penetração do capitalismo no campo do que às agitações sociais agravadas com o incremento da inflação. A questão da propriedade da terra era, assim, a linha divisória dos movimentos políticos no campo.

A falta de alimentos e o seu alto custo nas áreas rurais e urbanas, sobretudo para os camponeses sem terra, criaram as condições para a eclosão do Terror Revolucionário. Importantes concessões foram feitas aos camponeses. No entanto, as dificuldades de controle da situação nacional pelo Comitê de Salvação Pública, suas convicções liberais e a formação

de um novo exército para combater a contrarrevolução na Vendéia conduziram ao seu afastamento dos interesses dos camponeses, enfraquecendo a aliança dos grupos radicais urbanos com os grupos radicais no campo. Isto porque a adoção de medidas de controle da comercialização, distribuição e confisco dos alimentos viabilizaram com sucesso o abastecimento do exército e afastou a fome das cidades, mas penalizaram os camponeses, minando a base de sustentação política de sua aliança com os *sans-culottes*, o que determinou o fim do Terror Revolucionário. Na verdade, os líderes do Comitê pouco podiam fazer sem o apoio dos camponeses, mas as medidas que adotaram, apesar de bem-sucedidas, resultaram em seu sacrifício político.

O radicalismo revolucionário correspondeu a uma das etapas da Revolução, significando uma resposta negativa a ela. Combinou elementos anticapitalistas dos camponeses pobres e dos *sans-culottes*, que contribuíram decisivamente para a destruição do poder aristocrático. Pautada predominantemente na defesa dos direitos do homem e da propriedade privada, a violência do movimento revolucionário destruiu as bases sociais que possivelmente favoreceriam a promoção de mudanças de cima para baixo, tal como veio a ocorrer em outros países, onde se constituíram regimes políticos autoritários. Desse modo, propiciou o caminho para a formação de uma organização democrática da sociedade.

Com relação ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura americana pode-se arguir que sua singularidade reside justamente em não ter conhecido o feudalismo. Isto implica no questionamento da Revolução Americana enquanto tal, desde quando não se observou nenhuma mudança importante na estrutura da sociedade. Ao comparar o impacto da Revolução Francesa com o da Revolução Americana, Nisbet (1969, p. 52) assinala que:

¿Como fue que esta Revolución, más que ninguna hasta entonces, atrajo la atención de los hombres durante un siglo, dominó el pensamiento en tantos campos y afectó las propias categorías mediante las cuales los hombres se identifican a sí mismos, e identifican su relación con la política y la moralidad? Dar una respuesta cabal es asunto complejo, pero hay un aspecto que interesa a nuestros propósitos: la Revolución Francesa fue la primera revolución profundamente ideológica. Esto no significa menoscabar a la revolución norteamericana, que sacudió la mentalidad europea con su Declaración de Independencia. Pero esta última perseguía objetivos limitados casi exclusivamente a la independencia de Inglaterra; ninguno de sus líderes – ni siquiera Tom Paine – sugirió que fuera el medio para una reconstrucción social y moral, que abarcara a la iglesia, la familia, la propiedad y otras instituciones.

A inexistência de incompatibilidade entre as plantações do Sul e as manufaturas do Norte podia ser notada, inicialmente, na relevância da produção de algodão para o desenvolvimento do capitalismo americano e inglês, mediante a articulação do emprego da mão de obra escrava

com o da mão de obra assalariada. Conforme Moore Jr. (1975), o conflito potencial entre uma organização social baseada na escravidão e outra fundada na força de trabalho livre dependeria, portanto, de “circunstâncias históricas especiais” que promovessem o desenvolvimento dessa contradição.

A cultura do algodão no Sul era fundada em bases escravistas. A escravidão constituía uma prática econômica rentável. A maior parte da produção ia para a Inglaterra. Os proprietários de plantações e de escravos eram uma pequena minoria. Abaixo deles existiam os proprietários com pouco número de escravos, seguidos daqueles que não os possuíam e de agricultores brancos mais pobres ocupados com o cultivo do milho.

Por outro lado, o rápido processo de industrialização no Nordeste, a partir de 1830, eliminou a dependência da economia americana do algodão, além de fortalecer suas relações com o Oeste, do qual recebia alimentos e matérias-primas para processamento industrial, e a quem vendia produtos manufaturados. Por sua vez, a agricultura comercial de grandes e pequenos proprietários no Oeste forneceu, por muito tempo, produtos alimentares para o Sul e depois passou a fazê-lo para o Norte. A ocupação das terras livres do Oeste representou um importante processo para a expansão da fronteira agrícola americana.

Neste sentido, deve-se, também, lembrar a tese da “fronteira em movimento” do historiador Frederik Jackson Turner, que procurava explicar o desenvolvimento americano pela ocupação das terras livres do Oeste, realçando o pioneirismo dos pequenos produtores rurais dessa região. Ao enunciar os elementos centrais da tese de Turner, Stadniky (2007, p. 2), assinala que:

O ponto central da ideia de fronteira, desenvolvida por Turner, reside na existência das free lands, desabitadas, prontas a serem ocupadas pelos brancos de origem ocidental europeia, que nelas vivenciam seus ideais de liberdade, de individualidade, num espaço de oportunidades ilimitadas. A contribuição de Turner para a história norte-americana foi sua argumentação de que o seu passado, caracterizado pela fronteira, melhor explicava a história específica dos Estados Unidos. Assim, a expansão americana para o Oeste era o próprio âmago da experiência americana, o cadinho no qual o caráter individualista foi formado na confrontação entre a barbárie e a civilização. O movimento para o Oeste garantiu a democracia política e social através da disponibilidade de terras livres e energizou o crescimento econômico com bonanças sucessivas da fronteira. Aqui, igualmente, está contida a ideia do movimento.

Os pequenos produtores rurais que empreenderam esse movimento constituiriam a base social da democracia americana. Por outro lado, o movimento para a expansão da fronteira também era visto como um meio de evitar fortes tensões sociais. A abundância de terras livres

era, assim, considerada fundamental para a formação da democracia americana. De acordo com Velho (1976, p. 16):

(...) a chamada “Tese de Turner” (Turner thesis) envolve não só a fronteira per se, mas toda a sociedade norte-americana vista a partir da influência da fronteira sobre essa sociedade. Em suas próprias palavras: “A existência de uma área de terras livres, o seu recuo contínuo e o avanço do povoamento em direção ao Oeste explicam o desenvolvimento americano. E: “O ponto de vista correto para o estudo da história dessa nação não é a costa atlântica, e sim o Grande Oeste.

A migração para o Oeste teve como efeito a consolidação de um capitalismo competitivo e individualista, tendo em vista o aumento do interesse pela propriedade. Assim, eliminou pela raiz a tendência para o radicalismo. O alinhamento dos interesses da indústria com os da agricultura comercial evitou a constituição de uma solução reacionária, baseada em uma aliança entre capitalistas do Norte e proprietários do Sul, de um lado, contra os escravos, pequenos agricultores e operários, de outro. Tal alinhamento conduziu os americanos à guerra civil.

Como pode ser observado, não existe um único caminho relativo à participação do campesinato na trajetória do desenvolvimento capitalista que resultou na formação de democracias burguesas parlamentares. Na Inglaterra a passagem para uma sociedade capitalista organizada sob um regime político parlamentar ocorreu mediante uma associação política da burguesia com os grandes proprietários de terra que, ao mesmo tempo, viabilizou o aparecimento de uma agricultura orientada para as demandas urbanas de alimentos e matérias-primas industriais e promoveu uma valorização elevada da terra. Ambos os processos contribuíram para a eliminação do campesinato, quer seja pela sua conversão em força de trabalho assalariada, quer seja pela sua transformação em produtores agrícolas organizados com base nas determinações de uma economia de mercado.

No caso da França a participação dos camponeses na formação da sociedade burguesa assume uma trajetória bem diferente. Sua associação política com os setores mais avançados da burguesia revolucionária, consolidou o seu fortalecimento e a destruição dos laços que os subordinavam à exploração e opressão feudal. No entanto, a natureza instável de suas alianças com estes grupos, impediram o desenvolvimento de ideias e práticas radicais em relação à distribuição de terras. Prevaleceu a legitimação da propriedade privada como resultado do esforço de acumulação de indivíduos.

Em relação aos Estados Unidos pode-se afirmar que não existia um campesinato semelhante ao encontrado na Europa feudal. Pelo contrário, as condições em que se processaram a ocupação e colonização do território americano levaram à estruturação de uma

sociedade isenta das hierarquias políticas europeias, ao lado de uma regulação que assegurava o acesso à terra aos colonos que desejassem explorá-la. Isto com exceção do Sul escravagista, cujas relações políticas com o Norte industrializado, pautadas em interesses econômicos bem estruturados, ruíram em decorrência das mudanças provocadas pela expansão e desenvolvimento da fronteira do Oeste. A ampliação das divergências políticas em torno da questão da escravatura, conduziram à deflagração dos conflitos que resultariam em sua destruição, removendo os obstáculos mais importantes para a implantação da democracia representativa burguesa no território americano.

Estas transições envolveram divergências e conflitos muito intensos entre os grupos sociais que protagonizaram os principais eventos que as impulsionaram, conforme as condições históricas presentes em cada país. Além de demonstrar a possibilidade de outras vertentes de mudança, também evidenciaram a diferença da natureza de suas orientações políticas e dos resultados delas decorrentes.

1.3.2 A via socialista

Ao analisar a passagem das sociedades pré-industriais para o socialismo através de movimentos revolucionários, Moore Jr. (1975) observa, inicialmente, que o processo de modernização dessas sociedades, em que pese ter começado com revoluções camponesas abortadas, culmina com revoluções bem-sucedidas no século XX. Com isto sugere que o camponês deve ser considerado um sujeito histórico relevante em relação às transformações que deram origem às sociedades socialistas. Daí a importância da investigação das circunstâncias e dos tipos de estrutura social que favoreceram ou inibiram as revoluções camponesas. Para tanto, este autor enumera um conjunto de teorias em que se encontra indicados os principais fatores que estimulariam processos revolucionários que tiveram o campesinato como um protagonista importante (MOORE JR., 1975, p. 525).

Dentre essas teorias encontram-se as que enfatizam, individualmente, os fatores relativos à deterioração das condições de vida dos camponeses; à existência de ameaças relevantes ao seu modo de vida; à residência dos senhores da terra no campo, próximos dos camponeses; à presença de um grande proletariado sem terras; e ao papel desempenhado pela religião nos movimentos revolucionários. Ao ponderar o alcance destes fatores nos processos de mudança, o autor identifica uma forte variação de sua influência, a partir de uma perspectiva histórica comparada, em relação ao que ocorreu em diferentes países e em diversos momentos históricos.

Assim, a importância atribuída individualmente a esses fatores é creditada à ênfase que as teorias analisadas colocam no campesinato, negligenciando as interações desenvolvidas por este grupo com outros atores sociais presentes e participantes nos processos de mudança. Isto, por sua vez, remete à afirmação de que certos tipos de sociedade estão mais propensos do que outros a se transformarem sob o influxo de movimentos revolucionários camponeses, o que implicaria, portanto, na necessidade de caracterização dos seus aspectos estruturais, possibilitando a explicação dessas diferenças nas sociedades pré-modernas (MOORE JR., 1975, p. 525-526). Por outro lado, ao analisar as características mais importantes das lutas revolucionárias dos camponeses, Ianni (2009, p. 142) também reconhece o aspecto multifacetado de sua participação política nesses movimentos:

A reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da terra. Luta para preservar, conquistar e reconquistar o seu objeto e meio básico de trabalho e vida. Em face da acumulação originária, ou do desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, o camponês luta pela terra. Reage à sua expulsão do lugar em constrói a sua vida. E essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária. [...] Mas o movimento social camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando essa é a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes. A cultura, a religião, a língua ou dialeto, a etnia ou raça entram na formação e no desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais que isso, pode-se dizer que a luta pela terra é sempre, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta, como um componente de ser e de viver.

Outra tendência observada nos movimentos camponeses é a de que nas sociedades agrárias pré-modernas as revoltas camponesas caracterizavam-se por tentativas de restauração da ordem social passada, supostamente mais justa. Neste sentido, Ianni (2009, p. 143-144) ressalta que:

A comunidade camponesa pode ser uma utopia construída pela invenção do passado. Pode ser a quimera de algo impossível no presente conformado pela ordem burguesa. Uma fantasia alheia às leis e determinações que governam as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo. Mas pode ser uma fabulação do futuro. Para a maioria dos que são inconformados com o presente, que não concordam com a ordem burguesa, a utopia da comunidade é uma das possibilidades do futuro. Dentre as utopias criadas pela crítica da ordem burguesa, coloca-se a da comunidade, uma ordem social transparente. Esse é, provavelmente, o significado maior do protesto desesperado e trágico do movimento social camponês.

No entanto, é necessário salientar que, apesar da importância da contribuição de Moore Jr. (1975), não existem revoluções camponesas propriamente ditas. As revoluções que conduziram ao socialismo foram organizadas e conduzidas pelo proletariado, até porque os camponeses não dispõem de um projeto político próprio, distinto do hegemônico. Assim, é mais

apropriado considerar os seus movimentos sociais como revoltas. Quando eles participaram de revoluções, estas foram, no caso do socialismo, revoluções proletárias.

Outro aspecto importante diz respeito ao modo como os camponeses encaravam o processo de modernização, bem como as formas de organização social existentes influenciavam suas revoltas ou atitudes políticas marcadas pela passividade. Inicialmente, deve-se considerar que a modernização da agricultura implicava na expansão das relações de mercado nas atividades agrícolas e na substituição da agricultura de subsistência pela produção orientada para o mercado. Do ponto de vista político, a modernização significava o estabelecimento da paz em vastos territórios e a instituição de governos centrais fortes. A ocorrência desses processos, não necessariamente de forma simultânea, determinou modificações nas relações entre os senhores da terra e os camponeses, na divisão do trabalho e na estratificação social das aldeias. Moore Jr. (1975, p. 539) lembra, ainda, que:

Há provas consideráveis em abono da tese de que, quando os laços resultantes das relações entre os senhores rurais e a comunidade camponesa são fortes, a tendência para a rebelião (e, mais tarde, revolução) dos camponeses é fraca. Tanto na China como na Rússia, os laços eram tênues e os levantamentos dos camponeses endêmicos nesses países, embora a estrutura das comunidades camponesas fosse tão diferente quanto se possa imaginar.

Por outro lado, no âmbito dessas relações, a dimensão do processo de exploração dos camponeses pode ser avaliada a partir da definição da quantidade de recursos considerada necessária para o funcionamento de uma sociedade organizada de forma estamental. A estabilidade política dessas relações dependeria, portanto, da proporcionalidade do montante de recursos extraídos dos camponeses pelos senhores e sacerdotes em troca dos serviços por eles prestados para o desenvolvimento das atividades agrícolas e a manutenção do sistema de coesão social das aldeias (MOORE JR., 1975, p. 537-541).

Com efeito, a estabilidade política das relações entre os senhores rurais e camponeses dependia dos recursos necessários à manutenção da estrutura de poder, a exemplo do financiamento das funções de proteção dos camponeses e da promoção da coesão social desempenhadas, respectivamente, pelos senhores e clérigos. Conforme Moore Jr. (1975, p. 541) salienta:

Dentro de limites suficientemente vastos para a sociedade funcionar, o carácter objectivo da exploração parece tão terrivelmente óbvio que leva a suspeitar que é a negação da objectividade que necessita de ser explicada. Não é difícil dizer quando uma comunidade europeia recebe proteção real do seu senhor e quando o senhor não consegue afastar os inimigos ou está ligado a eles. Um senhor rural que não mantém a paz, que guarda a maioria do alimento dos camponeses, lhes rouba as mulheres – como sucedia em vastas zonas da China, nos séculos XIX e XX – é claramente

explorador. Entre esta situação e a justiça objectiva existem diversíssimas gradações, em que a proporção entre os serviços prestados e o excedente extraído dos camponeses está sujeita a discussão. Tais disputas podem intrigar os filósofos. Não são de molde a dividir a sociedade. A tese aqui apresentada apenas afirma que as contribuições dos que lutam, governam e rezam devem ser evidentes para o camponês, e que os pagamentos do camponês, em troca delas, não devem estar em grande desproporção em relação aos serviços prestados. Os conceitos populares de justiça, para apresentar o argumento de outra forma, têm uma base racional e realista; e os sistemas que se afastam dessa base necessitam, provavelmente, tanto mais do logro e da força quanto mais dela se afastam.

Em verdade, algumas formas de modernização podiam alterar o equilíbrio dessas relações e contribuir para uma elevação exorbitante dos excedentes extraídos dos camponeses. Assim, não apenas ampliavam o seu sofrimento, como alimentavam as condições potenciais para sua revolta. A centralização do poder realizada pelas monarquias absolutistas, por exemplo, implicava na formação de exércitos profissionais e na constituição de burocracias a serviço do rei, o que onerava enormemente o campesinato, tal como ocorreu na França e na Rússia czarista. Por outro lado, as dificuldades de expansão da agricultura comercial condicionavam a formação de sistemas repressivos de mão de obra, acentuando a exploração do campesinato e, por vezes, restaurando a servidão ou mesmo inibindo sua eliminação. Neste sentido, Moore Jr. (1975, p. 443) comenta que:

(...) Na Rússia, a ação do czar de destruir a servidão a partir de cima não conseguiu satisfazer os camponeses. Os pagamentos para a libertação eram demasiado elevados e as concessões de terra demasiado pequenas, como demonstrou em breve a subsequente acumulação de atrasos de pagamentos. Na ausência de qualquer modernização completa da zona rural, esses pagamentos tornaram-se simplesmente novos métodos de extração do excedente aos camponeses, impedindo-os de obterem a terra que era sua “por direito”. Também na China, o camponês demonstrou, com o seu comportamento, que se ressentia da combinação do antigo funcionário cobrador de impostos com o senhor rural comercial, personificada pelo regime do Kuomintang.

Observa-se, portanto, que a posse e o uso da terra, associados aos mecanismos de drenagem dos excedentes que produziam para outros grupos sociais, constituíam os elementos centrais para a expressão do seu descontentamento e para a deflagração dos movimentos de reivindicação ou de contestação da ordem vigente. Na Rússia, a redivisão periódica das terras das comunas estimulava a aproximação dos camponeses pobres dos ricos em torno de um recurso escasso, ao almejarem uma distribuição mais equitativa desse bem. Na China, a estrutura social das aldeias abrigava uma rede de obrigações familiares e religiosas que demandava um mínimo de propriedades como condição básica para a integração social. Contudo, na medida em que o processo de modernização expandia o número de camponeses situados abaixo desse mínimo, as solidariedades tradicionais tendiam a ser erodidas, abrindo

espaços para as manifestações de descontentamento com a ordem social (MOORE JR., 1975, p. 546-547).

De modo geral, percebe-se que estes processos refletiam um conflito permanente, às vezes em forma latente, entre os senhores da terra e os camponeses. As relações sociais de produção vigentes nas sociedades pré-modernas, baseadas em processos de exploração do trabalho dos camponeses, visavam em maior ou menor escala a extração dos excedentes produzidos, no que eram complementadas e legitimadas pelos mecanismos de controle social existentes, exercidos por meio das instituições familiares e religiosas. De acordo com o estágio de desenvolvimento alcançado em cada sociedade, os elementos que compunham o quadro de poder existente assumiam configurações que favoreciam ou inibiam a penetração do capitalismo no campo, estimulando ou diminuindo os níveis de descontentamento dos camponeses. Isto, por sua vez, tanto constituía o combustível para as revoltas camponesas quanto os meios necessários para o seu enfraquecimento. No entanto, os movimentos camponeses não só dependiam de sua aproximação de outros grupos sociais, bem como careciam de lideranças filiadas a outros grupos, que se identificavam com suas reivindicações. Embora tenham se constituído em importantes vetores de transformações sociais no século XX, dado as suas condições sociais de existência, não possuíam os meios de articular as mudanças nas estruturas que substituíam aquelas que ajudaram a destruir.

Na Rússia a exploração dos camponeses era muito severa. Apenas em 1861 a servidão foi formalmente abolida, embora a maioria das terras continuasse concentrada em latifúndios pertencentes à aristocracia rural. A expansão da agricultura comercial esbarrava na resistência desta aristocracia em admitir mudanças mais profundas em relação ao desenvolvimento das atividades produtivas na agricultura, deixando de incorporar tecnologias que proporcionassem o aumento da produtividade. Por sua vez, a insuficiência de terras em mãos do campesinato, também contribuía para que os níveis de produtividade fossem muito baixos. Isto afetava a produção de alimentos, suscitando crises periódicas de abastecimento que afetavam a maioria da população russa, e constituíam fontes geradoras de fortes tensões sociais.

A industrialização promovida pelo regime czarista, com a ajuda de capitais dos países europeus mais desenvolvidos, concentrava-se nas cidades mais populosas da Rússia Ocidental, resultou na formação de um contingente de aproximadamente três milhões de operários, o qual era mantido sob jornadas de trabalho exaustivas, recebendo salários muito baixos e vivendo em condições ambientais degradantes. A exemplo dos camponeses, os operários industriais e os partidos políticos que os representavam sofriam fortes restrições para manifestar suas

reivindicações. O assassinato do czar Alexandre II, em 1881, exacerbou a repressão política a que eram submetidos, agravando os conflitos entre os camponeses e trabalhadores das cidades com o regime czarista. Estas tensões conduziram à tentativa de reforma do absolutismo czarista, mediante a implantação de uma monarquia constitucional e a criação de um parlamento que contasse com a participação de partidos que representassem a burguesia, os trabalhadores do campo e os camponeses.

Não obstante, as tentativas de reforma do czarismo eram enfraquecidas pela resistência da aristocracia rural ao processo de modernização da agricultura, pelos recuos da burguesia no sentido de uma maior participação no sistema político, bem como pela contínua repressão aos partidos que representavam os camponeses, o operariado industrial e demais trabalhadores das cidades. As crises periódicas de abastecimento de alimentos, o envolvimento da Rússia em guerras onerosas e o fracasso das tentativas de diminuição das tensões políticas, resultavam em manifestações populares que passaram a ser reprimidas com violência cada vez maior, constituindo o fermento de levantes populares e insurreições militares em diversas regiões da Rússia, preparando o terreno para a atuação cada vez mais ativa dos partidos socialistas identificados com o movimento revolucionário. Isto desembocou na revolução de outubro de 1917, através da qual os bolcheviques tomaram o poder e lideraram a derrota definitiva do regime czarista. Mais que isto, afastaram a alternativa da burguesia de assumir o controle do Estado e instituíram a base para a formação de uma república socialista.

A participação dos camponeses neste processo de mudança foi fundamental, na medida em que recrutados para os exércitos do czar, os abandonavam e os enfraqueciam mediante deserções e rebeliões contra os oficiais. O não atendimento de suas reivindicações de terra pelo czarismo e a prevalência de relações espoliativas por parte da aristocracia rural, que funcionavam como mecanismos de extração dos excedentes produzidos, os aproximavam dos bolcheviques, único grupo político sensível às suas exigências.

Quando a Revolução de Outubro eclodiu, a Rússia encontrava-se dilacerada pela guerra. Possuía uma economia atrasada, com um nível de industrialização incipiente e com graves problemas de distribuição da terra. A desorganização da economia acentuada pelo esforço bélico implicava em uma forte escassez de alimentos, o que ampliava as tensões que iriam determinar a queda do sistema político vigente. Desse modo, a tomada do poder pelos bolcheviques colocava como tarefa imediata o encerramento da guerra, a reconstrução do aparelho do Estado em novas bases e a reorganização das atividades produtivas sob novas diretrizes políticas. Isto criaria as condições iniciais para o atendimento das reivindicações de

acabar com a destruição de vidas humanas, regularizar o abastecimento alimentar e disciplinar a ocupação das terras pelos camponeses. Dessas medidas, a realização da paz era a única que poderia ser efetuada em um curto espaço de tempo. As demais dependiam de um esforço a ser desenvolvido em um prazo maior, haja vista que estavam associadas à reconstrução da economia devastada pela guerra, bem como às novas condições políticas projetadas pelo movimento revolucionário. Estas tarefas não dependiam apenas dos esforços diretos dos bolcheviques de realizá-las. Havia disputas internas sobre a maneira como deveriam ser efetuadas, além da fragilização do novo sistema de poder ampliada pela irrupção da guerra civil. Conforme assinalado por Hobsbawm (1995, p. 68):

A reivindicação básica dos pobres da cidade era pão, e a dos operários entre eles, melhores salários e menos horas de trabalho. A reivindicação básica dos 80% de russos que viviam da agricultura era, como sempre terra, todos concordavam que queriam o fim da guerra, embora a massa de soldados camponeses que formasse o exército não fosse a princípio contra a luta como tal, mas contra a severa disciplina e maltrato de outros soldados. O *slogan* “Pão, Paz, Terra” conquistou logo crescente apoio para os que o propagavam, em especial os bolcheviques de Lenin, que passaram de um pequeno grupo de uns poucos milhares em março de 1917 para um quarto de milhão de membros no início do verão daquele ano. Ao contrário da mitologia da Guerra Fria, que via Lenin essencialmente como um articulador de golpes, a única vantagem real com que ele e os bolcheviques contavam era a capacidade de reconhecer o que as massas queriam; de conduzir, por assim dizer, por saber seguir. Quando, por exemplo, ele reconheceu que, ao contrário do programa socialista, os camponeses queriam uma divisão da terra em fazendas familiares, não hesitou um instante em comprometer os bolcheviques com esta forma de individualismo econômico.

A condição dos camponeses de importante esteio da revolução rendeu-lhes, inicialmente, a preservação de suas terras do confisco determinado pelos bolcheviques. Com a abolição da propriedade privada da terra, as propriedades pertencentes à aristocracia e à Igreja foram confiscadas pelo Estado, que impôs determinados critérios para disciplinar sua concessão, conforme os termos do Decreto da Terra, apresentado por Lenin, em 1917, no II Congresso Pan Russo dos Sovietes (REED, [19--], p. 143-144). O encaminhamento desta questão era fundamental para uma solução das crises de abastecimento, que traziam grandes ondas de insatisfação popular, bem como para manter o esforço de combate aos exércitos brancos e de outros grupos que optaram pela resistência armada aos rumos impostos pelos bolcheviques ao processo revolucionário. Tal como é lembrado por Hobsbawm (1995, p. 71)

[...] a Revolução permitira ao campesinato tomar a terra. Quando chegou a isso, o grosso dos camponeses da Grande Rússia – núcleo do Estado, além de do seu novo exército – achou que suas chances de mantê-la eram melhores sob os vermelhos do que se retornasse a fidalguia. Isso deu aos bolcheviques uma vantagem decisiva na Guerra Civil de 1918-1920. Como se viu, os camponeses russos foram otimistas demais.

Apesar da adoção dessas medidas, o estado crítico da economia, agravado pelo prolongamento da guerra civil até 1920, obrigou os bolcheviques a retrocederem em relação às decisões que objetivavam uma rápida socialização dos meios de produção, mediante a criação da Nova Política Econômica - NEP que, dentre outros aspectos flexibilizava as deliberações referentes à abolição da propriedade privada e restaurava práticas mercantis que pudessem dinamizar as atividades produtivas. Isto apenas ampliava a contradição entre um sistema que almejava o controle estatal dos meios de produção, necessário à planificação global da economia, e a permanência da propriedade privada em alguns setores econômicos importantes, sobretudo no campo, em face do caráter estratégico da produção agrícola. Contudo, o que estava em jogo era a sobrevivência do próprio sistema. Ao analisar as grandes dificuldades experimentadas nos primeiros anos da república socialista, Hobsbawm (1995, p. 70) comenta que:

Assim, contra as expectativas a Rússia soviética sobreviveu. Os bolcheviques mantiveram, na verdade ampliaram, seu poder, não só (como observou Lenin com orgulho e alívio após dois meses e quinze dias) por mais tempo que a Comuna de Paris de 1871, mas durante anos de ininterrupta crise e catástrofe, conquista alemã e imposição de paz punitiva, separações regionais, contrarrevolução, guerra civil, intervenção armada estrangeira, fome e colapso econômico. Não podia ter estratégia ou perspectiva além de optar, dia a dia, entre as decisões necessárias à sobrevivência imediata e as que arriscavam um desastre imediato. Quem podia dar-se ao luxo de considerar as possíveis consequências a longo prazo, para a Revolução, de decisões que tinham de ser tomadas já, do contrário seria o fim da Revolução e não haveria outras consequências a considerar? Uma a uma, as medidas necessárias foram tomadas. Quando a nova República soviética emergiu de sua agonia, descobriu-se que essas medidas a haviam levado para um lado muito distante do que Lenin tinha em mente na Estação Finlândia.

Com o término da guerra civil, prosseguiram os avanços na montagem dos mecanismos de estruturação do sistema de poder, o que incluía a organização do Estado em novas bases, a consolidação do Exército Vermelho e a definição institucional do papel a ser exercido pelo Partido Comunista. A república bolchevique também era colocada frente à questão de promover a industrialização do país, que se caracterizava como essencial para o desenvolvimento do socialismo. Isolada internacionalmente, sem poder contar com a acumulação de divisas externas para o financiamento da industrialização do país, logo evidenciou-se que a implantação de um processo de acumulação primária voltado para este objetivo, só seria possível mediante a transferência dos excedentes gerados na agricultura. Diante dessa questão, abria-se um debate sobre como realizar a coletivização da agricultura, o que apontava para a possibilidade de utilização de meios coercitivos. Os trotskistas entendiam que este processo deveria ser

conduzido de forma gradual, com a participação dos camponeses e envolvendo estímulos econômicos e ideológicos. Todavia, os stalinistas manifestavam-se contra a proposta alegando que a coletivização ameaçaria a aliança entre o operariado e o campesinato.

Com a ascensão do grupo stalinista ao comando do Estado, em 1929, o modo de executar a coletivização da agricultura foi finalmente definido. Inicialmente contrários a essa medida, os stalinistas optaram por realizá-la de forma abertamente coercitiva, colocando os camponeses como membros dos *kolkhoses* (cooperativas de produção agrícola) ou dos *sovkhoses* (fazendas estatais). Isto ensejou uma ampla reação e resistência dos camponeses, o que teve como resposta uma violenta repressão por parte do Estado, que gerou um custo social elevado, principalmente no que diz respeito a vidas humanas. A sujeição dos camponeses foi obtida por meios violentos, tais como os confiscos de propriedades e da produção, deportações, prisões e mortes. Não bastassem as vítimas da sangrenta repressão perpetrada pelo Exército Vermelho, a desorganização da produção e comercialização de bens agrícolas viria a provocar mais um período de grande escassez de alimentos, causando um elevado número de mortes. Conforme salientado por Hobsbawm (1995, p. 373):

Os camponeses – a maioria da população – eram não apenas legal e politicamente inferiores em status, pelo menos até a (inteiramente inoperante) Constituição de 1936; não apenas eram mais taxados e recebiam menos seguridade, como a política agrícola básica que substituiu a NEP, ou seja, coletivização compulsória em fazendas cooperativas ou estatais, foi e continuou sendo desastrosa. Seu efeito imediato foi baixar a produção de grãos e quase reduzir à metade o gado, com isso produzindo uma grande fome em 1932-3. A coletivização levou a uma queda na já baixa produtividade da agricultura russa, que só reconquistou o nível da NEP em 1940, ou descontando os outros desastres da Segunda Guerra Mundial, 1950 (TUMA, 1965, p. 102). As mecanizações maciças que tentaram compensar essa queda foram também, e continuaram sendo, maciçamente ineficazes.

Assim, a orientação autoritária e repressiva imprimida ao Estado pelo stalinismo na república socialista, fez dos camponeses suas primeiras vítimas.

No que tange à ocorrência dos processos de transição ocorridos na sociedade chinesa, observa-se que no período que antecede a revolução socialista, ainda marcado pela vigência do sistema imperial, a grande maioria de sua população era formada por agricultores. O sistema de organização política da sociedade era constituído por uma forte burocracia, formada pelos representantes das classes superiores, recrutados mediante um sistema de exames. Era concebida como um meio de mobilidade social para os filhos de proprietários de terra e instrumento de obtenção de ganhos econômicos. Seus membros elaboravam as normas de regulamentação das atividades sociais e econômicas, cobravam os impostos, dos quais se

apropriavam de grande parte, e negociavam favores e obras públicas que fortaleciam e enriqueciam sua classe. No que tange a essas obras valorizavam imensamente os grandes projetos de irrigação. Os recursos obtidos com suas atividades eram transformados em bens de elevado valor cultural, que mantinham os símbolos de sua posição na estrutura social.

Segundo Moore Jr. (1975), o sistema político funcionava de maneira a criar as condições institucionais para o desenvolvimento das atividades econômicas. Apesar da forte hierarquização presente na sociedade chinesa, de acordo com este autor, não era adequado caracterizá-la como feudal, a exemplo do que faziam os marxistas chineses que buscavam definir a organização material da produção como o fator determinante das relações sociais e do sistema de poder. A base social do processo de exploração e de dominação do campesinato era formada pela família, pelo clã e pela aldeia. As famílias eram detentoras de propriedades e se fortaleciam quando agregadas em um clã. O clã chegava a incluir camponeses e era chefiado por membros da nobreza. Desse modo, governavam e mediavam as relações das aldeias com os agentes externos, quer fossem bandidos, comerciantes, cobradores de impostos ou agentes do império. As pessoas mais pobres, geralmente camponeses sem terra, eram fracamente integradas a esse sistema, formando grupos praticamente excluídos de sua convivência, e, por isso mesmo, explorados com mais intensidade (MOORE JR., 1975, p. 200-207).

A forma de ligação das classes superiores com a terra ocorria mediante seu arrendamento aos camponeses, o que se fazia através de contratos que geralmente estipulavam a divisão da produção em partes iguais. Esta prática sempre se dava com indiscutíveis vantagens para a nobreza e a pequena nobreza proprietária de terras, que buscavam extrair o máximo de vantagens dos camponeses. Os senhores da terra tinham grande interesse no aumento crescente da população, pois isto estimulava os camponeses a competirem pelo arrendamento da terra, oferecendo quantidades menores do que a metade da produção obtida. Moore Jr. (1975, 202) salienta que:

Com algumas variações regionais, o arrendamento era, na sua essência, uma forma de exploração partilhada acrescida por mão de obra assalariada, pelo menos nos princípios do século XIX. O proprietário de terras, que era, sem dúvida, uma figura mais proeminente em algumas zonas do que noutras, fornecia a terra e os camponeses forneciam a mão de obra. A colheita era dividida entre ambos. Dado que, dificilmente, o senhor rural poderia produzir terras do mesmo modo que o camponês produzia mão de obra, já temos uma boa indicação para descobrir os serviços prestados pela burocracia imperial: garantia o controle sobre a terra.

As vantagens usufruídas pelos funcionários e intelectuais na burocracia do império teve como consequência o afastamento dos indivíduos mais ambiciosos das atividades comerciais,

que ainda eram prejudicadas por este grupo através da cobrança de impostos. Isto contribuiu para o abafamento das atividades comerciais e industriais, bem como dos processos de modernização da sociedade chinesa. A China entrou na era moderna com classes médias muito fracas, tal como aconteceu com a Rússia, embora estes grupos tenham contribuído para minar a posição do mandarinato (MOORE JR, 1975, p. 214).

Com a penetração dos interesses comerciais do Ocidente e a incapacidade do império em contê-los, em meados do século XIX, o domínio dessa burocracia nas cidades costeiras desintegrou-se. Uma parte da pequena nobreza fundiu-se com membros das atividades comerciais nas cidades. Mais tarde, reduziu-se à condição de proprietários rurais, tornando-se o principal apoio do Kuomintang.

Entre o final do século XIX e o começo do século XX a agricultura chinesa sofreu modificações decorrentes das demandas geradas pelo crescimento dos centros urbanos. No entanto, a existência de um padrão tecnológico simples, associado a abundância da mão de obra, inibiu o processo de modernização desse setor. Além disso, o sistema de arrendamento vigente, um contrato de natureza pré-industrial, estimulava uma contínua exploração dos camponeses. Quando próximos das cidades, a pequena nobreza se convertia a uma prática rentista, nunca assumindo os empreendimentos agrários.

A China permaneceu em uma condição pré-industrial em virtude dos sucessores da pequena nobreza, aliados aos interesses comerciais das cidades, manterem o padrão de formação de riqueza com base na exploração do campesinato e de controlar substancialmente o poder político. A forma de governar desses grupos não proporcionava nada de essencial para a vida dos camponeses. Moore Jr. (1975, p. 245) ainda ressalta que:

Os camponeses, dentro da família e do clã, tinham os seus próprios sistemas para manter a ordem e administrar a justiça, segundo o seu próprio entendimento. Não precisavam da máquina imperial, excepto para manter os malfeitores e bandidos longe de suas colheitas. Mas o banditismo em escala suficientemente grande para constituir uma séria ameaça para os camponeses já era largamente consequência da exploração dos funcionários. Durante o século XIX, a burocracia imperial tornou-se cada vez menos capaz de manter um mínimo de ordem em vastas áreas da China, pois as suas próprias políticas ajudavam a provocar revoltas dos camponeses.

Resumindo o que até aqui se expôs, tudo indica fortemente que nem o governo nem as classes superiores desempenhavam qualquer função que os camponeses pudessem considerar essencial à sua vida. Por isso, o elo entre os governantes e os governados era fraco e muito artificial, sujeito a quebrar sob qualquer forte tensão.

A desintegração do sistema imperial levou a China a um período de quase anarquia, caracterizado pela proliferação de rebeliões e o domínio dos senhores da guerra, que promoviam

constantes “requisições” da produção de alimentos dos camponeses, cuja exploração era aumentada. Este período somente se encerrou com a vitória do Kuomintang em 1927 (MOORE JR., 1975, p. 219). O Kuomintang empenhou-se na unificação do país, mas não foi capaz de desenvolver políticas que melhorassem as condições de vida do campesinato, a exemplo da realização de uma reforma agrária. Suas bases sociais levaram-no a realizar políticas reacionárias, além de ser conivente com a invasão japonesa.

Por outro lado, desde a queda do império, em 1911, os comunistas lutavam pelo poder contra o Kuomintang. Em que pese a existência de alianças táticas, determinadas pelo apoio às propostas progressistas do Kuomintang – quando liderado por Sun Yat-sen – pela URSS, os conflitos mantinham-se em estado latente. No entanto, após serem quase exterminados em 1927 – desta vez sob o comando do general Chiang Kai-shek – orientaram sua estratégia política para o campo, quando se consolidou a liderança de Mao Tse-Tung, que iniciou a Longa Marcha. Foram bem-sucedidos em sua decisão de deslocar o processo revolucionário para as áreas rurais e baseá-lo na força social que o campesinato representava. Para isto, promoveram a dissolução das lealdades tradicionais fundadas na aldeia, além de organizá-lo politicamente sob o seu comando. Sobre essas mudanças, Moore Jr. (1975, p. 269) menciona que:

Há um aspecto que merece menção especial, em virtude da luz que lança sobre os sistemas da era pré-comunista, bem como sobre as táticas comunistas. A terra era redistribuída, não à família em conjunto, mas a cada membro, em base de partilha igual, fossem quais fossem a idade e o sexo. Assim, os comunistas destruíram o sentido de aldeia como base, obliterando a ligação entre a propriedade e os laços de família. Destruindo a base econômica para os laços familiares, ou, pelo menos, enfraquecendo-a grandemente, os comunistas libertaram poderosos antagonismos entre as fileiras das classes, assim como as da idade e do sexo. Só depois disto se tornou mais aberta e mais dura a luta dos camponeses contra os senhores rurais, dos arrendatários contra os cobradores de renda, das vítimas contra os tiranos locais. Os últimos a queixar-se foram os jovens contra os velhos. Mesmo aí a amargura veio à superfície.

Quando da invasão japonesa, em 1937, o Kuomintang, além da falta de apelo de massa, abandonou um projeto de modernização e regeneração, anti-imperialista e nacional, o que o colocou em franca desvantagem em relação aos comunistas. Quando da invasão japonesa foi logo derrotado nas cidades costeiras. Por sua vez, os comunistas organizaram a resistência contra os japoneses e derrotaram o Kuomintang, em uma breve guerra civil que culminou com a vitória da revolução socialista em 1949. Após um intervalo de quarenta anos, tornaram-se os verdadeiros sucessores do império chinês, com base em uma organização disciplinada nacional, capaz de levar as políticas do governo aos pontos mais remotos do país. Desse modo, beneficiavam-se das continuidades da história chinesa, sendo vistos como portadores de um

“mandato do céu”, restauradores da ordem, da paz e do bem-estar, da grandeza de um império e civilização (HOBSBAWM, 1995, p. 450-451).

Convém assinalar, no entanto, que o destino dos camponeses na sociedade chinesa, embora tenha convergido para a mesma direção do que ocorreu na União Soviética, ou seja, a coletivização da agricultura, realizou-se de forma diversa. Nesta última, como já foi visto anteriormente, durante o processo revolucionário o campesinato apoiava os bolcheviques somente por ser um partido sensível às suas reivindicações. Diante da necessidade de uma solução para o problema da acumulação primitiva do capital na economia socialista, que resultou na coletivização da agricultura russa, os camponeses tiveram suas terras confiscadas e foram objeto de uma feroz repressão pelo regime stalinista.

Porém, na sociedade chinesa os camponeses possuíam uma ligação bem forte com o Partido Comunista, que realizava de imediato a reforma agrária nas áreas ocupadas, além de integrarem as forças militares revolucionárias, durante o período da Longa Marcha. Quando a coletivização da agricultura chinesa foi realizada, de forma ultrarrápida, no período de 1955 a 1957, os camponeses aderiram a ela sem maiores resistências. A coletivização das atividades produtivas no campo representava a outra face do amplo esforço do “Grande Salto Avante” na indústria, promovido em 1958 por Mao Tse-tung, em que pese as resistências internas dentro do Partido Comunista Chinês. De acordo com Hobsbawm (1995, 453),

As 24.000 “comunas populares” de agricultores, estabelecidas nuns meros dois meses de 1958, representaram o outro lado. Eram completamente comunistas, porque não apenas todos os aspectos da vida camponesa haviam sido coletivizados, inclusive a familiar – as creches e refeitórios comunais libertando as mulheres das tarefas domésticas e do cuidado das crianças e mandando-as, arregimentadas, para os campos –, mas também o fornecimento gratuito de seis serviços básicos iria substituir salários e rendas em dinheiro. Esses seis serviços eram alimentação, assistência médica, educação, funerais, corte de cabelo e cinema. Visivelmente, não deu certo. Em pouco meses, diante da resistência passiva, abandonaram-se os aspectos mais extremos do sistema, embora não antes de ele ter se (como a coletivização de Stalin) combinado com a natureza para produzir a fome de 1960-1.

Sob este último aspecto, havia mais uma convergência com a coletivização da agricultura russa. Conforme as estatísticas oficiais chinesas, tomando-se por base a população chinesa existente em 1959, a população esperada para 1961 era 40 milhões a menos do que se previa (HOBSBAWM, 1995, p. 452).

1.3.3 A via capitalista e reacionária

Na Alemanha e no Japão a penetração do capitalismo na agricultura e na indústria os promoveu à condição de países industrializados. No entanto, as mudanças que decorreram desse processo foram realizadas de cima para baixo, sem que se possibilitasse aos camponeses uma participação efetiva nas transformações da ordem social. Por outro lado, as mudanças conduzidas dessa maneira também inibiram a formação de instituições burguesas democráticas, a exemplo do que aconteceu em países ocidentais (MOORE JR., 1995, p. 499).

Nesse sentido, observa-se que as modificações introduzidas nas áreas rurais, embora favorecessem o desenvolvimento do capitalismo, assentaram-se em sistemas repressivos de organização da mão de obra agrícola, que asseguravam a extração dos excedentes produzidos e o controle político da força de trabalho, assim contribuindo para o fomento das condições institucionais favoráveis à emergência de regimes fascistas. De acordo com Moore Jr. (1975, p. 501-502) a evolução do Estado prussiano evidenciava claramente esse processo:

Na Alemanha do Nordeste, a reação senhorial nos séculos quinze e dezesseis, sobre a qual teremos algo a dizer dentro de outro contexto, interrompeu o progresso no sentido da libertação dos camponeses e o progresso, a ela estreitamente ligado, da vida cidadina, que, na Inglaterra e na França, culminaram na democracia ocidental. Uma causa fundamental foi a exportação de cereais, embora não fosse a única. A nobreza prussiana expandiu suas propriedades à custa dos camponeses que, sob a Ordem Teutônica, havia estado próximos da liberdade, e reduziram-nos à servidão. Como parte do mesmo processo, a nobreza reduziu as cidades à dependência, curtocircuitando-as com as suas exportações. Mais tarde, os governantes Hohenzollern conseguiram destruir a independência da nobreza e esmagar os Estados, voltando os nobres e os habitantes das cidades uns contra os outros, e controlando assim os componentes aristocráticos no seu caminho para o governo parlamentar. O resultado, nos séculos XVII e XVIII, foi a “Esparta do Norte”, uma fusão militarizada de burocracia real e aristocracia proprietária.

É importante salientar que este autor sugere outros aspectos que na Alemanha e, com extensão variável, no Japão e em outros países, encontravam-se presentes no processo de modernização vindo de cima. Um deles dizia respeito às coligações formadas por importantes setores de proprietários de terra com os interesses comerciais e industriais emergentes. Neste sentido, observava-se que uma burguesia comercial e industrial débil cedia aos proprietários de terra e à burocracia real o exercício de sua potencial capacidade política de governar, a fim de preservar seus interesses econômicos. Em face de sua debilidade política a burguesia alemã apoiava a burocracia e a nobreza agrária que sustentavam o Estado, compondo uma aliança que resultou na “modernização conservadora”. Em troca desse apoio a burguesia buscava assegurar

tanto os seus interesses econômicos, quanto o controle político de uma classe operária em rápido crescimento.

Não obstante, tal situação era permeada por uma fragilidade do sistema repressivo de controle da força de trabalho agrícola, a qual se originava das desvantagens da Alemanha em concorrer com as economias agrícolas mais avançadas tecnologicamente. Isto fazia com que os proprietários de terra, temerosos com as dificuldades inerentes à sua base econômica, procurassem aperfeiçoar os instrumentos políticos necessários à sua manutenção no poder. Assim, preservaram uma grande parcela de poder político, evitando a ameaça de uma ruptura revolucionária, decorrente de uma possível aliança entre camponeses e setores urbanos. Desse modo, governos autoritários com regime semiparlamentares, como os da Alemanha e do Japão, executaram reformas modernizantes de cima para baixo, de modo mais ou menos pacífico, que os fizeram avançar economicamente. Isto contrariava a ideia de que a remoção de obstáculos feudais à industrialização somente poderia ser feita por meio de revoluções populares violentas. Contudo, tais processos de modernização conservadora ao pretender evitar alterações em aspectos importantes da estrutura social, tiveram como consequência o fomento de condições favoráveis à emergência do fascismo (MOORE JR., 1975, p. 503-504).

Na Alemanha, essa correlação de forças se estenderia até a passagem do século XIX para o século XX, em que pese a ocorrência de importantes transformações em sua economia. Neste período, a partir de 1870, uma grave crise econômica assolava a Europa, em razão da concorrência entre produtos europeus e norte-americanos, o que resultou na queda dos preços dos alimentos e matérias-primas, gerando uma recessão que se estenderia até 1890. Os efeitos desta crise, principalmente no que se relacionava aos produtos agrícolas, levou à ruína um grande número de camponeses localizados no Oeste e no Sudoeste do Império, que foram obrigados a hipotecar ou a vender suas terras. No entanto, em outras regiões do país, no Noroeste e no Sul, os médios e grandes proprietários formaram cooperativas agrícolas que forneceram o apoio necessário para evitar sua falência. Contudo, na região leste, onde se encontrava grande parte do território da Prússia, prevaleciam as grandes propriedades agrícolas, voltadas tanto para o mercado interno como para a exportação. Tal segmento também atingido duramente pela recessão, reagiu de modo diferenciado, quer pela aquisição de imóveis urbanos, quer pela expansão de suas próprias terras, aproveitando-se da queda dos preços. Assim, em que pese as perdas econômicas, os grandes proprietários de terra conseguiram manter sua posição de influência no Estado, o que lhes permitiu obter uma série de benefícios para a

realização de suas atividades, como taxas de juros favoráveis, impostos reduzidos e medidas protecionistas (ANDRADE, 2008, p. 151-152).

No entanto, a influência da nobreza agrária não dependia exclusivamente de suas atividades econômicas, que, apesar do declínio imposto pela crise, sustentava-se com fortes subsídios governamentais, bem como pela realização de investimentos nas áreas urbanas. Além disto, monopolizava a maior parte dos cargos públicos, os postos militares e atividade diplomáticas do Estado alemão. Em algumas áreas dos altos escalões administrativos e militares dividia a ocupação de cargos com setores da burguesia, o que não significava nenhuma ameaça a suas posições. As ideias e valores políticos da nobreza também impregnavam a formação escolar nos níveis médio e superior, destinados a preparar seletivamente os indivíduos que integravam os quadros funcionais do Estado, bem como os profissionais liberais, membros do clero e da academia. Com efeito, os estreitos laços entre a formação universitária e o preenchimento de cargos na burocracia estatal estava imbuída da transmissão dos valores cultivados pela nobreza agrária, tais como os de honra, lealdade, obediência e coragem (ANDRADE, 2008, p. 153-154). Desse modo, constituía-se a base de uma *intelligentsia conservadora*, reativa aos valores da democracia moderna, contrária à participação política dos trabalhadores e defensora de medidas protecionistas para seus negócios e da conquista de novos territórios.

Nessas circunstâncias, a burguesia renunciava a um projeto político próprio e delimitava o seu horizonte de aspirações à sua participação nos altos círculos políticos e militares da nobreza, reduzia o seu papel político à defesa de seus interesses econômicos. Isto, evidentemente, fortalecia ainda mais a burocracia e a nobreza detentoras de forte poder administrativo e militar, que se constituía na principal base política do Império. Tamanho era o poder acumulado por estes grupos, que sua dominação se assemelhava a uma monarquia bonapartista. Engels no prefácio de 1874 ao seu livro *As guerras camponesas na Alemanha*, assinala que:

(...) o desenvolvimento industrial extremamente rápido tinha substituído a luta entre junkers e burgueses, pela luta entre burgueses e operários, de sorte que em sua estrutura interna, as bases sociais do velho Estado sofreram uma transformação total. A monarquia, que se decompunha lentamente depois de 1840, teve, como condição fundamental de existência, a luta entre a aristocracia e a burguesia, luta na qual mantinha o equilíbrio; a partir do momento em que ela veio proteger, não mais a aristocracia contra a pressão da burguesia, mas, todas as classes proprietárias contra a pressão da classe trabalhadora, a velha monarquia absolutista teve de passar completamente à forma de estado elaborada especialmente nesse momento: a monarquia absolutista (ENGELS, 1977, p.16).

Apesar da grande crise recessiva, na década de 1890 a Alemanha ingressou em um rápido período de crescimento industrial, decorrente dos incentivos proporcionados por financiamentos de bancos e empresas privadas, através de políticas deflagradas por Bismark, desde o início do Império. Os incentivos governamentais concentravam-se nas indústrias pesadas, químicas e elétricas, bem como em universidades que realizavam pesquisas aplicadas orientadas para diversos setores industriais. Este direcionamento dos recursos governamentais gerou, posteriormente, a concentração das indústrias em carteis controlados por grandes bancos de investimento. O elevado crescimento da economia alemã nessa década espelhava não só o aumento da produção de bens de capital e de consumo, mas também a expansão do capital financeiro e a recuperação das atividades agrícolas, o que era favorecido pela ampliação da rede ferroviária e pelo incremento da produção (ANDRADE, 2008, p. 157-159).

Por ora, deve-se observar que, ao analisar processos de mudança social impostos coercitivamente por coalizões de classes formadas pela nobreza agrária e pela burguesia, de modo a evitar transformações profundas na estrutura social, Barrington Moore Jr. utiliza de forma equivalente os conceitos de revolução vinda de cima e modernização conservadora. É evidente que o autor centraliza suas preocupações em um processo desenvolvido sem a participação dos camponeses nas lutas políticas, o que contribuiu para o incremento do militarismo e do fascismo. Cabe salientar, no entanto, que para as finalidades do presente estudo o conceito de modernização, mesmo que qualificada como conservadora, evidencia de forma mais precisa o recurso a formas de ação contrarrevolucionárias. Isto porque embora dirigidas para apoiar o desenvolvimento capitalista no campo, objetivavam, ao mesmo tempo, impedir mudanças na estrutura agrária, desde que o seu propósito maior era o de transferir o maior ônus da acumulação de capital aos camponeses e assalariados agrícolas. Por outro lado, o conceito de revolução está vinculado a mudanças profundas na estrutura social de um país, decorrentes de transformações na modalidade de apropriação dos meios de produção, que redefinem as relações sociais de produção, com fortes repercussões nas instituições que organizam e regulam a vida social. É importante considerar, portanto que um processo de modernização social, mesmo que produza avanços econômicos importantes, pode incidir na conservação de aspectos institucionais retrógrados que favorecem o controle do poder político por uma classe ou por uma aliança de classes.

Assim, os ganhos obtidos dessa maneira pelos diversos setores das classes dominantes dependiam do controle político e do disciplinamento de operários e camponeses. O desempenho simultâneo dessas funções esbarrava, no entanto, em um dilema sem solução aparente, ou seja,

como promover um processo de modernização da sociedade sem efetuar mudanças em sua estrutura social. Na verdade, a solução para este dilema veio com o militarismo e, por extensão, com o fascismo. Moore Jr. (1975, p. 508-509) considera, ainda, que:

No conjunto, um governo conservador forte tem vantagens nítidas. Pode encorajar e controlar o desenvolvimento econômico, simultaneamente. Pode ocupar-se de que as classes inferiores, que pagam os custos de todas as formas de modernização, não causem muito problemas. Mas a Alemanha e, ainda mais, o Japão estavam a tentar resolver um problema que era inerentemente insolúvel, modernizar sem alterar as estruturas sociais. A única saída desse dilema era o militarismo que unia as classes superiores. O militarismo intensificou um clima de conflito internacional, que, por sua vez, tornou imperioso o desenvolvimento industrial, mesmo que, na Alemanha, um Bismark conseguisse, durante algum tempo, controlar a situação, em parte por o militarismo ainda não se ter tornado um fenômeno de massa. Levar a cabo reformas estruturais completas, isto é, fazer a transição para uma agricultura comercial lucrativa sem a repressão daqueles que trabalhavam o solo, e fazer o mesmo quanto à indústria, numa palavra, utilizar a tecnologia moderna racionalmente para o bem dos seres humanos ficava para além da visão política destes governos. Finalmente, esses sistemas esmagaram-se numa tentativa de expansão estrangeira, mas não antes de tentarem tornar popular a reação sob a forma de fascismo.

Segundo Moore Jr. (1975) o fascismo era inconcebível sem a democracia, na medida em que tinha como objetivo valorizar a reação e o conservadorismo junto às massas a fim de obter o apoio popular. Assim, enfatizava a hierarquia, a disciplina e a obediência, além de conceder importância à violência. Em contraste com o conservadorismo que caracterizara os regimes autoritários que o precederam no século XIX, o anticapitalismo popular tornou-se o elemento distintivo do fascismo no século XX, o que resultava da penetração do capitalismo no campo e das tensões que acompanhavam a expansão da industrialização.

No processo de modernização da sociedade japonesa uma burocracia agrária inibiu a formação de uma classe mercantil e industrial. Evitou o descontentamento dos camponeses e impediu uma revolução rural. Isto se deu mediante a atuação de uma fração da classe dominante que dela se afastou e proporcionou as condições para o desenvolvimento industrial. Os momentos históricos mais importantes desse processo podem ser enumerados da seguinte maneira: o Shogunato Tokugawa (1600-1868); o isolamento do Japão do exterior (1639-1859); a Restauração Meiji (1868-1912); e a Rebelião Satsuma (1877). Tal como se procedeu em relação à análise das mudanças ocorridas na Alemanha, a maior parte das observações a serem efetuadas no que tange à modernização conservadora no Japão foram extraídas do trabalho de Barrington Moore Jr., anteriormente citado.

O Shogunato Tokugawa representou a necessidade de pôr fim a um período de violência e de anarquia na sociedade feudal japonesa. Seu principal objetivo era o de impor a paz e a

ordem. Situado logo abaixo do Imperador, o *Shogun* era quem exercia efetivamente o poder, de forma centralizada e contando com uma organização burocrática cujos membros recebiam salários. Como os senhores feudais, sua força política repousava sobre a propriedade da terra e o sistema de exploração do campesinato existente. No sistema feudal japonês os laços entre os senhores e vassalos baseavam-se muito mais em lealdades e deveres do que em um elemento contratual consistente. Abaixo do *Shogun* vinham os grandes senhores de terras e, em seguida, os samurais que constituíam o grupo de guerreiros dessa sociedade. Por fim, na base da escala social, apareciam os camponeses que respondiam pela maior parte das atividades produtivas. O Shogunato Tokugawa enfraqueceu sensivelmente os samurais ao afastá-los das bases independentes do poder no meio rural e atribuir-lhes um salário. Além disso, com a imposição da paz esse grupo deixou de ter qualquer função real na sociedade (MOORE JR., 1975, p. 273-275).

No que tange aos grandes senhores o Shogunato também limitou os seus poderes, na medida em que os obrigou a residir nas cidades, assumindo um modo de vida baseado na ostentação e no luxo. Desde que tais senhores não podiam cunhar moeda, viam-se obrigados a transferir os excedentes agrícolas de que dispunham, em grande parte extraído dos camponeses, para os comerciantes sediados nas cidades. Por sua vez, estes comerciantes convertiam em dinheiro os produtos recebidos dos nobres, que destinavam os recursos assim obtidos à manutenção do seu estilo de vida. Esta forma de mediação financeira favoreceu o crescimento de uma classe de comerciantes, que, embora tivessem suas atividades fortemente controladas pelo Shogunato tirava enormes vantagens da situação a que os nobres foram submetidos. Na medida em que as rendas deste grupo tornavam-se insuficiente para atender o fausto em que viviam, os comerciantes os financiavam com empréstimos, ao mesmo tempo em lhes vendiam os produtos de luxo que consumiam. No entanto, cerceados pelo pensamento e ética feudais, os comerciantes não conseguiram elaborar um ideário que expressasse seus interesses e questionassem as instituições vigentes, a exemplo do que ocorreu na Europa. Mesmo com estas limitações contribuíram enormemente para minar o sistema instituído pelo Shogunato (MOORE JR., p. 278-284).

Estes foram os principais fatores que levaram gradativamente à decadência do Shogunato Tokugawa, que já era considerável quando os navios do Comodoro Perry, em 1854, aportaram no Japão. A preocupação com a ameaça de uma intervenção armada estrangeira e com a preservação da própria ordem social fez emergir a questão de rearmar os camponeses para a constituição de um exército moderno. Contudo, havia temores de que os grandes senhores

usassem esta força contra o governo central, bem como de que os camponeses também se rebelassem contra o regime. Estes receios acabaram revelando-se verdadeiros. Ambos lutaram pela Restauração Meiji, registrando-se a ocorrência de rebeliões camponesas com a forte presença de elementos antifeudais. Neste sentido, os camponeses contribuíram para as mudanças revolucionárias que viriam acontecer, embora tenham também lutado contra a Restauração. Na verdade, não tinham objetivos políticos claros.

A Restauração Meiji não foi um movimento decisivo para a sociedade japonesa. Suas causas mais importantes foram os efeitos da imposição da paz e da ordem, além do receio de uma intervenção armada estrangeira. Os principais grupos dominantes estavam preocupados em evitá-la e manter a estabilidade do status quo. Isto, porém, estimulou o regime a buscar na tecnologia moderna e na indústria os meios de assegurar a sobrevivência nacional e, ao mesmo tempo, preservar os seus interesses. Moore Jr. (1975, p. 289) assinala que:

(...) a Restauração não era, de modo algum, uma luta de classes pura, nem certamente uma revolução burguesa, como têm afirmado alguns autores japoneses, embora, que eu saiba, nenhum ocidental o afirme. Em alguns dos seus aspectos decisivos, foi uma luta antiquada e feudal entre a autoridade central e os feudos.

Dessa maneira é que se concretizou uma revolução de cima para baixo, na medida em que uma parte das elites dominantes atuou tanto para garantir seus interesses quanto para criar novas oportunidades para outros grupos, dismantando o feudalismo, construindo um estado moderno centralizado e desenvolvendo uma economia industrial. Para tanto, parte dos interesses dos proprietários de terra fora sacrificada, os samurais destruídos, as práticas feudais eliminadas e, sobretudo, criadas as condições necessárias para a circulação livre de pessoas e mercadorias. A Restauração Meiji completava a obra do Shogunato Tokugawa. Conforme ressalta Moore Jr. (1975, p. 292-293):

O seu propósito geral era abater as cadeias feudais apostas ao movimento livre de pessoas e bens, encorajando assim o desenvolvimento em moldes capitalistas. Em 1869, o governo declarou a igualdade perante a lei para as diversas classes sociais, aboliu as barreiras locais ao comércio e às comunicações, permitiu a liberdade das culturas agrárias e a aquisição individual de direitos à propriedade em terras. Embora as terras tivessem começado a livrar-se das cadeias feudais nos tempos de Tokugawa, agora já podiam tomar o aspecto de uma mercadoria que podia ser comprada e vendida como qualquer outra, o que teve, para o resto da sociedade, as importantes consequências de que oportunamente falaremos.

No entanto, as instituições imperiais também possibilitaram que as forças conservadoras dessem continuidade a tendências anteriores. A permanência de tradições feudais, sobretudo militares, viabilizou fortes elementos burocráticos na política japonesa, que resultaram em uma

burguesia domesticada, sem condições de questionar a ordem antiga. Em vez das relações contratuais que caracterizavam as práticas empresariais nos países ocidentais em que ocorreram as revoluções burguesas, prevaleceram os laços feudais cuja ênfase recaía na lealdade militar. A ausência de um pensamento burguês crítico e antifeudal refletiu-se em uma modernização industrial distanciada de valores democráticos. Não ocorreu, portanto, nem uma revolução burguesa nem uma revolução camponesa. Neste sentido, cabe perguntar, ainda, porque não houve uma revolução camponesa e como tal grupo foi dominado.

Dentre as principais causas da não ocorrência de uma revolução camponesa no Japão no período de transição pode-se citar o sistema de impostos Tokugawa, que permitia aos camponeses que dispunham de mais recursos reter uma maior parcela do seu excedente, o que também contribuiu para o aumento da produção. Em seguida, aparece a estreita ligação entre a comunidade camponesa e os senhores feudais, decorrente de um forte sistema de controle social, que possibilitava a expressão de insatisfações existentes. Por fim, observa-se a adaptação de instituições feudais e de seus mecanismos repressivos à ordem moderna. Em relação a este último aspecto, Moore Jr. (1975, p. 300) sublinha que:

(...) este conjunto de instituições adaptou-se à agricultura comercial, com a ajuda de mecanismos repressivos extraídos da ordem antiga, em conjunto com sistemas novos, próprios de uma sociedade moderna. O elemento-chave da transição foi o surgir de uma nova classe de senhores rurais, recrutada em grande parte entre os camponeses, que utilizavam os mecanismos do Estado e os mecanismos tradicionais da comunidade rural para extrair arroz dos camponeses e vendê-los no mercado. A passagem dos antigos sistemas feudais para o sistema de arrendamento tinha algumas vantagens para os camponeses, que se encontravam na base da escala. No conjunto, verificou-se ser possível extrair a ordem antiga do passado e incorporar uma economia camponesa numa sociedade industrial – tendo como preço o fascismo.

Contudo, o aparecimento de relações comerciais na organização feudal criava problemas que se refletiam na violência dos camponeses, manifestada na oposição ao senhor feudal, ao mercador e aos senhores rurais. Os camponeses revoltavam-se contra as rendas, a usura e os impostos elevados decorrentes da expansão das relações capitalistas no campo. Nos primeiros dez anos do governo Meiji ocorreram mais de 200 rebeliões de camponeses. O Japão esteve próximo de uma revolução social. Os motivos mais evidentes dessas revoltas exprimiam a oposição dos camponeses ao desenvolvimento do capitalismo nas áreas rurais. A Rebelião Satsuma (1877) foi a última e mais importante reação violenta da ordem antiga, comandada por samurais que estavam sendo progressivamente destituídos de suas funções tradicionais pelo governo Meiji. Na verdade, a Rebelião Satsuma representava as convulsões finais do feudalismo e o fim do poderio dos samurais. De acordo com Moore Jr. (1975, p. 295):

Depois de derrotar a Rebelião Satsuma, o governo Meiji ficou firmemente instalado na sela. No espaço de nove anos, tinha conseguido dismantlar o sistema feudal e substituí-lo por grande parte da estrutura básica de uma sociedade moderna. Tratou-se, sem dúvida, de uma revolução vinda de cima, executada com um mínimo de violência, se a compararmos com as revoluções esquerdistas da França no século XVIII, ou da Rússia e da China no século XX.

Neste contexto, o camponês era visto pelos grupos dominantes, como um instrumento para fazer a terra produzir. O sistema de impostos punia os que não melhoravam suas terras e beneficiava os que produziam mais. Isto tinha como finalidade o aumento da produtividade, possibilitando aos camponeses que alcançavam tal objetivo o aumento de seus ganhos. Com a redução do poder dos samurais a cobrança dos impostos tornava-se mais pessoal. Os fortes mecanismos de integração presentes nas aldeias também constituíam poderosos meios de controle social, necessários para manter relações paternalistas, assim reduzindo o potencial revolucionário dos camponeses. A legislação Meiji fortaleceu os senhores rurais em detrimento dos camponeses e pequenos arrendatários. No entanto, removeu as distinções feudais e incorporou politicamente os camponeses de forma conservadora. Com isto não só evitou a emergência de grandes conflitos, como forjou as bases para a acumulação primitiva do capital. Ao se referir conclusivamente sobre a posição dos senhores rurais no capitalismo emergente, Moore Jr. (1975, p. 321) postula que:

(...) Em grande parte, este grupo desenvolveu-se a partir da classe dos camponeses abastados, que se havia tornado cada vez mais proeminente nos fins do período Tokugawa e, na opinião de alguns historiadores, teve uma importante contribuição para o movimento da Restauração. Ao transformarem-se em proprietários, um setor da elite camponesa afastou-se e tornou-se politicamente seguro. Além disso, um número substancial desses senhores adquiriu interesses comerciais e, por essa razão, não se opôs às importantes modificações da ordem antiga. Mas, de modo geral, os proprietários camponeses ricos não tinham qualquer desejo de destruir o sistema de oligarquia das aldeias japonesas, de que tiravam os principais benefícios. Logo que os camponeses mais pobres e os arrendatários começaram a apresentar exigências radicais ao governo Meiji, os camponeses abastados voltaram-se contra eles. Assim, a sociedade rural japonesa, nesta conjuntura histórica, continha importantes salvaguardas contra qualquer eclosão do anticapitalismo e da oposição às novas tendências sociais.

Desse modo, o Japão ingressou na era moderna sem as grandes propriedades feudais, promovendo a emergência de uma nova classe de senhores rurais provenientes em sua maioria do próprio campesinato. O desenvolvimento do capitalismo não promoveu mudanças profundas na agricultura japonesa. Apesar do impacto inicial que produziu ter sido muito forte, resultou em um longo período de estabilidade. O senhor rural era o elemento mais importante do novo sistema. Obtinha grandes lucros com a exploração dos arrendatários, a qual se baseava na existência de um amplo excedente populacional nas áreas rurais. No período entre as duas

guerras mundiais os arrendatários entregavam ao senhor metade da produção. Este, por sua vez, apenas lhe cedia a terra. Os apelos à tradição nacionalista procuravam encobrir os conflitos econômicos, ao mesmo tempo em que evidenciavam uma justificativa ideológica de repressão à força de trabalho rural. Isto também era do interesse da burguesia, que devido a fraqueza do seu projeto político, contava com os interesses agrários para a preservação da estabilidade e da ordem.

Embora tenha tido êxito na adaptação de suas instituições tradicionais ao capitalismo e subordinado os camponeses sem promover a destruição de sua economia, eliminando a possibilidade de uma passagem revolucionária para a sociedade moderna, o Japão sucumbiu ao fascismo, pagando um elevado preço por ter seguido esta trajetória.

1.3.4 A singularidade do caso da Índia

Na Índia não ocorreu uma revolução burguesa, nem uma revolução conservadora, tampouco uma revolução camponesa. Dentre os inúmeros conquistadores do seu território, os mongóis, que precederam a ocupação britânica, estabeleceram uma burocracia agrária desfavorável ao desenvolvimento de uma classe comercial. Sua invasão se estendeu por grande parte do território, apesar dos reinos hindus do sul se manterem independentes.

Os mongóis adaptaram suas leis ao contexto indiano, mantendo um sistema político composto por um soberano que governava com o apoio do exército, sendo ambos sustentados pelos camponeses. A base produtiva deste sistema era formada por uma agricultura fraca e ineficaz, provavelmente por força do sistema de impostos e da organização das aldeias pelas castas.

O sistema de exploração dos camponeses era baseado na cobrança de impostos por funcionários designados pelo Imperador. Tais funcionários eram remunerados com parte da produção tributada na área sob sua responsabilidade. Desse modo, observava-se que se empenhavam em extrair o máximo de dinheiro dos camponeses que trabalhavam a terra. As tensões originadas pela forte exploração a que eram submetidos implicavam no abandono das terras e em revoltas frequentes. Por sua vez, as castas representavam uma realidade local, onde se observava a organização da divisão do trabalho e um sistema de controle social que praticamente abarcava todas as áreas da vida social, tornando supérflua a ingerência de uma autoridade central.

Para tornar tal situação ainda mais complexa, os funcionários encarregados da cobrança dos impostos, após a sua morte, tinham os seus bens revertidos ao Império, o que caracterizava a ausência do direito de herança. Deve-se salientar que grande parte dos imperadores achava importante governar e tributar através de autoridades nativas - os *zamindars* - que mantinham diversos graus de independência em relação à autoridade central. Diante da impossibilidade da transferência de bens para os herdeiros, o consumo e a ostentação eram amplamente praticados por esse grupo, além de estimuladas pelo próprio Imperador. Moore Jr. (1975, p. 374-375) assinala que:

O risco de amealhar riquezas e o impedimento de sua transmissão por testamento deu uma importância imensa à ostentação. Gastar, não economizar, era característica predominante da época. Esta parece ser a origem da magnificência enraizada na miséria que ainda impressiona os actuais visitantes da Índia e que muito impressionou os visitantes europeus na época mongol. O Imperador dava o exemplo de magnificência que deveria ser seguido pelos seus cortesãos. Este esplendor da corte constituía um sistema para evitar uma indesejável acumulação de recursos nas mãos dos que lhe estavam associados, embora, como veremos, também tivesse consequências infelizes sob o ponto de vista do governante. (...) Extraíndo a maior parte do excedente econômico gerado pela população subjacente e transformando-o em ostentação os governantes mongóis evitaram, durante algum tempo, os perigos de um ataque aristocrático ao seu poder. Simultaneamente, um tal emprego desse excedente limitava seriamente as possibilidades de desenvolvimento econômico, ou, mais precisamente, do tipo de desenvolvimento econômico que teria acabado com a ordem agrária e estabelecido um novo tipo de sociedade.

A falta de dinamismo do sistema mongol levou ao seu enfraquecimento e posterior desaparecimento. Era um sistema incompatível com o crescimento econômico e com a formação de padrões políticos democráticos, sobretudo quando comparado com as condições históricas que precederam as mudanças ocorridas nos países ocidentais afetados pelas revoluções burguesas. Inexistia uma aristocracia agrária proprietária de terras que pudesse fazer frente à monarquia, bem como as condições necessárias ao surgimento de uma burguesia empreendedora. Restava, portanto, uma “burocracia predatória” empenhada na exploração do campesinato, o que trazia como consequência a multiplicação de revoltas e a fragmentação da unidade política. Isto facilitou a conquista do território indiano e sua submissão ao domínio estrangeiro (MOORE JR., 1975, p. 384).

Quando da ocupação do território indiano pelos britânicos, sua maior preocupação era a de sustentar sua ocupação e comércio com recursos extraídos dos nativos, o que os levou, inicialmente, a manter o sistema de exploração existente. Com a estabilização do seu domínio, os ingleses passaram de saqueadores comerciais para governantes mais pacíficos. Apesar de transformarem-se em uma burocracia governante, preservaram muitas práticas políticas

semelhantes às dos mongóis. Modificaram a forma de cobrança dos impostos e introduziram mudanças na propriedade da terra. Tratava-se, pois, de conferir estabilidade aos seus propósitos de promover a comercialização de produtos industriais. Desse modo, as exportações de seus produtos têxteis para a Índia liquidaram uma parte do artesanato, justamente aquela ocupada com a produção de artigos mais elaborados, concentrada nas cidades. Por outro lado, a apropriação dos excedentes produzidos pelos camponeses pelos senhores rurais e usurários, bem como a dissipação dos recursos obtidos com a sua comercialização em um modo de vida faustoso, impediu que tais excedentes fossem direcionados para o desenvolvimento industrial do país. Moore Jr. (1975, p. 397) comenta que:

Não se pode discutir o impacto dos ingleses na sociedade indiana como se fosse resultado de uma causa uniforme, actuando continuamente durante mais de três séculos. Algumas das mudanças mais significativas tiveram lugar durante o século que vai de 1750 a 1850. Em meados do século XVIII, os ingleses estavam ainda organizados no sentido de comerciar e pilhar, dentro da Companhia das Índias Orientais, e não controlavam mais do que uma pequena fração do território indiano. Em meados do século XIX, tinham-se tornado efetivamente senhores da Índia, organizados numa burocracia orgulhosa da sua tradição de justiça e lealdade. Sob o ponto de vista das modernas teorias sociológicas da burocracia, é quase impossível ver como se poderia ter dado esta modificação, uma vez que a matéria-prima histórica era tão pouco prometedora: uma companhia de mercadores que dificilmente se poderia distinguir de piratas, por um lado, e uma série de despotismos orientais decadentes, por outro. Pode-se, legitimamente, forçar o paradoxo sociológico e histórico; desse amálgama, igualmente pouco prometedora, emergiu eventualmente um Estado com direitos válidos a uma democracia!.

Procedendo dessa maneira, os britânicos evitaram que se formasse uma coligação de interesses entre as elites proprietárias rurais e uma burguesia fraca, tal como aconteceu no Japão e na Alemanha, impedindo o desenvolvimento de uma tendência que poderia levar ao fascismo. Desse modo, contribuíram para a formação de um sistema democrático, ainda que pouco vigoroso. O crescimento do movimento nacionalista a par do enfraquecimento do seu império determinou a sua expulsão.

As mudanças promovidas nas áreas rurais após a Independência não foram bem-sucedidas, contribuindo apenas para melhorar a condição dos pequenos senhores rurais e camponeses ricos. Por outro lado, os programas de melhoria tecnológica da agricultura alcançaram resultados muito limitados, haja vista que tal processo se desenvolvia sem o conhecimento da realidade dos camponeses, contribuindo para a rejeição das tecnologias ofertadas.

1.3.5 Diferenças e aspectos comuns aos processos de transição do campesinato

A análise dos aspectos mais importantes dos processos de transição política do campesinato para a sociedade capitalista, observados nos casos estudados, demonstra, portanto, a ocorrência de suas diferentes trajetórias e das consequências que elas acarretaram para a formação dos regimes políticos da modernidade. Trata-se, por conseguinte, de mudanças que conduziram à modernização das estruturas agrárias, indispensáveis para a estruturação das sociedades industrializadas. O núcleo comum desse processo consistia na transferência dos excedentes gerados pelo campesinato para os grupos sociais dominantes, que os mobilizavam para o consumo ostentatório ou para a acumulação de capital. Em ambos os casos, isto não podia acontecer sem uma forte coerção sobre o campesinato, originando tensões sociais que desembocaram em revoltas e revoluções.

As mudanças mais significativas transcorreram mediante a luta de classes e resultaram em revoluções ocorridas de cima para baixo, como nos casos do Japão e da Alemanha, e revoluções que, de maneiras diferenciadas, alteraram a base da sociedade, como as revoluções francesa, russa e chinesa. Outros tipos de transformação social redundaram na destruição do campesinato, como a Guerra Civil na Inglaterra, ou em sua preservação sob condições de atraso econômico muito pronunciado, como no caso da Índia. O caso dos Estados Unidos, no entanto, difere significativamente dos anteriores pela inexistência de um campesinato no sentido clássico.

Em todas essas transformações sociais pode ser constatado, ainda, a formação de alianças de classes, ora no sentido de manter o status quo, ora no de transformá-lo. As lutas camponesas, porém, sempre estavam relacionadas à reação contra mecanismos de exploração e opressão a um grupo situado na base da sociedade e encarregado da maior parte das atividades produtivas. No entanto, as condições sociais de existência do campesinato se modificaram com o advento da industrialização, oportunidade em que grupos sociais emergentes constituíram uma nova base produtiva hegemônica, localizada nos centros urbanos, que lhes permitia exercer o domínio das relações de poder no conjunto da sociedade.

Estas mudanças originaram novas relações sociais de produção que iriam reconfigurar o arranjo das classes nas sociedades modernas conforme a trajetória política observada em cada uma delas. Assim é que o campesinato passaria a ter sua posição social requalificada em função das novas condições de poder vigentes, que implicavam em novas regulamentações sociais associadas ao desenvolvimento de suas atividades produtivas. Isto iria influir de diferentes

maneiras em suas reivindicações políticas, cujo eixo mais importante continuaria a ser o da mudança das condições de posse e uso da terra, que se constituía em um dos elementos fundamentais das relações sociais de produção, e, como tal, de sustentação dos mecanismos de extração dos excedentes por ele gerado.

É sob estes aspectos que se pretende discutir como a formação do campesinato brasileiro iria condicionar suas lutas sociais em torno das questões relacionadas com a posse e o uso da terra. Desse modo, pode-se considerar que as lutas políticas do campesinato brasileiro se encontram historicamente associadas às mudanças que afetaram a evolução da estrutura agrária, adquirindo uma expressão mais avançada nas mobilizações pela realização de uma reforma agrária. A viabilidade dessas reivindicações na sociedade brasileira contemporânea também será analisada em relação aos processos atuais de internacionalização das economias capitalistas. Tais mudanças promovem uma reordenação da divisão social do trabalho e das relações de poder na sociedade globalizada contemporânea, que afetam, por extensão, o desenvolvimento das atividades agrícolas, pondo em questão a reprodução social do campesinato.

Capítulo 2

A formação do campesinato brasileiro

2.1 O conceito de campesinato e sua utilização na análise da realidade brasileira

A discussão sobre a formação do campesinato brasileiro inscreve-se, inicialmente, na análise das condições em que se processou a ocupação do território, sob a égide de um projeto colonizador desenvolvido pelos países ibéricos no século XVI. As características dominantes no estágio de desenvolvimento histórico atravessado por Portugal e Espanha constituem, portanto, um dos balizadores mais importantes dessa questão, que irá marcar profundamente os debates a respeito da estrutura agrária no Brasil. As condições históricas que caracterizaram a ocupação e a exploração do território brasileiro é que irão determinar o tipo de campesinato que nele se formou. Neste sentido, constituem dimensões importantes desse processo a implantação da grande propriedade como forma de exploração econômica dominante, a importação de mão de obra escrava e a existência de uma grande fronteira de terras livres. Tais fatores são relevantes para a compreensão da existência de uma agricultura praticada em pequena escala, com base no grupo familiar e voltada primordialmente para a produção de alimentos, como uma modalidade secundária e subordinada de produção, realizada, inicialmente, por homens livres nas franjas das grandes propriedades.

Aí se localiza a origem das formas camponesas na agricultura brasileira e do seu desenvolvimento e diferenciação ao longo da formação da sociedade nacional. Por outro lado, as diversas maneiras de organização de camponeses e agricultores familiares que se consolidaram e se reproduziram foram condicionadas pelas transformações que ocorreram na sociedade brasileira, que também irão influenciar as formas por elas assumidas em sua configuração atual. Como um dos principais elementos que orientam e caracterizam esta trajetória encontra-se a questão da posse e do uso da terra, que se constituiu em um dos fatores mais importantes para a concretização das lutas políticas de camponeses e trabalhadores assalariados, modernamente organizadas em torno da realização de uma reforma agrária.

Tal como foi visto anteriormente, a existência do campesinato enquanto uma categoria social comporta o seu envolvimento em diferentes modos de produção e formações sociais, neles desenvolvendo um modo de vida e de produção distintos de outros grupos sociais. As condições em que se baseia seu processo de reprodução social encontram-se sujeitas às transformações que afetam as sociedades em que estão inseridos, favorecendo a diversidade de

sua organização, apesar da permanência de padrões básicos na estruturação de sua vida social, o que resulta de um esforço acentuado de adaptação às novas dinâmicas das formações sociais, em que se fazem presentes. Isto equivale a dizer que os elementos de mudança que afetam o campesinato, embora permeados pelos de continuidade de suas tradições sociais e produtivas, prevalecem em sua distinção de outros grupos rurais que surgem em decorrência das transições que ocorrem na vida social, a exemplo do que se observa na passagem da sociedade feudal para a sociedade capitalista moderna.

Isto é ressaltado por Bernstein (2011) quando afirma que uma parte das pessoas ocupadas na agricultura é designada como “lavradores”, embora sua participação nas atividades produtivas varie em relação ao local, ao período do calendário agrícola e à quantidade de tempo em que desempenham suas tarefas. Isto porque o trabalho agrícola varia de acordo com os tipos de cultivo e de criação, o clima e as tecnologias utilizadas no processo produtivo, bem como as relações sociais de produção existentes. Daí resulta que os conceitos e expressões empregados para a definição das pessoas que trabalham na terra nem sempre possuem validade universal. Mais ainda, termos como camponeses, agricultores familiares e pequenos agricultores, quando utilizados de forma equivalente, tendem a confundir realidades diversas sob a mesma denominação. Bernstein (2011, p. 8-9) salienta que:

Essa não é apenas uma questão semântica e traz problemas e diferenças analíticas importantes. A palavra “camponês” costuma referir-se à lavoura familiar organizada para simples reprodução, principalmente para prover a própria alimentação (“subsistência”). Muitas vezes se acrescentam a essa definição básica características como a solidariedade, a reciprocidade e o igualitarismo da aldeia e o compromisso com os valores de um modo de vida baseado na família, na comunidade, no parentesco e no local. Muitas definições e usos da palavra “camponeses” (e “lavradores em pequena escala” e “familiares”) tem forte elemento e propósito normativos: “tomar o partido dos camponeses” (WILLIAMS, 1976) contra todas as forças que destruíram ou minaram os camponeses na formação do mundo moderno (capitalista). Na minha opinião, é melhor restringir as palavras “camponês” e “campesinato” aos usos analíticos e não normativos e a dois tipos de circunstâncias históricas: as sociedades pré-capitalistas, formadas principalmente por lavradores familiares em pequena escala e os processos de transição para o capitalismo.

Com efeito, o desenvolvimento do capitalismo modifica o caráter social da pequena produção agrícola, na medida em que transforma os camponeses da condição de produtores de sua própria subsistência em produtores de bens para o mercado. Opera a mercantilização de sua subsistência, e, em seguida, acentua sua estratificação interna, em razão do modo como ocupam a terra, e da destinação dos bens produzidos.

Por sua vez, o campesinato tradicional possui algumas características que o distingue de outros grupos sociais. Mendras (1978, p. 14-15) indica que as principais diferenças entre os

camponeses, os cultivadores que o precedem e os agricultores modernos consistem em cinco traços:

1. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades.
2. A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social na coletividade.
3. Um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente.
4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas.
5. A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Esses cinco traços, necessariamente ligados entre si, formam um modelo geral. Os vários arranjos a que se prestam definem as famílias de modelos de que historiadores etnólogos e sociólogos fornecem exemplos particulares.

A autonomia relativa do campesinato é essencial para o atendimento das necessidades de subsistência do grupo familiar e o das gerações futuras. Wanderley (1996, p. 3) considera que:

A autonomia é demográfica, social e econômica. Neste último caso, ela se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do grupo familiar.

A realização das necessidades do grupo familiar baseia-se no desenvolvimento de um sistema integrado de cultivos e criações, mediante o qual o camponês busca otimizar os recursos de que dispõe, visando assegurar sua subsistência. Assim, efetua a alocação da força de trabalho disponível conforme as necessidades do grupo familiar e as exigências dos cultivos e das criações, o que lhe permite dosar o ritmo e a intensidade desse fator. Desse modo, articula os fatores internos da unidade produtiva com as determinações externas da sociedade em que se encontra inserido.

Deve-se salientar que nos momentos em que o ciclo vegetativo das culturas e os cuidados com as criações não requerem a participação da família nas atividades produtivas, os camponeses realocam a utilização da força de trabalho familiar em outras atividades, dentro e fora de suas unidades produtivas, reforçando o caráter plural do uso deste fator de produção. Vê-se, portanto, que a família efetivamente ocupa uma posição central em relação à subsistência imediata e à reprodução futura da organização social camponesa. O sistema de produção baseado no policultivo e na criação de animais, embora estruturado para assegurar a

subsistência da família e a sua reprodução social, não elimina sua vulnerabilidade em face de calamidades naturais e da intensa exploração a que são costumeiramente submetidos. As situações sociais e ambientais que condicionam sua reprodução social obriga-os a elaborar as mais diversas estratégias de sobrevivência, nas quais a posse da terra aparece como um fator central e decisivo. Sem a posse da terra sua organização social se desfaz e sua relativa autonomia nas decisões sobre o processo produtivo desaparece. Sua distância para a proletarização diminui. Daí a importância da luta pela terra na trajetória histórica do campesinato.

Ao estudar processos de expansão da fronteira agrícola no norte do Brasil, Velho (1982) refere-se à necessidade de uma rediscussão de conceitos utilizados para a análise da realidade brasileira, dentre eles o de campesinato. Tal conceito, originalmente elaborado para representar grupos de lavradores na Europa Ocidental, no período feudal, vinha sendo utilizado de forma genérica para a designação de várias categorias de pequenos produtores na agricultura brasileira. Neste sentido, este autor lembra que Caio Prado Junior já havia advertido, em “A revolução brasileira”, sobre a importância de uma definição mais precisa do campesinato, enquanto uma das categorias sociais presentes no meio rural brasileiro, ressaltando que sua característica mais importante residiria na autonomia que detém no desempenho de suas atividades produtivas.

Para melhor fundamentar esta afirmação, Velho (1982, p. 46) remete a uma observação de Caio Prado Junior, em A Revolução Brasileira, na qual este autor considera que:

“(...) a massa rural brasileira tem sido indiscriminadamente assimilada, no seu conjunto, a um campesinato. Isto é – se queremos dar a essa expressão ‘campesinato’ um conteúdo concreto e capaz de delimitar uma realidade específica dentro do quadro geral da economia agrária – trabalhadores e pequenos produtores autônomos que, ocupando embora a terra a títulos diferentes – proprietários, arrendatários, parceiros... -, exercem sua atividade por conta própria. Esse tipo de trabalhadores, a que propriamente se aplica e a que se deve reservar a designação de ‘camponeses’, forma uma categoria econômico-social caracterizada e distinta dos trabalhadores dependentes que não exercem suas atividades produtivas por conta própria e sim a serviço de outrem, em regra o proprietário da terra que, nesse caso, não é apenas proprietário, mas também e principalmente empresário da produção. Os trabalhadores de que se trata neste último caso são empregados, e suas relações de trabalho constituem prestação de serviços. (...) Observaremos por ora que é à categoria de trabalhadores empregados e não de camponeses propriamente que pertence a grande maioria da população trabalhadora rural brasileira. E os trabalhadores empregados constituem não somente essa maioria, mas ainda ocupam os principais e decisivos setores da economia agrária do país. Trata-se ou de assalariados puros (quando então a relação de emprego e dependência com respeito ao proprietário, empregador e empresário da produção é indisfarçável), ou de ‘meeiros’ que só formalmente se assemelham a parceiros propriamente, mas são de fato ‘empregados’, tanto quanto os assalariados”. (PRADO JUNIOR, **apud** VELHO, 1982, p. 46).

Como pode ser notado, a observação de Caio Prado Junior referia-se a uma provável subestimação da expansão do capitalismo no campo, bem como do processo de proletarização que ela desencadeava. No entanto, ao fazê-la incorre no erro oposto aos defensores de restos feudais no campo, ou seja, o de identificar a maioria dos trabalhadores do campo como assalariados e semi-assalariados.

Velho (1982) entende, ainda, que a maior ou menor abrangência no uso do conceito não pode ignorar a dicotomia que se estabelece entre o camponês e o proprietário rural. Daí a necessidade da investigação empírica sobre a variedade de situações que se apresentam entre uma categoria e a outra, o que contribuiria para a elaboração de uma teoria sobre as classes sociais no campo brasileiro.

Tendo em vista este propósito, e com base em investigações empíricas sobre as frentes de expansão agrícola no sul do Pará, este autor propõe um modelo de estudo em que contrapõe de um lado uma situação em que as características de “campesinidade” seriam bem acentuadas, a outra em que os atributos relativos à proletarização também seriam intensos. Entre estes extremos existiria um *continuum* em que estariam localizados os grupos intermediários entre uma situação e outra. Assim, as diferentes categorias sociais existentes no meio rural brasileiro poderiam, com base em investigações empíricas, ser definidas com maior clareza, conforme as características locais e regionais de sua constituição, ora mostrando-se mais próximas às condições de campesinidade, ora às de proletarização (VELHO, 1982, p. 42-47). No entanto, talvez fosse mais apropriado considerar a inexistência de um campesinato puro, em face das dificuldades de se realizar uma verificação empírica que resultasse na criação de um *continuum* e, como tal, estabelecer graus de campesinidade.

Medeiros (1989) vincula diretamente o emprego do conceito de camponês às lutas políticas conduzidas pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB no meio rural. O PCB foi o primeiro partido a defender a reforma agrária como uma bandeira política. Partia do pressuposto de que a agricultura brasileira abrigava muitas sobrevivências feudais, com destaque para o latifúndio e, como tal, entendia que o desenvolvimento econômico do país dependia de sua extinção. Isto abriria novas perspectivas para o processo de industrialização, conquanto possibilitaria a liberação de camponeses e de trabalhadores rurais dos processos de exploração a que eram submetidos, elevando-os à condição de participantes de mercado interno. Foi com base nesta concepção sobre a realidade agrária do país que o PCB introduziu o conceito de camponês, de origem europeia, para representar o conjunto de lavradores que tinha acesso à terra, ainda que na maioria das vezes precário, diferenciando-os dos trabalhadores agrícolas

assalariados. Nesta categoria, portanto, estavam incluídos os parceiros, posseiros, arrendatários, moradores colonos, etc. A reforma agrária justificava-se porque o atraso da agricultura também se evidenciava na reduzida produção de alimentos, o que encarecia os custos de manutenção da força de trabalho urbana e operava como um fator persistente de incremento do processo de inflação. Na ótica do PCB, tal situação afetava os interesses de várias classes sociais, indicando a necessidade de uma revolução democrática-burguesa com a participação do operariado urbano e dos trabalhadores rurais. Medeiros (1989, p. 28) ressalta que:

Embora no decorrer da história do partido a concepção do que fosse essa revolução, das forças que a dirigiriam, das alianças a serem feitas, das táticas a serem empregadas tivessem sofrido algumas alterações, seu pressuposto básico era o papel proeminente do proletariado urbano e uma aliança com o “campesinato”. É a partir dessa categoria, resgatada de uma dada compreensão do desenvolvimento do capitalismo nos países europeus, que o PCB vai forjar uma identidade que englobasse a complexa diversidade de situações presentes no campo e uma bandeira que lhe daria sentido histórico: a reforma agrária”.

Como o PCB pretendia tornar-se um partido de massa, sua estratégia incluía a ampliação das organizações de camponeses e de trabalhadores rurais, apoiando suas lutas de caráter imediato. Contudo, seu objetivo principal era a realização da reforma agrária, mediante a desapropriação direta das grandes propriedades e a distribuição de suas terras aos camponeses, acompanhadas de apoio técnico e creditício indispensável ao desenvolvimento da produção. Não obstante, é necessário salientar que a reforma agrária proposta pelo PCB era de caráter parcial, envolvendo a distribuição de terras, a concessão do crédito e de outras medidas de desenvolvimento das atividades agrícolas, devendo realizar-se nos limites da ordem burguesa.

Martins (1983) também pondera que as palavras camponês e campesinato foram introduzidas na literatura sociológica brasileira para dar conta das lutas de trabalhadores rurais que se intensificavam em várias partes do país. Tratava-se, até então, de termos que designavam um tipo de trabalhador presente na Europa e em alguns países da América Latina. No Brasil, recebiam denominações regionais próprias, como as de caipira, caiçara, tabaréu e caboclo. Este autor assinala, ainda, que o abandono dessas denominações vinha ocorrendo em razão do crescimento das lutas dos camponeses e de sua inserção no debate político nacional. O mesmo aconteceu em relação aos proprietários de terra. De acordo com a região do país, eram chamados de estanceiros, fazendeiros, senhores de engenho e seringalistas. Em razão das lutas camponesas e dos debates políticos passaram a ser designados como latifundiários. Camponeses e latifundiários eram, portanto, termos que possuíam conotações políticas muito fortes. De modo genérico, unificavam categorias sociais assemelhadas, que formavam classes

sociais distintas, e, ao mesmo, tempo representavam os atores sociais que as integravam. Indicavam, assim, os espaços sociais específicos que eles ocupavam, bem como os papéis que desempenhavam na estrutura da sociedade brasileira (MARTINS, 1983, p. 22-23).

Além disto, o termo camponês designava um destino histórico. Martins (1983) critica as concepções elaboradas em torno desse destino histórico, quais sejam, a que definia o papel político do camponês a partir de uma realidade histórica feudal, pré-capitalista, inspirada no campesinato russo, e a que o percebia como uma modalidade de assalariamento na agricultura. Ainda ressalta a complexidade e a contraditoriedade das relações de trabalho que circunscrevem o campesinato na sociedade brasileira, que abrangem o pagamento de diárias em dinheiro, trabalho gratuito, a produção de alimentos e até mesmo o assalariamento de trabalhadores por camponeses. Segundo este autor, mesmo diante de tal complexidade:

Definiam-no como aquele que está em *outro lugar*, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, *nesta sociedade*. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um *excluído*. É assim, excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontra-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político. (MARTINS, 1983, p. 25)

Desse modo, o camponês é posto fora do pacto político, em decorrência da maneira como sua existência social é concebida. As inconsistências que marcam este conceito espelham um estranhamento em face a uma categoria social diversificada, a quem se julga estar ausente dos acontecimentos políticos, por sua aparente condição de subordinação e submissão, supostamente evidenciada pela forte expropriação dos resultados do seu trabalho. De acordo com Martins (1983, p. 25):

A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como se tem dado a *sua participação nesse processo* – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: *ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado*.

Ao tratar das questões suscitadas pelo conceito de campesinato, Moura (1986) observa que alguns autores consideram o conceito de camponês como vago e indefinido, enquanto o de pequeno produtor representaria o ator fundamental da produção mercantil simples. A autora assinala que:

Optar por um dos conceitos não é tão simples quanto possa parecer à primeira vista. *Camponês e campesinato* são conceitos de grande vitalidade, de grande força

histórica, tanto teórica quanto empiricamente, o mesmo ocorrendo com o conceito de *burguesia*. Campesinato e burguesia são termos repletos de conteúdos culturais, tanto no plano social como no político. Assim como não se pode declinar do conceito de burguesia para falar tão-somente em capitalistas, não é possível preterir o conceito de camponês para falar apenas em pequeno produtor. (MOURA, 1986, p. 13-14)

Ao estender ainda mais estas considerações sobre a maneira de se diferenciar os camponeses de outras categorias de agricultores familiares, Moura (1986, p. 69-70) afirma:

Ora, o conceito de camponês tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características de sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. Se por um lado essas características são recortadas dialeticamente por outras provindas da classe dominante, ou, mais difusamente, do conjunto da sociedade, essa conceituação permite penetrar abertamente no espaço das superestruturas, da cultura, do modo de vida.

Não é chamando o camponês de pequeno produtor que se resolve o problema de sua permanência e transformação na sociedade capitalista. Do mesmo modo que não é se restringindo ao modo pelo qual os lavradores se autodesignam – sitiantes, moradores, posseiros – que se resolvem as delicadas tramas das afinidades políticas entre esses subalternos.

Por outro lado, isto evidencia que o desenvolvimento capitalista (as contradições que opõem forças produtiva e relações de produção) não se realiza de forma linear. Ao contrário, manifesta-se de forma desigual e combinada, no conjunto das relações sociais, abrangendo tanto as instâncias mais desenvolvidas quanto as mais atrasadas existentes em uma sociedade. Torna-se necessário, portanto, distinguir as contradições que se estabelecem entre o camponês e o capital, daquelas que envolvem o trabalho assalariado e o capital. Assim, percebe-se que o camponês, ao resistir à exploração e a expropriação perpetrada pelo capital e pelo Estado, busca assegurar uma “terra de trabalho”, enquanto o capital mobiliza-se por uma “terra de negócio”. A posse e o uso da terra vinculam-se, por conseguinte, à preservação de um modo de vida baseado na produção familiar, diferentemente da lógica de reprodução ampliada do capital.

Com efeito, o camponês brasileiro é uma classe social que resulta do processo histórico de expansão do capitalismo no campo, do desenvolvimento de suas contradições. Sua configuração atual não pode ser vista como um produto do passado, como formas de produção arcaicas que entravariam a ampliação das relações de assalariamento na agricultura, retardando, dessa maneira, o confronto entre o capital e o trabalho (MARTINS, 1983, p. 16). Pelo contrário, os trabalhadores rurais e os camponeses, submetidos à exploração do capital, enfrentam os processos de exploração e violência apenas de modos diversos. Neste sentido, a questão agrária consiste em uma das contradições que se originam dentro de uma sociedade capitalista.

Pode-se observar, portanto, que, além da dimensão econômica, o conceito de camponês retém dimensões políticas e culturais muito importantes, pois refere-se diretamente a um modo de vida que se reproduz de forma diversa, em diferentes contextos históricos, conservando determinadas características essenciais à sua reprodução social. Quer como produtores de sua subsistência, submetidos a sistemas de coerções que extraem parte do que produzem, os obrigam ao trabalho gratuito e ao pagamento de impostos; quer como integrantes de um sistema de produção simples de mercadorias; quer articulados com a produção capitalista propriamente dita, os camponeses são alvos de diferentes denominações que objetivam especificar e explicar sua participação nas atividades agrícolas e na sociedade.

Com efeito, o desenvolvimento de novas formas de agricultura camponesa resulta de um processo de adaptação e resposta às mudanças provocadas pelo desenvolvimento capitalista que, embora não signifiquem necessariamente a extinção do campesinato, redefinem e requalificam sua participação no processo produtivo, o seu modo de vida e suas lutas políticas, sobretudo aquelas relacionadas com a posse e o uso da terra. Daí a necessidade de elaboração de uma análise sobre a formação histórica do campesinato brasileiro, porque é nela que se localiza as origens da luta pela terra no Brasil.

2.2 Origem do campesinato brasileiro

A ocupação do território brasileiro foi inicialmente pensada com base na exploração da força de trabalho nativa, objetivo que em curto espaço de tempo mostrou-se inviável. Seguiu-se então a opção de importar mão de obra escrava, algo que melhor se ajustava aos propósitos do empreendimento colonial, desde que combinava o rentável tráfico de pessoas com a disponibilidade da força de trabalho necessária à exploração de produtos agrícolas que constituíam a matéria-prima para a manufatura de produtos altamente valorizados no mercado europeu. Neste caso, primeiramente a cana-de-açúcar a ser cultivada e industrialmente transformada em engenhos, a fim de ser exportada com a expectativa de obtenção de lucros elevados. Mais do que isto, a exploração deste produto ocorria, predominantemente em grandes propriedades, contribuindo para a consolidação de um padrão de ocupação da terra altamente concentrado.

Assim é que se estrutura na Colônia, como atividade econômica dominante, um sistema de exploração de produtos agrícolas bastante lucrativo, voltado para a exportação de produtos

tropicais para os países europeus, e organizado com base no trabalho escravo. No que tange a uma caracterização mais ampla da sociedade colonial, Linhares; Teixeira (1981, p. 108-109) registram que:

Elaborou-se um quadro do período colonial que criou, numa extensa faixa do território que seria, no século XIX, o Brasil, uma economia agrária caracterizada pelo regime de grandes propriedades (o latifúndio agrário-exportador e o latifúndio pecuário), pelo trabalho escravo, pela monocultura de produtos tropicais voltada para o mercado externo, por um sistema político resultante da “hipertrofia do poder privado”, que se expressava no nível municipal, e que tinha na figura do patriarca local sua representação típica. Outros elementos também podem ser incluídos na caracterização desse sistema sócio-econômico: a concentração dos núcleos urbanos ao longo da costa, a função portuária das principais cidades, o caráter rural da população, a extrema precariedade do comércio interno, a extrema escassez da moeda, a lentidão das comunicações internas, não apenas em virtude das distâncias e dos maus caminhos, como também dos transportes, a estreiteza das atividades artesanais e a quase inexistência de atividades manufatureiras, a fragilidade numérica, econômica, social e política dos comerciantes residentes na colônia, a importância numérica social e política da burocracia do Estado. E, ainda, uma estrutura de consumo que refletia a hierarquia entre ricos e pobres, senhores e escravos do mundo rural – alguns gêneros e algumas mercadorias de luxo para os ricos, a mandioca para todos e, sobretudo, para os pobres; uma estrutura familiar, entre a classe dominante, de tipo patriarcal; uma prática da religião marcada por manifestações exteriores do culto; uma extrema pobreza da vida intelectual.

Assim, o modo de organização da atividade produtiva na Colônia encontraria um de seus limites na produção de alimentos necessários à manutenção da força de trabalho escrava. Para o abastecimento de bens alimentícios colocavam-se as opções de importa-los ou de produzi-los internamente. A primeira, extremamente cara terminaria absorvendo parte dos lucros obtidos com a exportação do açúcar, embora, na medida que tal importação ocorresse, contribuiria para aprofundar as relações econômicas com a metrópole. A segunda dependeria de sua produção pela força de trabalho escrava e pelos homens livres desprovidos de terra para o cultivo dos produtos comercialmente mais valorizados. Para os homens livres a opção mais imediata seria a de se estabelecerem em pequenas unidades produtivas situadas nas franjas das grandes propriedades, ocupando-se da produção de alimentos, com base na utilização da força de trabalho familiar. Apesar disto, restava-lhes, ainda, a possibilidade de se instalarem em áreas mais distantes e relativamente isoladas. Ao analisar a maneira como se deu a ocupação econômica do território Moura (1986, p. 67) pondera que:

No Brasil colonial, a terra era um meio de produção abundante, sendo preciso imobilizar a mão de obra pelo regime da escravidão, para assegurar seu suprimento à grande lavoura. Caso contrário, essa mão de obra poderia dispersar-se e formar um campesinato independente. Não se deve, no entanto, tomar essa explicação como absoluta.

As formas de ocupação autônoma da terra pelos camponeses não se limitaram à periferia das grandes lavouras, mas surgiram também à maior distância destas,

constituindo-se em sítios. A pesquisa histórica sobre esses camponeses está ainda começando, mas há dados sobre sua existência no agreste e sertão nordestinos, em São Paulo e Minas, já no século XVIII. Não se trata de uma ocupação estática e acabada da terra, mas de um campesinato cuja condição independente podia atravessar incólume longos períodos, mas que ficava ameaçada sempre que fazendeiros avançavam sobre terras livres, regidas por códigos costumeiros de ocupação, e começavam a fincar limites, erguendo cercas e submetendo o camponês ao pagamento de rendas.

Com efeito, as limitações de acesso à terra impostas aos camponeses formam-se no período colonial, sendo determinadas pelo tráfico de escravos, que se constituía em uma atividade altamente rentável. Isto resultou na constituição das grandes plantações que empregavam a força de trabalho escrava. Como salienta Martins (1983, p. 37-38)

Há algumas suposições fundamentadas para entendermos por que, ao invés de empregar o trabalho de índios e agregados na grande lavoura de exportação, preferiu-se empregar o trabalho cativo do negro. De um lado, porque o fundamento do trabalho escravo estava no tráfico negreiro, era no comércio escravista e não na fazenda escravista que a escravidão se recriava. Por outro lado, esta situação tinha o seu sentido, já que permitia aos traficantes de escravos fazer do cativo renda capitalizada, extrair renda da colônia já antes da produção colonial, ao invés de extrai-la por meio de monopólio e renda territoriais. O tráfico negreiro e o trabalho escravo eram exatamente os fatores que retiravam da colônia qualquer caráter feudal. Permitiam que, ao invés da metrópole tirar renda da terra através de uma elite territorial, de um monopólio de classe ou de um monopólio estritamente estamental sobre o solo, tirasse renda na circulação, fazendo o escravo produzir renda capitalista antes de produzir mercadorias, cobrando tributo antes da produção e não depois da produção, como ocorria com a renda feudal, deslocando o problema da renda (colonial) da produção para a circulação das mercadorias, no caso o escravo. Com isso, a independência do território, em 1822, não representou um colapso para as relações coloniais. O monopólio da terra não se constituía na condição do trabalho escravo; ao contrário, a escravidão é que impunha a necessidade do monopólio rígido e de classe sobre a terra, para que os trabalhadores livres, os camponeses, mestiços, não viessem a organizar uma economia paralela, livre da escravidão e livre, portanto, do tributo representado pelo escravo, pago pelo fazendeiro aos traficantes, já que a concorrência do trabalho livre tornaria economicamente insuportável o trabalho escravo.

O conjunto de restrições impostas aos camponeses para obter o acesso à terra estendia-se, ainda, às possibilidades de sua participação na vida política. Eram praticamente impedidos de votar, desde que por sua própria condição social jamais poderiam preencher os requisitos de renda exigidos pelas leis vigentes nesse período, situação que só viria a ser alterada, em 1889, com a proclamação da República.

Nesse quadro, a relação desses homens livres com a grande propriedade, via de regra, era caracterizada pela dependência e subalternidade. Não detinham a propriedade legal das terras que ocupavam e viviam sujeitos à dinâmica da produção escravista. Por outro lado, as oscilações do preço do açúcar no mercado europeu geravam movimentos de expansão e de retração das atividades produtivas desenvolvidas nas grandes propriedades. Quando tais

movimentos implicavam na expansão das atividades produtivas, as terras ocupadas pelos homens livres eram absorvidas pelas plantações de cana-de-açúcar, e sua força de trabalho incorporada às grandes propriedades. Contudo, nos momentos de retração dessas atividades eles retornavam à produção de alimentos nas áreas periféricas dos grandes estabelecimentos. Ou então, como mencionado anteriormente, deslocavam-se para outras áreas ou regiões de fronteira.

De acordo com Garcia Jr. (2002), o que dotava as grandes plantações de flexibilidade em relação às elevadas flutuações de preço de seus produtos no mercado internacional eram os seus mecanismos de funcionamento. Dentre eles pode-se mencionar a natureza espoliativa dos contratos entre os donos da terra e os trabalhadores, firmados a partir de condições assimétricas e baseados em relações sociais personalizadas, o que resultava em um forte padrão de dependência para aqueles que não dispunham de outra opção para morar e trabalhar.

Estabelecidos de forma bastante desigual, tais contratos permitiam que nos períodos de baixa dos preços no mercado externo, os valores relativos à remuneração do trabalho pudessem ser reduzidos, assegurando, assim, a preservação da renda monetária dos grandes proprietários. Conforme a região ou o produto cultivado, os proprietários podiam recorrer, ainda, à expansão da área plantada, de modo a atenuar o impacto da baixa dos preços sobre os seus rendimentos. Outro mecanismo existente era o da reconversão das lavouras comerciais para a exploração de outros produtos, como o gado, o tabaco e o bicho-da-seda (GARCIA JR., 2002, p. 51).

Contudo, apesar dos acentuados padrões de subordinação do campesinato, o equacionamento do problema da produção de alimentos mostrava-se bastante complexo. Linhares; Teixeira (1981) assinalam que a monarquia portuguesa estabelecia leis que determinavam a cessão dos dias de sábado para os escravos cuidarem de sua alimentação, bem como da obrigatoriedade da reserva de terras para o cultivo da mandioca, referida como o pão da terra. Estas leis não agradavam aos senhores de terra, gerando sérias resistências à sua aplicação. Entendiam que tais determinações da metrópole lhes acarretava um duplo prejuízo, pois, não só se viam privados do uso da força de trabalho como das parcelas de terra destinadas à produção de alimentos, sobretudo nos períodos de expansão da lavoura. Em razão dessas dificuldades, a agricultura familiar passou a desempenhar um papel de grande relevância na produção de alimentos. Estes autores salientam que:

Como uma atividade menor, do ponto de vista do sistema de poder dominante, apesar de sua extensão e do número de pessoas que ela ocupa, a agricultura de subsistência torna-se, assim, a retaguarda da atividade maior que é voltada para o comércio metropolitano. Coube-lhe, entretanto, embora encarada como atividade menor, o

papel de ocupar a terra, desbravando-a e povoando-a, de modo a cumprir as tarefas que lhe foram sendo, gradativamente, exigidas. A área que ela ocupa, e continuará ocupando, é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa (no interior da *plantation*) e não ambicionada pelos interesses mais poderosos (a fronteira aberta), daí o caráter precário e transitório do uso e da posse da terra por pequenos proprietários e lavradores sitiantes, como se fossem ocupantes ocasionais de glebas provisórias. (LINHARES; TEIXEIRA, 1981, p. 119)

Nessa configuração da economia colonial é que se localiza a origem das formas camponesas no Brasil. É nos pequenos estabelecimentos vinculados à produção de alimentos, que tinham como objetivo mais importante a reprodução do grupo familiar, localizados dentro ou fora das grandes propriedades ou mesmo nas regiões de fronteira aberta, que se encontra a gênese do campesinato no Brasil. Tais estabelecimentos eram explorados por homens livres, que mantinham uma relação de dependência e de subalternidade em face da grande propriedade. Exploravam os cultivos alimentares utilizando-se de técnicas rudimentares, muitas vezes responsáveis pela rápida exaustão dos solos, o que os obrigava a ocupar seguidamente outras terras, caracterizando uma prática de agricultura itinerante.

Assim, a instabilidade do processo produtivo e a precariedade do modo de vida dos grupos envolvidos com uma agricultura de subsistência, são aspectos bem evidentes na formação do campesinato brasileiro. De modo geral, a posse precária da terra e o uso de técnicas atrasadas, além de estimular uma agricultura itinerante, resultava em uma produção limitada, incapaz de satisfazer adequadamente as necessidades do grupo familiar. Por outro lado, limitava severamente as possibilidades de acumulação de capital por esses produtores.

Em que pese tais empecilhos, os camponeses e outras categorias sociais integrantes da agricultura familiar não se limitavam apenas à prática de uma agricultura de subsistência de natureza autárquica. Mesmo expostos a um quadro de adversidades muito acentuado, sempre lutaram pelo “acesso a atividades estáveis e rentáveis” (WANDERLEY, 1996, p. 10) na agricultura, apesar de que sua atenção primordial estivesse orientada para o atendimento das necessidades do grupo familiar. Segundo esta autora:

Esta dupla preocupação – a integração ao mercado e a garantia do consumo – é fundamental para o que aqui estamos chamando de “patrimônio sócio-cultural, do campesinato brasileiro. A este respeito, parece claro que a referência a uma “agricultura de subsistência”, tão frequente na literatura especializada, pode esconder os propósitos mais profundos dos agricultores. Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento nesta dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento – vitorioso ou não – da precariedade e da instabilidade acima analisadas. (WANDERLEY, 1996, p. 11)

Um dos aspectos centrais da evolução do campesinato brasileiro e da realização de suas lutas é, portanto, o da posse e uso da terra. Neste sentido, torna-se importante considerar que a ocupação do espaço agrário, no período colonial, ocorreu mediante a concessão de grandes extensões de terra pela Coroa portuguesa – as sesmarias – com o objetivo de que fossem utilizadas para a produção de alimentos para o abastecimento da população e de mercadorias agrícolas para o mercado europeu. Tais concessões deram origem à constituição das grandes propriedades, excluindo-se a população nativa e os homens pobres, mesmo que fossem livres, do acesso legal à terra. Este tipo de ordenamento era acompanhado da prevalência do morgadio, uma disposição jurídica que tornava o primogênito das famílias dos grandes proprietários único herdeiro dos bens familiares. Isto gerava o empobrecimento dos outros membros da família que passavam a viver sob a dependência do mais velho, na condição de agregado. Delineavam-se, portanto, as condições básicas para o monopólio da terra a ser exercido pelo pequeno grupo formado por grandes proprietários. De acordo com Martins (1983, p. 33):

O morgadio interditava a dispersão da riqueza pela herança, mas não impedia a abertura de novas fazendas e a constituição de novas propriedades mediante simples ocupação e uso da terra. Aliás, era esse o processo de obtenção de sesmarias: o futuro sesmeiro ocupava antes a terra, abria sua fazenda e só assim se credenciava para obter a concessão e a legitimação da sesmaria. O emprego útil da terra era a base da legitimação. Por esse motivo, terras abandonadas, como ocorreu com frequência onde os terrenos que se tornavam “cansados”, ainda que já concedidos em sesmarias, podiam cair em comisso, revertendo à Coroa, possibilitando a sua entrega a um novo sesmeiro.

Mais tarde, em 1835, a extinção do morgadio deveu-se ao temor de que uma aristocracia fundiária monopolizasse os cargos políticos no Senado do Império, tendo por base direitos hereditários. Os casamentos intrafamiliares passaram, então, a ser promovidos como meio de evitar a fragmentação da propriedade. A par de disso, recorreu-se ao expediente de manter as terras indivisas, ressaltando-se o direito de todos os herdeiros (MARTINS, 1983, p. 33-34).

Por outro lado, o grande número de pessoas afastadas dos direitos de propriedade da terra era bem diferenciado. Os agregados só podiam requerer o domínio sobre uma posse em nome de um fazendeiro. Seus direitos eram, assim, convertidos em uma concessão do proprietário, valendo como uma condição de troca. O consentimento de permanecer na terra era retribuído pelo agregado mediante a prestação de serviços e produtos, caracterizando uma troca em condições bastante desiguais. Algo semelhante ocorria com os moradores das grandes propriedades no Nordeste. A concessão da moradia de favor e de exploração da terra pelo

proprietário era regida tanto por contrapartidas materiais quanto por compromissos de lealdade, que incluíam obrigações de ambas as partes. Conforme Martins (1983, p. 36):

A natureza da troca envolvida e embutida na concepção de favor evoluirá com o desenvolvimento econômico brasileiro para se definir mais concretamente como relação de arrendamento: terra em troca de renda em trabalho (como é o caso do cambão no Nordeste), de espécie (como é o caso da parceria em todas as regiões do país) e em dinheiro (como é o caso particularmente do arrendamento de terras no sul e no sudeste). Mas essa evolução será diferente para o fazendeiro e para o agregado.

Dentre o campesinato também se encontravam os posseiros e os sitiantes. Ambos tinham em comum a posse da terra, mas não o seu domínio. Desde que a sesmaria tinha a primazia sobre a posse de uma terra, havia a possibilidade de um sesmeiro encontrar no estabelecimento que lhe fora outorgado certo número de posseiros, que só poderiam permanecer na propriedade com o seu assentimento. Em caso contrário, via-se apenas obrigado a indenizá-los das benfeitorias realizadas. Por sua vez, os sitiantes constituíam uma categoria de produtores independentes, que possuíam um pedaço de terra, onde geralmente produziam alimentos para o próprio consumo e para o mercado, comercializando-os em feiras livres. Praticavam uma agricultura itinerante, abandonando os sítios que exploravam, após o esgotamento dos solos.

Historicamente, a posse e o uso da terra assumem, portanto, uma importância crucial para os camponeses. Delas dependia o seu modo de vida, sua cultura, suas relações sociais, sua memória. Daí a necessidade de buscar outras opções quando suas relações com a grande propriedade se tornavam insuportáveis e ameaçavam sua relativa autonomia e possibilidades de reprodução social. Dentro desse quadro, observam-se diversas situações que respondem pelo esforço em ocupar e deter a posse da terra enquanto um meio de produção. Uma delas era a da migração para regiões que proporcionassem melhores condições que as de suas áreas de origem. A outra estava relacionada com os fluxos de deslocamento destinados à recriação da economia camponesa nas regiões de fronteira. Neste caso, a fronteira era vista como o local de restabelecimento da autonomia e de desenvolvimento da agricultura familiar. Isto a caracterizava também como um espaço de realização da utopia camponesa, algo que realçava, uma vez mais, a posição de centralidade que a posse da terra ocupava em suas aspirações e expectativas sociais. Neste sentido, Ianni (2009, p. 142) pondera que:

(...)A relação do camponês com ela compreende um intercâmbio social complexo, que implica a cultura. Jamais se limita à produção de gêneros alimentícios, elementos artesanais, matérias-primas para a satisfação das necessidades de alimentação, vestuário, abrigo, etc. muito mais do que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a história e

a lenda, a façanha e a inventiva – são muitas as dimensões sociais que criam e recriam na relação do camponês com a terra, o seu lugar.

Assim, as unidades produtivas camponesas também se constituíam no espaço social de produção e reprodução da família. Voltadas, inicialmente, para o cultivo de alimentos que assegurassem a subsistência do grupo familiar, evoluíram para a incorporação da criação de animais e produção de matérias-primas agrícolas. Passaram a apresentar uma diversidade muito grande, conforme sua condição de origem ou ao contexto em que eram recriadas.

No que tange ao desenvolvimento das relações de trabalho no campo, pode-se considerar, ainda, que a abolição da escravatura representou para os grandes proprietários de terra a perda do capital investido em escravos, em que pese a extensa duração deste processo, dividido em etapas balizadas por leis que os desoneravam, gradativamente, de suas obrigações com a manutenção da força de trabalho, como o que ocorreu com a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários. A principal evidência de que a eliminação legal do trabalho compulsório não abalou significativamente os mecanismos de dominação existentes nas grandes plantações era representada pelo monopólio da terra, que assegurava a possibilidade de reconstrução das relações de subordinação da força de trabalho nas áreas rurais.

O poder concentrado pelas grandes propriedades resultou em formas de dominação personalizadas, que se estenderam até a segunda metade do século XX. Isto era observado em relação a moradores de engenhos, colonos do café ou agregados e vaqueiros, no interior do país. Os movimentos das grandes lavouras determinavam, em grande parte, a ocupação do espaço agrário. O campesinato só conseguia sobreviver em áreas periféricas ou marginais às grandes propriedades, à exceção da imigração europeia. No entanto, Garcia Jr. (2002, p. 48) assinala que:

(...) a grande plantação é bem mais do que a unidade de base de um processo agroindustrial, ela é sobretudo a matriz da sociabilidade do mundo rural da primeira metade do século: o grande domínio é a sede das residências dos grandes proprietários – as “casas-grandes” (FREIRE, 1993) – e também das casas de morada atribuídas às famílias de trabalhadores residentes (PALMEIRA, 1976). É no interior do grande domínio que se exerce a vida familiar, onde se nasce, se casa, se procria, por vezes onde se enterram os mortos. As capelas no interior das “casas-grandes” mais abastadas ou em suas vizinhanças quando mais imponentes, fazem lembrar que as práticas e cerimônias religiosas agrupam e reordenam os viventes dentro dos domínios, ou ainda que as práticas religiosas dos subalternos, como no caso do candomblé e do xangô dos descendentes de africanos (BASTIDE, 1958) ou do protestantismo dos colonos do café recrutados entre imigrantes europeus (DAVATZ, 1941), eram objeto de recriminação e censura, quando não eram mantidos sob estrita vigilância, da parte dos proprietários das casas-grandes.

De acordo com este autor, a desagregação do sistema de exploração do trabalho vigente nas grandes plantações viria a acontecer somente em meados do século XX, com base na atuação conjugada de quatro fatores: a evolução desfavorável dos preços dos produtos das lavouras comerciais no mercado externo; a intensa migração rural-urbana; o surgimento de movimentos dos camponeses que resultaram no reconhecimento de direitos trabalhistas; e a ampliação dos serviços públicos de educação e saúde nos centros urbanos. (GARCIA JR., 2002, p. 54).

Com efeito, observava-se que a queda dos preços dos produtos das grandes plantações no mercado externo era minimizada pelas políticas de sustentação dos preços e de fornecimento de subsídios aos seus proprietários. No entanto, as migrações rurais-urbanas possibilitaram a emancipação de numerosos camponeses e trabalhadores rurais das condições de sujeição impostas nas grandes plantações, baseadas, principalmente, no modo como eram efetuadas as concessões de moradia e trabalho.

Por outro lado, a eclosão de litígios e conflitos no campo decorrentes do crescimento das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais teve como resultado a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, em 1963, mediante o qual eram definidos os direitos trabalhistas dos assalariados agrícolas. Enquanto as Ligas Camponesas operavam a defesa dos direitos de moradores, foreiros, posseiros e arrendatários com base no Código Civil, os sindicatos rurais objetivavam o reconhecimento dos direitos dos assalariados agrícolas com base na equivalência entre trabalho realizado e remuneração monetária referenciada pelo salário-mínimo. Outras vantagens também referenciadas pelo salário-mínimo eram representadas por férias, repouso semanal remunerado e décimo-terceiro salário. Até mesmo a concessão de moradia e da terra obedecia a uma regulamentação que estabelecia limites para os descontos a serem efetuados. Não obstante, deve-se ter em conta que os avanços observados na legislação trabalhista não produziam efeitos imediatos na transformação das duras condições de exploração a que os camponeses e assalariados rurais eram submetidos, embora contribuíssem formalmente para o enfraquecimento do sistema de favores e contrapartidas que impunham a eles.

Pelo contrário, estas modificações no ordenamento jurídico que regulamentava as relações de trabalho no campo geraram forte reações dos grandes proprietários rurais. Para eles, em face de tais mudanças, tornava-se necessário a reconstrução dessas relações de trabalho, desta vez fundamentando-as na redefinição das posições ocupadas por proprietários, camponeses e assalariados agrícolas no processo produtivo e nos papéis por eles exercidos na vida social. Isto se deu em meio a fortes tensões sociais, gerando atitudes negativas dos

proprietários de terra em relação à cessão da terra e da moradia, até a realização do Golpe Militar de 1964, oportunidade em que este quadro político seria profundamente modificado, em detrimento dos camponeses e dos assalariados agrícolas.

No entanto, mesmo antes da ocorrência do Golpe Militar de 1964, as condições em que se processaram a emancipação de camponeses e trabalhadores rurais das relações de dependência vigentes nas grandes lavouras significaram, para a maioria deles, o ingresso em um processo de pauperização. Sem a concessão da terra e do trabalho nos moldes em que eram tradicionalmente realizados, tudo o que obtinham nas grandes plantações como produtos complementares a sua subsistência, em suas atividades cotidianas, tornava-se impossível. Isto porque passavam a morar em casebres nas periferias das cidades, onde eram recrutados para o trabalho agrícola. Assim, a exploração de cultivos para a subsistência, a criação de pequenos animais, a obtenção de água e de lenha, que dependia de sua presença nessas propriedades na condição de colonos ou de moradores, convertiam-se em mercadorias. Desse modo, tais bens precisavam ser adquiridos comercialmente, o que dependia da posse de recursos para este fim, algo que poucas vezes ocorria, considerando-se as condições em que viviam. Desfazia-se, portanto, as relações comunitárias estruturadas com base na dependência e exploração, surgindo, em seu lugar, os laços societários caracterizados pela impessoalidade e contratualidade das trocas mercantis, tanto no que se refere à cessão da terra quanto à contratação da força de trabalho assalariada.

Com outras palavras, pode-se dizer que a emancipação de camponeses e trabalhadores rurais das condições opressivas vigentes nas grandes plantações, trouxe-lhes como contrapartida uma acentuada pauperização, transformando-os em uma força de trabalho impossibilitada de beneficiar-se dos direitos trabalhistas conquistados. Para os camponeses a obtenção da terra para o trabalho continuou a realizar-se por meio de contratos, verbais ou escritos, de meação e arrendamento bem desfavoráveis, que, de certa forma mantinham os mecanismos de transferência dos excedentes por eles produzidos para as mãos dos proprietários de terra. No tocante aos trabalhadores assalariados, observava-se que o estado de pauperização que caracterizava suas condições sociais de existência os tornavam vulneráveis frente as negociações do aluguel de sua força de trabalho, convertendo-os em diaristas, remunerados por tarefa, o que os privava totalmente dos benefícios formais relativos à força de trabalho proletária.

Conforme Garcia Jr. (2002) ressalta, a trajetória alternativa para as mudanças nas relações de trabalho no campo era proporcionada pela migração rural-urbana. O deslocamento do campo

para as cidades devia-se a um conjunto de fatores que envolvia a pressão demográfica pela terra, as expropriações por grilagem e pela violência, além de calamidades naturais. As migrações também eram estimuladas pelo caráter espoliativo das relações de trabalho, responsável pela drenagem dos excedentes produzidos. Por outro lado, a inserção dos migrantes na vida social das cidades era permeada por limitações de moradia e de acesso aos serviços públicos de educação e de saúde. Todavia, existiam possibilidades para o aprendizado e desempenho de atividades relativas ao pequeno comércio e à prestação de serviços como trabalhadores autônomos, aumentando as possibilidades de melhoria de suas condições de vida, principalmente quando comparadas às existentes no campo.

Para o contingente populacional que permanecia no campo, a produção camponesa ainda apresentava outras características em relação ao uso da força de trabalho em suas atividades produtivas. Uma delas era concernente à venda de sua própria força de trabalho em outros estabelecimentos, com o objetivo de complementar a renda monetária obtida com a exploração das atividades agrícolas, o que correspondia à necessidade estrutural de reprodução da unidade familiar, em condições instáveis e adversas, embora também evidencie o caráter multifuncional da força de trabalho localizada nas unidades de produção camponesas. Outra característica era a da contratação, quando necessário, de mão de obra assalariada para os seus estabelecimentos. Observava-se que em grande parte dos casos isto decorria da necessidade de reduzir a utilização intensiva da mão de obra familiar. Por outro lado, tal situação não acarretaria a emergência de uma relação de produção capitalista, dada a sua provisoriedade e a função que se reveste na lógica interna da agricultura camponesa. Contudo, também não impulsionaria uma possibilidade de acumulação, tendo em vista que a remuneração da força de trabalho contratada promoveria a diminuição dos rendimentos do grupo familiar (WANDERLEY, 1996, p. 13-14).

Na origem do campesinato brasileiro situam-se, portanto, características comuns às diversas categorias sociais que praticam a agricultura familiar, a exemplo de posseiros, meeiros, parceiros, colonos e arrendatários. Elas se diferenciam pela forma de ocupação histórica do espaço agrário, pela posse legal ou precária da terra, pelos recursos de que dispõem para desenvolverem sua exploração e pelas relações sociais que mantem com outros grupos, sobretudo com os detentores dos meios de produção. É a partir desses fatores que o campesinato pode ser definido como uma classe social na sociedade brasileira e em outras sociedades. De acordo com Moura (1986, p. 65):

A extensão do capitalismo no campo não se dá simplesmente pelo advento de relações de produção baseadas na compra e venda de força de trabalho – portanto, na expropriação dos meios de produção do camponês. Na verdade, o capitalismo se

estende ao campo quando se institui a propriedade capitalista da terra. A renda territorial capitalizada vincula imediatamente a atividade produtiva camponesa aos requisitos da reprodução ampliada do capital e às leis do mercado. O camponês passa a se vincular ao movimento do capital, na condição de produtor de mercadorias ou mesmo de trabalhador para o capital industrial, mesmo que continue habitando sua parcela de terra.

Essa transformação não torna a sociedade rural homogênea, muito menos transforma os camponeses em massa indiferenciada submetida às leis do capital. Como as práticas sociais se dão em sociedades concretas, caracterizadas por diferentes tipos de trabalhadores, aí incluídas as frações camponesas, essa nova subordinação se concretiza de diversas formas, cada uma delas demandando uma explicação que se some à construção da totalidade do sistema social.

De modo idêntico, é que podem ser compreendidas suas lutas e possibilidades históricas de reprodução social, para o que conta decisivamente uma distribuição menos desigual da posse e o uso da terra e dos recursos para sua exploração nessas sociedades.

2.3 Lutas pela posse da terra

As primeiras lutas camponesas de maior importância no meio rural brasileiro foram determinadas pelas mudanças nas relações sociais de produção escravistas. Estas mudanças, por sua vez, estão associadas ao desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, cuja produção de bens industrializados requeria a formação de mercados consumidores, o que demandava a criação de uma força de trabalho livre. Neste sentido a proibição do tráfico de escravos, determinada pelos ingleses, antecipava a impossibilidade da continuação do trabalho escravo no Brasil. Assim, tornava-se necessário, também, promover-se o reordenamento jurídico do sistema fundiário, tendo em vista que a proibição do trabalho escravo abriria o caminho para a apropriação de terras pelos homens livres. Urgia, portanto, defender os interesses dos proprietários das grandes lavouras, principalmente as do café e da cana de açúcar, em face das possíveis consequências da anunciada transição do uso do trabalho escravo para a universalização do trabalho livre.

Uma das alternativas previstas para a substituição da mão de obra escrava era a importação de trabalhadores oriundos de países que possuíssem excedentes populacionais. No entanto, a chegada de grandes contingentes de imigrantes, associada à possibilidade de ocuparem as grandes extensões de terra disponíveis, não resolveria os problemas de mão de obra das grandes lavouras. Assim, a promulgação da Lei de Terras, em 1850, instituía a proibição de abertura de novas posses, estabelecendo a compra das terras devolutas junto ao

Estado. Desse modo, também substituíra o sistema de sesmarias, abandonado desde 1822 e não mais retomado. O Estado passava a exercer o monopólio das terras.

Considerando-se que o controle do próprio Estado era exercido pelos grandes proprietários, a proibição de abertura de novas posses dirigia-se principalmente aos camponeses, mais uma vez submetidos a fortes restrições para o acesso legal à terra. Mesmo que liberados das injunções do sistema de sesmarias, para poder adquirir a terra os camponeses viam-se obrigados a trabalhar para os proprietários, pois, só assim poderiam acumular algum capital para esta finalidade. Estas eram as condições para o desenvolvimento de um novo campesinato, livre das sujeições que pesavam sobre os agregados e posseiros, formado por pequenos proprietários vinculados ao mercado e detentores de uma terra já convertida em mercadoria.

Assim é que a Lei de Terras converteu as terras devolutas em monopólio do Estado. Em seguida, com a Constituição de 1891, estas terras, que ficavam sobre o controle da União, foram transferidas para os Estados. Passaram a ser controladas pelas oligarquias regionais, que efetivaram sua concessão a grandes proprietários e a empresas. De acordo com Martins (1983, p.44-45):

A República encontra alteradas as bases da ordem social – o trabalho escravo extinto, a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma da propriedade, o regime das sesmarias, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro. O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família, transforma-se em disputa pela terra. Pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre.

As primeiras lutas camponesas de maior amplitude ocorrem, portanto, com o fim do Império e o começo da República. Aquelas de maior expressão estão representadas pela Guerra de Canudos (1893-1897) e pela Guerra do Contestado (1912-1916). Ambas foram vistas como reações à constituição do regime republicano, e, como tal, tentativas de restauração da monarquia. No entanto, vinculavam-se a mudanças relacionadas com a posse da terra, introduzidas pela Lei de Terras.

Os movimentos messiânicos tiveram sua expressão maior nas guerras de Canudos, no sertão da Bahia, e na região do Contestado, a qual envolvia um território disputado pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Em Canudos formou-se um povoado que chegou a abrigar uma população em torno de 30.000 pessoas, alojadas em 5.000 moradias. Tratava-se de

ex-escravos, camponeses, vaqueiros e jagunços despojados dos precários meios de sua subsistência que possuíam, seguidores do beato Antônio Conselheiro, que desenvolvia uma pregação religiosa relacionada com a espera do novo milênio que se avizinhava. Tal pregação continha tanto elementos relativos às injustiças cometidas contra os camponeses e a população pobre do sertão, quanto referências ao retorno da monarquia, que encarnaria os sonhados princípios de igualdade e justiça (MARTINS, 1983, p. 52-53).

De modo semelhante, o movimento messiânico do Contestado reunia em volta do beato José Maria um grande número de camponeses, destituídos de suas terras em decorrência de um acordo realizado pelo governo com o sindicato americano Farquhar para construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Em contrapartida, o Farquhar receberia terras na largura de nove quilômetros em cada lado da ferrovia, com compensações de mais nove quilômetros em outros lugares por áreas que já estivessem legalmente ocupadas ao lado da estrada. Esta região caracterizava-se pela criação de gado, além da extração da erva mate por posseiros, envolvendo, ainda, muitas disputas de terra entre os fazendeiros. O Farquhar pretendia, ainda, explorar a extração de madeira na região e organizar um programa de colonização com a venda de terras para colonos estrangeiros. Com este propósito, a partir de 1911, começou a expulsar os posseiros de suas terras, agravando as tensões já existentes pela permanência dos trabalhadores que haviam ficado desempregados com o término da construção da ferrovia.

Apesar da importância dos aspectos religiosos, a luta pela posse da terra constituía um aspecto central desses conflitos, ainda que de forma diferenciada do que ocorria nas regiões onde se concentravam as grandes lavouras. Neste caso, observava-se que as atividades produtivas desenvolvidas no sertão, mesmo que voltadas em grande parte para o abastecimento de carne para as regiões litorâneas, eram caracterizadas por uma menor hierarquização das relações de trabalho e de poder. Na exploração da pecuária predominava o sistema da quarteação, mediante o qual para cada quatro crias nascidas anualmente uma ficava com o vaqueiro, que assim poderia formar o seu próprio rebanho. Contudo, com a expansão do mercado interno, estas condições se alteraram, diminuindo as oportunidades dos vaqueiros. De acordo com Martins (1983, p. 50-51):

Quando, no fim do século XIX, as terras devolutas passam para o domínio dos Estados e se abriu em muitas regiões do país a especulação imobiliária, a necessidade de regularizar limites entre fazendas, de definir a situação jurídica da propriedade fundiária, abriu-se, também, um período de convulsão na própria classe de fazendeiros e negociantes. E mais, terras de antigos agregados, vaqueiros convertidos em sitiantes, sofreram a ameaça da incorporação ao patrimônio dos fazendeiros mais ricos e poderosos. Essas regiões mantidas à margem da economia colonial eram justamente aquelas em que mais descuidado fora o processo de ocupação territorial, já que a

riqueza era, e seria durante muito tempo ainda, representada pelo gado e não pela terra. Fazenda era o rebanho e não o território. Daí que o problema da terra tenha se apresentado muito mais grave nessas regiões do que naquelas devotadas à produção colonial agrícola de exportação.

No entanto, a eclosão destes conflitos não decorreu apenas das condições de exploração e de expropriação a que eram submetidos os camponeses e trabalhadores rurais. Foram também originados pelas disputas pela terra e, por extensão, pelo poder entre os coronéis, que lidavam com a insatisfação dos camponeses, a partir de seus interesses políticos locais. Por força da articulação dos interesses locais com os regionais e nacionais, tais disputas transbordavam os espaços em que tinham origem. Repercutiram no país a ponto de envolver o exército nas ações destinadas a combater os movimentos messiânicos, encarados como portadores de finalidades subversivas e restauradoras da monarquia. Enquanto os seguidores de Antônio Conselheiro lutavam contra a opressão a que eram submetidos, a mobilização de tropas para combatê-los era justificada pelo temor republicano de restauração da monarquia, distanciando-se, portanto, das motivações originais do movimento.

No Contestado, os camponeses e trabalhadores desempregados que se agrupavam em torno de José Maria também lutavam contra a exploração e expropriação perpetrada pelos grandes proprietários e empresas estrangeiras, na esperança do advento de uma nova época em que tais injustiças seriam removidas. Mais uma vez, refletindo os conflitos regionais entre os coronéis da região, os participantes do movimento messiânico foram acusados de restaurar a monarquia no sertão de Taquaruçu, em Santa Catarina, o que serviu de pretexto para a sua repressão, com o envolvimento de tropas federais, diante das derrotas das primeiras expedições militares.

O que há de comum nos dois movimentos é que os camponeses construíram uma visão de mundo que contestava e se opunha à visão de mundo dos coronéis e dos grupos políticos a eles associados, em escala regional e nacional, bem como organizaram coletividades baseadas em princípios de igualdade e justiça. Tanto no povoado de Canudos quanto no reduto dos revoltosos do Contestado estruturou-se uma organização social cuja queda deveu-se ao forte assédio militar, causa do enfraquecimento e da fome que lhes retiraram a capacidade de lutar (MARTINS, 1983, p. 57-58).

Outro tipo de conflito existente nas áreas rurais nesse período era o do banditismo social. Suas origens remontam à obrigação imputada aos moradores, agregados e trabalhadores de lutarem pelos proprietários de terra a quem se encontravam vinculados, quer fosse pela cessão

da terra, pelo trabalho, por alguma forma de proteção ou de prestação de favores. Assim, aqueles trabalhadores que tomavam parte nos conflitos eram denominados jagunços e constituíam o braço armado dos grandes proprietários, participando de suas lutas políticas e das disputas pela terra. Com o desenvolvimento do coronelismo os grupos armados dos proprietários de terra ampliaram-se. O seu emprego ultrapassou as contendas locais, passando a ser utilizado em uma escala mais ampla, a exemplo das próprias campanhas de Canudos e do Contestado. Por outro lado, a ampliação da participação dos jagunços nas guerras particulares dos coronéis gerou o aparecimento do cangaceiro, que não só atuava por conta própria, como se colocava a serviço dos proprietários de terras para a execução de crimes de encomenda contra desafetos. Neste sentido, Martins (1983, p. 60) considera importante diferenciar o jagunço do cangaceiro, assinalando que:

(...) A fonte básica do banditismo sertanejo estava nos conflitos de famílias, nas lutas pela terra, nos crimes de honra, na vingança. Tais pessoas não eram propriamente concebidas como bandidos pelos sertanejos, mas como pessoas que cumpriam o destino de vingar uma afronta. Os sertanejos que caíram nessa situação eram geralmente sitiados, posseiros, pequenos lavradores e criadores, camponeses, esbulhados em seus direitos, submetidos a expulsões, violências diretas dos jagunços dos coronéis e, mais particularmente, violências da polícia local, comandada pelos chefes políticos. Vingada a ofensa, geralmente entravam para um bando, tornando-se cangaceiro. Creio ser útil distinguir o jagunço do cangaceiro – o jagunço trabalhava para um patrão; o cangaceiro era livre, mesmo quando prestasse um serviço a alguém, matando um desafeto.

Nota-se que tal distinção evidencia, primeiramente, que o ingresso de camponeses e de trabalhadores rurais não ocorria somente por conta da expropriação de suas terras, mas também por questões de família e de honra, essenciais em relação ao seu modo de vida. Isto desmente, ainda, a noção de que o camponês aceitava passivamente a exploração e as humilhações que lhes eram impostas. Estas reações exprimem, em sua origem, uma clara insatisfação com as condições de dominação social vigentes, embora não traduzam imediatamente uma consciência política da violência a que estavam expostos. Mesmo tendo ingressado no banditismo, determinadas práticas de violência dos cangaceiros eram dirigidas contra a polícia, proprietários de terra e chefes políticos, destes tomando bens para distribuí-los entre os mais pobres. No entanto, se alguns chefes do cangaço agiam dessa maneira, outros desempenhavam práticas predatórias que atingiam a população rural. Contudo, em ambos os casos o cangaço significou um desafio à estrutura de poder representada pelo coronelismo (MARTINS, 1983, p. 59-60).

Assim, o sistema de poder que dava suporte à dominação oligárquica regional era o coronelismo. Suas origens encontram-se nas companhias de ordenança que, a partir de 1831, passaram a integrar a Guarda Nacional, sob o comando do Ministério da Justiça. Os integrantes

que ocupavam as posições hierárquicas mais elevadas dessas companhias recebiam as patentes de coronel, major e capitão. Contudo, os indivíduos investidos na patente de coronel eram, geralmente, chefes políticos locais que intermediavam as relações entre as regiões e os Estados com o poder central. Sua principal função era a de controlar os votos do eleitorado, mediante os quais davam sustentação aos governadores, que constituíam a base política do poder central. Os ocupantes da instância de poder central desenvolviam mecanismos de articulação política com os governadores, baseados, principalmente, em um sistema de favores relacionado com a realização de obras públicas e o preenchimento de cargos burocráticos do Estado (MARTINS, 1983, p. 46). Os governadores, por sua vez, reproduziam este sistema junto aos coronéis com quem estavam alinhados politicamente. No conjunto, o coronelismo mediava e instrumentalizava as relações sociais e políticas essenciais à constituição do poder oligárquico, articulando-as desde o nível municipal até o central.

Na base desse sistema os coronéis exerciam um poder quase que absoluto sobre uma clientela com quem intercambiava favores políticos e econômicos, tendo como objetivo mais importante o controle do voto. A República havia eliminado as restrições de renda para a participação eleitoral, mas criara novos obstáculos para esta prática, a exemplo da proibição do voto dos analfabetos, o que atingia, principalmente, grande parte da população rural. Martins (1983, p. 47) salienta que:

Desde o começo, o voto foi tratado como mercadoria. Em troca do voto e da fidelidade do eleitor, o coronel podia oferecer desde determinado presente, como um par de sapatos, até o crédito aberto, até um pedaço de terra para o *morador*. Isso não era manifestação de riqueza e de poder, simplesmente. De fato, o coronel, o chefe político local, necessitava do voto, já que somente assim podia ter o controle da política municipal (assegurando para si mesmo e seus iguais e clientes a certeza de uma tributação moderada ou até inexistente, a impunidade das fraudes e até mesmo de crimes violentos contra a pessoa quando isso fosse necessário). Como vários tributos eram estaduais, o tráfico de influências entre o coronel e o governo constituía uma garantia de impunidade fiscal e de impunidade com relação a outros delitos necessários à sustentação política do coronel, incluindo a fraude eleitoral sistemática.

O braço armado do coronelismo ao nível municipal e regional era formado por jagunços. Os coronéis tinham a prerrogativa de mobilizar tropas para a participação em conflitos, até mesmo externos, como o da Guerra do Paraguai. Essas forças também eram mobilizadas para as disputas entre os próprios coronéis, na medida em que ocorriam conflitos entre as famílias ou quando seus interesses não podiam ser acomodados no partido de sustentação do governo. Litígios envolvendo questões de terra, conflitos familiares e rivalidades políticas, estavam no cerne dessas lutas. Conforme é ressaltado por Martins (1983, p. 49):

A força do coronel não era, portanto, sua, mas do governo a quem sustentava eleitoralmente e que o sustentava politicamente. Portanto, o seu poder dependia basicamente da sua capacidade de troca. Isso quer dizer que tinha vigência nas relações de patronagem um peculiar regime de igualdade, que era o da igualdade vinculada, constituída pela troca de favores por votos – uma igualdade de mercado, que só se dá entre possuidores de mercadorias. Essa é, provavelmente, a razão principal para não se confundir o clientelismo político com a sujeição feudal. Essa base da relação política exprimia também a situação peculiar do cidadão – livre, mas cliente. Uma liberdade que, no âmbito da troca, era totalmente dominada pelo poder monopolístico do fazendeiro, comerciante e coronel. Por isso, a liberdade do camponês é nessa época marcadamente exercida como liberdade de locomoção, de deixar uma fazenda por outra, de deixar uma região por outra.

Após os grandes embates que marcaram as primeiras décadas do século XX, as lutas sociais no campo voltaram a se acentuar, no período de 1945-1964, desta vez sob o influxo de profundas transformações que se processavam na sociedade brasileira. Dentre elas, podia-se destacar o fim do Estado Novo, o que atenuou o desenvolvimento de ações repressivas sobre os movimentos de trabalhadores urbanos e rurais, e a expansão da industrialização e da urbanização, que estimulou o deslocamento de significativos contingentes da população rural para as cidades. De acordo com os dados do Anuário Estatístico do Brasil, da Fundação Instituto de Geografia e Estatística – FIBGE, em 1940 a população rural brasileira contava de 69% do total de habitantes. Em 1960, este contingente populacional reduziu-se para 55%, e, em 1970, representava apenas 44% do total de habitantes do país (FIBGE, 1985). O ritmo acelerado da mudança na composição da população por situação de domicílio evidenciava os efeitos que a urbanização e a industrialização provocavam na configuração das classes sociais, a exemplo do crescimento das camadas médias da população, do aumento do operariado urbano, bem como do maior peso político da burguesia industrial nas decisões do Estado sobre os rumos da economia. Tais fatores estimulavam o incremento das reivindicações sociais dos trabalhadores, inclusive a de maior participação nas atividades políticas. Apesar disso, Medeiros (1989, p. 17) registra que:

A agricultura, no entanto, ainda voltada predominantemente para a exportação, pouco se modernizou e não apresentava significativos aumentos de produtividade. Quanto à produção de alimentos, realizada em grande medida por pequenos produtores, frente ao rápido crescimento das cidades, impunha problemas de abastecimento e altas de preços, incompatíveis com o crescimento industrial. O descompasso entre a agricultura e a indústria, tal como percebido na época, colocava em questão a importância de adequar as atividades agrícolas à nova etapa de desenvolvimento do país. Constituiu-se, assim, uma certa unanimidade quer entre intelectuais, quer entre forças políticas sobre a necessidade de eliminar o “atraso” que reinava no campo. Os caminhos propostos para isso [...] eram diversos e indicavam os diferentes interesses em jogo.

Em meados da década de 1950, os conflitos envolvendo a posse e o uso da terra tornaram a crescer em diversas regiões do país. Surgiram novos confrontos em vários estados, como os de São Paulo, Pernambuco e Paraíba, sendo que alguns deles obtiveram repercussão nacional, chamando a atenção para a necessidade de uma reforma agrária.

Uma análise dos conflitos ocorridos, por categoria de trabalhador, revela que as lutas de posseiros se desenvolveram com maior frequência em regiões de fronteira agrícola, onde as terras ocupadas, em face da construção de rodovias ou da exploração de novos produtos agrícolas, passaram a ser muito valorizadas. Desse modo, converteram-se em objeto de ações expropriatórias por parte de grandes proprietários rurais, grileiros e políticos. Tais agentes, munidos de documentos falsificados sobre a propriedade das terras, buscavam expulsar os posseiros por meios violentos para apropriarem-se delas.

Dentre os conflitos mais importantes dessa natureza, destaca-se o de Formoso e Trombas, no Estado de Goiás, motivado pela expulsão de posseiros de suas terras por grileiros. Com o apoio do Partido Comunista Brasileiro - PCB, os camponeses organizaram uma resistência armada, repelindo as investidas de grileiros, jagunços e policiais durante o período de 1955 a 1957. Neste ano, o governo de Goiás reconheceu a legitimidade das posses e efetivou a titulação delas. A esta altura os posseiros também partilhavam o controle político da região, que tinha uma extensão de 10.000 km quadrados, detendo algumas prefeituras municipais. Em 1962, elegeram deputado estadual José Porfírio, o principal líder da rebelião (MEDEIROS, 1989, p. 38).

Outro conflito importante localizou-se no Sudoeste do Paraná. A exemplo do que aconteceu em Formoso e Trombas, camponeses que se deslocaram para essa região atraídos por um projeto de colonização do Estado passaram a ser objeto de ações de grande violência por parte de grileiros a serviço de uma empresa agrícola – a Clevelândia Industrial e Territorial – que tinha como objetivo vender-lhes as terras já ocupadas ou obriga-los a assinar contratos de arrendamento em branco, visando apropriar-se das áreas existentes (MEDEIROS, 1989, p. 39). Os conflitos intensificaram-se em 1955. No entanto, em 1957, os posseiros já se encontravam organizados e em luta contra os grileiros. Após negociações com o governo suas posses foram reconhecidas e, em 1960, iniciou-se sua legalização.

No que tange aos arrendatários o conflito de maior destaque ocorreu em Santa Fé do Sul, no Estado de São Paulo. Em uma fazenda desse município, ocorreu um conflito típico das relações entre os fazendeiros e os arrendatários da região. Estes recebiam a terra com o

compromisso de pagamento de renda e, ao término do contrato, devolvê-la com pastos formados. Entretanto, na fazenda onde ocorreu o conflito os subarrendatários após o encerramento dos contratos reivindicaram sua renovação, o que não foi aceito pelos arrendatários que representavam o proprietário da fazenda. Além de não aceitarem a proposta de renovação dos contratos, os proprietários ordenaram que fosse plantado capim no meio das lavouras cultivadas pelos subarrendatários. Em resposta, os camponeses, apoiados pelo PCB, passaram a arrancar o capim, motivando o choque entre eles e o proprietário. Outro motivo da luta dos subarrendatários eram as altas taxas cobradas para o arrendamento das terras nessa região. Em 1960, a intervenção do governo estadual para resolver o conflito resultou na efetivação de um novo contrato. Após o seu encerramento os subarrendatários mais uma vez recusaram-se a sair, sendo objeto de ações violentas por parte do proprietário que os expulsou definitivamente da terra (MEDEIROS, 1989, p. 42-43).

Por sua vez, as lutas dos trabalhadores assalariados estavam fortemente associadas à defesa de direitos trabalhistas, como o pagamento do salário-mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, as férias remuneradas, enfim, todos os benefícios que já eram assegurados aos trabalhadores urbanos. A ocorrência de tais lutas geralmente efetivava-se mediante processos legais, embora existissem registro de greves em algumas regiões do país. É importante salientar que essas reivindicações também partiram de colonos ocupados em fazendas no Estado de São Paulo. Sua vitória em alguns desses processos induziu uma parte dos proprietários de terra a trocarem os contratos de colonato pelos de empreitada, de modo a evitar decisões desfavoráveis da justiça do trabalho (MEDEIROS, 1969, p. 83).

Outro espaço social de grande importância das lutas camponesas localizava-se na região Nordeste, onde foram impulsionadas com o surgimento das Ligas Camponesas. As origens das Ligas estão associadas às mudanças nas relações de trabalho vigentes na economia nordestina, que começam a ocorrer desde o início da década de 1950. Tais relações eram caracterizadas pela cessão de pequenos lotes de terra e uma casa de moradia aos trabalhadores dos engenhos de cana de açúcar. Os lotes destinavam-se ao plantio de cultivos alimentares, e, em troca, os trabalhadores eram obrigados a fornecer dois dias de trabalho gratuito aos proprietários da terra. O tempo que excedesse este limite deveria ser remunerado. Em outra situação, o trabalhador recebia um lote de terra para o cultivo de bens de subsistência, pelo qual deveria fazer um pagamento anual denominado de foro. Na primeira situação o trabalhador era identificado como morador de condição; na segunda, era chamado de foreiro.

Diante do aumento das tensões nas áreas de plantação de cana de açúcar, em Pernambuco, os proprietários começaram a recusar-se em ceder a terra para os moradores e passaram a elevar as taxas de pagamento do foro. Isto somente aumentou o descontentamento dos camponeses, levando à emergência de diversos conflitos nessas áreas. O primeiro desses conflitos a ganhar uma maior repercussão política ocorreu em 1955 no engenho da Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Ao organizar uma associação para fins de beneficência – a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – e convidar o proprietário da fazenda para sua presidência de honra, os camponeses foram acusados de promover práticas subversivas e ameaçados de expulsão das terras que ocupavam no engenho. A imediata reação dos latifundiários à formação da associação camponesa, visando sua extinção, mais fortaleceu do que diminuiu a disposição de luta de seus membros, tal era a consciência da legitimidade de suas aspirações. De fato, longe de se intimidar, os camponeses resistiram e buscaram ajuda junto a lideranças políticas na capital do Estado, tendo recebido o apoio do deputado Francisco Julião, que se dispôs não só a defendê-los como a contribuir para a organização de suas lutas. Tal episódio refletia as tensões crescentes na região Nordeste, fazendo dessa associação o germe da multiplicação das lutas camponesas na região e em várias partes do país.

Com efeito, as Ligas multiplicaram-se rapidamente, obrigando o governo, a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro a intensificar a disputa pelo encaminhamento e pela direção das lutas sociais no campo, mediante a criação de sindicatos rurais. Em verdade, isto representava apenas um dos indicadores das tensões que minavam as bases políticas das oligarquias rurais, assentadas em um sistema de lealdades e de obrigações, decorrentes das modalidades vigentes de uso e de posse da terra, bem como de relações sociais fortemente personalizadas, formadas no interior de práticas assistencialistas. (PEIXOTO, 2013, p. 181)

Francisco Julião tornou-se a principal liderança dos camponeses, cujas reivindicações evoluíram de questões mais imediatas, como a extinção do cambão, do barracão e das taxas abusivas de pagamento do foro, para o objetivo da reforma agrária. Sob seu comando, as Ligas promoviam a mobilização dos camponeses para a realização de passeatas, comícios e encontros em áreas rurais e urbanas, o que contribuía para dotar suas lutas de maior visibilidade política. Por outro lado, também influíam no reconhecimento de que os problemas da região, longe de serem determinados por calamidades naturais como a seca, deviam-se muito mais à existência de uma estrutura social injusta, cuja transformação incluía a necessidade de realização de uma reforma agrária. Em 1960, as Ligas Camponesas contavam com aproximadamente 10.000

associados e possuíam quarenta sedes municipais, concentrando-se nos Estados de Pernambuco e da Paraíba (MEDEIROS, 1989, p. 48).

O crescimento das lutas sociais no campo decorria, ainda, de uma intensa atividade do PCB e da Igreja Católica, no sentido da organização de camponeses e trabalhadores assalariados, embora as ações promovidas por tais entidades também tivessem como objetivo, alinhá-los aos seus objetivos políticos. Com efeito, as mudanças que ocorriam na economia e na sociedade repercutiam no campo e conduziam a fortes tensões sociais principalmente em áreas de expansão de atividades capitalistas. Além disto, nas regiões em que predominavam as grandes propriedades agrícolas também se registrava a elevação do número de conflitos, determinada pela exacerbação das práticas de exploração dos trabalhadores nelas ocupados. Todavia, aumentava, concomitantemente, as preocupações das oligarquias agrárias e dos grupos urbanos com os quais mantinham alianças políticas em relação às atividades das Ligas, que entendiam constituir uma ameaça ao monopólio que detinham sobre a terra.

Assim, as primeiras organizações de camponeses e trabalhadores rurais foram constituídas sob a forma de ligas, associações, uniões e irmandades. No entanto, as mais importantes eram os sindicatos e as associações civis. Os sindicatos representavam os trabalhadores assalariados, enquanto as associações civis organizavam os lavradores que, de alguma maneira, tinham acesso à terra, tais como os posseiros, parceiros e arrendatários. Os sindicatos defendiam os direitos trabalhistas dos assalariados agrícolas, enquanto as associações lutavam contra a expulsão dos camponeses das terras em que trabalhavam, efetuadas por grileiros, bem como os aumentos da renda que pagavam pela utilização da terra.

A partir de 1950, foram realizados os primeiros congressos, de âmbito estadual, reunindo camponeses e trabalhadores agrícolas, em Pernambuco e Goiás. Em 1954, o PCB promoveu, a criação de uma entidade de âmbito nacional, destinada a lutar pela realização da reforma agrária: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil-ULTAB. Com a formação desta entidade buscava superar o isolamento das lutas camponesas, integrar suas categorias mais importantes e definir suas principais reivindicações. As principais categorias que participaram da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, quando a ULTAB foi criada, foram as de assalariados agrícolas, colonos, arrendatários, posseiros e parceiros, além de pequenos e médios proprietários. Na lista de suas reivindicações mais importantes identificava-se o salário-mínimo, a extensão dos direitos trabalhistas para o campo e a previdência social. Dentre aquelas consideradas como imediatas estavam a redução dos impostos e das taxas de arrendamento, a titulação de terras para os posseiros e o apoio técnico

e crédito do Estado à produção. No entanto, a realização da reforma agrária despontava como a principal reivindicação. Conforme Medeiros (1989, p. 33):

A partir desse encontro, com ligeiras variações, a luta por essa reforma agrária se colocaria no horizonte dos trabalhadores rurais, elegendo como adversário principal o latifúndio (entendido como expressão do atraso econômico, social e político) e seus aliados; as companhias imperialistas, “que monopolizam o comércio dos principais produtos agrícolas e que dominam imensas áreas de terra no país”. É para a reforma agrária que convergiam, de alguma maneira, as diferentes lutas que se travavam no campo e que tinham a terra por seu eixo. É através dela que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, ganharia significado social e sentido político a categoria camponês.

Concebida como uma medida de justiça social, a reforma implicava na expropriação dos latifúndios, distribuição de suas terras entre camponeses e trabalhadores sem-terra, eliminação das relações de trabalho semifeudais e o apoio do Estado ao desenvolvimento produtivo do setor reformado. Procedendo dessa maneira, o PCB pretendia mobilizar os trabalhadores do campo conforme seus objetivos políticos, tendo na reforma agrária sua principal bandeira de luta.

Ao analisar o processo de organização das lutas sociais no campo, a partir da década de 1950, Martins (1983) também considera que os principais atores sociais que apoiavam os movimentos políticos do campesinato e dos trabalhadores rurais eram o PCB a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e, ainda, o trabalhismo do presidente João Goulart. Todos disputavam a tutela política do campesinato, o que era visto por alguns estudiosos como uma maneira de estabelecer uma nova relação de clientela com este grupo. No entanto, mesmo que tal relação implicasse em interesses específicos desses partidos e instituições, seu relacionamento com os camponeses, em muito diferia daquele mantido pelos coronéis, marcados pela exploração, violência e expropriação (MARTINS, 1983, p. 81-82).

Na década de 1950, a perspectiva adotada pelo PCB em relação ao campesinato baseava-se na concepção de que a agricultura brasileira ainda comportava resquícios feudais, assegurados pelo monopólio da terra, o que limitava o desenvolvimento do mercado interno e a industrialização do país. Para a superação dessa estrutura tornava-se necessária uma ação reformista que eliminasse os latifúndios, redistribuísse suas terras entre os camponeses e estabelecesse um governo democrático e popular, apoiado pelos operários, camponeses e pelas camadas médias da população, reunidos em uma frente ampla anti-imperialista e anti-feudal. Todavia, o PCB foi modificando tal concepção acrescentando alguns elementos e secundarizando outros já existentes. Assim, em 1953, assinalava que as terras cultivadas dos camponeses ricos não deveriam ser confiscadas, e em 1954, agregava como garantia de respeito

à propriedade privada as terras pertencentes à burguesia brasileira, redefinindo sua proposta de ação reformista e preconizando sua condução por uma ampla frente democrática, que incluiria novos segmentos sociais descontentes com as políticas de governo e a aliança com a burguesia nacional (MARTINS, 1983, p. 82-84).

O PCB considerava a necessidade de incorporar os camponeses e trabalhadores rurais assalariados às lutas políticas sob seu comando, identificando com maior clareza a ligação do movimento operário com as reivindicações imediatas desses grupos. Para tanto, colocava a proposta de realização de uma reforma agrária e a criação de governos municipais democráticos, como formas de luta que promoveriam a ligação entre os trabalhadores do campo e da cidade. Outro meio de desenvolver esta estratégia seria a criação de associações que, através de encontros periódicos, fomentassem a articulação entre os camponeses e trabalhadores assalariados agrícolas. Como foi observado anteriormente, o PCB promoveu, em 1954, a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, que se constituiria no embrião da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil – CONTAG. Entretanto, novos elementos seriam incorporados e modificariam a concepção do PCB e suas práticas políticas relativas as lutas sociais no campo. Assim, em 1953, reconhecia a ocorrência de avanços na estrutura arcaica da agricultura, que indicavam a necessidade da eliminação das sobrevivências feudais e do monopólio da terra, que impediam a melhoria das condições de vida dos camponeses e a expansão do mercado interno. Daí a importância da realização de uma reforma agrária que redistribuísse as terras entre os camponeses e dinamizasse a produção agrícola. A viabilização desse programa teria como instrumento a formação de uma frente única anti-imperialista, geradora de um governo nacionalista e democrático. Contudo, este processo deveria ocorrer nos limites do regime vigente, constituindo-se o caminho para uma transição de caráter pacífico e gradativo, pautado pela acumulação de avanços políticos. De acordo com esta proposta, o PCB empenhou-se na formação dos sindicatos rurais, principalmente no Nordeste, concorrendo fortemente com a Igreja Católica. No entanto, em 1960, mudou sua orientação em relação as lutas sociais no campo, passando a enfatizar a participação dos trabalhadores assalariados, afastando-se das Ligas Camponesas e até mesmo opondo-se a elas. Sua estratégia passou a privilegiar o controle da cúpula sindical dos trabalhadores rurais, colocando os camponeses em um plano secundário (MARTINS, 1983, p. 84-87).

No que tange à Igreja Católica observa-se que o seu envolvimento com os movimentos sociais do campesinato originou-se de motivações praticamente opostas às dos partidos políticos. Ao contrário desses partidos, a Igreja não almejava a emancipação do campesinato

da exploração, violência e expropriação a que era submetido pelas oligarquias rurais e grupos urbanos interessados na especulação imobiliária. Suas preocupações estavam centradas na possibilidade de os camponeses serem convertidos em massa de manobra pelos partidos, devido às suas precárias condições sociais de existência, rebelando-se contra o sistema de propriedade vigente. Tratava-se, pois, de promover a organização dos sindicatos rurais e de defender a distribuição de terras entre os camponeses, de modo a evitar que eles migrassem para as cidades e fossem envolvidos pelos grupos políticos que questionavam a legitimidade desse sistema. Assim, pretendia contribuir para a geração de uma classe de pequenos proprietários, tendo como principal instrumento de viabilização dessa proposta a realização de uma reforma agrária. Contudo, a partir de 1961, o agravamento das condições de vida dos camponeses e dos trabalhadores assalariados rurais, associado ao crescimento dos conflitos sociais no campo, conduziram a Igreja a rever sua perspectiva inicial a respeito da posse e do uso da terra. A propriedade da terra passava a ser considerada legítima a partir da função social que lhe era atribuída, ou seja, à sua utilização produtiva. Sua desapropriação por interesse social também passava a ser vista como legítima, desde que os seus detentores fossem indenizados conforme a legislação vigente. Desse modo, a Igreja abria o caminho para a concepção de uma nova ordem social no campo, em lugar de defender a preservação do sistema de propriedade vigente (MARTINS, 1983, p. 88-89). À medida em que apoiava e se engajava nas lutas dos camponeses e trabalhadores rurais, a Igreja reformulava suas concepções originais e ampliava sua prática política e institucional, orientando-a para a redução das desigualdades sociais existentes. Isto se dava mediante a atuação de entidades como o Movimento de Educação de Base-MEB e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, que impulsionavam propostas de emancipação de camponeses e trabalhadores rurais. Embora a orientação da CNBB fosse a de apoio a um sindicalismo cristão e à realização de uma reforma agrária destinada a agricultores familiares, as ações desenvolvidas para a concretização de suas propostas estimulavam desdobramentos políticos e ideológicos internos, que levaram ao confronto de grupos de leigos, que defendiam mudanças mais profundas na estrutura da sociedade, com as orientações recomendadas pela hierarquia da instituição (MEDEIROS, 1989, p. 76-78).

Por sua vez, as Ligas Camponesas advogavam a realização de uma reforma agrária radical, que provocasse uma completa modificação do direito de propriedade e conduzisse à liquidação do monopólio de classe sobre a terra, dando lugar à propriedade camponesa, inclusive a estatizada. Embora tal proposta estivesse situada dentro do marco de legalidade vigente, colocava-se em termos opostos àqueles concebidos pelo PCB e pela Igreja Católica,

que defendiam a realização da reforma através de etapas. Por outro lado, as Ligas também rejeitavam a proposta de frente única, defendida pelo PCB e pelo movimento trabalhista liderado pelo presidente João Goulart, na medida em que não reconhecia a existência de uma contradição efetiva entre os latifundiários e burguesia. Daí a sua recusa em aceitar a aliança proposta pelo trabalhismo de João Goulart. Na verdade, o projeto de mudança das Ligas abrigava uma ideia de revolução camponesa, o que a distanciava das propostas dos demais partidos e instituições envolvidos com as lutas do campesinato brasileiro (MARTINS, 1983, p. 89-90). No entanto, a proposta de preparação para a luta armada, surgida em 1961, com o argumento de que sem se lançar mão desse recurso as transformações intencionadas não se realizariam, terminou por dividi-la e enfraquece-la (MEDEIROS, 1989, p. 76).

Por fim, o movimento trabalhista de João Goulart considerava os problemas agrários e camponeses a partir de uma ótica desenvolvimentista, segundo a qual a inflação que assolava o país tinha sua origem nas distorções existentes na estrutura fundiária, o que se refletia principalmente nos altos preços dos alimentos. De acordo com esta concepção a reforma agrária aparecia como um meio de solucionar este problema, fazendo uso de terras improdutivas e, ao mesmo tempo, criando um novo setor produtivo no campo. Isto produziria uma série de efeitos multiplicadores para a economia e a sociedade, a exemplo da geração de um maior fluxo de renda para o campo, a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria, dentre outros. Por outro lado, subjazia nessa proposta a expansão da dominação populista para o campo, na medida em que os benefícios criados pela reforma agrária seriam revertidos no apoio da população rural ao governo. Pode-se admitir, ainda, que as fortes tensões sociais existentes no campo não favoreciam a aplicação de medidas reformistas, aplicadas de forma gradativa, além do que no plano político e institucional havia uma grande oposição a elas por parte dos partidos políticos que representavam os interesses dos latifundiários e da burguesia (MARTINS, 1983, p. 90-92).

Ao se efetuar um cotejo dessas posições, verifica-se que todos os atores mencionados, à exceção das Ligas Camponesas, tinham em comum a preocupação de evitar uma revolução camponesa, esboçada na luta contra a renda da terra e pela transformação da propriedade fundiária. Em meio aos diversos discursos sobre a concentração da terra e a exploração dos camponeses e dos trabalhadores rurais pelos grandes proprietários, sobressai a retórica burguesa de defesa do desenvolvimento econômico e da ampliação do mercado interno, contraditada por uma prática de especulação e grilagem. Mesmo assim, alguns setores do empresariado e

políticos de formação nacionalista, passaram a ver na reforma agrária uma solução para o atraso da agricultura e a amenização dos conflitos (MEDEIROS, 1989, p. 60-61).

Tal preocupação também se fazia presente no âmbito do Estado, vez que nele estavam representados os interesses de diversas frações das classes dominantes. Assim, verificava-se a existência de posições francamente contrárias, bem como favoráveis à reforma agrária. Os grandes proprietários de terra encontravam-se fortemente encastelados no Congresso Nacional, eram detentores do poder executivo em alguns estados, além de possuírem ampla influência nas instâncias do judiciário. Desse modo, conspiravam, sabotavam e boicotavam, por todos os meios ao seu alcance qualquer proposta de reforma da estrutura fundiária. Por outro lado, como já foi dito, parte do empresariado e políticos que representavam os interesses de alguns setores do capital industrial e comercial acolhiam e buscavam implementar políticas agrárias potencialmente voltadas para modificações na estrutura fundiária e nas relações de poder nas áreas rurais.

Os resultados dessas disputas, o seu alcance político e os seus horizontes ideológicos podiam ser notados, ainda, nas posições adotadas por governos estaduais e pela União, no sentido de bloquear ou de fazer avançar as mudanças propostas. Medeiros (1989, p. 60) ao tratar das atitudes de contenção e de negociação dos conflitos agrários em alguns estados, assinala que:

Normalmente se diz que os movimentos sociais se intensificaram no governo Juscelino, considerado um período de maior liberdade política, onde teria havido maior espaço para a sua organização e expressão. No entanto, é difícil partir desse nível de generalidade. Nas diversas unidades da federação, foi bastante heterogêneo o caráter da relação entre os governos e os conflitos. Em Pernambuco, sob o controle de Cordeiro de Farias, no Rio de Janeiro nos governos de Amaral Peixoto e Miguel Couto, no Paraná de Lupion, por exemplo, a polícia se aliava aos jagunços dos proprietários de terra ou grileiros na repressão às reivindicações que emergiam. Em outros locais, como Goiás, foi possível estabelecer um acordo entre os posseiros de Formoso e o Governador Pedro Ludovico. Sem dúvida alguma, aí pesavam a repercussão que os conflitos adquiriam e principalmente a capacidade de suas direções em articular apoios e alianças capazes de reduzir o peso da repressão.

No que tange às ações orientadas para a modificação da estrutura fundiária, registrava-se em São Paulo, em 1959, a elaboração de um Plano de Reforma Agrária, com o objetivo de promover a colonização de terras públicas, enquanto no Rio de Janeiro, no governo de Roberto Silveira, foi criado um Plano Piloto de Ação Agrária. Em Pernambuco, no governo Cid Sampaio, foi criada a Companhia de Revenda e Colonização. No entanto, foi no Rio Grande do Sul, no governo de Leonel Brizola, onde ocorreu a ação mais arrojada em apoio aos

trabalhadores sem-terra, com a criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, que tinha como finalidade o fornecimento de lotes para esses trabalhadores (MEDEIROS, 1989, p. 61).

No âmbito do governo federal, nos primeiros anos da década de 1960, as iniciativas mais importantes recaíram sobre a proposição de projetos de reforma agrária e a regulamentação das relações de trabalho no campo. Estes projetos eram sucessivamente rejeitados no Congresso Nacional. Em 1962, foi criada a Superintendência de Política e Reforma Agrária – SUPRA, órgão cujas ações foram imobilizadas pela legislação vigente em relação ao pagamento de indenizações relativas às desapropriações de terras. Neste mesmo ano, ocorreu a liberação para a organização de sindicatos de trabalhadores rurais e autônomos. Contudo, a extensão da legislação trabalhista para o campo só foi aprovada em 1963, através do Estatuto do Trabalhador Rural. Tal legislação vinha permeada dos mesmos controles aplicados às organizações de trabalhadores urbanos, tais como a possibilidade de intervenção do Estado, a permissão de apenas um sindicato por município e o seu funcionamento com base no imposto sindical. Por fim, em março de 1964, a assinatura do decreto que estabelecia a desapropriação de terras ao longo de rodovias, ferrovias e açudes construídos pelo governo federal, tornou-se um dos pretextos mais importantes para a eclosão do golpe militar, que abortaria definitivamente as tentativas de reforma em curso (MEDEIROS, 1989, p. 62-64).

Tais medidas, embora limitadas e eivadas de restrições jurídicas próprias da legislação vigente, refletiam, de certo modo, o avanço das lutas de camponeses e trabalhadores rurais. Como mencionado anteriormente, eram inspiradas em motivações desenvolvimentistas e buscavam amortecer os conflitos sociais no campo. Entendia-se que a modernização da agricultura era de fundamental importância para a constituição de um mercado interno para o consumo de produtos industrializados e bens de capital, localizado no campo, onde se concentrava metade da população brasileira. Para tanto, somente a elevação dos padrões tecnológicos existentes nas atividades agrícolas poderia alterar o desempenho do setor e promover o aumento dos seus níveis de produção e produtividade. Isto acarretaria sua maior participação na geração da renda nacional, viabilizando um padrão mais equilibrado de trocas com a indústria (SINGER, 1973). Por isso, tornava-se necessário realizar alterações na estrutura fundiária, o que resultaria, ainda, na formação de uma classe média rural capaz de atenuar os conflitos existentes.

Por outro lado, os grandes proprietários rurais, principalmente os detentores de latifúndios, encaravam com forte apreensão os movimentos de organização dos camponeses e de trabalhadores rurais. Reagem, como sempre, de forma truculenta, acostumados a desfrutar

de completa impunidade. Ao analisar a violência de que se revestia tal reação Medeiros (1989, p. 64) salienta que:

A reação dos proprietários de terra à organização dos trabalhadores se fez em diversos planos. No interior das propriedades, pela tentativa de impor a sua lei; a ação dos jagunços, a queima de casas, o gado solto nas lavouras, despejos, perseguições de todo tipo e até mesmo assassinatos dos que ousavam contestar foram fatos comuns e apenas uma pequena amostra deles vinha a conhecimento público. No plano do poder local, o controle que detinham das instâncias de decisão e da justiça sempre criava situações desfavoráveis ao trabalhador.

É necessário registrar, ainda, que os grandes proprietários, apesar da força política de que dispunham no Congresso Nacional e da influência que exerciam sobre outras instâncias do poder executivo e do judiciário, possuíam uma elevada capacidade de articulação política, utilizada para neutralizar as reivindicações de camponeses e de trabalhadores rurais. Tinham associações em todo o país, empenhadas em criar uma imagem positiva de seus membros, apresentando-os como geradores de riquezas. Além disso, consideravam que a intervenção do Estado na atividade agrícola deveria ser organizada em apoio ao seu esforço de produzir, dotando o meio rural de infraestrutura e aperfeiçoando os instrumentos de crédito a fim de melhorar o desempenho do setor, o que certamente se refletiria na condição de vida dos camponeses e trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989, p. 65).

Com efeito, as lutas pela posse e uso da terra, desenvolvidas nesse período, mostravam-se mais organizadas. Tinham objetivos diversos, tais como recorrer à justiça contra os grandes proprietários para o pagamento de indenizações, reivindicar a realização de uma reforma agrária e resistir à expulsão das terras ocupadas. Eram conduzidas por entidades como as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, que embora tivessem em comum o propósito de lutar contra as condições de dominação e exploração vigentes no campo, estruturavam-se de formas diferentes. Configurada dessa maneira, a hegemonia pela organização das lutas sociais no campo passou, assim, a ser disputada entre as Ligas e os Sindicatos Rurais. Estes últimos contavam com apoio do PCB e da Igreja Católica, que contribuíram, em 1963, para a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas - CONTAG, organização sindical que desempenharia um importante papel nas lutas políticas no campo.

Não obstante, notava-se que o aumento dos conflitos e da mobilização política no campo eram permeados, em grande parte, por proposições reformistas, concebidas de forma reivindicatória, sem colocar em questão a existência da sociedade capitalista e a necessidade de sua superação. De certo modo, tais reformas aparentavam ser mais ousadas, tendo em vista que

o processo de acumulação de capital na sociedade brasileira esbarrava em uma ordenação das relações de poder que não mais atendia as necessidades de expansão das forças produtivas. Ao contrário, o aumento das tensões sociais convertia-se em um obstáculo para o desenvolvimento do processo de acumulação de capital em bases mais dinâmicas. A intensificação dos conflitos no campo, no início da década de 1960, constituía-se em um importante indicador do acirramento da luta de classes. Tal processo, no entanto, não se desenvolvia de forma polarizada. Em vez disso, desdobrava-se em várias possibilidades, o que refletia os interesses em jogo. De um lado, estavam as frações das classes dominantes que procuravam deter as mudanças em curso, ou, pelo menos, ajustá-las aos seus interesses, a exemplo dos latifundiários e de empresários ligados ao capital estrangeiro. De outro, localizavam-se os grupos empenhados em um projeto de desenvolvimento capitalista mais independente do capital externo, centrado nos interesses nacionais e pautado em reformas sociais e econômicas, inclusive a reforma agrária. Por fim, existiam os camponeses e trabalhadores rurais que lutavam pela distribuição da terra, aplicação da legislação trabalhista e uma maior participação nas atividades políticas, de modo a obter melhores condições de vida.

No entanto, apesar da retórica radical de alguns grupos políticos, a exemplo das Ligas Camponesas, não se observava a vinculação das lutas sociais no campo a um projeto de superação da sociedade capitalista existente. Pensava-se muito mais em promover processos mais justos de distribuição da riqueza socialmente gerada, bem como da democratização da estrutura do Estado, o que era considerado uma condição indispensável para o atendimento das demandas coletivas emergentes dos processos de mudança em curso, tais como a migração rural-urbana, a industrialização, as mudanças nas relações de trabalho, etc. A própria luta armada, em maior evidência no campo, representava muito mais uma reação dos camponeses e trabalhadores rurais ante à violência dos grandes proprietários e de seus aliados políticos, do que ações orientadas por um projeto político de tomada do poder e instauração de uma ordem social alternativa ao capitalismo.

Ao descrever as lutas sociais no campo nesse período, Medeiros (1989) menciona a evolução ocorrida tanto em relação aos métodos de luta quanto aos objetivos declarados dos conflitos. Em meio às diversidades dessas lutas, destacava-se a formação de acampamentos de trabalhadores sem terras junto aos latifúndios, no Rio Grande do Sul, como uma forma de pressão política para a desapropriação de tais estabelecimentos; a resistência armada às investidas dos grileiros e a deflagração de greves de trabalhadores rurais, envolvendo, em grande parte, reivindicações trabalhistas. Refere-se, particularmente, às greves ocorridas na

usina Nova América, no município de Assis, em São Paulo e na Zona da Mata, em Pernambuco, da seguinte maneira:

(...) No caso da usina Nova América, a greve envolveu cerca de dois mil trabalhadores em seis dias de paralisação. Além das reivindicações trabalhistas e salariais, também estava em jogo o direito de organização. Apesar da repressão, os grevistas conseguiram o pagamento dos dias parados, férias atrasadas, reconhecimento da associação, etc.

Quanto à greve de Pernambuco, suas proporções a tornaram singular no período. Mobilizando cerca de duzentos mil trabalhadores da cana, em luta por melhorias salariais e pelo estabelecimento de uma tabela de preços no campo, ela paralisou toda a região canavieira, unificando ao seu redor diferentes forças políticas que disputavam a direção das lutas dos trabalhadores rurais na região: PCB, as Ligas e a Igreja. (MEDEIROS, 1989, p. 72)

Em verdade, na medida que as lutas sociais no campo iam adquirindo maior densidade, acentuavam-se as disputas quanto a sua condução. Como observado anteriormente, várias organizações e instituições sociais com diferentes propostas políticas competiam entre si no sentido de canalizar as lutas camponesas e de trabalhadores rurais para os seus objetivos. Isto configurava um arco político e ideológico variado, embora muitas vezes confluíssem para o apoio das reivindicações relativas à terra, salários e condições de trabalho.

Este era o quadro político que se delineava no início da década de 1960, marcado por forte instabilidade. Duas grandes tendências aglutinavam as forças políticas em luta pelo controle do Estado e de sua utilização para os objetivos das classes e frações de classe envolvidas. De um lado, encontravam-se os grupos políticos articulados em torno de um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, o que incluía expressivos setores da burguesia comercial, industrial e financeira, além dos grandes proprietários de terra, atemorizados pelas constantes paralizações do processo produtivo por meio de greves. De outro, estavam as forças políticas anti-imperialistas, alinhadas em torno do governo do presidente João Goulart, que reunia setores progressistas do empresariado nacional, ao lado do operariado urbano, dos camponeses e trabalhadores rurais, agregados em uma frente popular, que defendiam um projeto de desenvolvimento capitalista com maior grau de autonomia em face do capital externo, ancorado na realização das reformas de base, dentre elas a reforma agrária.

A deflagração do golpe militar de 1964, encerraria um ciclo de lutas sociais do campesinato e dos trabalhadores rurais brasileiros em torno da posse e do uso da terra, bem como da modificação das relações de trabalho existentes. A opção pelo projeto de desenvolvimento capitalista dependente e associado ao capital estrangeiro implicava em uma violenta repressão política sobre os movimentos populares, como um meio de remover os

obstáculos à retomada do processo de acumulação de capital em novas condições. A partir desse momento, assistia-se à destruição das Ligas Camponesas e a uma intensa intervenção do Estado nos sindicatos rurais, significando que a luta pela posse da terra e por melhores condições de trabalho precisaria ser reconstruída sob condições adversas, além do que a discussão sobre a reforma agrária também passaria a ser realizada em um contexto político e institucional bastante desfavorável às aspirações de camponeses e dos trabalhadores do campo.

Capítulo 3

A reforma agrária como instrumento do desenvolvimento capitalista no campo

Conforme já mencionado, após o golpe militar de 1964 as lutas pela posse da terra e a realização da reforma agrária no Brasil ganharam novos contornos. Ao lado delas, as lutas por melhores condições de trabalho também seriam reconstruídas lentamente, em vista do amplo aparato repressivo mobilizado pelos governos militares, bem como do seu empenho em exercer um forte controle do Estado sobre as organizações sindicais, com o objetivo de conter as demandas coletivas, rurais e urbanas, que, até então, se expressavam com grande intensidade.

No que tange à efetivação de um projeto de reforma agrária, nota-se que, mesmo mantendo o discurso de sua necessidade e, até mesmo aprovando o dúbio Estatuto da terra, a opção do novo regime político, na melhor das hipóteses, indicava a possibilidade de pôr em prática mecanismos de desapropriação e ocupação de terras, enquanto um dos instrumentos de execução de uma política orientada para o crescimento econômico da agricultura, na qual a distribuição de terras desempenharia um papel parcial e limitado a determinadas áreas, onde se localizavam fortes tensões sociais, o que basicamente resultava em sua desqualificação enquanto um processo amplo e massivo de constituição de um setor reformado no campo.

Outra opção política do regime seria realizar a modernização tecnológica das atividades agrícolas, ou seja, acelerar os estímulos ao desenvolvimento do capitalismo no campo, mediante a oferta de crédito e de novas tecnologias. Tais medidas promoveriam a capitalização das atividades produtivas, viabilizando a incorporação de inovações tecnológicas que possibilitariam o aumento da produtividade dos cultivos e das criações existentes, o que incrementaria a oferta de alimentos e matérias-primas industriais com custos mais reduzidos. Neste caso, a reforma agrária não faria mais sentido como um meio de desenvolvimento econômico, na medida em que o próprio crescimento econômico, orientado para a dinamização das empresas agrícolas, incrementaria a expansão das relações de assalariamento no campo, esvaziando as reivindicações relativas a uma melhor distribuição das terras.

Em oposição a esta forma de conceber a irrelevância da reforma agrária encontravam-se os grupos políticos e movimentos sociais que defendiam a redistribuição da terra com base em argumentos de que grande parte da produção de alimentos e matérias-primas agrícolas provinha das unidades de produção familiar, ainda que estas unidades operassem com baixos níveis de

capitalização, fortes limitações de crédito e de assistência técnica, além de grandes dificuldades para a comercialização de seus produtos. Isto sem se contar com os contingentes de trabalhadores rurais sem-terra, ou com terra insuficiente para o desenvolvimento das atividades produtivas. Acreditava-se, portanto, que a reforma agrária não se justificava apenas como uma questão de justiça social, mas se colocava como uma política indispensável para a melhoria do desempenho das atividades produtivas no campo, contribuindo ainda para a redução da pobreza e das desigualdades decorrentes das condições de posse e uso da terra vigentes.

No presente capítulo, tais posições serão analisadas sob dois aspectos. Em primeiro lugar, procura-se mostrar como o projeto estatal de modernização tecnológica da agricultura brasileira foi concebido e implementado como uma alternativa à realização de uma reforma agrária, tendo como objetivo o crescimento econômico da agricultura. Em segundo lugar, pretende-se mostrar como a proposição da reforma agrária foi encaminhada a partir do processo de reconstrução das lutas políticas do campesinato e dos trabalhadores rurais, após o golpe militar de 1964 até o fechamento do ciclo dos governos militares e a liberalização do regime político no país. Neste período, o cenário em que se desenvolveram os debates sobre a reforma agrária modificou-se continuamente, enquanto continuavam e se intensificavam as contradições sociais que determinavam as lutas pela posse da terra.

Ao se considerar a reforma agrária como um instrumento do desenvolvimento capitalista no campo, deve-se ter em conta que historicamente a maior parte dos países capitalistas avançados promoveu algum de tipo de reordenação de suas estruturas fundiárias. Em que pese tais reformas terem sido promovidas em diferentes momentos históricos, os resultados obtidos convergiram para a melhoria do desempenho econômico das atividades agrícolas, a ampliação dos níveis de emprego e o fortalecimento do mercado de consumo interno dos bens produzidos pela indústria. No que tange aos países coloniais ou semicoloniais a realização de uma reforma agrária poderia lograr o alcance desses objetivos, bem como os de proporcionar uma maior retenção da parcela da população com maior potencial de migração para os centros urbanos, além de promover melhores condições para a utilização dos recursos naturais e preservação do meio ambiente.

De modo geral, a reforma agrária é concebida como um processo político que visa o crescimento das atividades agrícolas e a elevação dos padrões de vida da população rural, não se limitando, portanto, à mera distribuição de terra. É necessário, ainda, o desenvolvimento de programas educacionais, de saúde, habitação e, sobretudo, a criação de condições para a participação política dos agricultores envolvidos, como meio de democratização das

oportunidades existentes. Assim, seus beneficiários passariam a integrar a organização social das regiões onde se localizam os assentamentos, incorporando-se à vida social e política existente no seu entorno. Enquanto política centrada na redistribuição de terras, representa a formação de novas unidades produtivas orientadas para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a geração de excedentes agrícolas. De acordo com Bernstein (2011, p.118):

Desde a Revolução Francesa, no fim do século XVIII, as reformas agrárias marcaram alguns momentos-chave da história moderna. A redistribuição dos direitos de propriedade pôde assumir formas muito diferentes, como:

- confisco de fazendas e propriedades maiores e sua subdivisão entre pequenos lavradores;
- concessão aos pequenos lavradores da propriedade da terra onde já trabalham, para libertá-los da cobrança de arrendamento e da autoridade dos proprietários e para lhes dar uma posse mais garantida;
- nacionalização ou socialização de grandes plantações e lavouras comerciais; e
- descoletivização de comunas e fazendas estatais no antigo bloco soviético, China, Vietnã e Cuba”.

Contudo, no âmbito dos Estados semicoloniais, sob a justificativa ideológica do desenvolvimentismo, a partir da segunda metade do século XX, pode-se considerar que, via de regra, as reformas agrárias foram propostas enquanto políticas agrícolas realizadas com o objetivo de melhorar o desempenho do sistema produtivo, ao mesmo tempo em que procuraria dotar os pequenos agricultores de extensões de terra suficientes para a reprodução social de suas famílias e para a geração de excedentes que possibilitem o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas industriais. Assim, as reformas agrárias caracterizam-se como processos que envolvem, ao mesmo tempo, objetivos políticos, econômicos e sociais, que se realizam em maior ou menor extensão conforme a correlação de forças existente em uma sociedade, em determinado momento histórico.

As reformas agrárias realizadas nas sociedades capitalistas concentraram-se com maior intensidade no período de 1900 até a década de 1970. Algumas delas ocorreram no bojo de movimentos revolucionários, outras em contextos sociais do final da Segunda Guerra Mundial e outras no interior de políticas estatais desenvolvimentistas. Nota-se, portanto, que, embora de modo distinto, emergiram de fortes tensões políticas originadas por situações de injustiça social, pobreza e fome que atingiam os camponeses. Ao analisar as reformas agrárias provocadas por lutas camponesas, Bernstein (2011, p. 119) observa que:

Nas reformas agrárias de baixo para cima, a ação política camponesa contra a pobreza, a fome, a injustiça social e a opressão tiveram papel importante. Culminaram com intensidade fora do normal de cerca de 1900 até a década de 1970: no México e na

Rússia na década de 1910, no leste e no sul da Europa e na China no período entre guerras (continuando na China até as décadas de 1940 e 1950), na Bolívia na década de 1950, no Vietnã e na Argélia nas décadas de 1950 e 1960, no Peru na década de 1960, e em Moçambique e na Nicarágua nas décadas de 1970 e 1980. As lutas contra as grandes propriedades de terra e o seu poder social foram ainda mais intensas quando combinadas à luta anticolonial ou anti-imperialista.

Em certos casos, a reforma agrária de cima para baixo no período do pós-guerra foi uma reação à “ameaça” de sublevação social representada pelas “guerras camponesas” e pela revolução social, como, por exemplo, na Itália, no Japão e na Coreia nas décadas de 1940 e 1950 sob ocupação militar dos Estados Unidos e na Aliança para o Progresso, liderada pelos Estados Unidos na América Latina na década de 1960 após a Revolução Cubana. Em outros casos, as reformas agrárias de cima para baixo foram iniciadas por regimes modernizadores de várias compleições nacionalistas entre as décadas de 1950 a 1970: da Índia independente de Nehru e do Egito de Nasser ao Irã do último Xá.

A partir da década de 1970, com a ascensão das políticas neoliberais, as reformas agrárias conduzidas pelos Estados nacionais praticamente desapareceram do rol das prioridades públicas. A gradativa redução da capacidade de intervenção dos Estados nacionais, associada à concentração de seus recursos em apoio ao processo de modernização da agricultura, os próprios avanços obtidos com esses processos na formação do agronegócio, mas, sobretudo o fortalecimento do capital financeiro, conduziram à retração das políticas desenvolvimentistas de redistribuição de terras. Em seu lugar surge, a partir da década de 1990, a reforma agrária de mercado, estimulada e orientada pelos organismos multisetoriais que apoiam os interesses do capital globalizado, a exemplo do Banco Mundial.

Em que pese a permanência de numerosos contingentes de camponeses, e trabalhadores rurais sem terra e de suas reivindicações de terra para produzir, a reforma agrária de mercado passa a conter novos significados. Assim, a justificativa de sua vinculação ao mercado assenta-se na ideia de que a venda de lotes de terra a produtores rurais que dela necessitam para produzir, estimularia iniciativas de investir e de desenvolver as atividades agrícolas. Tal modalidade de reforma não incidiria sobre as terras produtivas, onde se localizassem as atividades das empresas agrícolas. Evitaria, ainda, o direcionamento de recursos públicos para propriedades que mantivessem terras ociosas ou exploradas sob regime de arrendamento onde não ocorresse o reinvestimento de parte dos lucros alcançados na atividade agrícola. Os seus idealizadores propugnavam que tais diretrizes contribuiriam para desestimular a especulação com a terra, vincular sua exploração ao mercado e, no extremo, eliminar os produtores que não fossem capazes de se adaptar às exigências do mercado.

Pensar a reforma agrária dessa maneira é uma forma de reconhecer que as políticas de redistribuição das terras organizadas pelos Estados nacionais abandonaram a perspectiva

ideológica da necessidade de justiça social, e que devem vincular-se tão somente aos interesses do mercado. De certo modo, isto apenas reforça senão radicaliza a ideia de que as reformas agrárias conduzidas pelo Estado, quer sejam inspiradas em uma ótica desenvolvimentista ou em uma visão neoliberal, visam a transformar camponeses e trabalhadores rurais sem terras em produtores de mercadorias agrícolas. Quando levadas à prática, embora sob circunstâncias históricas específicas, tais reformas foram orientadas pelos mesmos propósitos. Isto reflete, portanto, o caráter social dessas políticas, determinadas pelo interesse das frações de classe burguesas hegemônicas na sociedade capitalista em um dado período histórico. Daí considerar-se de fundamental importância o papel que a luta de classes exerce nos processos de mudança agrária na sociedade capitalista.

3.1 A modernização tecnológica da agricultura como instrumento do crescimento econômico

Desde que se admita que a reforma agrária se constitui em um processo político, fundado, portanto, na luta de classes e nas necessidades de acumulação de capital, observa-se que as possibilidades de sua efetivação dependem da correlação de forças existentes em uma sociedade. Como se trata de uma decisão, dentre outras possíveis, que visa acelerar o ritmo de exploração das forças produtivas e reduzir as tensões sociais em um dado momento histórico, sua realização não adquire necessariamente um caráter transformador, tornando-se, algumas vezes, um instrumento de controle dos conflitos que ameaçam a própria estabilidade do sistema político. Desse modo, converte-se em um mecanismo de ajuste funcional das relações sociais e produtivas do capitalismo, pelo menos por determinado período de tempo, após o qual as contradições entre o capital e o trabalho reaparecem com maior intensidade, de acordo com as necessidades de sua reprodução.

Por conseguinte, se a realização de uma reforma agrária não se constitui em uma via necessária para atender as necessidades de desenvolvimento capitalista no campo, outras opções de mudança que sejam adequadas ao cumprimento desse objetivo, podem se consolidar como uma alternativa histórica possível. Isto significa que a concretização de um tipo alternativo de mudança não se dá ao acaso, mas depende dos interesses políticos em jogo, tanto das classes quanto das frações de classe envolvidas nesse processo, conforme as condições de que dispõem para impô-los ao conjunto da sociedade. De qualquer modo, a opção por determinada trajetória de crescimento econômico no campo, depende dos interesses

prevalecentes, da maneira como são concebidos e instrumentalizados pelos grupos dirigentes, em determinadas circunstâncias históricas. Daí poder-se afirmar que não existe uma reforma agrária propriamente dita, mas sim reformas agrárias. De forma idêntica, pode-se dizer que os processos de modernização tecnológica do campo assumem configurações diferenciadas, embora atendam aos mesmos propósitos. De acordo com Medeiros (2003, p.18-19)

Os movimentos camponeses adquiriram grande força política no início dos anos 1960, por intermédio de suas ações de resistência, manifestações de rua, greves etc. No entanto, o vigor que a bandeira da “reforma agrária” assumiu deve ser buscado também no quadro mais geral da política brasileira e latino-americana. Após a Segunda Guerra Mundial e em plena Guerra Fria, colocava-se na ordem do dia a necessidade de se promover o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, o que então significava estimular a industrialização. Nesse contexto, a agricultura com base em grandes propriedades e baixo nível de incorporação de tecnologia era considerada um obstáculo ao desenvolvimento. Para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que formava os principais economistas e planejadores latino-americanos da época e era um importante fórum elaborador de diretrizes de políticas econômicas, havia necessidade de alterar esse quadro, modernizando o setor, estimulando-o a produzir para o mercado interno. Segundo ela, era preciso ainda elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em um mercado consumidor para as indústrias emergentes.

Não obstante, no presente trabalho toma-se como ponto de partida que o rural e o urbano são aspectos de uma mesma realidade, que se modifica com base no desenvolvimento das forças produtivas e de mudanças nas relações sociais de produção. Estes são os fatores determinantes dos processos de modernização de estruturas produtivas, que correspondem a necessidade de prover respostas para os problemas postos pelo desenvolvimento histórico, a partir das perspectivas dos grupos dominantes em uma sociedade. Neste sentido, também se admite a inexistência de tecnologias neutras. Toda produção tecnológica é condicionada pelos interesses dominantes em uma sociedade, considerando-se que o esforço dispendido para sua geração é financiado pelos grupos que controlam a elaboração e difusão do saber científico, que impõem pautas de investigação, objetivos e metas aos indivíduos ou coletivos encarregados de sua elaboração. Desse modo, a produção de inovações tecnológicas segue determinadas trajetórias, ao tempo que elimina outras, que convergem para a realização de fins previamente decididos.

Assim é que nas sociedades ocidentais o desenvolvimento do capitalismo industrial estimula e subordina o crescimento das atividades produtivas na agricultura, mediante a incorporação de tecnologias modernas que conduzem à elevação da produtividade e geram excedentes de trabalho no campo. Os trabalhadores que integram a força de trabalho excedente, sem alternativa de emprego nas áreas rurais, são obrigados a migrar para as cidades a procura de ocupação nas atividades industriais e de serviços. Por sua vez, a disponibilidade dessa força de

trabalho nos centros urbanos contribui para o incremento dos processos de industrialização e urbanização, que têm o seu dinamismo também potencializado pelo desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação de massa.

No Brasil, a opção pela modernização tecnológica do campo situa-se em um momento em que é atribuído ao setor agrícola o desempenho de um novo papel no processo de acumulação de capital. Teve como marco cronológico mais importante o Golpe Militar de 1964, evento que assinalou o modo pelo qual foram resolvidos os impasses que limitavam o crescimento econômico do país. No entanto, a posição das oligarquias no sistema de poder foi abalada fortemente a partir de 1930, quando a emergência da crise do capitalismo internacional, manifestada na depressão econômica e na retração dos mercados, expôs, mais uma vez, a vulnerabilidade do modelo agrário-exportador, que constituía a base de sua dominação política (BASBAUM, 1976). Este momento ainda se mostrou favorável à ascensão de uma incipiente burguesia industrial que, associada ao proletariado nascente e a estratos médios da população urbana, formados por comerciantes, profissionais liberais e militares, apertava as oligarquias rurais do comando do Estado, passando a orientá-lo conforme seus interesses.

Contudo, a Revolução Constitucionalista de 1932 mostraria que as oligarquias rurais não haviam sido plenamente destituídas de sua força política, o que obrigava a recomposição do pacto de poder entre elas e a burguesia industrial e comercial ascendente. Isto implicava, portanto, na preservação de condições políticas do exercício do poder nas áreas rurais, o que permitia aos grandes proprietários de terra manter um forte controle sobre a população rural, com base no monopólio das instituições do Estado, o que contribuía para manter a sua força de representação política, ainda que em um plano secundário.

No entanto, o controle do Estado pela burguesia urbana mostrava-se essencial para a reorientação da política econômica no sentido do desenvolvimento do capitalismo, não obstante as limitações decorrentes do pacto com as oligarquias agrárias. Isto permitiu a definição da prioridade de alocação dos recursos existentes para a viabilização da empresa industrial, concretizada na realização de investimentos destinados à criação de uma infraestrutura necessária à sua operação, tais como construção de estradas, redes de comunicações e subsídios à importação de bens de capital. Desse modo, a atuação do Estado em apoio à industrialização, resultou na expansão desse segmento da economia, e tornou-se um dos aspectos mais importantes dos períodos de predominância das políticas desenvolvimentistas.

Assim, a necessidade de administração do conflito de interesses e de poder entre as classes dominantes, e mesmo entre as frações de uma mesma classe, contribuía para a geração de condições que inibiam a realização de mudanças na estrutura da propriedade da terra e nas relações sociais de produção na agricultura. Não obstante, estes arranjos políticos e institucionais mantinham as condições que favoreciam a continuidade dos conflitos sociais no campo.

Alterações importantes neste quadro seriam produzidas com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A concentração dos países capitalistas envolvidos neste conflito nos esforços produtivos voltados para a guerra, proporcionou a oportunidade de avanços no processo de industrialização em curso no Brasil, decorrentes da necessidade de se promover a fabricação de bens anteriormente importados para satisfazer as demandas do mercado interno. O impulso gerado pelo processo de substituição de importações estende-se aproximadamente até os primeiros anos da década de 1950, quando se evidencia a insuficiência dos capitais disponíveis no país para a continuidade do processo de crescimento econômico, que tinha na industrialização o seu vetor mais dinâmico.

Daí é que se concebe o entendimento de que a superação da insuficiência de capitais autóctones para impulsionar o crescimento econômico poderia advir da associação com o capital financeiro externo. Tal associação poderia, ainda, viabilizar um processo de transferência de tecnologia, indispensável à intensificação da acumulação de capital, desde que representava a incorporação de “trabalho morto externo”, o que significava a ultrapassagem de etapas percorridas pelos países que desenvolveram tais conhecimentos (OLIVEIRA, 1975, p. 33-34). Esta opção implicava, porém, no incremento da dependência financeira e tecnológica do Brasil em relação aos países capitalistas mais avançados, detentores do capital e das tecnologias a serem transferidas, os quais viriam a obter forte participação no parque industrial brasileiro, o que resultaria inevitavelmente em acrescentar uma nova dimensão à dominação imperialista no país.

O rumo tomado pelo processo de industrialização acentuava, portanto, um conjunto de tensões e contradições decorrentes do aprofundamento da concentração de renda preexistente, haja vista que os camponeses e trabalhadores assalariados urbanos e rurais se viam cada vez mais despojados dos resultados da riqueza socialmente produzida, o que se manifestava no agravamento de suas condições de vida. Os trabalhadores em seu conjunto, inclusive aqueles com salários mais elevados, eram penalizados pelas crescentes desigualdades originadas do modelo de crescimento vigente, o que gerava um descontentamento em escala crescente. Além

disso, a inflação acarretada pela decisão de acelerar o crescimento posta em prática na segunda metade dos anos 1950, também operava no sentido de redistribuir a renda em favor dos grupos dominantes. Assim, tais contradições entre o capital e o trabalho resultavam em manifestações de caráter político e greves que paralisavam constantemente as atividades produtivas. Isto começava a comprometer progressivamente o ritmo do processo de acumulação, além de ameaçar o retorno dos investimentos realizados.

A estagnação da economia brasileira produzia, portanto, impasses que só poderiam ser resolvidos, segundo determinados grupos políticos, mediante a realização de reformas que possibilitassem a retomada do processo de crescimento econômico. Tais reformas, dentre elas a reforma agrária, colocavam-se no horizonte das decisões políticas orientadas por uma proposta de desenvolvimento capitalista com pretensões nacionalistas e de maior autonomia em relação aos interesses do capital estrangeiro. Diante das intensas mobilizações de trabalhadores que, de modo geral, as respaldavam e procuravam legitimá-las, sobreveio a resposta das frações da burguesia urbana comprometidas com um projeto de crescimento dependente e associado aos interesses do capital externo, que se concretizou no Golpe Militar de 1964.

Com efeito, a realização do golpe eliminava as perspectivas de realização das reformas e os processos de mobilização política dos trabalhadores, confirmando a opção da burguesia industrial e comercial por um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Por outro lado, a realização do golpe foi apoiada decididamente pelas oligarquias rurais que o encaravam como um instrumento eficaz de contenção dos conflitos sociais no campo, que ameaçavam o padrão de concentração fundiária existente, frustrando, conseqüentemente, as expectativas em torno de melhorias nas condições de vida nas áreas rurais.

Assim é que a reorientação da política econômica em favor do crescimento associado e dependente do capital estrangeiro requeria a desmobilização dos camponeses e trabalhadores assalariados urbanos e rurais, tendo em vista a necessidade de remoção de obstáculos políticos às medidas econômicas, que contemplava dentre suas ações mais imediatas uma forte compressão dos salários e a criação de um ambiente político livre de tensões e conflitos que pudessem desestimular o ingresso dos capitais externos. Neste contexto, o Estado foi permeado por um processo de modernização de suas estruturas técnicas e administrativas. Assim, a operacionalização de suas atividades passou a ser comandada por técnicos especializados e militares. Os primeiros eram encarregados de planejar e implementar as políticas necessárias à redefinição dos rumos do processo de acumulação, enquanto aos militares caberiam as tarefas

consideradas indispensáveis a eliminação dos obstáculos políticos que se antepunham à sua realização.

Neste sentido é que se consolidam e se completam os mecanismos que iriam reger a modernização tecnológica da agricultura brasileira. De um lado, a implementação de programas e projetos que visavam possibilitar a elevação da produção e da produtividade das atividades agrícolas, sem a realização de mudanças expressivas nos padrões de distribuição fundiária existente. De outro, a imediata extinção das Ligas Camponesas e a intervenção nos sindicatos rurais, que se constituíam nos principais instrumentos de organização e de luta dos camponeses e trabalhadores rurais.

Desse modo, a modernização tecnológica da agricultura brasileira, enquanto política alternativa à realização de uma reforma agrária, era dirigida principalmente para as atividades agrícolas destinadas à exportação, sobretudo aquelas que geravam os produtos mais demandados no mercado externo. Tal orientação baseava-se tanto na necessidade de geração de divisas que servissem como garantia para os empréstimos efetuados pelos países capitalistas avançados, quanto para proporcionar o aumento da produção de alimentos destinados ao abastecimento dos centros urbanos e de matérias-primas para as indústrias. Estes empréstimos eram, em grande parte, utilizados pelo Estado para a constituição de uma infraestrutura favorável ao desenvolvimento das empresas industriais. Isto também fortalecia e ampliava a possibilidade de sua intervenção nas atividades produtivas, através da criação de empresas estatais e da realização de investimentos encaminhados para apoiar o desenvolvimento das atividades industriais.

Assim, a viabilização da modernização tecnológica da agricultura apresentava como requisitos a revitalização de instrumentos de política agrícola como os do crédito, assistência técnica e cooperativismo, dentre outros, bem como o de geração de novas tecnologias, o que possibilitaria a capitalização dos estabelecimentos agrícolas e a incorporação de inovações técnicas e gerenciais para o desenvolvimento do processo produtivo. A utilização desses instrumentos também se estendia para os pequenos estabelecimentos agrícolas, na medida em que eles respondiam por uma expressiva parcela dos alimentos e matérias-primas industriais consumidos nos centros urbanos, cuja população aumentava constantemente em face da aceleração dos fluxos migratórios rural-urbano, conforme pode ser notado na Tabela 1.

Tabela 1 – Brasil: população residente por situação de domicílio: 1940 – 1980 (Mil habitantes)

Anos	Urbana	%	Rural	%	Total
1940	12.880	31,2	28.356	68,8	41.236
1950	18.782	36,2	33.161	63,8	51.943
1960	31.303	44,7	38.767	55,3	70.070
1970	52.084	55,9	41.054	44,1	93.108

Fonte: IBGE: Anuário Estatístico do Brasil, 1985.

Observa-se que, em 1940, mais de dois terços da população brasileira se localizavam nas áreas rurais. Três décadas depois grande parte desse contingente havia se transferido para os centros urbanos, que já contavam, em 1970, com 60 % do total de habitantes do país.

O processo de modernização implicou na formação de quadros técnicos e administrativos com a função de exercer as atividades de planejamento e controle dos programas e projetos orientados para a modernização tecnológica do campo. A perspectiva ideológica compartilhada por estes quadros técnicos modernizantes consistia em pensar a possibilidade de um crescimento econômico para além dos interesses de classe, que supostamente beneficiaria toda a sociedade. Por sua vez, ao braço armado do Estado caberia afastar os obstáculos políticos às ações econômicas, sobretudo as manifestações de camponeses e trabalhadores rurais. Assim, os quadros técnicos e as forças policiais-militares se completariam, articulando o crescimento econômico com as exigências de segurança, do modo como eram compreendidas pelos detentores do poder.

Contudo, não obstante a importância do papel desempenhado pela utilização dos conhecimentos científicos e tecnológicos como um aspecto estratégico para o crescimento econômico e para a renovação dos modelos de gestão relativos às organizações estatais, não se podia dissociá-los, em nenhum momento, dos interesses de classe que conduziam o processo de modernização da agricultura. Tais interesses, no que se refere às intervenções cogitadas para as instituições estatais, orientavam-se para o crescimento econômico sem a participação dos camponeses e trabalhadores rurais através de suas entidades representativas

Tal como argumentado anteriormente, embora não se possa negar a necessidade da intervenção do Estado para promover o desenvolvimento do capitalismo no campo, a fim de

superar o atraso existente, cabe indicar as principais características que a modernização tecnológica da agricultura apresentava, de modo a evidenciar os interesses de classe que orientaram sua concepção e implantação. Neste sentido, deve-se ter em conta que o crescimento da agricultura brasileira se dava muito mais pela incorporação de novas extensões de terra ao processo produtivo, do que pela utilização de tecnologias modernas que possibilitassem o aumento de sua produtividade. Assim, a decisão de capitalizá-la, através do crédito, a fim de criar as condições de aquisição dessas tecnologias - o que envolvia a utilização de sementes selecionadas, fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos agrícolas - canalizou-se para as grandes propriedades, em grande parte voltadas para a exploração de cultivos e criações destinados à exportação, localizadas nas regiões mais industrializadas do país. Pode-se acrescentar, ainda, conforme salientado por Medeiros (2003, p. 19), que:

Se o desenvolvimento do país por meio da intensificação da industrialização era a meta, a aposta dos segmentos industriais mostrava-se muito mais voltada para estimular a modernização da agricultura, sem alterar a estrutura fundiária. Para esse setor, o mercado que a agricultura poderia abrir era principalmente o de máquinas e equipamentos pesados, insumos químicos, etc., o que não pressupunha uma redistribuição de terras. Além disso, a indústria nacional, nesse momento, ainda bastante concentrada em torno da cidade de São Paulo, tinha vínculos de origem de capital e de redes familiares com a grande propriedade, em especial com a cafeicultura.

De fato, eram os maiores estabelecimentos que, formalmente, possuíam as condições exigidas para a reposição do crédito recebido, que desenvolviam as atividades produtivas em grande escala e que exploravam os produtos de maior rentabilidade no mercado externo. No entanto, os grandes proprietários de terra muitas vezes desviavam os recursos creditícios recebidos, fortemente subsidiados, para a realização de investimentos nos centros urbanos que se mostravam bem mais rentáveis do que a sua aplicação nas atividades agrícolas, conforme sua destinação original. Ao lado disso, camponeses que respondiam por expressivas parcelas da produção de alimentos e matérias-primas destinadas aos centros urbanos recebiam uma quantidade muito limitada desses recursos. Isto ainda era agravado pelo fato de que os camponeses beneficiados pelo crédito, exploravam unidades produtivas de baixa capitalização, o que contribuía para o seu endividamento, e, algumas vezes, a perda de suas propriedades (REGO; WRIGHT, 1981).

Desse modo, a modernização tecnológica da agricultura, desde sua implantação, revelava fortes tendências de manter, senão agravar, o padrão de distribuição fundiária existente. Além disso, concentrava os recursos alocados pelo Estado para sua realização nas grandes propriedades, localizadas, em sua maior parte, nas regiões mais industrializadas do país. O

favorecimento dessas regiões contribuía, por sua vez, para a aumentar as desigualdades regionais. A predominância de tais características mostra, portanto, que a racionalidade dessa intervenção satisfizes os interesses vinculados à redefinição do processo de acumulação de capital no Brasil, a partir de 1964. Tal como assinala Medeiros (2003, p. 25):

A modernização verificada no processo produtivo na agricultura brasileira nos anos 1970 mostrou que a reforma agrária não era condição indispensável para desenvolvimento econômico, tal como várias correntes de pensamento defenderam nos anos 1960. Contudo, ao longo das transformações que implicaram modernização tecnológica das atividades agropecuárias por meio da mecanização em larga escala e introdução de insumos químicos, do aumento da produtividade, da agroindustrialização, da redução drástica da população rural em relação à urbana, da expansão da fronteira agrícola, as condições de trabalho no meio rural se deterioraram e a demanda pela terra se intensificou. O rápido processo de modernização trouxe consigo a expropriação de uma parcela significativa dos trabalhadores que viviam no interior das fazendas (como colonos, moradores, parceiros, arrendatários). As grandes empresas que compravam ou obtinham concessões de terra em áreas de fronteira buscaram expulsar os posseiros que lá viviam e restringir as dimensões do território ocupado por grupos indígenas, ampliando o campo de conflito.

A rejeição da realização de uma reforma agrária, indica, portanto, a incompatibilidade da efetivação dessa política em função dos rumos adotados para o desenvolvimento do capitalismo industrial no país. Neste sentido, as dificuldades de promover mudanças na estrutura fundiária e de limitar a elevada exploração de camponeses e trabalhadores rurais, ainda que por meio de estatutos legais, não mais fizeram do que acirrar os conflitos sociais no campo.

3.2 A reforma agrária como instrumento de luta

A compreensão da reforma agrária como um instrumento de luta de camponeses e de trabalhadores rurais que não dispõem de terra em quantidade suficiente, não detêm a sua posse, ou mesmo não a possuem como um meio de produção, implica, inicialmente, em situá-la em suas origens históricas, além de reconhecer a evolução e as mudanças que este processo apresenta no decorrer do tempo. Com base nessa premissa pode-se estabelecer as raízes históricas da reforma agrária, tomando como referência a segunda metade do século XIX, quando o declínio da escravidão assume contornos mais precisos, a partir da proibição do comércio de escravos pela Inglaterra (MARTINS, 2002). De acordo com este autor, não parece ser correto afirmar, como o fez Alberto Passos Guimarães, que a questão agrária brasileira se deveu à instituição do regime das capitanias hereditárias e o das sesmarias, considerando que:

O regime sesmarial, ao contrário, era um regime que, já em Portugal, fora proposto para que houvesse justiça fundiária: ninguém podia ter terra sem usá-la, sem cultiva-

la, sem extrair dela produtos para si e tributos para o rei. Por isso, detinha o rei o domínio da terra, cedendo condicionalmente o seu uso. A terra que não fosse usada apropriadamente, retornava ao domínio do rei, caía em comisso para ser novamente distribuída a quem lhe desse o uso apropriado. Mesmo assim, mantinha o rei o senhorio sobre árvores e animais de lei, também chamados “reais”. Em nossos arquivos históricos, nas coleções de cartas de sesmarias, até o século XVIII pelo menos, há abundância de documentos de concessões de terras cuja carta anterior fora anulada automaticamente por desuso ou indevido uso e novamente concedida a outra pessoa que se dispunha a cultivá-las.

Havia, sem dúvida, uma injustiça estrutural no regime sesmarial: só podia ser sesmeiro o homem livre e, até meados do século XVIII, puro de sangue e puro de fé. Aos índios aculturados e aos mestiços era, no geral, vedada a concessão da sesmaria, porque classificados na categoria de administrados, isto é, tutelados por um senhor branco e livre. (MARTINS, 2002, p. 164)

Embora o próprio regime de sesmarias tivesse como propósito promover a utilização produtiva das terras concedidas, a organização da força de trabalho com base na escravidão destinava-se a impedir que homens livres buscassem o uso da terra enquanto um bem coletivo em um território de grande dimensão, escassamente povoado. Segundo Medeiros (2003, p. 10),

Quando, em meados do século XIX, começaram a surgir dificuldades para a continuidade do uso de mão de obra escrava, uma vez que o tráfico negreiro passou a ser publicamente condenado e duramente perseguido no plano internacional, o debate sobre novas formas de trabalho para as grandes lavouras também passou a ser uma discussão sobre o uso da terra e as condições de sua apropriação. Nesse momento, embora já aparecessem no Parlamento vozes favoráveis a uma divisão de terras, prevaleceu o poder dos grandes proprietários. O resultado da polêmica em torno da apropriação e do uso da terra foi a Lei de Terras, aprovada em 1850. Por meio dela garantiram-se mecanismos que possibilitaram a manutenção da concentração fundiária e da disponibilidade de mão de obra. A Constituição republicana de 1891 e o Código Civil de 1917 os mantiveram.

Com efeito, o enfraquecimento do sistema escravista no Brasil requeria a adoção de novos instrumentos jurídicos que mantivessem e justificassem o monopólio da terra pelos grandes proprietários rurais. Esta necessidade foi suprida pela promulgação da Lei de Terras, em 1850, que possibilitava o acesso à terra apenas por meio de pagamento. Isto significava que os homens livres que quisessem explorá-la deveriam trabalhar para adquirir o capital necessário para comprá-las. Na prática, interditava-se o acesso à terra aos futuros escravos libertos, bem como aos camponeses que a exploravam sob diversas condições de posse e uso. Segundo Martins (2002), substituía-se o cativo de escravos pelo cativo da terra. Ao mesmo tempo, criava-se as condições para a consolidação do trabalho livre para as grandes lavouras, na medida em que se instituía os meios legais de separação dos trabalhadores do meio de produção representado pela terra.

Assim, quando ocorreu a expansão da agricultura cafeeira, recorreu-se à imigração subvencionada de camponeses europeus, por um período de 50 anos, preterindo-se a força de trabalho disponível recém liberada da escravidão. No início do século XX juntaram-se a estes os japoneses. A vida desses imigrantes para o Brasil decorria tanto do seu empobrecimento em face de crises econômicas em seus países de origem, como da esperança de se tornarem proprietários de terra, a exemplo de grande parte daqueles que integraram os fluxos dirigidos para a América do Norte.

No entanto, as condições que prevaleciam na incorporação do imigrante na lavoura cafeeira contrariavam largamente tais expectativas. O regime de trabalho escolhido para reger as relações entre os imigrantes e os grandes proprietários de terra, fundava-se em um intenso processo de exploração e subordinação da força de trabalho, amplamente favorável à acumulação originária de capital nesta instância das atividades produtivas. De acordo com Martins (2002, p. 167),

(...) ao contrário da ideologia oficial muito difundida, mesmo entre historiadores, do sucesso e ascensão social do migrante em nosso país, aqui foi possível mantê-lo por longo meio século na condição de colono pobre dos cafezais, especialmente de São Paulo, obrigado, com toda família, a trabalhar em terra alheia para sobreviver e amearhar modesto pecúlio. Em grande parte porque o novo regime de trabalho, o do colonato, combinava relações de trabalho de várias datas históricas: produção direta de dos meios de vida, parceria, renda da terra em trabalho, obrigação de dias gratuitos de serviço e apenas em escala reduzida, o salário em dinheiro.

Com efeito, a realização da expectativa de ascensão social dos imigrantes, traduziu-se em resultados modestos. Isto porque o colonato, amparado pela Lei de Terras, não tinha como finalidade a redistribuição da terra, através da formação de novas propriedades, mas sim assegurar a força de trabalho necessária à expansão das grandes lavouras.

A alteração dessa situação se deveu à crise de 1929, que provocou o endividamento dos cafeicultores, obrigando-os a lotear e vender parcelas de suas propriedades aos imigrantes que dispunham de pequenas economias em dinheiro e também de crédito, facultando sua conversão em proprietários. É justamente na década de 1930 que se observa uma expansão das unidades agrícolas de produção familiar em São Paulo, e, um pouco mais tarde, na região Nordeste do Brasil, com o crescimento do número de estabelecimentos de moradores foreiros. Ao analisar o crescimento do número das unidades agrícolas de subsistência, Dias (1978, p. 26) registra que:

Durante as primeiras décadas deste século [século XX], a crise que atingiu a produção de látex na Amazônia levou a economia regional a se transformar em um sistema produtivo dos mais primitivos. Em tais circunstâncias, muitos colonos,

particularmente aqueles oriundos do Nordeste, só encontraram alternativas de sobrevivência através do engajamento em atividades tipicamente de subsistentes na agricultura.

Prado Jr. notou a ocorrência de fenômenos similares nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco como resultado do declínio do café e da cana-de-açúcar, nos anos 30. Naquela época, muitos estabelecimentos agrícolas dedicados à agricultura comercial foram divididos e subdivididos, passando a produzir basicamente gêneros alimentícios, através da utilização quase que exclusivamente da força de trabalho familiar. Durante os anos 40, transformações semelhantes foram registradas por O. Valverde na zona da mata em Minas Gerais.

Por outro lado, a maneira como o Estado brasileiro reagiu aos efeitos da crise do café, comprando os estoques existentes e depois queimando-os para evitar a queda da renda do setor exportador, fez com que os capitais resultantes dessa operação de “socialização dos prejuízos” fossem orientados para o financiamento da expansão das atividades industriais. Isto permitiu a absorção de parte da força de trabalho ocupada na cafeicultura, que não optou pela permanência nas atividades agrícolas, além de estimular o processo de substituição de importações, produzindo resultados positivos para a economia brasileira, considerando a centralidade que o polo cafeeiro, sobretudo em São Paulo, possuía para seu conjunto (FURTADO, 1968, p. 196-214).

Desse modo, até o final de 1950 a industrialização teve como características a absorção dos excedentes de trabalho criados pela crise da agricultura de exportação, a substituição de importações e a concentração na produção de bens de consumo duráveis. Nesse período é que o caráter dual da economia, baseado, predominantemente, no assalariamento na cidade e na renda da terra no campo, entra em crise. Isto mostrava a relação estreita entre o capital e a propriedade da terra, tendo a grande lavoura como base da acumulação de capital e da diversificação econômica. Neste sentido, o grande proprietário de terra aparecia como empresário e não como um latifundiário propriamente dito. Assim, o modelo econômico que se instalou no país não forjou um latifúndio no sentido clássico, mas uma burguesia agrária. Tampouco promoveu uma separação da propriedade da terra da propriedade do capital. Teceu, na verdade, uma fusão entre eles (MARTINS, 2002, p. 170).

Isto conferiu uma especificidade à questão agrária no Brasil, convertendo-a em uma questão residual da escravidão e da associação entre o capital e a grande propriedade. Assim, aparecia como um problema social que se manifestava na busca de trabalho e da sobrevivência das populações pobres criadas pela modernização inerente à expansão do capitalismo no campo.

O início da luta pela reforma agrária nos anos 1950 aponta, portanto, para a questão agrária como fator de desestabilização da ordem política, indicando novas características da

pobreza rural, evidenciadas pelo desaparecimento da produção direta dos meios de vida e pela difusão do trabalho assalariado, remunerado pelo número de horas estritamente trabalhadas. Este processo ocorreu principalmente nas grandes lavouras de açúcar no Nordeste e nas de café no Sudeste, dando origem aos trabalhadores “clandestinos”, “boias-frias” e migrantes sazonais. A nova pobreza na sociedade brasileira que daí se origina, redefinida pelos intensos fluxos migratórios do campo para as cidades, é tanto urbana quanto rural e passou a ser representada por conceitos, hoje bastante criticados, de marginalidade social ou de exclusão social.

No final dos anos 1950, o sistema político da sociedade brasileira mantido pelo pacto entre a burguesia industrial e as oligarquias agrárias entra em crise. Os avanços da industrialização, os intensos fluxos migratórios e o crescimento dos centros urbanos geravam pressões modernizadoras, que eram encaminhadas de modos distintos, tanto por uma via desenvolvimentista centrada na autonomia do país em relação ao capital estrangeiro, quanto por outra via que percebia a modernização de forma dependente e associada aos interesses sediados nos países capitalistas avançados. Estas tensões se propagavam para a sociedade, traduzindo-se em propostas e ações voltadas para a superação do atraso das atividades produtivas no campo, o que envolvia mudanças nas relações sociais de produção e questionamentos do sistema de posse e uso da terra. De fato, já se desenrolava um processo de desagregação das formas de organização social até então vigentes, que incluíam a existência de uma pobreza decente, apoiada na família, no trabalho familiar e nos laços comunitários.

Essas transformações se sucediam no campo brasileiro, mesmo antes do Golpe Militar de 1964, resultantes de mudanças nas relações sociais de produção, que se tornavam ainda mais heterogêneas. Tais mudanças afetavam as condições básicas que caracterizavam a existência de formas de trabalho típicas do campesinato, baseadas na posse da terra, no trabalho familiar e na predominância de relações sociais comunitárias (MARTINS, 2002, p. 171). O fortalecimento dos grandes proprietários de terra decorrente da violenta repressão que se abateu sobre os sindicatos e as Ligas Camponesas, após o golpe, também favoreceu consideravelmente as tendências de expulsão de moradores, na região Nordeste, e de colonos, no Sudeste e no Sul do país, bem como de posseiros em outras regiões.

Como observado anteriormente, isto dava lugar ao surgimento de relações de trabalho instáveis, em que camponeses expulsos das áreas que exploravam eram transformados em assalariados, sem nenhum vínculo empregatício com os grandes proprietários de terra. Expulsos das grandes propriedades, os trabalhadores eram obrigados a vender a sua força de trabalho a intermediários que os contratavam para efetuar uma determinada atividade por dia,

convertendo-se em trabalhadores sem nenhum direito trabalhista e previdenciário. Nesta condição, passavam a ser denominados diaristas, volantes ou clandestinos, conforme a região em que se encontravam, fenômeno que se torna mais visível a partir da década de 1960. Definiam-se, assim, como pertencente a esta categoria “...o trabalhador agrícola que reside fora das fazendas, em geral na periferia de vilas e cidades, e que se desloca continuamente para realizar tarefas, em regime de empreitada, nas áreas rurais” (GONZALES; BASTOS, 1977, p. 25).

Desse modo, o trabalho “volante” distinguia-se tanto do trabalho sazonal quanto do trabalho eventual efetuado por pequenos proprietários, parceiros e posseiros, na medida em que os seus agentes encontravam-se completamente separados dos meios de produção. Neste sentido, tratava-se de uma relação de trabalho que se caracterizava pela realização de tarefas em regime de empreitada; na venda da força de trabalho que se constituía no único meio de subsistência de seus portadores; e por seu deslocamento contínuo. Configurava-se, portanto, como uma forma concreta da relação social de produção de assalariamento na qual o trabalhador se encontrava totalmente despojado dos meios de produção, com exceção de sua força de trabalho, a qual era obrigado a vender aos detentores desses meios, como forma de assegurar sua subsistência (GONZALES; BASTOS, 1977, p. 27-28). Estes autores assinalam que dentre as vantagens que a adoção do trabalho volante acarretava para os empresários agrícolas estava a de que:

Este sistema implica, também, na intensificação do trabalho. O trabalhador tem o máximo interesse pessoal em executar as tarefas, o mais rápido possível, para receber o valor correspondente. Isto permite, ao empresário, elevar o grau normal de intensidade do trabalho. Além do mais, é conveniente e necessário, para o trabalhador, prolongar a jornada de trabalho a fim de aumentar o salário, mesmo que para isto multiplique quando possível, seus próprios braços com os da mulher e filhos menores. Isto ocorre com muita frequência já que, ao medir-lhe a tarefa, toma-se em conta uma habilidade acima da média. (GONZALES; BASTOS, 1977, p. 32)

Por outro lado, o Estatuto de Trabalhador Rural não considerava o trabalho volante como uma modalidade de trabalho assalariado, o que permitia aos empresários agrícolas a liberação dos encargos trabalhistas, bem como a economia de gastos de área, lenha e água, que ocorreriam se os trabalhadores residissem nas fazendas. Por conseguinte, o trabalho volante representava uma forma de relação de trabalho capitalista em que os empresários procuravam uma valorização maior do seu capital, tornando a parceria, o colonato e o próprio trabalho assalariado, baseado na individualidade, na permanência e no salário, modalidades antieconômicas de exploração da força de trabalho.

Por sua vez, os camponeses que conseguiam manter-se em suas terras tendiam a orientar sua produção para o mercado, em vez de fazê-lo, preferencialmente, em torno das necessidades de reprodução do grupo familiar. Em parte, eram induzidos a isto pelo acesso que passavam a ter, ainda que de forma limitada, ao crédito, bem como às tecnologias modernas, cuja concessão e aquisição estavam vinculados ao aumento da produção de excedentes. Alvos de intervenções estatais, passavam a ser denominados de pequenos produtores, agricultores de subsistência ou de agricultores familiares. Ao tratar dos pequenos produtores que se integraram ao mercado, sobretudo de forma subordinada às demandas das agroindústrias, Grzybowski (1987) salienta que o processo de modernização tecnológica da agricultura, nas décadas de 1960 e 1970, gerou uma maior diversidade e complexidade da estrutura agrária, sublinhando que tais mudanças favoreceram consideravelmente os empresários que exploravam estas atividades. Segundo este autor,

As condições de existência da pequena produção mudaram qualitativamente, passando a se confrontar e a opor mais diretamente ao capital e ao Estado. As contradições do processo se manifestam sobre os camponeses na forma de seleção/exclusão: de um lado, modernização e integração de um importante segmento; de outro, pauperização, exclusão e até expropriação de uma grande massa de camponeses. Trata-se, sem dúvida, de um processo de diferenciação social do campesinato, mas não unicamente em termos de capitalização e proletarização. No processo gera-se uma nova forma de produção camponesa, que acumula meios de produção (e não capital) e permanece em regime familiar de produção. Os excluídos, por sua vez, se opõem à sua proletarização e buscam a terra e os meios de produção, como atestam as lutas de posseiros, de sem-terra, etc. A permanência, a reprodução e as formas de produção de uma pequena produção modernizada explicam-se pelo desenvolvimento de determinadas forças produtivas e seu controle pelo e a serviço dos blocos de capitais agroindustriais, mediatizados pelas políticas do Estado. (GRZYBOWSKI, 1987, p. 39-40)

Com base nessas análises pode-se notar, portanto, que as mudanças nas relações sociais de produção que ocorrem, nesse período, no campo brasileiro iriam condicionar ao nível dos estudos e interpretações sobre este processo uma variedade de designações sobre os grupos sociais diretamente ocupados nas atividades agrícolas. Isto se manifestou em diferentes contextos institucionais de produção técnica e acadêmica no uso dos conceitos de pequeno produtor, produtor rural de baixa renda, agricultor de subsistência, agricultor familiar, ou mesmo camponeses integrados ou camponeses modernizados, como o próprio Grzybowski (1987, p. 38-45) o faz.

De modo geral, estes conceitos procuravam dar conta de um mesmo fenômeno, qual seja, o de uma forma de produção baseada no trabalho familiar, que possuía diferentes níveis de integração com o mercado. Contudo, se diferenciavam em função da ênfase colocada em uma

ou mais variáveis, o que lhes conferia certa especificidade e o referenciava a determinado contexto. Assim, quando se falava em pequeno produtor a ênfase recaía sobre o tamanho das unidades produtivas. Se se tratava do produtor de baixa renda era ressaltado a precariedade dos ganhos obtidos com as atividades produtivas, enquanto o agricultor de subsistência caracterizava-se pela insuficiência de geração de excedentes.

Diante da parcialidade desses conceitos, optou-se, no presente trabalho, pelo conceito de camponês para representar as diferentes modalidades de ocupação e exploração da terra observadas em diferentes regiões do país, determinadas por sua relação com os meios de produção e pelas relações sociais de produção em que se encontram inseridos. O conceito de camponês enquanto uma classe social existente no meio rural brasileiro, recobre, como visto anteriormente, múltiplos aspectos que caracterizam a produção familiar, além de possuir um significado político que situa essa classe em oposição aos latifundiários e empresários agrícolas, detentores do monopólio sobre a terra. Por outro lado, a diversidade de situações representada no conceito de camponês reflete o processo de desenvolvimento das forças produtivas no campo, que gerava as mudanças nas relações sociais de produção existentes.

Assim, as ações modernizantes que ocorriam no país impunham novas formas de relações sociais, fortemente matizadas pelo individualismo e pela competitividade, decorrentes da expansão das relações de produção capitalistas no campo. Isto acontecia através de conflitos em que estavam representadas as orientações divergentes entre classes e frações de classes, que desenvolviam suas práticas políticas dentro e fora do Estado, gerando os impasses políticos que desembocariam no Golpe Militar de 1964. De acordo com Medeiros (2003, p. 14):

Até a década de 1950, o debate sobre a questão fundiária ficou restrito a estreitos círculos intelectuais e políticos. Em torno dele não havia se constituído um movimento social expressivo, uma vez que, apesar de serem recorrentes os conflitos por terra em diversos pontos do país, eles não se expressavam por meio da linguagem da reforma agrária. No entanto, ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a reforma agrária se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país.

Com efeito, seguindo a descrição efetuada por esta autora, verifica-se que diversas concepções sobre o desenvolvimento do meio rural brasileiro afloram ou ganham contornos mais nítidos nesse período, evidenciando o surgimento de novos temas e de novos atores no cenário político relativo à questão agrária. Dentre as principais interpretações institucionais sobre a necessidade da reforma agrária no Brasil, podem ser mencionadas a do PCB, a das Ligas

Camponesas, a da Igreja Católica, a da CEPAL e a das lideranças dos grandes proprietários de terra.

A visão que o PCB tinha da reforma agrária era fortemente influenciada pelas diretrizes da II Internacional Comunista sobre a possibilidade de desenvolvimento do capitalismo no campo. Partindo da compreensão desse processo tal como se efetivou na sociedade europeia, o PCB acreditava que o desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro era dificultado, dentre outras razões, pela permanência de vestígios de relações sociais de produção feudais. Isto gerava um intenso processo de exploração da força de trabalho formada por parceiros, arrendatários, posseiros, moradores, colonos, etc. que constituíam o campesinato brasileiro. Ao mesmo tempo, entendia que a intensidade dessa exploração retirava as condições destes trabalhadores de consumir os produtos industriais produzidos no país, o que prejudicava a formação de um mercado interno no campo, estorvando, conseqüentemente, o esforço de acumulação protagonizado pela burguesia industrial.

Assim, o PCB opunha diretamente o campesinato ao latifúndio, abrindo o caminho para a proposição de uma aliança entre as classes envolvidas no projeto de eliminação do atraso no campo. Tal aliança abrangeria os interesses da burguesia industrial, do proletariado urbano e do campesinato em torno de uma revolução democrático-burguesa, que se constituiria em uma etapa precedente à realização do socialismo no país. Liderada pela burguesia nacional, esta revolução teria como um de seus objetivos mais importantes a destruição do latifúndio e a efetivação de uma reforma agrária mediante a distribuição das terras confiscadas dos grandes proprietários rurais. Apesar de conceber a reforma agrária nesses termos, o PCB mantinha uma prática de organização e de apoio às lutas de camponeses e trabalhadores rurais contra as tentativas de expropriação de suas terras e por melhores condições de trabalho, ao lado das reivindicações a favor da reforma agrária.

Por sua vez, as Ligas Camponesas surgiram no mesmo contexto de lutas do PCB, com quem partilhava a ideia de permanência de vestígios das relações sociais de produção feudais no campo e da necessidade de eliminá-los a partir da destruição do latifúndio. Isto deveria ser concretizado através da realização da reforma agrária, o que debilitaria o poder dos grandes proprietários de terra e projetaria o campesinato como um dos atores políticos mais importantes para a efetivação de uma revolução socialista no país. No entanto, as proposições das Ligas Camponesas colidiam frontalmente com as do PCB, na medida em que não admitiam a realização de alianças com a burguesia para o alcance desse propósito. As Ligas possuíam um grande poder de mobilização de camponeses para a realização de manifestações de protesto,

tornando-se conhecidas nacionalmente pelo apoio constante às suas lutas pela posse da terra. No Congresso Camponês de 1961, representantes das Ligas confrontaram suas teses com as do PCB, oportunidade em que Julião definiu a necessidade de realização da reforma agrária “na lei ou na marra”.

A Igreja Católica era outra instituição que viria a desempenhar um importante papel em relação à reforma agrária. Tradicional aliada do latifúndio, a Igreja via com muita preocupação a crescente atividade do PCB na formação dos sindicatos rurais, e com a atuação das Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste brasileiro, onde as tensões sociais eram intensas. Assim, a Igreja passou a temer que a atuação do PCB viesse a conquistar politicamente os trabalhadores rurais e alinhá-los com seus objetivos de realização do socialismo.

Desse modo, embora partisse de posições conservadoras e da defesa da propriedade, alguns setores eclesiais, ocupados com atividades sociais no meio rural, começaram a reconhecer que os trabalhadores do campo eram alvo de profundas injustiças e exploração. Daí, decidiram se colocar como interlocutores de suas aspirações, apoiando e organizando sua prática política, através da formação de sindicatos, no que concorriam diretamente com o PCB. De tal modo, a Igreja passou a admitir a realização de uma reforma agrária, com base em uma justa indenização para os proprietários que tivessem suas terras desapropriadas. Desse modo, visava enfraquecer os movimentos mais radicais e enfraquecer as lutas pela posse da terra. Daí, também entender como necessária a formação de uma classe média rural que contribuísse para a estabilização dos conflitos no campo. Mais tarde, parte do clero católico, inspirado na Teologia da Libertação, assumiu posições políticas bem mais avançadas em relação à questão agrária, o que incluía considerar a realização de uma reforma agrária como um dos meios mais importantes para a emancipação dos camponeses e trabalhadores rurais.

Outra instituição de grande relevância que intervinha nos debates sobre a reforma agrária que vinham ocorrendo na década de 1960 era a CEPAL, cuja produção científica era considerada uma referência importante para a formulação de planos e programas de desenvolvimento nos países latino-americanos. A CEPAL postulava a realização de políticas de modernização das atividades produtivas, dentre elas a reforma agrária, muitas vezes apontada como um dos eixos estruturais dos projetos desenvolvimentistas, desde que sua concretização sinalizava a importância da ampliação do mercado interno, considerada indispensável para o avanço da industrialização.

Por fim, a perspectiva dos grandes proprietários de terra relativa à reforma agrária exprimia-se a partir das posições defendidas pela Confederação Rural Brasileira - CRB e a Sociedade Rural Brasileira – SRB, que articulavam e representavam os seus interesses. De acordo com estas entidades, a melhoria das atividades produtivas no campo e mesmo a da condição social dos trabalhadores que se ocupavam com a exploração da terra, dependiam da incorporação de tecnologias modernas que possibilitassem o aumento da produção e da produtividade dos cultivos e criações existentes, elevando os rendimentos obtidos com estas atividades. De modo idêntico, consideravam a melhoria dos preços dos produtos agrícolas, a promoção de programas de educação e de assistência técnica como medidas necessárias ao incremento do processo produtivo no campo. Contudo, a SRB, a despeito de mencionar a reforma agrária em seus pronunciamentos, opunha-se firmemente a ela, colocando-se como partidária do processo de modernização tecnológica da agricultura.

Como pode ser notado, em todas as posições de apoio à reforma agrária, embora não existisse um consenso sobre os objetivos políticos que ela representava, a necessidade de sua concretização era identificada como um dos principais instrumentos para a consecução de um projeto de desenvolvimento nacional, com repercussões favoráveis em diversas instâncias da realidade social brasileira, a exemplo do aumento do excedente agrícola, do incremento do nível de emprego, da ampliação do mercado interno para os bens industrializados e da redução de pressões inflacionárias, dentre outros. Assim, a reforma agrária resultaria não só da possibilidade de crescimento da agricultura, bem como da emancipação de pequenos produtores e trabalhadores rurais da dominação e exploração perpetrada pelo latifúndio.

Nesses termos, as questões que se colocavam de imediato no sentido de sua viabilização eram as de como proceder às desapropriações das terras a serem distribuídas e o processo de indenização dos seus proprietários. Em que pese tais questões serem objeto de acirrados debates no campo legislativo, até o início dos anos 1960, nenhum projeto havia sido aprovado, em razão da aliança de interesses entre os grandes proprietários de terra e os representantes do empresariado industrial, dispostos a rejeitar qualquer proposta que envolvesse mudanças no direito de propriedade.

3.3 O Estatuto da Terra e a modernização agrícola

No entanto, tal como mencionado anteriormente, após o Golpe Militar de 1964 sobreveio uma forte repressão sobre os sindicatos rurais, Ligas Camponesas e outras organizações que

representavam os camponeses e trabalhadores rurais, que resultou em sua desarticulação e na redução da intensidade de suas lutas políticas. Ao mesmo tempo, os governos militares instituíram uma série de medidas com o objetivo de promover a modernização das atividades agrícolas. Tratava-se, pois, de atender às demandas originadas do modelo de crescimento econômico que passava a ser implantado, no qual o papel a ser exercido pela agricultura deveria ser o de gerar, através das exportações, as divisas necessárias ao pagamento dos empréstimos de origem externa. Tal modernização impunha, portanto, a necessidade de mudanças tanto na legislação agrária quanto na reformulação das políticas destinadas ao setor.

Conforme esta orientação, passou-se a estimular a agricultura mediante a concessão de crédito subsidiado e a promoção de inovações tecnológicas, visando-se a capitalização dos estabelecimentos agropecuários e a elevação da produtividade, sobretudo das atividades voltadas para a exportação. Isto beneficiava principalmente as grandes propriedades, que exploravam tais produtos e se localizavam nas regiões mais industrializadas do país. Ao mesmo tempo, procurava-se reduzir os conflitos decorrentes das lutas pela posse e uso da terra, reformando-se os instrumentos de execução das políticas agrícolas existentes, tais como o crédito, a assistência técnica, a pesquisa agrícola, o cooperativismo e a regularização fundiária, dentre outros. Assim, foram criadas novas leis, constituídas organizações governamentais e lançados programas de grande amplitude, com a expectativa de que fossem capazes de viabilizar estes objetivos. No rol dessas mudanças institucionais, podia-se destacar a promulgação do Estatuto da Terra, o lançamento do Plano de Integração Nacional – PIN, do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA e do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL.

O Estatuto da Terra, aprovado em novembro de 1964 e apresentado como a lei brasileira da reforma agrária (SILVA, 1971), classificava os estabelecimentos agrícolas existentes como latifúndios, minifúndios e empresas rurais. Os latifúndios, por sua vez, eram divididos em latifúndios por exploração e por dimensão. O Estatuto preconizava a extinção dos minifúndios e dos latifúndios, elegendo a empresa agrícola como a forma de organização ideal para as unidades produtivas agrícolas, capaz de dar conta dos requisitos necessários à função social da propriedade e de promover o que o Estatuto previa como uma exploração econômica e racional da terra, conforme as condições encontradas nas diferentes regiões do país. A conversão dos latifúndios em empresas agrícolas seria viabilizada por processos de tributação progressiva, apoio ao desenvolvimento da produção e, no limite, desapropriação em áreas de forte conflito. O Estatuto da Terra veio acompanhado, ainda, de uma mensagem presidencial (Mensagem 33)

e de uma emenda constitucional que aprovava o pagamento de desapropriações de terra através de títulos da dívida agrária, uma das reivindicações mais importantes dos trabalhadores rurais antes do golpe de 1964. Em contrapartida, uma das primeiras medidas do governo militar foi a anulação do decreto que possibilitava a desapropriação de terras à margem de rodovias, promulgado pouco antes do próprio golpe (MEDEIROS, 1979, p. 87).

Criado em julho de 1970 o PIN tinha como um de seus objetivos mais importantes promover a ocupação de grandes áreas da região amazônica com pequenos produtores rurais nordestinos flagelados pela seca de 1969-1970. Para tanto, iniciou-se a construção da Rodovia Transamazônica que seria o vetor de projetos de colonização. Tais projetos seriam localizados em áreas de cem quilômetros em cada lado dessa via e de outras estradas que também seriam construídas na região. Estimava-se que poderiam ser mobilizadas 500.000 pessoas, o que representaria a ocupação de 100.000 famílias de camponeses atingidos pela seca, por ano (VELHO, 1976, p. 209-210). O Plano visava, ainda, reorientar os fluxos migratórios originados do Nordeste para os vales úmidos dessa região, bem como para a fronteira agrícola amazônica, valendo-se dos programas de colonização. Pretendia-se que o deslocamento dos migrantes nordestinos para a Amazônia reduzisse a pressão que os fluxos migratórios oriundos do Nordeste exerciam sobre o Centro-Sul. Ao mesmo tempo, esperava-se que o desenvolvimento dessa região contribuísse para a redução das disparidades inter-regionais no país. No entanto, os objetivos atribuídos ao PIN ficaram bem distante daquilo que foi planejado. A rodovia Transamazônica, por exemplo, jamais chegou a ser totalmente pavimentada.

Por sua vez, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA, instituído em julho de 1971 para complementar as ações do PIN, estabelecia como objetivos a serem alcançados facilitar o acesso à terra, criar melhores condições de emprego de mão de obra e a expansão de agroindústrias nas regiões definidas como áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Estes objetivos deviam ser atingidos mediante a aquisição ou desapropriação de terras que posteriormente seriam vendidas a pequenos e médios produtores rurais, cujas propriedades fossem desprovidas de área suficiente para uma exploração econômica com a participação do grupo familiar. No que tange à agroindústria, os recursos do PROTERRA seriam destinados a financiar a ampliação de suas atividades. Isto incluía tanto a agroindústria açucareira quanto aquelas voltadas para a produção de insumos agrícolas. Além disso, eram alocados recursos para a modernização tecnológica da estrutura produtiva das propriedades, do armazenamento da produção e de sua comercialização.

Considerado um projeto de natureza conservadora, o PROTERRA beneficiou enormemente as agroindústrias e latifundiários. Estes ofereciam suas terras em troca de vantajosas indenizações em dinheiro.

Por fim, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL, criado em maio de 1971, era destinado a regulamentar a previdência social e a promover ações de amparo social e de saúde no campo. Envolvia como beneficiários os trabalhadores rurais e produtores ou pequenos proprietários que explorassem a agricultura familiar, que adquiriram o direito de se aposentar por velhice ou por invalidez. Era administrado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL, sendo mais conhecido por tal designação. Perdurou até a Constituição de 1988, quando foram remodeladas a Previdência Social e a Previdência Rural (GUIMARÃES, 2009).

De modo geral, observava-se que as intervenções do Estado se dividiam em ações destinadas a modernizar tecnologicamente o setor agrícola e a estabelecer um controle político sobre a população rural, conformando as relações sociais existentes no campo às redefinições introduzidas no processo de acumulação de capital na economia brasileira. Isto deveria ser feito sem que fosse alterado de modo significativo, os padrões de distribuição da propriedade da terra e das relações de poder vigentes no campo.

Por outro lado, a nova ordenação jurídica sobre a terra e as condições de desenvolvimento da agricultura, além de impor um novo campo de luta pela reforma agrária, trouxe como consequência a reorganização das instituições governamentais que atuavam nas áreas rurais. Assim, na esteira do Estatuto da Terra, procedeu-se a extinção da Superintendência da Reforma Agrária – SUPRA, instituída em 1962, ao tempo em que eram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, diretamente ligado à presidência da República, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA vinculado ao Ministério da Agricultura. Tal divisão já anunciava o cuidado e as dificuldades que o próprio regime teria em promover um processo de reforma agrária, mesmo que fosse seu propósito político efetuar-la apenas como instrumento de desenvolvimento do capitalismo no campo. Assim é que, em 1970, procedeu-se uma fusão do IBRA com o INDA, resultando na criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que durante a década de 1970 dedicou suas atividades prioritariamente para ações de colonização dirigida, como um meio de reduzir as tensões sociais no campo (LIMA, 2008, p. 5-7).

Em seu conjunto, tais medidas evidenciavam a tendência de que a realização de uma reforma agrária, a resistência contra a exploração do trabalho e a defesa da universalidade dos direitos sociais e trabalhistas no campo estava muito mais vinculada à capacidade de luta dos pequenos agricultores e trabalhadores assalariados do que às pretensões reformistas dos governos militares. Observava-se que serviços como a colonização e a titulação de terras serviam muito mais como sucedâneos à realização da reforma agrária, ou mesmo como paliativos para a contenção ou atenuação de conflitos em áreas localizadas. De acordo com Lima (2008, p. 7):

O saldo para o período 1964-1984 é modesto. No total, foram assentados pelos programas de reforma agrária e colonização 115.000 mil famílias que foram alocadas em 13,5 milhões de hectares. Para fazer uma comparação a esta informação, no ano de 2005 foram assentadas 127.000 famílias em aproximadamente 27,0 milhões de hectares.

3.4 Intervenções nas lutas sociais no campo

Apesar das mudanças introduzidas na legislação agrária e da reformulação das políticas agrícolas, na perspectiva dos governos militares, as organizações sindicais dos camponeses e trabalhadores assalariados careciam, ainda, de ser reformadas para que fossem sintonizadas com as orientações por eles estabelecidas para o seu funcionamento. Desse modo, tais entidades passaram a ser administradas por interventores ou juntas governativas indicadas pela Igreja Católica e políticos considerados confiáveis pelo novo sistema de poder. Tais administradores, por sua vez, eram, em grande parte, indivíduos alheios às reivindicações do movimento sindical, ou mesmo pelegos e oportunistas que concebiam a organização como um instrumento de apoio ao governo. Por outro lado, o sindicato passou a ser definido pelas novas disposições legislativas como uma entidade que reunia em uma única organização diversos grupos envolvidos com as atividades agrícolas, a exemplo de trabalhadores familiares, assalariados temporários e posseiros, dentre outros. Tal heterogeneidade dificultava sua atuação política, na medida em que cada um desses grupos dispunha de uma história de lutas específicas, nem sempre bem representada em um conjunto de diversos interesses, o que provocava muitas vezes seu afastamento do sindicato (MEDEIROS, 1989, p. 95).

Com efeito, as mudanças na legislação relativas a direitos sociais e previdenciários para os camponeses e trabalhadores rurais conduziam, progressivamente, à formação de práticas assistencialistas que distorciam o papel dos sindicatos enquanto entidade de defesa dos interesses de classe. Isto podia ser observado nas disposições da Lei de Valorização da Ação

Sindical, de dezembro de 1970, que conferia prioridade à criação de condições que permitissem aos sindicatos prestar assistência médica e odontológica aos seus associados, bem como a oferta de financiamentos para a aquisição de sedes, instalações para atividades esportivas e recreativas, ambulatorios e cooperativas de consumo. Por outro lado, a criação do PRORURAL, em 1971, incluía os benefícios de aposentadorias, pensões, serviços de saúde e serviços sociais, ampliando uma tradição de assistência social com fortes antecedentes em práticas de auxílio mútuo que remontavam às Ligas Camponesas. No entanto, o que historicamente se constituía em um exercício de solidariedade do movimento sindical, custeado com recursos próprios, no âmbito desse programa convertia-se em uma prática assistencialista imposta pelo regime militar, tornando-se predominante no interior das atividades sindicais. Desse modo, o sindicato passava a ser identificado mais pela realização de tais práticas assistencialistas do que pela defesa dos interesses dos seus associados. Em algumas regiões, a imagem do sindicato confundia-se com a do FUNRURAL, caracterizando um novo tipo de clientelismo (MEDEIROS, 1989, p. 96-97).

Não obstante o peso das políticas assistencialistas enquanto instrumento de controle político dos sindicatos rurais e de desvio de seus objetivos mais importantes, as lutas dos camponeses e trabalhadores rurais continuavam a ser desenvolvidas, mesmo que sob a forte repressão desencadeada pelas forças policiais-militares e dos grupos de jagunços e milícias armadas formados pelos grandes proprietários de terra. Na segunda metade de 1960, tais lutas se constituíam como reação às expulsões de posseiros dos estabelecimentos agrícolas por eles explorados, às grilagens promovidas por grupos de proprietários rurais e urbanos interessados na valorização da terra, além de greves de trabalhadores rurais motivadas por atrasos no pagamento de salários. Eram movimentos fragmentários, especialmente dispersos, desarticulados e fortemente reprimidos, mas que mantinham a tradição das lutas desenvolvidas anteriormente. A participação dos sindicatos nessas lutas era pouca ou quase nenhuma. De acordo com o relato de Medeiros (1989, p. 90):

Nesse quadro diversificado, surgiram experiências sindicais distintas que, embora tenham sido rapidamente eliminadas pela repressão, são indicadoras das insatisfações existentes no meio rural. O exemplo ilustrativo é o do Maranhão. Nesse Estado, apesar da desagregação dos sindicatos após o golpe militar, a Igreja, através do MEB, prosseguiu com o trabalho de educação sindical e, ao mesmo tempo em que formava novas lideranças, buscava recuperar trabalhadores com experiência de organização. Isso se deu especialmente no vale do rio Pindaré, durante a campanha para as eleições para o governo do estado, em 1965, quando apoiaram a campanha de José Sarney, candidato que percorria o interior prometendo a reabertura e o livre funcionamento das entidades representativas dos trabalhadores.

Apesar da vitória de Sarney, as tentativas de reabrir os sindicatos foram desencorajadas. Em 1966, em Pindaré, surgiu então, sob a liderança de Manoel da

Conceição, um sindicato independente de reconhecimento oficial, conhecido localmente como “sindicato clandestino”, e que passou a atuar contra a invasão de gado nas roças dos lavradores, a ocupação ilegal de terras por grileiros e a ação dos comerciantes de arroz. Além de matar o gado que invadia as roças, e derrubar cercas de grileiros, por orientação do sindicato, os trabalhadores desenvolveram roças e paíóis coletivos. Uma violenta repressão desencadeou-se então sobre a região, pondo fim à experiência e levando os trabalhadores a procurarem outras áreas para se fixar.

Em face desse quadro, a reconstrução do movimento sindical começou a ser concretizada dentro dos limites impostos pelo regime. Na medida em que a estrutura da organização sindical foi mantida, sua reconstituição foi realizada por dentro, sob os condicionantes e controles que buscavam caracteriza-la de acordo com os interesses dos governos militares. Assim é que a pavimentação das lutas sindicais enfrentava as indicações de dirigentes, efetuadas por autoridades governamentais, intervenções constantes, eleições efetuadas sob severas restrições, bem como uma nova legislação social e previdenciária que, embora avançasse na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários para o campo, buscava caracterizar o sindicato como um órgão encarregado de realizar práticas assistencialistas que se assemelhavam a um novo tipo de clientelismo.

Diante de tais limitações, os sindicatos passavam a organizar a sua atuação com base em premissas jurídicas criadas pelo regime militar, orientando suas reivindicações em torno dos direitos sociais, previdenciários e de uma possibilidade de realização de uma reforma agrária nos termos preconizados no Estatuto da Terra. De acordo com esta perspectiva, a participação da CONTAG assumiu um papel estratégico para a reconstrução do movimento sindical, ainda que com base em uma atuação acentuadamente legalista. Sob esta diretriz e referenciada pela nova legislação agrária, a partir de 1967, quando a diretoria intervencionista da CONTAG foi derrotada por uma chapa de oposição nas eleições para o comando da entidade, iniciou-se um trabalho de reorganização dos sindicatos e de suas federações em vários estados do país. A atuação da CONTAG e os seus desdobramentos seguem, portanto, um padrão de constante recorrência à justiça, pautada pela normatividade imposta pelos governos militares. Isto significava que a atuação dos sindicatos era limitada às demandas originadas do próprio Estado, constituindo-se dessa maneira, muito mais um canal de reivindicações junto ao poder público do que um instrumento de defesa de interesses de classe.

Por outro lado, a prática legalista dos sindicatos, além de insatisfatória em relação ao acirramento da violência contra os camponeses e da exploração dos assalariados agrícolas, esbarrava, ainda, na diversidade dos grupos que o constituíam, portadores de interesses diferentes entre si, e, às vezes, conflitantes no interior de um mesmo grupo. Este era o caso dos

trabalhadores fichados, que possuíam carteira profissional assinada, e os “clandestinos”, que não auferiam os direitos formalmente decorrentes desse vínculo, na Zona da Mata de Pernambuco. A unidade imposta pelo Estado convertia-se, portanto, em um desafio relativo à unificação dos interesses de grupos tão diversos, o que só poderia acontecer em um processo de lutas (MEDEIROS, 1989, p. 96).

No início da década de 1970 o contexto das lutas sociais no campo era marcado pelo crescimento do número de sindicatos, modelados por uma prática legalista e assistencialista. No entanto, o nível de mobilização política dos camponeses e de assalariados agrícolas em torno da resistência aos processos de grilagem, de negação dos direitos constituídos e em defesa da reforma agrária era muito reduzido, apesar disto ser bastante influenciado pela repressão existente. Assim, dentre os principais aspectos do II Congresso dos Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG, em maio de 1973, destacava-se a proposta de formação de novos dirigentes, considerada indispensável para que fossem evitadas as práticas burocratizantes e assistencialistas, bem como o desenvolvimento de uma categoria de administradores profissionais do sindicato. Por outro lado, evidenciava-se a preocupação de levar-se em conta a heterogeneidade da composição dos sindicatos, a fim de que suas atividades políticas tivessem maior efetividade. Ressaltava-se, ainda, a necessidade de encaminhamento da reforma agrária com base nas disposições do Estatuto da Terra, rejeitando-se proposições relativas à sua modificação. O Estatuto era visto como uma lei capaz de viabilizar a realização da reforma. O mais importante era lutar pela sua aplicação. Neste particular, também se enfatizava a necessidade de não se confundir a reforma agrária com os projetos de colonização. No que tange às questões trabalhistas, reivindicava-se melhores condições de trabalho para os trabalhadores volantes e a extensão da lei dos dois hectares para todos assalariados agrícolas (MEDEIROS, 1989, p. 98-101).

Durante a década de 1970, os esforços realizados para a reconstrução do campo sindical foram acompanhados pela intensificação dos conflitos no campo, praticamente em todas as regiões do país. Tais lutas podiam contar ou não com a participação das entidades sindicais, dependendo do perfil que elas apresentassem em cada lugar, embora na maioria das vezes os sindicatos estivessem ausentes. Quando envolvidos geralmente optavam por uma condução legal para lutar contra a violência a que os camponeses e trabalhadores eram submetidos, bem como para suas reivindicações.

As principais causas dos conflitos estavam ligadas à ampliação do processo de modernização tecnológica do campo, que contribuía tanto para acelerar a expulsão de

moradores e colonos das terras que anteriormente ocupavam nas grandes propriedades, quanto incrementava, através de grilagens, os processos de expulsão de camponeses dos estabelecimentos que exploravam. Isto decorria não só da valorização de suas terras em razão do crescimento da importância dos cultivos voltados para a exportação, como dos investimentos públicos realizados para a construção de rodovias e implantação de projetos de reflorestamento, que valorizavam enormemente as terras em seu entorno. Sob este aspecto, podia-se contabilizar, ainda, a construção de grandes represas e de hidrelétricas que implicavam no deslocamento dos agricultores e trabalhadores rurais das áreas que seriam inundadas. Na Amazônia, a expulsão de posseiros de suas terras decorria da implantação de grandes projetos agropecuários que contavam com fortes incentivos fiscais, e tinham como finalidade a ocupação da região. Por fim, o lançamento do Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL, em 1975, na medida em que provocou a expansão da área plantada com a cana de açúcar, também gerou a expulsão de antigos moradores nas grandes propriedades de terra (CARVALHO; CARRIJO, 2007).

No final da década de 1970, as limitações da prática política dos sindicatos na defesa dos interesses dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais resultou na decisão de alguns setores da Igreja Católica de promover uma nova orientação dessas entidades, o que veio a originar um sindicalismo de oposição em relação à linha de atuação oficial dessas organizações. No entanto, tal mudança na posição da Igreja, que se diferenciava e se opunha à orientação tradicional dessa instituição no que se referia às questões sociais no campo, começou a se concretizar desde o início dessa década sob a influência da Teologia da Libertação, fundamentada no apoio à emancipação dos setores mais pobres da população latino-americana. Assim, foi constituída a primeira Comissão Pastoral da Terra – CPT, na Amazônia, em 1975, com a finalidade de lutar pela reforma agrária, de acordo com o que era prescrito no Estatuto da Terra, mediante um trabalho de articulação e de assessoria política aos pequenos agricultores, trabalhadores rurais e suas organizações.

Mesmo que se valendo do prestígio e da influência da instituição na sociedade, a atuação da Igreja não se subtraía à repressão que se abatia sobre os movimentos políticos de camponeses e trabalhadores rurais, o que resultava em processos, prisões e até mesmo de morte de alguns de seus sacerdotes e leigos. Ainda assim, a denúncia das injustiças e da violência perpetrada contra aqueles que lutavam pela terra obtiveram grande repercussão na sociedade brasileira, desnudando um quadro social conhecido por poucos. Desse modo, as práticas políticas da CPT rapidamente se expandiram para outras regiões do país, sobretudo quando contavam com o apoio de dioceses que reconheciam e apoiavam seus objetivos.

Apesar do desenvolvimento de uma postura crítica em relação às práticas sindicais, vale assinalar que as ações da CPT estavam muito mais voltadas para a luta pela terra, o que implicava em colocar em um plano secundário as demandas políticas dos trabalhadores rurais. Desse modo, se definia a posição de parte da Igreja em relação aos sindicatos rurais, que redundou em uma forma de apoio essencial para o avanço das lutas pela terra e por melhores condições de trabalho no campo, principalmente na década de 1980. Através da CPT, foram criados novos sindicatos e gerada uma oposição interna onde eles já existiam, a partir da crítica à linha oficial de atuação por eles seguida.

No fim dos anos 1970, evidenciava-se claramente o abandono das supostas intenções dos governos militares de promover a reforma agrária, tendo como instrumento legal o Estatuto da Terra. Observava-se que a política agrária consolidava, cada vez mais, a opção pela modernização tecnológica da agricultura. Por outro lado, também eram perceptíveis os sinais de esgotamento do sindicalismo oficial, bem como das inconsistências das tentativas de mudá-lo por dentro. Dito de outra maneira, enquanto os conflitos se multiplicavam no campo, a condução da defesa dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais seguia uma linha legalista, obviamente ineficaz em face da natureza do ordenamento jurídico, fortemente influenciado pelos interesses dos grandes proprietários de terra em suas decisões. A apatia de grande parte das diretorias dos sindicatos também submetida a críticas, movidas pela CPT, resultava, progressivamente, na formação de oposições sindicais. Não só a inoperância política e as práticas assistencialistas dos sindicatos rurais eram questionadas, mas também a linha de condução seguida pela CONTAG. Além disso, o aumento da mobilização política dos trabalhadores urbanos, sobretudo na Grande São Paulo, produzia um novo alento às reivindicações de camponeses e de assalariados agrícolas.

Com efeito, os problemas colocados pela própria dinâmica da luta de classes no conjunto da sociedade brasileira requeriam a realização de mudanças significativas na concepção e na concretização das práticas sindicais. Neste contexto, uma tentativa para dar conta dessas questões foi promovida pela CONTAG ao convocar, em maio de 1979, o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Com base em uma avaliação da situação das experiências e lutas desenvolvidas em todo o país, o congresso deliberou que a grande prioridade do movimento sindical continuava a ser a reforma agrária.

Dentre as reivindicações mais importantes, destacavam-se, ainda, a do cumprimento da legislação trabalhista, particularmente em relação à formalização dos contratos de trabalho, consolidada na carteira profissional assinada, e a da extensão dos direitos previdenciários dos

trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais. Outras deliberações do congresso davam continuidade a reivindicações anteriores, embora algumas delas estivessem impregnadas de novos significados, a exemplo do desatrelamento dos sindicatos da estrutura do Estado e a criação de uma central sindical livre.

Do ponto de vista político, outra deliberação significativa foi a que deslocava o Estado da posição de principal interlocutor dos sindicatos, considerando que a função por ele exercida, longe de se mostrar como a de justo mediador de conflitos e de provedor das legítimas aspirações dos camponeses e trabalhadores rurais, algumas reconhecidas na legislação existente apesar de não cumpridas, apresentava-se como a de firme apoiador e defensor dos interesses dos latifundiários. Esta mudança de perspectiva abria o caminho para o desenvolvimento de ações mais arrojadas, que envolviam tanto o recurso a práticas legais de encaminhamento dos direitos dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, quanto a defesa dos seus interesses mediante formas de pressão políticas pertinentes, como a de ocupação de terras improdutivas com a finalidade de explorá-las produtivamente. O sindicalismo rural propunha-se, portanto, a uma postura política de transformação da realidade, apesar de fortemente influenciado pelo verticalismo vigente na legislação sindical, o que atribuía à confederação a iniciativa pela determinação dos rumos de suas lutas.

No início da década de 1980 já se havia tornado visível a deterioração das condições econômicas do país, manifestada na enorme crise de liquidez das finanças do Estado, motivada pela incapacidade de pagamento da dívida externa, gerada com o propósito de financiar o desenvolvimento industrial. O exaurimento do modelo de crescimento econômico dependente e associado aos capitais externos, provocava o descontentamento crescente da população com a inflação, a censura aos meios de comunicação e o autoritarismo político, que apenas beneficiavam os grupos encastelados no poder. Tanto no campo quanto nos centros urbanos as lutas contra o regime militar iam se ampliando, contando com vários setores da sociedade civil, o que incluía segmentos empresariais, a Igreja Católica, trabalhadores, intelectuais e estudantes. Os trabalhadores, em particular, lutavam pela liberdade de organização sindical, contra a repressão policial-militar e a corrosão de seus salários pela inflação, bem como pelo acesso à terra e melhores condições de trabalho.

No âmbito do movimento sindical as críticas dirigidas contra as administrações meramente legalistas aprofundaram-se, gerando um novo sentido para a condução das lutas dos trabalhadores urbanos e rurais, sobretudo o de sua unificação, logo materializada na criação de

duas grandes centrais sindicais, a saber, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, criada em 1983, e a Confederação Central dos Trabalhadores – CGT, criada em 1986.

As lutas sociais no campo também se intensificaram. Os avanços obtidos pela modernização tecnológica do processo produtivo, traziam como consequência a expulsão dos produtores que detinham o domínio precário da ocupação da terra, como os posseiros, parceiros, moradores e colonos. Isto ocorria na medida em que aumentava a valorização de terras por eles ocupadas e progredia a dissolução das relações de trabalho que os vinculavam às grandes propriedades. O desenvolvimento do capitalismo no campo apoiado por políticas creditícias, de incentivos fiscais e de dotação de infraestrutura pelo Estado, favoreceu a expansão do número de grandes propriedades, contribuindo para a elevação dos níveis de concentração fundiária, quer fosse pela incorporação de grandes quantidades de terra situadas nas áreas de fronteira agrícola, quer fosse pela expropriação de pequenos produtores. Convém salientar que esse processo também se apoiava em uma intensa exploração da força de trabalho assalariado agrícola que, em sua maioria, experimentava uma deterioração ainda maior de suas condições de vida.

Com efeito, a modernização tecnológica da agricultura beneficiou, basicamente, os médios e grandes proprietários rurais, que se constituíram nos grupos mais favorecidos pelos programas de crédito e de assistência técnica promovidos pelo Estado. Embora tal política tenha sido bem-sucedida, principalmente no que tange à agricultura voltada para a exportação, a maioria da população rural permanecia excluída dos benefícios do crescimento econômico. Ao lado disso, elevou-se enormemente o número de conflitos no campo, resultando na morte de camponeses, trabalhadores, líderes sindicais e, até mesmo, de religiosos. Neste particular, pode-se ponderar o quanto esta estratégia de assassinato de lideranças contribuía para o enfraquecimento de suas lutas, considerando-se as árduas condições e o tempo dispendido para sua formação. De acordo com Grzybowski (1987, p. 15-16):

Entre 1980 e 1985 foram assassinados 721 trabalhadores rurais, dos quais 222 só no ano de 1985, primeiro ano da Nova República. De janeiro a maio de 1986 já foram assassinados outros 80, entre trabalhadores rurais, advogados e agentes pastorais. [...] Para avaliar a importância, a extensão e a diversidade das lutas atuais no campo basta ter presente que, em 1984, foram registrados aproximadamente 117 conflitos trabalhistas, envolvendo mais de 655 mil trabalhadores, e 483 conflitos por terra, envolvendo mais de 332 mil entre camponeses e seus familiares. No mesmo ano, mais de 300 mil pessoas estavam envolvidas em conflito por causa das barragens. Num ato público – “O grito do campo” – em outubro de 1984, em Porto Alegre, contra a política agrícola, estiveram mais de 80 mil agricultores gaúchos, em sua maior parte pequenos proprietários rurais.

O aumento da violência nas áreas rurais ocorria em todo país, incluindo as regiões de avanço da fronteira agrícola, nas áreas em que predominava uma agricultura explorada em bases empresariais e nos latifúndios. Não obstante, novos atores sociais incorporavam-se às lutas pela posse e uso da terra, a exemplo de camponeses integrados às cadeias produtivas originadas pela formação dos complexos agroindustriais, dos camponeses atingidos pela construção de grandes barragens, das populações indígenas e trabalhadores sem-terra, dentre outros. Isto evidenciava não somente a expansão do capitalismo no campo, bem como a fragmentação e diversificação das lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais nas áreas rurais. Tal como enfatizado por Grzybowski (1987, p. 17-18):

A diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrentá-las. As bases do movimento estão implantadas nas diversas formas sociais de inserção dos diferentes segmentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária e no processo de produção agropecuária. Na origem dos movimentos, portanto, é necessário ver “a variedade de formas assumidas pelas contradições do capital”. Mas as estruturas precisam ser fecundadas pela vontade para gerarem movimentos. A percepção de interesses comuns, no cotidiano, nas condições mais imediatas de trabalho e vida, percepção produzida a partir de e na oposição com outros interesses, de outros agentes sociais, a identidade em torno dos interesses comuns, as ações coletivas de resistência, etc. são um conjunto de condições necessárias dos movimentos. Só assim a tensão intrínseca às relações vira movimento.

Por outro lado, é importante lembrar que a atuação das Comissões Pastorais da Terra também gerou um grande impulso para as lutas sociais dos camponeses, ao mesmo tempo que provocou uma disputa pela representação desses movimentos, conferindo maior clareza as suas reivindicações. No entanto, apesar desse salto de qualidade e dos sinais de deterioração do regime, o que abria possibilidades de flexibilização das posturas autoritárias em relação aos movimentos dos trabalhadores no campo, a resposta a esses avanços resultou na mudança do discurso oficial no sentido da militarização da reforma agrária. Pode-se salientar, ainda, que o desenvolvimento dessas lutas também foi permeado por dois acontecimentos cruciais que se concretizaram nesse período, quais sejam o fim do ciclo dos governos militares e a transição para um regime de natureza civil denominado eufemisticamente de Nova República.

De modo geral, os relatos sobre as lutas sociais ocorridas no campo durante a década de 1980 foram categorizados tanto em relação aos tipos de eventos políticos através dos quais se manifestavam, quanto aos tipos de movimentos sociais em que se materializaram. A primeira modalidade de categorização foi adotada por Medeiros (1989), que classifica as lutas sociais a partir da ocorrência de greves, manifestações de protesto contra as políticas agrícolas, surgimento de novos atores sociais e dos papéis desempenhados por instituições tradicionais como os sindicatos, a Igreja e o Estado. Grzybowski, (1987), por sua vez, agrupa as lutas sociais

no campo a partir da análise dos movimentos de posseiros, dos sem-terra, das barragens, dos indígenas, assalariados rurais, camponeses integrados e de mulheres rurais.

No que tange à categorização seguida por Medeiros (1989), observa-se que esta autora destaca, primeiramente, a greve dos trabalhadores da lavoura canavieira da Zona da Mata, no Estado de Pernambuco, deflagrada em outubro de 1979, no período da safra. Esta paralização, conduzida por diversas entidades sindicais, mobilizou 20.000 trabalhadores, sendo repetida, em 1980, com a adesão de 240.000 trabalhadores. Conforme o relato de Medeiros (1989, p. 124), estas greves realizaram-se:

[...] totalmente dentro dos parâmetros da lei de greve, considerada uma arma importante pelas lideranças sindicais, uma vez que era percebida como lei impessoal, “vinda de fora”, que podia se contrapor às leis privadas, base da ação dos patrões e da repressão, tradicionalmente utilizada no interior dos engenhos e terras de usina no Nordeste. A utilização dessa lei era vista também como uma forma de evitar a intervenção do Estado nos sindicatos, possibilidade sempre presente e que, durante o regime militar, desestruturara muito do trabalho que se fazia de reorganização dos trabalhadores.

Estas greves abriram o caminho para outras paralizações que se repetiam sempre que não havia um acordo legal com os donos de terra e usineiros. Sua base de luta eram os trabalhadores que possuíam vínculos empregatícios formais com os patrões, denominados de “fichados”, embora sua sustentação e êxito dependessem da incorporação daqueles que não possuíam tais vínculos, os “clandestinos”, o que obrigava os sindicatos a estenderem suas ações para estas categorias. Dentre as principais reivindicações dos trabalhadores estavam os reajustes de salários, a restauração da “tabela da cana” e a “lei do sítio”, além dos direitos presentes na legislação, mas que eram frequentemente desrespeitados pelos proprietários de engenhos e usinas. Notava-se, portanto, que nestas reivindicações estavam articuladas a luta pelo salário e pela terra. Grzybowski (1987, p. 33) lembra que:

No geral, as lutas dos assalariados têm como móvel as contradições embutidas na exploração do seu trabalho. Neste sentido, não é diretamente contra a expropriação e a exclusão que lutam os assalariados, mas contra as formas e o caráter de sua integração na estrutura e processo de produção capitalista. Expropriação e exploração, contradições necessárias criadas historicamente pelo capital, implicam diferentes relações no próprio campo e polarizam situações diferenciais de classe. Na diversidade de lutas – contra as formas de exploração e exclusão, de um lado, e contra as formas de exploração e integração, de outro, - esconde-se o laço íntimo de sua unidade. A estrutura agrária é a síntese dessas relações e processos contraditórios que têm no capital o seu ponto de unidade. Aqui cabe afirmar e insistir que, ao lado de um setor camponês que se reproduz e diferencia, a proletarianização de trabalhadores rurais é uma realidade que se renova e atualiza sob novas formas de exploração e assalariamento.

As greves de Pernambuco fortaleceram o modelo de ação adotado pela CONTAG, que consistia, basicamente, na articulação dos movimentos a partir das lideranças dessa entidade e na sua circunscrição aos ditames da legislação vigente. Isto contribuiu para o fortalecimento do verticalismo no movimento sindical rural, em que a confederação e as federações assumiam papéis proeminentes na organização e condução das greves, embora não excluísse outras propostas de luta que disputavam a representação dos trabalhadores.

No entanto, o fortalecimento do verticalismo sindical padecia da fragilização nos momentos seguintes às greves, em que os patrões procuravam descumprir os acordos firmados, de diversas maneiras, o que fazia com que os trabalhadores nem sempre obtivessem ganhos reais. Isto passava pela intimidação por meio de milícias armadas, demissões, “listas negras” de trabalhadores politicamente mais atuantes, introdução de maquinaria agrícola poupadora de mão de obra, além do cooptação de lideranças. As lutas pelo cumprimento dos acordos eram desenvolvidas em condições desfavoráveis, desde que se realizavam quando os trabalhadores enfrentavam o cotidiano do trabalho e em situações em que adquiria peso específico a diversidade de orientação dos sindicatos e de suas lideranças.

Desse modo, havia um espaço para a emergência de uma condução alternativa para as greves, orientadas por concepções críticas das CPT's ou mesmo por uma atuação combativa dos sindicatos que divergiam da prática legalista da CONTAG. Porém, outro tipo de mobilização dos trabalhadores surgiu em São Paulo, em regiões de cultivo da cana de açúcar, cuja força de trabalho era formada predominantemente por trabalhadores volantes. Motivados por medidas arbitrárias dos patrões, a exemplo da implantação do sistema de sete ruas de corte da cana, os trabalhadores paralisaram suas atividades e atacaram um supermercado onde faziam compras a crédito, que suprimiu esta modalidade de comercialização, o que precarizava ainda mais sua subsistência. Após a eclosão do movimento é que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo integrou-se à greve e gerou uma pauta de reivindicações, que possibilitou o encaminhamento de um acordo. Esta forma de desenvolvimento da greve expandiu-se para a região citrícola de São Paulo e para a zona canavieira do Rio de Janeiro. Em seu conjunto, as experiências com as greves mostraram o avanço dos movimentos dos trabalhadores rurais em relação ao “modelo de Pernambuco”, bem como a articulação das reivindicações salariais com as da luta pela posse da terra (MEDEIROS, 1989, p. 123-135).

Medeiros (1989) também se refere às lutas dos camponeses integrados às cadeias produtivas agroindustriais, concentradas no Centro-Sul do país. Especializados na exploração de um cultivo ou de uma criação – soja, fumo, uva, suínos – que forneciam a empresas que os

processavam industrialmente, estes produtores encontravam-se submetidos a condições de exploração escorchantes. Isto porque as indústrias estabeleciam preços aviltados para esses produtos, além de impor condições de comercialização que poderiam resultar em situações de alto risco para o seu patrimônio. Era o caso, por exemplo, das promissórias rurais emitidas para o pagamento dos produtos fornecidos às indústrias, que eram endossadas pelos próprios produtores. Assim, no caso de problemas financeiros com estas indústrias estes produtores seriam obrigados a ressarcir os bancos com o dinheiro recebido pela venda dos seus próprios produtos, o que ocorreu no final dos 1970, no estado do Paraná, quando alguns frigoríficos e uma indústria esmagadora de soja pediram concordata.

No entanto, as tensões entre produtores e indústrias se concentravam mais em relação aos preços dos produtos fornecidos, levando a sucessivas mobilizações, que incluíam o fechamento de agências bancárias, bloqueio de estradas, boicote de entrega dos produtos, etc. Tais mobilizações eram motivadas por fortes questionamentos às políticas públicas, o que obrigava ao Estado a rever decisões francamente favoráveis as indústrias. Eram apoiadas por entidades sindicais mais combativas e por organizações ligadas à Igreja, além de partilharem demandas de interesse comum com empresários agrícolas, o que lhes conferiam, em dado momento, um caráter interclassista.

Por outro lado, a resistência para permanecer na terra, que se constituía em uma face mais antiga das lutas sociais no campo, tanto se intensificou quanto se renovou em todo o país, nos anos 1980. No primeiro caso envolvendo litígios de posseiros, rendeiros e parceiros com proprietários de terra e grileiros, sobretudo na região Norte, em razão da implantação de grandes empreendimentos agropecuários, com base em generosos incentivos fiscais. No Nordeste também se observava a ampliação dessas lutas, em face da expulsão dos trabalhadores das terras que ocupavam. Conforme salientado por Grzybovski (1987, p. 21):

Os movimentos de posseiros não podem ser desvinculados das contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista na agricultura. Devido a ele, com seus ciclos de crescimento e crise-reestruturação, combinam-se processos de expropriação e exploração de trabalhadores rurais, cujas contradições estão na própria origem das diferentes lutas. Os posseiros, como pequenos produtores, ao se integrarem no mercado são, sem dúvida, explorados. Mas a atualidade e historicidade de suas lutas devem ser buscadas na oposição à expropriação que o desenvolvimento capitalista supõe e provoca.

Contudo, tais lutas se acirraram enormemente no Acre, devido ao desmatamento das áreas dos seringais, com propósito de convertê-las em pastagens para o gado bovino, em fazendas estabelecidas com recursos da SUDAM. Para manter-se nestas terras e impedir a destruição dos

seringais, os trabalhadores organizavam os “empates”, que consistiam em se colocar na frente dos peões encarregados de efetuar o desmatamento. Em seu conjunto, tais lutas resultavam no crescimento da violência no campo, com um grande número de mortes de trabalhadores e líderes sindicais, em que se destacou o assassinato de Chico Mendes, no Acre, em 1988. Além disso, tal como ressaltado por Martins (1999, p. 133):

O avanço das empresas sobre a Amazônia, em particular, não levou o conflito apenas aos camponeses. As populações indígenas foram gravemente atingidas por essa expansão. Especialmente porque o governo brasileiro começou a abrir uma rede viária extensa, que teve como um dos seus eixos publicitários a Rodovia Transamazônica. Essas estradas cortaram territórios tribais isolados, que mantinham os povos indígenas protegidos do contato com o branco e seus efeitos desastrosos. Não só porque o branco é portador de enfermidades para as quais os indígenas não têm imunidade, como a gripe, que lhes é, geralmente, fatal, mas também porque as frentes de expansão da sociedade branca estão povoadas por tipos humanos, não raro degradados pela marginalização e a violência.

Outro aspecto dessas lutas era o da resistência dos camponeses atingidos pela construção de barragens. Este empreendimento correspondia a necessidade de geração de energia elétrica demandada, principalmente, pelo crescimento industrial. Sua viabilização, porém, implicava no deslocamento de milhares de produtores dos locais a serem ocupados por represas e lagos. Por si só, tal remoção acarretava a destruição de um modo de vida organizado com base em laços comunitários, constituídos por várias gerações. Mesmo diante de um quadro tão dramático para as populações rurais atingidas, notava-se uma grande indiferença por parte de Estado em proceder os reparos que esta situação exigia, no que tange às indenizações e a realocação dos grupos sociais afetados. Daí sua reação, manifestada nas mobilizações em defesa de indenizações justas pelas terras desapropriadas e por uma realocação em seus próprios estados (GRZYBOWSKI, 1987, p. 26).

Por outro lado, os trabalhadores sem-terra passavam a formar um novo coletivo no âmbito dos conflitos no campo. Um novo movimento surge no Rio Grande do Sul, em função da dificuldade de reprodução social dos camponeses, em face da elevada valorização da terra, causada pela expansão da agricultura empresarial nesse estado. Este mesmo fator conduzia a uma forte pressão demográfica sobre a terra nos estados do Sul do país, o que levava à tentativa de solucionar o problema mediante a migração dos produtores que estavam nesta condição para as áreas de expansão da fronteira agrícola, onde poderiam adquirir novas propriedades, integrarem-se a projetos de colonização ou mesmo ocuparem terras devolutas.

No entanto, ao se deparar com as condições prevaletentes nessas regiões, os camponeses constatavam a falta de infraestrutura e apoio à produção, que os isolavam e inviabilizavam suas

atividades produtivas, obrigando-os a retornar. Assim, os que haviam retornado passavam a denunciar as condições que encontravam nas regiões de fronteira, bem como dos problemas existentes nos projetos de colonização, aumentando a rejeição a vê-los como uma possível alternativa para os problemas de terra nos seus estados de origem. Mais que isto, agregavam-se às lutas pela terra nesses estados, articulando-se, ainda, com os camponeses atingidos pelas barragens. Tais lutas começavam pela formação de acampamentos próximos a fazendas improdutivas, como meio de pressionar os governos a desapropriá-las e a proceder a redistribuição das terras (GRZYBOWSKI, 1987, p. 22-24; MEDEIROS, 1989, p. 147-150)

Desse modo, os sem-terra davam início a uma nova forma de luta que, mais tarde, evoluiria para a ocupação dessas fazendas, de modo a pressionar o Estado a acelerar o processo de sua desapropriação, nos estados do sul do país. O êxito de algumas ações dos sem-terra, apoiadas diretamente pela Igreja, contribuiu para o avanço de sua organização. Isto se deu através da realização de vários encontros de lideranças, que, paulatinamente, recebiam a adesão de novos estados. Assim, em 1984, em um encontro realizado na cidade de Cascavel, no Paraná, com a participação de organizações de onze estados, foi formalizada a criação do Movimento dos Sem-Terra – MST. Apesar de fortemente combatido o MST viria a ocupar um papel central na luta pela reforma agrária, obtendo uma grande visibilidade política no país.

Por fim, mas não menos importante, destacava-se o movimento de mulheres rurais que procuravam romper com o processo de sua invisibilidade social, afirmando-se como agricultoras e trabalhadoras, conseqüentemente, com direito a todas as reivindicações presentes nas pautas dos movimentos sociais no campo. Isto, incluía, portanto, o acesso à terra, a sindicalização e aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Tal como salientado por Medeiros (1989, p. 141), os conflitos pela terra que ocorriam, nesse período, em todo o país, embora diversificados, isolados e violentos:

[...] colocaram com muita força, numa conjuntura de maior liberalização, a questão da terra e de sua função. Embora a nível de cada conflito se colocassem a questão de uma área particular de terra e objetivos muito imediatos de permanência e sobrevivência social e até mesmo física, foi a soma dessas lutas particulares que possibilitou a atualização do debate em torno da reforma agrária e seu significado numa situação de intenso desenvolvimento do capitalismo no campo.

Outro aspecto importante das lutas pela reforma agrária, nesse período, relacionava-se com o desempenho dos atores institucionais envolvidos neste processo – o sindicato, o Estado e a Igreja – cujas intervenções sempre foram de grande importância para os rumos por ele tomado. À medida em que as lutas dos camponeses e de trabalhadores rurais se desenvolviam,

a presença dessas entidades e as posições que elas defendiam adquiriam contornos mais nítidos. Em todas elas não se observava um consenso interno em relação aos objetivos e meios de realização da reforma. Pelo contrário, esta temática constituía um campo de disputa que resultava, em diferentes momentos, em posições bem diferenciadas quanto aos encaminhamentos necessários à sua viabilização. As considerações anteriormente efetuadas evidenciam essas oscilações, o que refletia o modo como elas concebiam e defendiam os interesses que representavam, ou deixavam de representar, no cenário da luta de classes.

Assim, notava-se que até meados dos anos 1980 os sindicatos apresentavam um desempenho marcado por ambiguidades políticas, na medida em que eram objeto de repressão, intervenção e controle dos governos militares, empenhados em instrumentaliza-los como elementos de contenção e esvaziamento das lutas sociais no campo. A obrigatoriedade de organização de categorias diversas de produtores e de trabalhadores com diferentes histórias de luta em uma só entidade, a nomeação de diretorias, os fortes estímulos a práticas assistencialistas, a cooptação de suas lideranças, constituíam-se, dentre outras, em táticas empregadas por esses governos com o objetivo de dividir, enfraquecer e descaracterizar o sentido da atuação dos sindicatos, afasta-los da defesa dos interesses que deviam representar e converte-los em colaboradores do poder público, tal como era exercido.

Sob tais condições, a reação dos sindicatos, sobretudo a partir das recomendações do III Encontro dos Trabalhadores Rurais, realizados em 1979, foi a de encaminhar as lutas no campo com base em posturas legais, evitando o confronto com o sistema de poder vigente a partir de 1964 e, ao mesmo tempo, resgatar a unidade do movimento em meio a diversidade de interesses existentes.

Um balanço dos resultados dessas práticas revela que em alguns momentos ela se mostrou produtiva e em outros não. Como visto anteriormente, os principais focos da luta sindical estavam centralizados nas lutas pela terra e por melhores condições de trabalho. Desse modo, os embates conduzidos através de uma orientação legalista resultaram em greves e negociações bem-sucedidas, embora fragilizadas em etapas subsequentes, em face do descumprimento dos acordos firmados, o que se devia, de modo geral, a falta de consistência da atuação dos sindicatos locais. Por isso mesmo, se desenvolveu uma contra tendência de oposições sindicais combativas e de encaminhamentos de lutas que ultrapassavam as lideranças legalistas, vistas como burocratizadoras dos movimentos. Exemplos bem distintivos dessa tendência foram as primeiras lutas e a própria formação do movimento dos sem-terra.

No que tange à participação da Igreja, observava-se uma intensa discussão e redefinição do seu papel em relação a questão agrária no período analisado. Inicialmente causava certa surpresa que uma instituição tradicionalmente vinculada à elaboração de conhecimentos e práticas destinadas à justificação da desigualdade social e, por extensão, da estrutura social que a gerava, passasse a se preocupar com a exploração a que camponeses e trabalhadores eram submetidos nas áreas rurais. De fato, as crescentes tensões sociais no campo movidas por constantes injustiças contra os grupos ocupados diretamente com a exploração da terra sensibilizaram politicamente setores da Igreja envolvidos com práticas sociais evangelizadoras no campo. No entanto, isto também se devia aos avanços do PCB junto aos trabalhadores rurais, o que fundamentou uma primeira reação da Igreja, construída em torno de uma perspectiva conservadora, baseada na defesa da propriedade e no abrandamento dos conflitos sociais no campo.

Contudo, o aprofundamento interno das questões suscitadas por essa prática, associado ao ideário da Teologia da Libertação levou a concepções mais avançadas sobre a questão agrária, em que se reconhecia plenamente o caráter intolerável da dominação social no campo.

Em face dessa mudança de posição, respaldada pela divulgação do documento “A Igreja e os Problemas da Terra, resultante da XVIII Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, fortaleceu-se a ação da Pastoral da Terra, que contribuiu decisivamente para expandir a atuação da Igreja junto aos camponeses. Através das CPT era estimulado o “sindicalismo de base”, o que também conferia novo alento à oposição aos dirigentes legalistas e àqueles que mantinham posturas distantes das lutas de pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Vale salientar, ainda, que a prática política da Igreja nunca se desvinculou de uma concepção religiosa, carreando uma legitimidade de caráter emancipatório tanto para as lutas sociais no campo quanto nos centros urbanos. Sem dúvida, a Igreja Católica converteu-se, nesse período, em um dos eixos de resistência mais importantes aos governos militares em todo o país.

Por outro lado, tal como já analisado, nota-se que no período compreendido entre 1964 e 1984, quando se encerra o ciclo dos governos militares, o Estado comandou o processo de expansão do capitalismo no campo através da implementação da modernização tecnológica de sua estrutura produtiva, sem alterar a concentração fundiária no campo. Todo esse processo foi permeado por uma brutal repressão aos movimentos de pequenos produtores e de assalariados agrícolas, iniciado pela destruição das Ligas Camponesas e intervenções nos sindicatos rurais.

Não obstante ter assumido, ao seu modo, uma proposta de reforma agrária, através do Estatuto da Terra, o Estado nunca a concretizou. Ao contrário, combateu sistematicamente todas as propostas que iam nessa direção e, sempre que possível, priorizou os programas de colonização. Criou uma legislação restritiva para o funcionamento dos sindicatos e desenvolveu uma série de programas e projetos voltados para a integração dos camponeses ao mercado, visando dividi-los e enfraquecer as suas lutas. Contudo, as contradições geradas por esse processo de expansão capitalista – decorrentes da valorização das terras; da expropriação dos camponeses; da violência dos latifundiários e grileiros, apoiados pelas forças policiais do Estado; do aumento da precarização dos assalariados agrícolas; e das políticas agrícolas favoráveis aos interesses dos médios e grandes proprietários – contribuíram para acirrar os conflitos.

A face do Estado brasileiro em relação ao desenvolvimento do capitalismo no campo personificava a imagem do latifúndio e do empresariado agrícola. Em que pese todas as tentativas de contenção dos conflitos, a intensificação das lutas sociais no campo reafirmando a necessidade de mudanças na estrutura fundiária conduziram à “militarização da questão agrária” (MARTINS, 1984). Esta estratégia consistia na intervenção em áreas de conflitos muito fortes, onde eram promovidas desapropriações de terras, com indenizações consideradas justas aos seus proprietários, de modo a esvaziar as tensões sociais existentes. Para tanto, foram criados diversos órgãos subordinados diretamente a importantes organismos militares, a exemplo do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, em 1982, vinculado ao Conselho de Segurança Nacional.

Tal estratégia adensou-se em um período próximo ao fim dos governos militares. Embora caracterizada como uma política de caráter nacional, era praticada de forma seletiva e local. Apesar de coberta por intensa propaganda do regime, não dissimulava as desigualdades sociais no campo. Por outro lado, as reivindicações pela reforma agrária ganhavam solidez no âmbito das lutas da sociedade brasileira pelo fim da ditadura, alimentando a esperança de que o fim do regime possibilitasse sua realização. Este momento seria, portanto, o da Nova República, período que marcaria a transição dos governos militares para a redemocratização do país.

Com efeito, a Nova República surgia, de um lado, pela decomposição do regime militar, com o esgotamento de um ciclo de crescimento econômico que levou o país a uma dívida externa monumental, inflação alta, desvalorização da moeda e a uma forte concentração da renda e da riqueza gerada. De outro, resultava de tensões sociais originadas da intensa exploração dos trabalhadores, da repressão e da censura. Diversos setores da sociedade civil

voltavam-se contra o regime, a exemplo de parte dos empresários, da Igreja e dos movimentos sociais, exigindo o retorno das liberdades individuais, o fim da censura e a instituição de eleições diretas para a presidência da república. Tal reação dava origem a uma ampla coalizão de forças políticas denominada de Aliança Democrática, formada por grupos que construíram historicamente a resistência à ditadura e por dissidentes dela.

Neste contexto, a solução dos impasses que marcavam a transição foi canalizada para a aprovação de uma proposta de eleições diretas para a presidência da república, respaldada por intensas mobilizações populares em seu apoio. Tais eleições proporcionariam a legitimidade política ao processo de transição e às propostas de mudança que dele emergiriam, como forma de promover a redemocratização do país e de atender as demandas da população por melhores condições de vida. Estas demandas passavam pelo respeito, cumprimento e ampliação de direitos sociais e trabalhistas, que incluíam melhoria dos salários, dos serviços de educação e saúde, de acesso à cultura, dentre outros, o que somente poderia ser viabilizado no âmbito de um novo ciclo de desenvolvimento em que estivessem combinados o crescimento econômico e a redistribuição de renda e de oportunidades sociais.²

Nesse quadro de amplas reivindicações, algumas se destacavam por se tornarem necessárias para o atendimento dos anseios de grupos sociais objeto de processos históricos de exploração, que os colocara em uma situação de pobreza acentuada, mas que poderiam ser integrados a atividades produtivas que possibilitassem a melhoria dos seus padrões de vida. Esta situação se destacava de tal maneira que foi sintetizada na expressão “resgate da dívida social”, a ser efetivado como um compromisso histórico por parte dos grupos políticos que lideravam o processo de transição, mediante a realização de políticas públicas voltadas para este fim. Uma destas políticas era a de reestruturação fundiária, que tinha na reforma agrária seu principal instrumento de realização, concebida como uma alternativa para o encaminhamento dos problemas vivenciados por pequenos produtores e trabalhadores rurais. Sem dúvida, esta também era a expectativa por eles construída a partir de suas lutas pela posse da terra e de melhores condições de existência.

Como visto anteriormente, a intensificação dessas lutas na primeira metade da década de 1980 produziu uma visão mais clara das estratégias utilizadas pelas organizações que representavam seus interesses, criando fortes divergências entre elas quanto à concepção e aos

² Deve-se salientar, no entanto, que tal redemocratização foi controlada por grupos políticos conservadores, que barraram as mobilizações populares e mantiveram a eleição indireta para a presidência da república.

meios a serem empregados para a realização da reforma agrária. Isto podia ser observado na forma como estas questões foram discutidas e definidas nos encontros promovidos pelas entidades que disputavam a organização e o encaminhamento das lutas dos pequenos produtores e assalariados agrícolas.

No primeiro congresso nacional do MST, realizado em Curitiba, em janeiro de 1985, participaram 1.500 delegados, que representaram 20 estados. Conforme salienta Medeiros (1989, p. 167):

Nesse encontro foi elaborado um conjunto de resoluções que envolviam a demanda por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores, desapropriação de todas as propriedades com área acima de 500 hectares, distribuição imediata de todas as terras em mãos dos estados e da União, expropriação das terras das multinacionais, extinção do Estatuto da Terra e criação de novas leis “com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos”. Além disso, as ocupações de terras ociosas ou públicas foram consideradas como caminho para a realização da reforma agrária, dentro do lema: “Terra não se ganha, se conquista”.

Tal como pode ser depreendido com base neste registro, a expectativa que o MST nutria em relação à realização da reforma agrária estava muito mais centrada em sua capacidade de mobilização do que no cumprimento dos compromissos assumidos pelos líderes mais importantes da Nova República. De fato, acreditavam que sem pressão, sem ocupação, jamais haveria uma redistribuição de terras nos termos concebidos pelo movimento.

Por outro lado, no IV Encontro dos Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG, em maio de 1985, que contou com a presença de 4.000 delegados, foram abordados diversos temas, não obstante a forte centralidade da reforma agrária. De acordo com o relato de Medeiros (1989, p. 169-170) sobre as discussões realizadas,

Sem discordâncias quanto à necessidade de mudanças na estrutura agrária, os representantes dos trabalhadores rurais divergiam sobre o caminho para chegar a elas. Para as correntes articuladas em torno do Movimento dos Sem-Terra e da CUT, o Estatuto da Terra deveria ser recusado, visto que seu objetivo maior era combater a reforma agrária que vinha surgindo da própria ação dos trabalhadores, “que brota de suas lutas de ocupação coletiva das terras, de resistência contra a expulsão pelo latifúndio, empresas e órgãos do governo, contra a expulsão pelas barragens, contra a tomada da terra pela cana, pelo gado, pela soja”. Os sindicalistas ligados à orientação da Contag, por outro lado, defendiam o Estatuto da Terra como instrumento inicial de reforma agrária, visto que, através dele era possível realizar desapropriações. Seu principal argumento era que, naquele momento abrir mão do Estatuto implicava deixar espaço para um vazio legal que poderia levar a uma perda política para os trabalhadores. Nesse argumento, pesava toda uma trajetória em que a lei fora transformada em importante espaço de disputa e arma de luta.

Como resultado das discussões ocorridas nesse encontro, chegou-se a uma conclusão que buscava conciliar, na medida do possível, as posições divergentes, deliberando-se que o

Estatuto da Terra seria considerado como ponto de partida para as lutas pela reforma, em que pese o apoio que deveria ser dado às ocupações de terra. Nesse sentido, notava-se que o embate entre a postura legalista da CONTAG e as posições mais avançadas do MST e das oposições sindicais permanecia vivo, tornando-se a base para a discussão de outras questões relevantes como a necessidade de maior participação das bases nas decisões do movimento e da própria democratização da estrutura e organização de suas entidades. Isto evidenciava, ainda, que as mudanças que vinham ocorrendo no movimento sindical, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, decorrentes da criação da CUT e do surgimento de MST, tendiam ao questionamento da forma de ação verticalizada praticada pela CONTAG. Enfim, estavam sendo discutidas as concepções até então vigentes sobre a unidade, a diversidade, a participação e a autonomia das entidades que disputavam a hegemonia da representação das lutas sociais no campo (MEDEIROS, 1989, p.167-174).

No outro extremo do sistema de poder, reconfigurado a partir da transição dos governos militares para a Nova República, desenvolviam-se as tratativas para a realização da reforma agrária, enquanto um importante aspecto dos compromissos políticos firmados por suas lideranças com diversos grupos representativos da sociedade civil. Inicialmente, dois problemas se apresentaram como relevantes para esta finalidade. O primeiro foi a recusa do projeto de eleição direta para a presidência da república pelo Congresso Nacional, o que assegurava aos grupos políticos conservadores maior controle sobre a transição do regime, conforme seus interesses. Isto contrariava amplamente as expectativas populares de redemocratização, constituindo-se no primeiro grande retrocesso da Nova República. O segundo foi a morte de Tancredo Neves, um dos principais líderes da Aliança Democrática, escolhido presidente da república através das eleições indiretas, o que implicou na posse de José Sarney, na condição de vice-presidente de Tancredo.

Diante desses fatos, o poder político deslizava, não por acidente, para as mãos de Sarney, um político que representava não apenas os dissidentes e desertores do regime, mas os interesses de grupos fortemente conservadores na sociedade brasileira, comprometidos com todo tipo de práticas oligárquicas. Na verdade, a morte de Tancredo escancarava o pacto conservador, efetuado sem a participação popular, que marcava o surgimento da Nova República.

Afeito a manobras e conchavos, Sarney preservou, inicialmente, os nomes escolhidos por Tancredo para o Ministério de Assuntos Fundiários, Nelson Ribeiro, e para o INCRA, José Gomes da Silva, o primeiro ligado à Igreja e o segundo um histórico defensor da reforma

agrária. Em seguida, recriou este ministério, denominando-o de Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. Assim, as atividades relativas à reforma foram iniciadas com a formação de 17 grupos de trabalho que deveriam elaborar um plano nacional para sua realização. Após a conclusão desse trabalho, a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA tinha uma face bem definida. Dentre outros aspectos, a reforma era recomendada como um programa prioritário para a Nova República; incorporava o Estatuto da Terra; definia a desapropriação como o seu principal instrumento; vinculava a desapropriação aos valores declarados no Imposto Territorial Rural; elegia o assentamento como programa básico; reconhecia a diversidade de sua organização; previa a instalação, em 15 anos, de sete milhões de trabalhadores rurais; e assegurava a participação dos trabalhadores rurais em todas as fases do processo (MEDEIROS, 1989, p. 175).

Em face do que era recomendado na proposta, os dirigentes sindicais entendiam que esta era a reforma possível, pondo-se a defendê-la e abstendo-se da realização de práticas que pudessem comprometer sua realização, tais como a formação de acampamentos e ocupações. Por outro lado, as lideranças da CUT e do MST compreendiam a proposta como um canal de diálogo com o governo, mas, ao mesmo tempo, mantinham os acampamentos e as ocupações como forma de pressioná-lo para o início da reforma.

Por sua vez, os proprietários de terra articularam uma reação imediata ao plano de execução da reforma. Reativaram suas entidades representativas tradicionais, como a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), a SBR (Sociedade Rural do Brasil) e a Organização das Cooperativas do Brasil, e logo após o anúncio da Proposta realizaram um congresso em Brasília, com o propósito de discuti-la e combatê-la. Tal como assinalado por Medeiros (1989, p. 188):

Nesse encontro foi descartada a concepção de que existiam distorções na estrutura fundiária do país, argumentando-se que a existência de terras ociosas era coerente com sua excessiva disponibilidade em relação à demanda gerada no mercado. Enfatizando a grande ligação da agricultura com o complexo agroindustrial, argumentavam que a terra não poderia ser apenas de quem a trabalhava, mas, principalmente de quem nela pudesse produzir, ou seja, de quem detivesse o capital que, a partir do processo de industrialização da agricultura, a atividade agrícola passava a exigir. Dessa perspectiva, ainda segundo os empresários, uma política fundiária deveria necessariamente estar subordinada a uma política agrícola que favorecesse o avanço do complexo agroindustrial. Finalmente, esgrimiam argumentos no sentido de que uma reforma agrária desorganizaria a produção e, principalmente, que ela seria uma intervenção na liberdade de iniciativa.

No entanto, as reações contra a reforma por parte dos proprietários de terra começaram a se adensar e a adquirir uma configuração sistemática a partir da criação da União Democrática

Ruralista – UDR. Primeiramente formada por pecuaristas, a UDR apresentava um desempenho político bem dinâmico, ocupando espaços onde havia grande receptividade a sua representação como uma entidade empresarial moderna, atuante nos parlamentos e bem divulgada na mídia, fruto de uma mobilização constante de seus associados, através da realização de leilões de gado por eles doados, que viabilizavam recursos abundantes para suas atividades.

Apesar da característica marcante do uso da violência contra os trabalhadores rurais, a UDR projetava-se na vida política brasileira servindo-se de fortes apelos ideológicos. Mostrava-se como uma entidade que comandava uma agricultura moderna, geradora de riquezas para o país, efetivada por produtores de perfil empresarial avançado, por vezes tolhidos pelas políticas governamentais em suas atividades.

Com efeito, ao ocupar espaços políticos e midiáticos com expressividade, a UDR adquiria maior visibilidade e procurava equiparar-se a organizações empresariais que representavam o capital industrial, comercial e financeiro, possuidoras de prestígio e de influência junto ao governo e à sociedade civil. Tamanho foi o seu avanço que chegou a apresentar um candidato às eleições presidenciais de 1989, pelo Partido Social Democrático – PSD, com o objetivo de ampliar ainda mais sua visibilidade pública, não obstante ter-se convertido em linha auxiliar dos grupos políticos mais conservadores envolvidos no pleito. De acordo com tais pretensões políticas e eleitorais, a UDR representava a reforma agrária como um meio de subversão e destruição da agricultura moderna e dos benefícios por ela gerados para o país, o que justificava o combate dessa proposta de todos os modos possíveis.

Nesses termos, a atuação da UDR também chamava a atenção para algumas transformações que se processavam na economia agrária do país, resultantes da intervenção do Estado no período dos governos militares. Tais mudanças estavam relacionadas com o rumo imprimido pelas classes dominantes ao desenvolvimento do capitalismo no campo, que, fomentado com base em generosos incentivos fiscais, motivou a atração de capitais industriais e financeiros para a aquisição de terras a custo baixo, que eram mantidas inexploradas e na condição de reserva de valor, prática reconhecidamente eficaz em um período de inflação elevada. Por outro lado, como efeito das políticas de modernização tecnológica promovidas nesse período, também surgiram os complexos agroindustriais, que além de articular as cadeias produtivas no campo, refletiam a penetração dos capitais industriais nas atividades produtivas agrícolas. Conseqüentemente, isto alterava a face tradicional do latifúndio e do empresariado agrícola, enquanto proprietários de terra, na medida que eram envolvidos pelo peso de diferentes frações do capital que estendiam seus interesses para o campo e também se

convertiam em francos opositores da reforma agrária. O peso desses capitais, sediados em grande parte no Centro-Sul do país, para onde foram carreados os principais benefícios da modernização tecnológica, embora dissimulado pelas representações ideológicas da UDR, fazia-se sentir na oposição à reforma agrária através de fortes pressões junto ao governo federal, em particular ao MIRAD e ao INCRA, com o objetivo de desestabilizar os executivos públicos e as equipes técnicas comprometidos como o PNRA.

Vale salientar, portanto, que neste momento se observava a plena convergência dos interesses dos latifundiários e empresários agrícolas com os dos banqueiros, industriais e empresas multinacionais que haviam adquirido terras no Brasil. Todos estavam bem representados no governo de Sarney, formado mediante pactos e acordos políticos muito mais voltados para manter uma forma de dominação oligárquica, do que para reconhecer e viabilizar o atendimento de demandas sociais, originadas de um processo de participação popular de luta contra a ditadura militar.

Assim, vivia-se, mais uma vez, uma etapa de transição política na sociedade brasileira caracterizada pelos ajustes realizados “por cima” entre os grupos dominantes, destinados a evitar a realização de mudanças mais profundas, que estivessem em desacordo com os seus interesses. Tratava-se, portanto, de mudar tudo para não mudar nada. Sob a capa da liberalização do regime refaziam-se os acordos e pactos, que deixavam de fora as mudanças reivindicadas por diversos grupos sociais, mantendo-se as mesmas condições que perpetuavam o atraso em diversas esferas da vida social no país. Tal como se coloca como hipótese no presente trabalho, esta situação é bem característica em relação à reforma agrária. Em momentos favoráveis à sua realização, determinados por pressões e mobilizações populares, emergem negociações e acordos que a pretexto de concretizá-la, promovem sua obstrução de diversas maneiras. Desse modo, são neutralizadas todas as propostas e tentativas de viabilizá-la, através de processos agenciados por representantes das classes dominantes que se apropriam e manejam instâncias e mecanismos de funcionamento do Estado com o propósito de desgastá-las e descaracterizá-las, assim inibindo as mudanças pretendidas. Tais práticas constituem a “marcha lenta da história”, expressa na realização de mudanças que ao mesmo tempo em que alteram alguns aspectos da realidade social, conservam os principais elementos que a estruturam, mantendo praticamente intocados os interesses dos grupos dominantes.

As estratégias de desgaste e de descaracterização do PRNA seguiram este caminho. Em primeiro lugar, admitiu-se sua necessidade e legitimidade em face das lutas sociais no campo e das mobilizações populares em apoio a sua realização. Em segundo, promoveu-se a

confirmação dos dirigentes indicados para o MIRAD e o INCRA, com base nos acordos de formação do governo da Nova República, e autorizou-se a elaboração de uma proposta para sua execução. Em terceiro, iniciou-se as manobras de retardamento da proposta do PRNA, que parecia ser uma questão premente de Estado, o que alimentava seguidamente as pressões internas e externas desfavoráveis a sua execução e possibilitava a introdução de diversas modificações. Finalmente, aprovou-se uma proposta definitiva do PNRA completamente remendada e desfigurada em relação à original, apresentada cinco meses antes no IV Encontro dos Trabalhadores Rurais.

É interessante notar que, na versão aprovada do PNRA constavam, dentre outras, aberrações como a de soluções negociadas “caso a caso”; criação da figura do “latifúndio produtivo”; cumprimento de “funções sociais” pelos latifúndios; supressão das áreas prioritárias; e como se não bastassem tais mutilações a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária pela presidência da república. As brechas existentes na versão aprovada do plano, evidenciavam para os proprietários de terra que os recursos mais eficazes para o bloqueio das desapropriações seriam os de natureza judicial, que poderiam prolongar enormemente o alcance da etapa final, que era a de implantação dos assentamentos. Completando este quadro, o governo de Sarney decretou a extinção do INCRA em outubro de 1989 (MEDEIROS, 2003, p. 37).

A vitória parcial das forças conservadoras remetia então as expectativas dos camponeses e trabalhadores assalariados para o âmbito da Assembleia Nacional Constituinte. Mesmo assim, as lutas sociais no campo não arrefeceram. Greves, ocupações de terra, manifestações de protesto se repetiam e eram duramente reprimidas, reproduzindo cenários típicos dos governos militares. Por outro lado, programas de apoio aos camponeses eram lançados pelo governo, na tentativa de aliviar a acentuada pobreza da população rural, principalmente no Nordeste brasileiro. Tais programas também reproduziam práticas anteriores de envolvimento dos sindicatos nas ações do Estado, de modo a distanciá-los da defesa dos interesses dos trabalhadores, convertendo-os em agenciadores dos recursos governamentais (MEDEIROS, 1989, p. 202).

A defesa da reforma agrária na Constituinte apontava para uma correlação de forças previamente desfavorável aos camponeses e trabalhadores rurais. Para isto, contavam as grandes dificuldades de eleger parlamentares comprometidos com esta finalidade. Por sua vez, a UDR, além de ter crescido em todo o país, dispunha de amplos recursos para apoiar a eleição de políticos que defendessem diretamente os seus interesses, bem como de mobilizar e

influenciar outros parlamentares em apoio a suas pretensões. Isto porque muitos deles eram proprietários de terra, o que, de alguma maneira, poderia torná-los sensíveis aos seus apelos em relação à uma forma de propriedade isenta de restrições de caráter social. Diante de uma correlação de forças tão desigual, os camponeses e trabalhadores rurais e as entidades que os representavam e apoiavam suas lutas centraram seus esforços na preservação e possível ampliação do Estatuto da Terra, dos direitos trabalhistas e na reivindicação de políticas agrícolas adequadas às suas necessidades. A emenda pela reforma agrária contou com um milhão e meio de assinaturas, tendo como base a ideia de que a propriedade da terra implicava em uma obrigação social, cujo descumprimento sujeitaria seus detentores a sanções (MEDEIROS, 2003, p. 39-40).

No entanto, o andamento dos trabalhos parlamentares mostrava que, apesar da relevância atribuída à reforma, a disposição em bloqueá-la e descaracterizá-la no plano legal era bem superior. Assim, prevaleceram as posições que limitavam a capacidade regulatória do Estado no que dizia respeito às desapropriações. Isto resultava no fato de que as desapropriações não representariam punições aos proprietários que não destinassem uma função social à terra; nas indenizações que, mesmo a longo prazo, preservassem o valor real dos imóveis; e na impossibilidade de aplicação de sanções a terras consideradas produtivas. Estas contradições do texto constitucional tornavam bem difíceis as desapropriações. A regulamentação desse texto só seria realizada após cinco anos, através da Lei 8.692, de 25 de fevereiro de 1993, também conhecida como Lei Agrária (MEDEIROS, 2003, p. 40-41).

Desse modo, mais uma vez prevalecia a força das classes dominantes sobre as reivindicações e pressões pela realização da reforma agrária no país. A diferença era a de que, nesse momento, não mais se tratava de vitória de um poder oligárquico predominantemente agrário, mas de sua interpenetração com o capital financeiro, industrial e multinacional. Os camponeses e trabalhadores rurais, apesar de acumularem avanços em suas formas de luta, assistiam o bloqueio de seus projetos políticos por melhores condições de vida. Tal como já visto, as posturas legalistas que orientaram as lutas sindicais durante os governos militares não mais davam conta de suas demandas políticas, em face das transformações que ocorriam na sociedade brasileira. Posições mais combativas dos movimentos sociais em torno de ocupação de terras, greves e manifestações de protesto em busca de maior visibilidade política, formavam um contraponto ao poderio dos proprietários de terra e mantinham a continuidade das reivindicações pela reforma agrária e por melhores condições de trabalho. Por conseguinte,

parecia que tais lutas continuavam a ser um elemento essencial para o alcance de suas reivindicações. Na década que se avizinhava esta hipótese viria a ser confirmada.

Capítulo 4

Os impasses para a realização da reforma agrária: a década de 1990

4.1 Um balanço dos anos 1980

Um balanço das lutas sociais pela realização de uma reforma agrária que marcaram a década de 1980 revela que estas ações se constituíram na mais importante reivindicação dos camponeses e trabalhadores rurais do país. O agravamento das condições de vida da população rural foi acompanhado do aumento dos fluxos migratórios para as cidades. Por sua vez, a continuidade de processo de transferência da população do campo para as cidades, em um período de tempo limitado, não só elevou os níveis de urbanização, como gerou novos problemas e ampliou os já existentes, a exemplo da dificuldade de absorção da força de trabalho migrante nas atividades produtivas nas áreas urbanas, do abastecimento de alimentos, da produção de moradias e da realização de obras de saneamento básico, dentre outros. Para se ter uma ideia da magnitude desse processo, em 1980 o número de pessoas residentes no campo correspondia a 32,4 % do total da população brasileira, enquanto as cidades contavam com um contingente de 67,6 % do conjunto de habitantes do país. No entanto, em 1991, a população rural era constituída por 24,5 % da população total, sendo que o quantitativo de pessoas residentes nas áreas urbanas representava 75,5 % do total de habitantes do país (IBGE, 1980, 1991).

Nestas condições, a reivindicação da reforma agrária como uma política prioritária passava a ser correlacionada com a inflação, o abastecimento de gêneros alimentícios, a geração de empregos, etc. Assim, a reforma deixava de ser concebida como uma política setorial, passando a ser compreendida como uma intervenção do Estado na economia agrária, integrando um conjunto de medidas voltado para o desenvolvimento rural, com fortes reflexos na solução dos problemas nacionais. Contudo, de forma paradoxal e aparentemente contrária aos objetivos políticos que nortearam sua intervenção na sociedade brasileira, a partir de 1964, os governos militares criaram todo um aparato jurídico necessário à implementação da reforma, apesar de nunca terem cogitado concretamente em realizá-la. Ao contrário, promoveram a militarização da questão agrária, procurando equacionar os mais graves conflitos pela posse de terras, de forma localizada e conforme a doutrina da segurança nacional.

A década de 1980 caracterizou-se, portanto, pelo exaurimento do crescimento econômico implementado pelos governos militares, o que se refletia em uma enorme crise de liquidez das finanças do Estado, motivada pela incapacidade de pagamento da dívida externa, gerada com o propósito de financiar o desenvolvimento industrial do país. Conforme Schwarcz e Starling (2015, p. 470-471):

O fracasso dos militares na tentativa de superar a ditadura para institucionalizar uma ordem autoritária ocorreu por várias razões. A mais evidente: eles perderam o trunfo da economia. No final do governo do general Geisel, o Brasil possuía um dos maiores e mais bem integrados complexos industriais entre os países periféricos, mas sofria o choque do aumento nos preços do petróleo e de sua comprida fila de consequências: crescimento lento nas exportações, aceleração nas taxas de juros internacionais, aumento da dívida externa. A inflação seguiu ascendente, chegou a 211% ao ano em 1983, 223% em 1984, no final do governo do general Figueiredo, e bateu forte no bolso e no cotidiano do trabalhador e da classe média assalariada: descontrole nos preços, contas públicas deterioradas, recessão e desemprego.

A transição para um regime liberal, designado como Nova República, foi acompanhada da restauração das liberdades individuais e da remoção da censura dos meios de comunicação de massa. Efetivou-se, mediante um pacto entre os grupos políticos dominantes, gerando, dentre outros, um compromisso formal para a realização da reforma agrária, o que se inscrevia, eufemisticamente, no “resgate da dívida social”. Com a elaboração de Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, a proposição ideológica, aparentemente ganhava instrumentos legais para sua concretização. No entanto, os momentos que antecederam sua aprovação foram marcados por intensas pressões políticas dos grupos contrários à sua implantação, o que contribuiu, desde então, para o desvio das finalidades inicialmente declaradas. Isto deixava claro, que as forças de oposição à reforma eram muito mais poderosas do que era esperado pelos segmentos interessados em sua implantação.

Com efeito, a aprovação do PNRA seguiu uma trajetória bem diferente do que fora inicialmente previsto. As repetidas modificações da proposta original, introduzidas a fim de atender as fortes pressões exercidas pelos representantes dos grandes proprietários de terra, terminaram por deformá-lo seriamente. Naquele momento, passava a ser colocado mais uma vez em questão a viabilidade da realização da reforma agrária a partir do aparato político-institucional herdado dos governos militares, em grande parte preservado e controlado pelas forças conservadoras participantes do processo de transição.

Na verdade, percebia-se a diluição gradativa da possibilidade de um processo reformista amplo e massivo que viesse a produzir mudanças mais profundas na estrutura fundiária do país. Entretanto, diante dos compromissos políticos assumidos pelos agentes políticos da Nova

República e da existência de um maior poder de organização e mobilização de camponeses e trabalhadores rurais e de outras organizações da sociedade civil, discutia-se também que tipo de reforma seria possível, em que ritmo e com que profundidade, dentro do quadro institucional vigente.

Neste sentido, vale lembrar uma avaliação efetuada a respeito da frustração com os rumos imprimidos à realização da reforma agrária na Nova República por um dos seus principais protagonistas o fazendeiro José Gomes da Silva, presidente do INCRA, neste período. Tal avaliação encontra-se registrada em uma entrevista concedida à uma revista de circulação nacional (REVISTA SENHOR, 1986), em que foram abordados e sintetizados de forma esclarecedora aspectos singulares da tentativa de realização da reforma.

No que tange às principais críticas dirigidas ao projeto da reforma agrária, Silva ponderava que em primeiro lugar era improvável que os trabalhadores assentados fossem abandonar ou vender a terra obtida por conta do insucesso em sua exploração, desde que, inicialmente, seriam apenas concessionários do seu uso. Somente quando se revelassem verdadeiros agricultores receberiam o título definitivo da posse da terra. Por outro lado, a realização da reforma jamais implicaria na desorganização da produção agrícola, considerando-se que as terras efetivamente utilizadas para a exploração da agricultura não seriam objeto de desapropriação, enquanto aquelas destinadas aos assentamentos iram contribuir para o aumento da produção agrícola.

Outro aspecto importante de sua avaliação refere-se à força dos grupos sociais contrários a implementação da reforma. Ao ser indagado sobre o porquê de tanta resistência à mudança da organização fundiária, admitiu que tal oposição se explicava:

Primeiro, porque o conceito de reforma implica mudanças estruturais e ela afeta uma série de interesses. No caso presente, da atual situação do país, a sociedade brasileira é hoje muito mais rural do que no passado. Essa foi uma das grandes surpresas que eu tive. Nós subestimamos isso. Pessoalmente eu achava que a sociedade brasileira, em 1985, era muito mais industrial, muito menos dependente do latifúndio. Não é. Foi um erro de avaliação terrível. [...] A gente não tinha levado em conta as diversas imbricações que a questão envolve. Por exemplo, numa amostragem de 40 desapropriações que nós começamos a fazer, apareceram três grandes figuras. Uma era parente próximo do presidente da República; outra, proprietário de uma cadeia de emissoras de tevê; e terceira, uma figura da mais alta intimidade do presidente e ex-integrante da ala “bossa-nova” da UDN. Em 40 apareceram essas três. Fora outras conexões que fatalmente existem. Isso mostra como há uma imbricação, uma superposição. E eles, em si, não são fazendeiros, não são vistos como agricultores, como donos de terra. Mas têm grandes interesses, que afloraram quando se tentou mexer na terra. (REVISTA SENHOR, 1986)

Mais do que elucidar as mudanças na sociedade agrária brasileira que explicavam o adensamento das resistências à reforma agrária, umas bem evidentes, outras pouco conhecidas à época, Silva também apontava os novos atores que passavam a fazer parte daquele cenário, os quais reconstruíam a estrutura de poder no campo e cimentavam de forma ainda mais sólida os empecilhos às tentativas de transformação da organização fundiária. Assim, não hesitava em indicar as mudanças ocorridas no processo produtivo que constituíram a base dessa renovação do pacto oligárquico entre as diversas frações das classes dominantes, no sentido de ampliar os meios de bloquear as possibilidades de modificação da estrutura da propriedade no campo. Ao ser questionado se a estrutura do coronelismo, de certa forma, ainda sobrevivia, afirmava de maneira taxativa:

Modernizada, e é fácil depois a gente compreender isso. Primeiro, essa superposição de setores da economia veio devido à inflação. Quando a inflação se tornou galopante, durante um período longo, quase uma década, a terra se mostrou como melhor opção de investimento. Então os bancos, o capital financeiro de modo geral, a indústria etc. investiram em terras como reserva de valor. Em segundo lugar, diversas políticas de governo facilitaram essa imbricação, principalmente o incentivo fiscal. O industrial paulista, ou o banqueiro sediado em São Paulo, não ia montar uma fábrica no Nordeste, mesmo dispondo de incentivos, porque ela iria competir com seus negócios aqui, na sede do capital. Partiu então para investimentos em agricultura. Principalmente em pecuária, na área da Sudam. Então o industrial, mesmo o industrial moderno, de São Paulo, tornou-se também interessado em terras, via incentivo fiscal na área da Sudam, sem falar no reflorestamento, que interessou principalmente aos bancos. E aí a coisa misturou. Em alguns casos esses interesses se tornaram tão grandes, que chegaram a se igualar ao próprio negócio original, o negócio industrial, comercial ou bancário. Isto alterou muito o equilíbrio de forças, porque tradicionalmente o industrial sempre foi um aliado da reforma, e no caso brasileiro isso não apareceu com tanta nitidez, devido a essa imbricação setorial. (REVISTA SENHOR, 1986).

Ao se referir aos principais donos da terra no Brasil à época, Silva afirmava que eram “... os residentes em São Paulo, paulistas ou não, brasileiros ou não, pessoas físicas ou jurídicas que detêm 2,35 vezes a área do próprio Estado fora de São Paulo” (REVISTA SENHOR, 1986). Neste sentido, além de identificar o núcleo mais importante das reações contra a reforma, Silva comparava a efetiva mobilização política dessas forças com a atitude relativamente acomodada por parte dos trabalhadores. Segundo o seu depoimento, enquanto as forças antirreforma organizavam-se rapidamente, realizavam leilões de gado para arrecadar recursos para suas ações, compravam armas e aliciavam setores produtivos rurais tradicionalmente favoráveis à reforma, a exemplo da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, os trabalhadores entenderam que as novas condições institucionais assegurariam por meio das ações desenvolvidas no âmbito do Estado sua realização. Tampouco ocorreram mobilizações populares que efetivassem pressões políticas nessa direção. De acordo com Silva, a reforma

agrária não era um problema do INCRA, do MIRAD, ou mesmo do governo federal, mas da sociedade brasileira. A possibilidade de sua realização era amplamente favorecida pela disponibilidade da terra, embora altamente comprometida pela falta de vontade política de concretizá-la (REVISTA SENHOR, 1986).

A possibilidade de uma nova institucionalização da reforma agrária nascia, portanto, em um contexto altamente contraditório: de um lado, a imperiosidade da redemocratização do país não podia deixar de incluí-la em sua agenda política; de outro, a correlação de forças específica para a sua implantação, era-lhe extremamente desfavorável dentro e fora do Estado. Isto explica, em grande parte, a rápida deterioração do PNRA e a enorme frustração dos setores comprometidos com sua realização. Tudo indicava que somente um esforço político mais amplo seria capaz de pressionar os grupos mais influentes na gestão do Estado para um efetivo reconhecimento de sua necessidade.

Com efeito, grande parte desse esforço foi investido nas lutas políticas que marcaram a transição da ditadura para o estado de direito, através das quais procurava-se romper a inércia em torno da realização das mudanças na estrutura agrária. Como visto anteriormente, o primeiro grande embate envolveu tentativa de viabilização do PNRA e o segundo traduziu-se no empenho de introduzir o Projeto de Emenda Constitucional sobre a reforma agrária na Constituinte, ambos no governo de Sarney. Em relação ao governo de Sarney, Schwarcz e Starling (2015, p. 488) comentam que:

Ministros entravam e saíam dos cargos, à medida que ele manobrava sem muita cerimônia para compor uma nova base de sustentação política formada por quem estivesse disposto a apoiá-lo – independentemente do compromisso do projeto de transição elaborado por Tancredo. Os embates entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional se tornariam frequentes com o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Enquanto Ulysses Guimarães, na presidência da Constituinte, tentava coordenar um malabarismo entre o compromisso do PMDB com a redemocratização, a plataforma democrático-popular do PT e as forças conservadoras muito conscientes dos seus interesses, Sarney seguia em direção contrária: utilizava práticas e acordos fisiológicos para estender o próprio mandato e garantir sua permanência por cinco anos na Presidência da República, e tratava de esvaziar o que restava da identidade programática da Nova República.

Disto se depreende que as forças políticas que defendiam a reforma agrária e depositaram muitas esperanças no governo da Nova República sofreram um grande revés. Na verdade, o que se assistia, após o afastamento dos militares do poder, era uma recomposição de grande parte das classes dominantes, não de sua totalidade, em torno de um projeto conservador, cujo eixo mais importante era o de barrar o processo de liberalização e de redemocratização em curso, bloqueando os principais projetos de mudança que o sustentavam e impulsionavam, dentre os

quais o da reforma agrária. A reorganização das forças políticas que representavam tais interesses, estimulada pelas benesses proporcionadas pelo governo de Sarney aos parlamentares, em busca de uma base de sustentação política, não só reproduzia e consolidava a realização dos pactos oligárquicos, como refreava as possibilidades de ruptura com o passado, mesmo que por uma via democrática. Ao mesmo tempo, tentava comprometer o futuro, ampliando e fortalecendo sua atuação no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, que se apresentava como a próxima arena de luta. Tal como Schwarcz e Starling (2015, p. 489) salientam,

A maratona da Constituinte dividiu o PMDB em dois grandes grupos, autodenominados Progressistas e Centro Democrático, o chamado “Centrão”, um bloco conservador que, a rigor, ia além do próprio partido. O antigo PMDB das lutas contra a ditadura se esfarelou. O Centrão levava quase a metade da bancada, expressava nova correlação de forças, e tornou o partido refém do enorme poder de barganha que o governo de Sarney soube usar muito bem. Era o início de um processo de remodelação conservadora no PMDB, que o levaria a enrolar suas bandeiras históricas e faria do fenômeno do “peemedebismo” sua principal característica até hoje: a formação de um enorme bloco de apoio parlamentar ao governo – seja ele qual for e seja qual for o partido a que esse governo pertença. O racha interno foi inevitável e, em junho de 1988, em Brasília, um grupo de dissidentes da ala esquerda do PMDB anunciou a criação de um novo partido: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Este depoimento revela, portanto, que a Assembleia Nacional Constituinte, efetivamente se converteu tanto em um campo de aglutinação e de organização dos representantes dos interesses das classes dominantes, como em um divisor de águas entre os grupos políticos conservadores, identificados com tais interesses, e aqueles progressistas, cujas agendas de luta incluíam as demandas democrático-populares. De um lado, o pacto oligárquico se renovava e se fortalecia, preservando e adaptando os interesses dominantes a uma nova conjuntura histórica, embora mantendo-os praticamente nas mesmas condições em que se encontravam anteriormente. De outro, somente com muita luta, algumas demandas populares eram formalmente reconhecidas, expondo as contradições sociais existentes no país e os avanços e recuos efetuados para consolidá-las do ponto de vista jurídico-formal, procurando assegurar os instrumentos legais para o seu atendimento, em que pese nada indicasse que os direitos assim adquiridos fossem futuramente respeitados e efetivamente cumpridos. A reforma agrária, por exemplo, estava de fora. Schwarcz e Starling (2015, 488-489) ponderam que:

Como o Brasil e como a própria democracia, a Constituição de 1988 também é imperfeita. Envolveu movimentos contraditórios e embates formidáveis entre forças políticas desiguais, e inúmeras vezes errou de alvo. Conservou intocada a estrutura agrária, permitiu a autonomia das Forças Armadas para definir assuntos de seu interesse, derrubou a proposta da jornada de trabalho de quarenta horas, manteve inelegíveis os analfabetos – embora tenha aprovado o seu direito de voto. E, fruto de

seu inevitável enquadramento histórico, nasceu velha em seus capítulos sobre o sistema eleitoral e em sua ânsia de regular as minúcias da vida social.

Não obstante toda a controvérsia gerada pela perspectiva de execução da reforma, observava-se que sua proposição, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista institucional, ainda era pouco conhecida e divulgada. Os debates sobre sua realização eram, em grande parte, limitados aos círculos técnicos, acadêmicos e políticos favoráveis ou contrários à sua execução. A maioria da população, a quem caberia o papel de apoiá-la, sobretudo em face das proporções que este processo poderia assumir, diante das transformações sociais que possivelmente acarretaria, encontrava-se alheia às discussões existentes.

Assim, a ausência de um processo de informação e de esclarecimento da população, que deveria ser conduzido pelo Estado, enquanto instituição responsável por sua operacionalização, abria caminho para a veiculação junto à opinião pública de ideias parciais, fragmentadas e distorcidas sobre a reforma por uma grande parcela dos meios de comunicação de massa, geralmente controlados por grupos conservadores e comprometidos direta ou indiretamente com os interesses dos proprietários de terra.

Desse modo, a reforma era geralmente apresentada como uma simples redistribuição de terras suscetível de interferir no funcionamento do processo produtivo, reduzindo sua eficiência, além de contrariar um dos fundamentos básicos de uma economia de mercado, na medida em representava uma restrição coercitiva ao controle privado dos meios de produção. Omitia-se, deliberadamente, as informações que caracterizavam a reforma como uma política pública voltada para a redução dos níveis de concentração da terra, a melhoria da oferta de emprego, o aumento da produção de alimentos e matérias-primas agrícolas, a ampliação do mercado de consumo para os produtos industrializados e a participação de novos contingentes populacionais na esfera das atividades políticas, sociais e culturais. De tal modo, a falta de divulgação e as limitações de conhecimento sobre a reforma agrária também se constituíam em obstáculos à sua concretização.

4.2 As possibilidades da reforma agrária nos anos 1990: o contexto político

No início da década de 1990 as perspectivas de realização de mudanças na estrutura da posse da terra no campo não eram promissoras. O governo Sarney agonizava sob o peso de uma

inflação descontrolada, alimentada pelo fracasso das medidas econômicas de impacto que visavam combatê-la e, ao mesmo tempo, promover a estabilização da economia. Lançado em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado, tal como foram batizadas estas medidas, começava pela substituição da moeda anterior, o cruzeiro, pela moeda nova, o cruzado, que era deflacionada, perdendo três zeros. Também incluía a criação do seguro-desemprego, um abono de 15% para o salário mínimo, e um gatilho salarial que deveria ser acionado toda vez que a inflação alcançasse 20%, a fim de evitar a corrosão dos salários. No entanto, a grande estrela do plano era o congelamento dos preços, tarifas e serviços. De modo geral, tais medidas entusiasmaram fortemente a população, que assistia, de forma inédita, a inflação cair, o seu poder aquisitivo se elevar e as possibilidades de consumo se expandirem (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 490).

Como consequência a popularidade do governo Sarney aumentou consideravelmente, potencializando o prestígio dos partidos políticos a ele vinculados de maneira mais direta. Inebriado com o sucesso inicial do plano, Sarney passou a administrá-lo eleitoralmente. No entanto, o boicote dos empresários ao Plano, desde que tinham suas margens de lucro reduzidas, minaram o congelamento dos preços. Sobreveio o desabastecimento, sobretudo de alimentos, e, conseqüentemente, o mercado paralelo de produtos, regido pelo ágio. Em novembro de 1986, após as eleições, sob o risco de agravamento dos problemas da economia, o governo reagiu e lançou o Plano Cruzado II. Aumentou o valor das tarifas dos serviços públicos, suspendeu o congelamento e autorizou o reajuste dos preços, represados artificialmente para favorecer eleitoralmente o PMDB. A conjunção dessas medidas reativou fortemente a inflação, e passou a ser conhecida como um dos primeiros “estelionatos eleitorais”, da história recente do país. Em seu melancólico ocaso, fustigado pela inflação elevada, pelo aviltamento político e por denúncias de corrupção, o governo Sarney naufragava definitivamente. Deixava, ainda, como uma pérfida herança, um amplo sentimento de rejeição dos políticos e de descrédito em relação às instituições em grande da parte da população, o que iria se refletir nos resultados das eleições presidenciais de 1989. Sem dúvida, a Nova República exauria-se precocemente e parecia que o processo de reabilitação política e democrática deveria começar de novo.

Foi justamente neste clima que se iniciaram as lutas políticas que deveriam encaminhar a disputa pela presidência da república no novo decênio. As tradicionais lideranças políticas estavam colocadas sob suspeição e o ambiente político se tornava favorável ao surgimento de propostas duvidosas de salvação da economia, que provavelmente teriam ampla receptividade no quadro de desesperança que medrava no país. E foi justamente o que ocorreu, em que pese

as aparências em contrário. Desafiando as potentes estruturas partidárias dominantes, um candidato de expressão política secundária, concorrendo por uma sigla irrelevante, o Partido da Reconstrução Nacional – PRN, mas utilizando de maneira habilidosa os instrumentos de marketing até então pouco usados na política brasileira, conseguiu galvanizar a opinião pública em torno de uma pregação moralista que prometia acabar com a inflação, combater sem tréguas a corrupção e desenvolver um programa de governo que conduzisse o país a uma condição semelhante à dos países capitalistas avançados. Mais uma vez, formava-se uma expectativa de se mudar tudo para, no final, não se mudar nada. Só que, desta vez, pela fraude.

Empossado em março de 1990, Collor lançou, de imediato, mais um plano de estabilização da economia. As principais medidas eram o congelamento dos salários e preços, o aumento das tarifas públicas e o bloqueio de grande parte do dinheiro existente em contas correntes, cadernetas de poupança e aplicações financeiras. Valendo-se da utilização de mecanismos que transferiam o ônus da crise para os trabalhadores, o governo de Collor acreditava que derrubaria a inflação de um só golpe. Contudo, tal como assinalado por Schwarcz e Starling (2015, p. 493-494),

Dez meses depois, a inflação estava de volta, a crise econômica tornou-se endêmica, e as lutas por reajustes salariais explodiam em todo o país. O governo ainda tentou um novo plano econômico – Collor II –, ao mesmo tempo que preparava a privatização das empresas estatais, fechava autarquias e fundações, e abria as portas do país ao mercado internacional. A política econômica seguia desorientada: para cada subida de preços, o governo adotava uma medida nova, violenta e ineficaz – congelamento de salários, liberação de preços, aumento de impostos.

Diante desse quadro, tornava-se bem evidente que a reforma agrária não tinha um lugar no programa do governo. Longe disso, uma das primeiras medidas de Collor foi a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, uma estatal que coordenava o sistema nacional de apoio aos camponeses no país, que pela própria natureza de suas funções poderia desempenhar um papel de grande importância no caso da realização de um programa de reestruturação fundiária no campo. Assim, a sustentação da reivindicação da reforma agrária continuava a ser mantida principalmente pela atuação do MST.

Apesar do MST se expandir para todo o país, mediante a mobilização de trabalhadores rurais para o processo de ocupação de terras, em meados da década de 1990, a preocupação com os graves problemas da economia parecia ter apagado da agenda política a questão da

reforma agrária. O forte descontentamento com o governo³ levou à realização de manifestações populares que respaldaram as pressões políticas que resultaram no impeachment do presidente. Collor foi afastado em dezembro de 1992, sendo substituído pelo vice-presidente Itamar Franco. Conforme o relato de Schwarcz e Starling (2015, p. 496),

Itamar assumiu a Presidência da República com o Brasil atolado numa situação calamitosa. Com o PIB em queda, o desemprego atingia 15% da população economicamente ativa só na região metropolitana de São Paulo, e a inflação que Collor prometera derrubar se encontrava acima do patamar de 20% ao mês – e assim permanecia havia quase dois anos. A inflação atinge todas as classes sociais, mas tem efeito especialmente perverso sobre a população pobre – e não apenas porque ela está fora dos bancos e seu dinheiro não tem correção diária. Ela sabota o futuro, e seus efeitos colaterais são escassez, desemprego e violência – muita violência.

A Itamar Franco restava, portanto, dois anos para lidar com o maior problema que afligia o país: a inflação. Sua solução tornava-se estratégica para a criação de um horizonte confiável para a realização de investimentos, o pagamento da dívida externa e a retomada do crescimento econômico. Segmentos representativos das classes dominantes estavam convencidos de que duas medidas eram necessárias para debelar a crise: a elaboração de um novo plano econômico destinado a conter a inflação e a escolha de um político qualificado e confiável para administrá-lo na condição de Presidente da República.

Durante o breve mandato de Itamar ocorreu a regulamentação das definições sobre a reforma agrária aprovadas na Assembleia Nacional Constituinte, através da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, conhecida como Lei Agrária. De acordo com esta legislação ficava mantido que a propriedade que não cumprisse sua função social estaria passível de desapropriação, conforme os critérios previstos na Constituição. Ficava determinado, ainda, que as terras públicas nas áreas rurais seriam utilizadas preferencialmente para fins de reforma agrária. Por outro lado, a categoria de latifúndio era substituída por outra denominada como propriedade com mais de quinze módulos fiscais, para efeito de desapropriação.

No entanto, um dos aspectos mais importantes dessa lei foi o de tornar as desapropriações sujeitas a discussões judiciais, sobretudo no que dizia respeito aos requisitos relativos à função social e à deliberação de que as terras produtivas não seriam suscetíveis de ser desapropriadas. Mais ainda: no caso de desapropriações para a reforma agrária, não só o valor da indenização poderia ser discutido na justiça, mas o próprio mérito da ação. Isto colocava o poder judiciário em uma posição de centralidade para a apreciação de questões pertinente a despejos, valores,

³ Além dos graves problemas da economia, o governo Collor foi alvo de graves denúncias de um esquema de corrupção, do qual o presidente era um dos principais beneficiários.

etc. Neste sentido, a elasticidade dos recursos de recorrência à justiça por parte dos proprietários convertia-se em um importante instrumento de proteção das desapropriações, sem se falar da tendência do Judiciário de considerar a propriedade da terra como um direito absoluto, à exceção do usucapião (MEDEIROS, 2003, p. 41-43).

Vale salientar que a ausência de regulamentação dos procedimentos legais nos cinco anos que se seguiram à promulgação da Constituição estimulou a busca de opções para a obtenção de terras para a reforma agrária, por parte dos governos estaduais, de modo a fazer frente às pressões dos movimentos sociais, principalmente o MST. Isto se dava através das desapropriações por utilidade pública, do uso de terras dos estados e de aquisição de imóveis. Por outro lado, até mesmo no governo Collor já se buscava discutir a institucionalização de bolsas de arrendamento e parcerias, a fim de se promover o acesso dos trabalhadores à terra. Embora tal proposta não tenha se concretizado, deve-se destacar que ela já sinalizava para a realização da distribuição de terras por meio da utilização de mecanismos de mercado (MEDEIROS, 2003, p. 37-44). De acordo com esta autora, no período que se estende da promulgação da Constituição até a regulamentação de suas definições pela lei ordinária,

O debate sobre a reforma agrária cresceu mais uma vez e, após a aprovação da Lei Agrária, desencadeou-se um novo ciclo de demandas por terras e de ocupações.

Num novo contexto pós-*impeachment* de Collor e com o vice-presidente Itamar Franco no exercício da Presidência, iniciou-se uma abertura de diálogo com os demandantes de terra, sendo nomeadas para a direção do INCRA pessoas com trânsito e respeitabilidade entre os movimentos sociais. Ao mesmo tempo, retomaram-se as desapropriações de terra para a realização de assentamentos. (MEDEIROS, 2003, p. 44)

Com base nesse depoimento, pode-se depreender que no governo de Itamar Franco ocorreu uma maior flexibilidade para o tratamento de questões relacionadas com a realização da reforma agrária, apesar do seu caráter provisório e de preparação para uma nova fase de encaminhamento de problemas nacionais. Entretanto, não se poderia deixar de entrever que se a Constituição de 1988 barrava uma série de propostas relevantes para a execução da reforma agrária, a regulamentação de suas deliberações mediante a Lei Agrária acrescentava outras dificuldades para o alcance dessa finalidade. Na verdade, o que se podia perceber era que o processo de luta entre os proprietários de terra e os camponeses e trabalhadores rurais que dela precisavam para produzir, manifestava-se justamente na descaracterização do PNRA, na colocação das travas jurídicas para dificultar o seu desenvolvimento e na continuidade da repressão policial-militar aos movimentos sociais no campo. De certo modo, promoviam-se muitas mudanças para manter a estrutura da propriedade da terra e de dominação política nas

áreas rurais praticamente nas mesmas condições em que se encontrava anteriormente. Nesses termos, portanto, o controle do Estado pelas classes dominantes constituía-se um elemento estratégico para dificultar a realização da reforma agrária, de modo massivo e distributivo, tal como era reivindicada pelos movimentos sociais, bem como de outras mudanças relevantes para o desenvolvimento e a democratização do poder, da renda e da riqueza no país, mesmo que nos limites da sociedade burguesa.

Daí a importância atribuída à escolha de um partido político e de um candidato que conciliasse e administrasse com eficiência e respeitabilidade os interesses das classes dominantes. Tal escolha recaiu sobre Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, professor e político pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, criado em 1988, como uma dissidência do PMDB, cada vez mais atolado no fisiologismo político. FHC, como viria a ser popularizado o nome de Fernando Henrique, pertencia a um seleto grupo de políticos intelectualizados, com propósitos democráticos, o que lhe conferia uma imagem distinta daquela observada na linhagem da escória política nutrida no criatório da ditadura.

Na verdade, a candidatura de FHC e os objetivos que ele deveria cumprir, no caso de ser eleito, não se constituíam em um fato político limitado ao Brasil. Decorria de uma onda de programas de reformas neoliberais que passavam a ser implementadas na América Latina e na maior parte de países localizados na periferia dos centros hegemônicos do capitalismo. Tais programas, por sua vez, faziam parte de uma estratégia de alinhamento dos países periféricos aos interesses do capital financeiro mundializado e das empresas transnacionais sediadas nos países capitalistas avançados. Sua implantação dependia, portanto, da constituição de coalizões políticas formadas por partidos e políticos neoliberais, que refutavam o desenvolvimentismo articulado, regulamentado e gerido pelo Estado, bem como por partidos e políticos de esquerda que tivessem participado de lutas políticas contra os regimes autoritários existentes no período da Guerra Fria, o que proporcionaria legitimidade política e eleitoral a essas alianças (FIORI, 2001). Conforme este autor, o papel desempenhado pelo PSDB trazia algumas novidades que diferenciavam o caso brasileiro:

A primeira, foi o grande peso que tiveram os intelectuais do eixo Rio-São Paulo dentro deste novo partido. A segunda, foi a convergência que ocorreu, nesse grupo, entre um número expressivo de marxistas e alguns jovens defensores do liberalismo econômico, agora reunidos e pacificados por um mesmo diagnóstico “internacionalista e internacionalizante” das transformações mundiais do capitalismo. Seu argumento comum era muito simples: a globalização era um fato novo, promissor e irrecusável que impunha uma política de abertura e interdependência irrestrita, como único caminho de defesa dos interesses nacionais, num mundo onde já não mais existiriam mais as fronteiras nem as ideologias. A terceira característica original do caso brasileiro é que esta pequena “fronda Tucana”, formada basicamente por

professores e financistas, com fortes articulações nas finanças internacionais e no governo norte-americano, conseguiu reunir em 1994, em torno da candidatura do professor Cardoso, uma coalizão de forças de centro-direita extremamente ampla e heterogênea. Coalizão em que estavam presentes todos os setores da burguesia e das oligarquias regionais de poder, que haviam apoiado e usufruído os governos militares e do ciclo desenvolvimentista, e que se encontravam desunidos e desorientados sem a tutela militar depois do fracasso com sua aventura com Collor. (FIORI, 2001, p. 207)

Com efeito, o arranjo político que norteou a transição dos governos militares para a Nova República agonizava sob o peso de uma inflação descontrolada, do compromisso dos grupos políticos responsáveis pela gestão do Estado com o antigo regime e pela emergência de novos atores políticos na vida do país. A década de 1990 foi um período marcado por um expressivo avanço do MST e da afirmação de vários movimentos sociais urbanos. De modo geral, os grupos politicamente identificados com as aspirações da parcela mais empobrecida da população acenavam com realizações inspiradas na agenda da socialdemocracia europeia para a solução dos problemas existentes. Nisso incluía-se, evidentemente, a realização de uma reforma agrária, bem como programas para a redistribuição da renda, geração de empregos, melhoria dos sistemas de educação, saúde, etc. Para tanto, fazia-se necessário a revisão da dívida externa, que estrangulava a economia brasileira, o controle da inflação, que penalizava brutalmente os trabalhadores assalariados e os setores ainda mais pobres da população, além de uma atitude mais autônoma com relação à influência dos organismos multilaterais quanto à política econômica. O partido que comandava esta plataforma política era o PT e o seu candidato era Lula, que disputava a eleição para a Presidência da República pela segunda vez.

Por outro lado, os grupos identificados com as transformações que se processavam na economia mundial, a partir dos países capitalistas avançados, genericamente designadas como globalização, apontavam para a modernização da economia e da sociedade brasileira, como o meio capaz de conduzir o Brasil aos elevados padrões de vida observados naqueles países. Na prática, tal modernização seria alcançada pela abertura da economia para o exterior, a desregulamentação dos mercados financeiros e de trabalho, um amplo programa de privatizações de empresas estatais e de extinção de órgãos públicos - que reduzisse o tamanho do Estado e lhe proporcionasse maior eficiência -, e, sobretudo, pelo controle da inflação, a fim de assegurar a estabilidade monetária e honrar, regularmente, os compromissos da dívida externa. O partido que apresentava um programa de governo baseado nessas ideias era o PSDB, e o seu candidato era FHC. Faltava-lhe apenas a criação de um fato político novo que alavancasse sua candidatura e assegurasse sua supremacia sobre os demais partidos e candidatos.

FHC venceu a eleição. Após assumir a Presidência da República, mostrou, de imediato, o tratamento que o seu governo dispensaria às demandas sociais dos trabalhadores, ao reprimir com inusitada violência, uma greve nacional de petroleiros. Nas áreas rurais os massacres de Corumbiara e de Eldorado de Carajás também revelariam a disposição para o emprego de práticas repressivas para tentar conter as reivindicações dos trabalhadores. Conforme relato de Medeiros (2003, p. 48),

Os massacres de Corumbiara e de Eldorado de Carajás foram pontos de inflexão na luta por terra, explicitando não só os níveis de violência que a acompanham como a precariedade dos instrumentos utilizados para lidar com os conflitos fundiários.

No caso de Corumbiara, estado de Rondônia, em agosto de 1995, ao realizar uma ação de despejo num acampamento, a polícia agiu violentamente e ocorreram várias mortes. A ação foi realizada à noite, o que é ilegal.

Alguns meses depois, em abril de 1996, no estado do Pará, trabalhadores sem-terra que bloquearam uma estrada numa manifestação política foram cercados pela polícia. Do enfrentamento resultou a morte de dezessete deles. As cenas foram filmadas por um cinegrafista amador e não deixaram dúvidas sobre a brutalidade da ação policial. As imagens correram mundo e provocaram protestos de diversas entidades de defesa de direitos humanos e de organizações internacionais.

Com efeito, no projeto neoliberal do governo de FCH, grosso modo, não existia espaço para uma reforma agrária, tal como este processo vinha sendo pensado e reivindicado pelos movimentos sociais no campo. O processo de modernização tecnológica da agricultura encontrava-se bem desenvolvido, tratando-se agora de promover o “negócio agrícola”, expressão sucedânea para os complexos agroindustriais. A melhoria das condições de vida da população rural ficaria por conta do desenvolvimento capitalista que, ao expandir o assalariamento da força de trabalho, promoveria, em consequência, a ampliação da legislação trabalhista e da previdência social.

4.3 Debates e propostas

De modo geral, durante a primeira metade da década de 1990 os debates sobre a reforma agrária ficaram em um plano secundário na agenda política. Os temas prevaletentes eram o controle da inflação e a estabilização da economia, em que pese a promulgação da Lei Agrária, em 1993, em decorrência da regulamentação jurídica a respeito do que foi definido na Constituição de 1998. Destacavam-se, ainda, as mobilizações e ocupações de terra promovidas pelo MST que, progressivamente, se convertia no principal interlocutor das reivindicações da reforma agrária junto ao governo. Isto porque o MST manteve-se como um ator político,

evitando a institucionalização do movimento. Isto lhe permitia questionar seguidamente as políticas de acento neoliberal, sem subordinar suas ações às regras do jogo. Estas regras começavam a corresponder aos preceitos neoliberais impostos pela coalização de forças lideradas por FHC. Tal como analisado por Moraes e Coletti (2006, p.104),

Nessa conjuntura, o MST pôde consolidar-se como um movimento nacional de luta pela terra e pela reforma agrária, graças à prioridade que conferiu, não só à luta no plano institucional, mas à *ação política direta e de massa*, vale dizer, às ocupações de terra, aos acampamentos e às manifestações públicas, com forma de pressão sobre o governo, para que este realizasse desapropriações de terra e promovesse assentamentos rurais. Na década de 1990, sob a vigência das políticas neoliberais, transformou-se no movimento social popular de maior destaque do País e no principal foco organizado de resistência à hegemonia neoliberal.

Por outro lado, as avaliações sobre as possibilidades de realização da reforma agrária nesse período começavam a se matizar no próprio campo dos atores políticos que a defendiam, sob a argumentação da emergência de novas realidades sociais no campo brasileiro. Em um artigo intitulado “Por uma reforma agrária essencialmente não agrícola”, publicado em 1998, José Graziano da Silva, um dos mais importantes estudiosos desta temática, indagava sobre a real necessidade de um processo de redistribuição amplo e massiva de terras no país, bem como a respeito de sua finalidade (GRAZIANO DA SILVA, 2004).

Este autor considerava que, na literatura sociológica brasileira, as teses que se baseavam no caráter feudal do latifúndio brasileiro haviam sido convincentemente sobrepujadas pelos estudos que arguíam a existência de relações sociais de produção capitalistas desde os tempos da colônia. Assim, para aqueles que defendiam que a agricultura vinha se expandindo primordialmente com base nessas relações sociais de produção, restava ao Estado realizar a tarefa de assegurar aos trabalhadores rurais os direitos já obtidos pelos trabalhadores urbanos. Entendia, ainda, que os instrumentos de políticas públicas que se originaram desses debates – o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra – representavam um considerável avanço para a extensão da legislação trabalhista para o campo e para a consolidação da empresa agrícola como unidade produtiva básica da agricultura brasileira (GRAZIANO DA SILVA, 2004, p. 79-80). Em apoio a esta concepção, trazia a argumentação desenvolvida por Inácio Rangel que considerava como aspecto básico da questão agrária o excedente populacional gerado pelo ritmo acelerado da realização do processo de modernização da agricultura brasileira. De acordo com Graziano da Silva (2004, p. 80-81),

Para ele, o crescimento da produtividade do trabalho no interior dos “complexos rurais” (não necessariamente dos rendimentos físicos por unidade de área, que só ocorreria depois de ocupadas as suas “fronteiras internas”), liberava força de trabalho

muito rapidamente. Gerava-se, assim, nos campos uma capacidade ociosa de terras que não mais eram necessárias à produção; e nas cidades, de mão de obra que já não encontrava ocupação produtiva nos novos setores que estão sendo criados pela industrialização substitutiva e importações. A proposta óbvia de política que daí deveria seguir-se era a de juntar esses dois recursos ociosos: terra e mão de obra. Mas o que impedia isso de acontecer era o *alto preço da terra*: num país sem mercado financeiro, a terra – rural e urbana – havia se constituído na forma tradicional de poupança das classes dominantes.

Prosseguindo nessa linha de análise, Graziano da Silva comenta que, de acordo com Inácio Rangel, na década de 1960, não havia condições políticas para a realização de uma reforma agrária, em face da aliança entre o latifúndio e a burguesia industrial nascente. Como tal, propunha que fossem considerados os problemas relativos à intermediação comercial, que encarecia os alimentos consumidos nos centros urbanos, e ao mesmo tempo se promovesse a abertura de novas áreas de colonização na fronteira pré-amazônica como forma de refrear os fluxos migratórios para as cidades do Centro-Sul. Por outro lado, acreditava que a abertura de estradas em direção ao planalto central poderia promover o aumento da oferta de terras e, conseqüentemente, a queda dos seus preços, melhorando as condições de controle da inflação. No entanto, já nos anos 1970, reconhecia que não só essas mudanças não estavam acontecendo, como o processo de “modernização conservadora” agravaria os problemas da questão agrária. Daí, passou a recomendar a efetivação de uma reforma agrária limitada, que evitasse reações do latifúndio, e, ao mesmo tempo, recompusesse a agricultura familiar na periferia dos centros urbanos do Centro-Sul do país, atenuando a situação da população excedente oriunda das áreas rurais (GRAZIANO DA SILVA, 2004, p. 81).

A partir dessas colocações, Graziano da Silva entendia que as propostas de Inácio Rangel ainda continuavam atuais no final da década de 1990, tendo em vista que a continuidade do processo de modernização tecnológica da agricultura mantido pela coalizão das forças conservadoras que comandavam as ações do Estado, nesse período, retirou a reforma agrária da agenda governamental. Não obstante, ele também considerava que o modo como a economia brasileira estava sendo encaminhada para se integrar ao processo de globalização em curso, proporcionava uma nova oportunidade para a realização de uma reforma agrária, desde que era necessário:

[...] criar novas formas de ocupação para uma parte significativa da população brasileira que não tem qualquer qualificação profissional que os habilite a procurar outra forma de inserção produtiva no novo mundo do trabalho que se delineia já para esse final de século. A equação fordista *mais investimentos = maior produção = maior nível de emprego* já é coisa do passado mesmo para o Brasil, um país com 160 milhões de pessoas, com um terço ou mais da sua população urbana com níveis de renda considerados insuficientes para permitir uma vida digna e que possui ainda 25%

da população no meio rural. Mas, o nosso mundo rural já não é mais só agricultura e pecuária, à semelhança do que ocorre em outras partes do mundo desenvolvido, em especial na Europa. Segundo a PNAD de 1990, de cada três pessoas que residiam no meio rural brasileiro, duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias e uma em outras atividades, com destaque para a prestação de serviços não-agrícolas, indústria de transformação, comércio e construção civil, evidenciando o que chamei de urbanização do meio rural brasileiro dos anos 80. (GRAZIANO DA SILVA, 2004, p. 82-83)

Esta proposição de Graziano da Silva encontrava-se fundamentada na conjugação de vários fatores, como as mudanças de ordem demográfica que alteraram a composição social e espacial da população do país e o avanço da modernização tecnológica no campo, que consolidou a formação dos complexos agroindustriais e possibilitou a integração da agricultura brasileira na nova divisão internacional do trabalho como exportadora de commodities agrícolas. Além disso ele também levava em conta os impactos que as novas tecnologias baseadas na informática e na microeletrônica deveriam ter na produção agrícola, ampliando a geração de excedentes de trabalho em uma escala ainda maior do que a promovida pela Revolução Verde na década de 1960. Mais do que isto, este autor considerava que a emergência de novas atividades produtivas no campo, configuradas pela intensificação do processo de urbanização do meio rural brasileiro, alavancavam significativamente o aumento das atividades não-agrícolas, viabilizando o surgimento de novos empreendimentos que absorveriam uma parcela dos trabalhadores excedentes. Tais atividades estariam voltadas para o turismo rural, o artesanato, a expansão de chácaras e residências com o objetivo de lazer e de entretenimento, serviços de manutenção, de monitoração ambiental, dentre outros. Desse modo, ele concluía que,

Por tudo isso, no final do século XX a nossa reforma agrária não precisa ter um caráter estritamente agrícola, dado que os problemas fundamentais da produção e dos preços podem ser resolvidos pelos nossos complexos agroindustriais. É preciso hoje uma reforma agrária para ajudar a equacionar a questão do nosso excedente populacional, até que se complete a nossa “transição demográfica” recém iniciada. E uma reforma agrária que combinasse atividades agrícolas e não-agrícolas teria a grande vantagem de necessitar de menos terra, o que poderia baratear significativamente o custo por família assentada, o que é um forte limitante para a massificação requerida pelo processo distributivo, especialmente nos estados do Sul e Sudeste. [...] Trata-se, no fundo, de buscar novas formas de ocupação para esta população sobrando do ponto de vista estritamente agrícola e industrial, de ex-parceiros, ex-meeiros, ex-bóias-frias, ex-pequenos produtores rurais que foram marginalizados pela modernização conservadora das décadas passadas. (GRAZIANO DA SILVA, 2004, p. 83-84)

Não obstante defender a ideia de uma reforma agrária essencialmente não agrícola para as regiões do Sul e Sudeste, Graziano da Silva (2004, p. 85) assinalava a importância de sua

realização de modo massivo e regionalizado, como no caso do Nordeste, mais especificamente na zona Semiárida.

Outro ponto de vista sobre a reforma agrária foi apresentado por Tavares (1996) na Folha de São Paulo. Esta autora, lembrava, inicialmente, que os objetivos estratégicos do pensamento reformista latino-americano na década de 1960 destacavam “... a ruptura do poder político tradicional (democratização), a redistribuição da riqueza e da renda (justiça social) e a formação do mercado interno (industrialização)”. Neste sentido, considerava que as transformações ocorridas no campo brasileiro durante as décadas de 1960 e 1970, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, esvaziaram os projetos políticos de base nacional e popular, o que os levou a:

[...] progressivo reducionismo na concepção da reforma agrária, que foi redefinida – tanto no nível interno (pelos gestores do novo pacto de poder) como no internacional (pelos organismos multinacionais que assumem progressiva autonomia neste âmbito) – como um instrumento de “política de terras”.

A “revolução agrícola” consumada naquele período “desativou” o significado clássico da reforma (a formação do mercado interno), contribuindo assim para a afirmação da concepção reducionista.

A velocidade e natureza do processo de transformação das bases técnicas e econômicas da agricultura não tiveram, porém, correspondência nos planos de justiça social e da democratização política.

A terra e a riqueza continuaram sendo concentradas por força dos novos interesses agroindustriais, da expansão da fronteira e dos interesses agrários “tradicionais”, que se verificam com mais intensidade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. (TAVARES, 1996, p. 5)

Desse modo, a questão agrária foi sendo abordada como um problema a ser equacionado no âmbito de uma suposta “modernidade”, sem nenhuma modificação nas relações de poder existentes, ou seja, mantendo-se os padrões autoritários que configuravam o seu encaminhamento institucional de forma bastante limitada e, muitas vezes, repressivas. Ao mesmo tempo, Tavares (1996) indicava que a convergência dos processos de modernização tecnológica e de fechamento das fronteiras agrícolas, proporcionaram a geração de grandes excedentes de trabalho, tornando ainda mais relevante a distribuição da terra. Isto porque a migração desses excedentes de trabalhadores para as cidades não se fez acompanhar de sua absorção pelo mercado de trabalho, fazendo-os permanecer nas periferias dos centros urbanos, vivendo de forma bastante precária. Assim, a crise de emprego no campo e na cidade não só agravava a pressão sobre a terra, como fazia com que uma parcela dos desempregados urbanos se convertesse em potenciais integrantes do MST.

A partir desse quadro, Tavares (1996) aponta para a polarização que se formava em torno da questão agrária entre dois grupos sociais portadores de perspectivas bem diferenciadas:

Um deles é formado por aqueles que, detendo o poder político ou o do dinheiro, utilizam a posse ou a propriedade da terra como instrumento de diversas formas de exploração, rentismo e especulação em grande escala, e de reprodução do poder que exercem (inclusive no que diz respeito ao acesso e controle de terras públicas). Em torno a esse grupo heterogêneo de “senhores de terra” articula-se um conjunto de interesses subsidiários – burocracia estatal, judiciário local, comerciantes, etc.

O outro grupo social é mais homogêneo, no que diz respeito à carência de poder e meios de reprodução da sua força de trabalho. É formado pelos trabalhadores sem-terra, pequenos produtores deslocados pelo latifúndio para áreas marginais ou premidos pelo capital comercial e financeiro, e migrantes frustrados que sobrevivem a duras penas nas periferias urbanas. (TAVARES, 1996, p. 5).

Desse modo, essa autora procurava mostrar que a importância da realização de uma reforma agrária, em vez de diminuir, aumentava substancialmente, sob pena de se acirram os conflitos no campo. O arbitramento de uma situação dessa natureza caberia ao Estado, embora não se pudesse ignorar as dificuldades que se anteporiam às tentativas de mudança na estrutura da propriedade da terra, em vista da sólida representação dos interesses dos grandes proprietários no Congresso Nacional, articulados em torno da Bancada Ruralista.

Outra abordagem era proposta por Graziano Neto (2004), segundo a qual a reforma agrária proposta nos termos do PNRA seria bem difícil de ser realizada, senão quase impossível. De acordo com este autor, a análise da agricultura brasileira que fundamentava tal proposta era equivocada. Primeiramente, afirmava que o estoque de terras disponível para a execução da reforma era limitado e que as dificuldades para as adquirir eram muito grandes, indagando como o Estado poderia atender as demandas dos trabalhadores nestas condições. Por outro lado, ao analisar as categorias de trabalhadores rurais que se constituíam nos beneficiários potenciais da reforma, sugeria que os critérios utilizados para o seu dimensionamento eram discutíveis e pautados por uma simplificação teórica excessiva.

Desse modo, considerava que as categorias selecionadas como público preferencial da reforma agrária, em grande parte, possuíam característica que não justificavam sua inclusão nesse processo. No caso dos minifundistas, Graziano Neto (2004) argumenta que eram proprietários de seus estabelecimentos, controlavam a força de trabalho e os meios de produção de que dispunham, em que pese estar submetidos a condições precárias de existência, principalmente por conta de sua dependência do capital comercial. Todavia, o mais importante era que já possuíam terra e o melhor para eles seria tornarem-se destinatários de políticas que visassem a melhoria das condições de comercialização de seus produtos, principalmente para os pequenos produtores integrados às cadeias produtivas comandadas pelos complexos agroindustriais.

Outra categoria analisada por Graziano Neto (2004) era a constituída pelos parceiros e arrendatários. Estes trabalhadores já possuíam o acesso à terra. Não como proprietários, mas como detentores de sua posse, estabelecida por instrumentos contratuais que regulavam as condições de sua utilização. Neste caso, a posse da terra, sob o sistema de arrendamento ou de parceria, constituía-se em uma vantagem, pois, assim, não precisavam imobilizar capital em sua aquisição. Também eram beneficiados pelo acesso a tecnologias modernas, fornecidas pelos proprietários, conforme os contratos existentes, sob a forma de sementes, fertilizantes, máquinas, etc. O pagamento da renda da terra ao proprietário incluía, portanto, a remuneração pelo seu uso e pelos insumos que lhes eram fornecidos. Em que pese a variação do modo como essa relação se realizava nas diversas regiões do país, algumas marcadas por uma forte exploração desses trabalhadores, não se justificava a sua inclusão como beneficiários da reforma agrária. Isto porque a conversão dos arrendatários e parceiros em beneficiários da reforma agrária os privaria do aporte de tecnologias fornecidas pelos proprietários, no caso das explorações agrícolas. Na pecuária, no caso dos contratos para a formação de pastagens, após a conclusão desta atividade, poderiam ser alijados da própria terra, o que poderia resultar em sua proletarianização.

No que tange aos assalariados agrícolas, tanto os permanentes quanto os provisórios, Graziano Neto (2004) lembrava que, conforme a estimativa do PNRA, a cessão de um lote de terra para cada trabalhador, terminaria por afetar gravemente a agricultura empresarial, por absoluta falta de mão de obra. Considerava que tal modo de pensar a reforma agrária pelos elaboradores do PNRA se devia a uma leitura equivocada desse processo, segundo a qual a terra deveria pertencer a quem nela trabalhava. Entendia, ainda, que essa leitura não encontrava ressonância na prática cotidiana dos trabalhadores rurais, cuja preocupação maior estava relacionada com os seus salários e condições de trabalho. Segundo este autor,

Tal argumento não nega a existência da luta pela terra, que efetivamente se verifica em várias partes do País, notadamente na Amazônia. Procura, entretanto, realçar que a expropriação dos pequenos produtores não caracteriza a principal contradição do campo. A dita produção camponesa é absolutamente residual no contexto da economia agrária, centrando-se o dinamismo naqueles setores modernizados, ligados ao capital agroindustrial. É aí que se origina o fundamental para a luta dos trabalhadores rurais: a exploração capitalista do seu trabalho. (GRAZIANO NETO, 2004, p. 245)

Desse modo, suas lutas não se justificariam, primordialmente, por sua expropriação enquanto camponeses, mas sim pela exploração do seu trabalho, o que, de certo modo, foi evidenciado por sua reduzida participação nas discussões sobre o PNRA, e, por extensão, nos

debates sobre o problema agrário brasileiro. O sentimento favorável à realização da reforma existia muito mais em função da divulgação das distorções da estrutura da propriedade fundiária, do que da disposição de participar de sua transformação. Tal passividade era alterada apenas pelo MST, cuja mobilização política fazia repercutir na mídia as lutas dos trabalhadores em torno da questão da posse e do uso da terra.

No entanto, para Graziano Neto (2004) os trabalhadores sem-terra, em sua maioria, possuíam baixos níveis de qualificação profissional. Sua produtividade nos assentamentos até então implantados através de um programa estadual de reforma agrária do governo de São Paulo, em decorrência de ocupações, era bem inferior ao daqueles trabalhadores integrantes dos assentamentos organizados mediante uma seleção prévia dos beneficiários da distribuição de terras. A constatação desse diferencial de desempenho serviu para reforçar os argumentos dos grupos interessados em bloquear a reforma, bem como para mostrar que o MST não possuía muita penetração no conjunto dos trabalhadores mais qualificados. Estes últimos demonstravam maior motivação para participar de greves pela melhoria de salários e de condições de trabalho do que de se engajar nas ações movidas pelo MST.

Diante desse quadro, Graziano Neto (2004, p. 248-249) ressaltava a necessidade de se recolocar a questão agrária. Para tanto, afirmava que;

[...] primeiro, inexistia farta disponibilidade de terras ociosas para programas de redistribuição fundiária no Brasil. Segundo, mesmo que houvesse abundância de terras, não haveriam tantos interessados nos lotes. Terceiro, mesmo com terras ociosas e pretendentes certos, um programa dessa natureza não teria a eficácia desejada, deixando insolúvel o problema da miséria no País.

Com base nessas constatações, este autor postulava a necessidade de um maior conhecimento da realidade agrária brasileira fundamentado em informações de maior consistência do que os dados do INCRA e dos censos de IBGE. Salientava, ainda, que tanto a elaboração do PNRA quanto os debates que se sucederam na Constituinte não atenderam a estes propósitos, deixando de contribuir para a realização de avanços em relação à reforma agrária. Propunha que o princípio que deveria orientar a elaboração de uma política fundiária deveria ser o da regionalização dos espaços em que se tornaria possível sua execução. Para tanto, destacava as áreas localizadas entre os estados do Tocantins, Mato Grosso, Pará, Amazonas e Maranhão, onde existiam muitas terras desocupadas, embora lembrando a necessidade de dotá-las da infraestrutura necessária. Neste sentido, afirmava que:

No Nordeste, no Centro-Oeste, em cada região enfim, deve-se formular políticas adequadas às suas realidades agrárias, compatíveis com os recursos de cada

ecossistema e coerente com seus problemas econômicos. Esse é o desenho geral de uma política de reforma agrária para o Brasil.

Não é científico nem racional conceber uma política fundiária homogênea numa agricultura tão diversificada como a brasileira, distinta quanto as suas relações sociais de produção e variada quanto aos ecossistemas naturais. Sendo assim, o planejamento fundiário deve incorporar elementos que brotem da diversidade, assumindo uma postura realmente democrática. (GRAZIANO NETO, 2004, p. 252)

Por fim, advertia que a reforma agrária não deveria ser feita às custas da organização produtiva vigente no campo, haja vista que isto poderia se refletir gravemente no abastecimento dos centros urbanos, onde estava localizada a maior parte da população brasileira. Ressaltava, ainda, que a crítica à proposta contida no PNRA não poderia ser confundida com uma posição contrária à realização da reforma agrária. Ao mesmo tempo, defendia que uma melhor alternativa seria a elaboração de uma política integrada de desenvolvimento rural, em que o processo de redistribuição de terras, indispensável para a redução das desigualdades sociais, estivesse associado ao apoio das atividades produtivas existentes.

Sem dúvida, observa-se que a argumentação construída por este autor, embora efetuada de forma sofisticada, evidência muito mais uma posição ideológica sobre a reforma agrária do que propriamente uma análise crítica relativa à sua viabilidade. Ele parte do pressuposto de que a elevada concentração da propriedade da terra não deve ser modificada, desde que tal mudança poderia afetar a da organização produtiva do campo, ignorando que o monopólio sobre a terra se constitui na principal determinação dos processos de expropriação e de exploração dos camponeses e trabalhadores rurais. Por outro lado, ao analisar isoladamente cada categoria de trabalhador rural potencialmente beneficiária da reforma, Graziano Neto descobre as vantagens que cada uma delas retêm em sua relação com o capital agrário, em que pese reconhecer a condição de exploração da força de trabalho que tais relações representam, o que significa aceitar como inevitável a manutenção das condições de dominação vigentes no campo. Por fim, ao condicionar a intervenção do Estado à disponibilidade dos recursos existentes, desconsidera que a realização da reforma se efetiva a partir de uma decisão política que implica em mudanças nas relações de poder na sociedade. Sua argumentação converge, portanto, para a importância de se evitar a realização de uma reforma agrária massiva e redistributiva, em que pese a permanência de intensos conflitos pela posse da terra nas áreas rurais.

Como pode ser observado, os debates sobre a questão agrária refletiam as mudanças políticas ocorridas na etapa de transição dos governos militares para um regime civil, as transformações sucedidas na economia do país e a continuidade do processo de luta pelo acesso

à terra desenvolvido pelos movimentos sociais no campo. Todos estes fatores estavam relacionados entre si. Estas discussões, embora tivessem em comum a análise desses fatores e, pelo menos de forma aparente, a defesa da reforma agrária, partiam de perspectivas diferentes. Como tal, resultavam em proposições distintas a respeito dos encaminhamentos que deveriam orientar as políticas agrárias.

Com efeito, as mudanças políticas geraram uma nova institucionalidade, decorrente da remoção de parte das leis e dos mecanismos de controle do Estado e da sociedade utilizados no regime militar. Para tanto, foi retirada a censura aos meios de comunicação, restabelecidas as eleições diretas para a Presidência da República, e promovida a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, a quem caberia elaborar um novo ordenamento jurídico e político com a finalidade de assegurar o processo de redemocratização do país. Por outro lado, as transformações ocorridas na economia agrícola apontavam para o aprofundamento da modernização tecnológica da agricultura, que tinha como consequência a consolidação dos complexos agroindustriais e uma acentuada transferência da população rural para os centros urbanos. Finalmente, o acirramento das disputas pela terra no campo mostrava o fortalecimento do MST como principal força política representativa das reivindicações por mudanças na estrutura agrária. Tal como salientam Moraes e Coletti (2006, p. 97),

Com a consolidação dos CAI's, a agricultura brasileira passou a vincular-se à indústria e às finanças num duplo sentido: a montante, com os sistemas de crédito e com a chamada *indústria para a agricultura*, produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos, etc.) e de máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras, arados, etc.); a jusante, com os empreendimentos responsáveis por processamento industrial, transporte, armazenagem distribuição e comercialização dos produtos agropecuários.

Vale considerar, no entanto, que alguns dos encaminhamentos propostos encaravam como irreversíveis as mudanças ocorridas nesse período e, assim, aceitavam como inevitáveis a redução de uma proposta de reforma agrária reduzida às condições impostas pelos interesses das classes dominantes ao processo de desenvolvimento agrário no país. Contudo, pode-se ponderar, também, que mesmo se aceitando tais mudanças como irreversíveis, isto não significava que daí fosse obrigatório ignorar a maneira como foram historicamente construídas e, ao mesmo tempo, aceita-las como legítimas. O que ficava encoberto por esse tipo de análise era, tanto nesse período quanto em outros da história da sociedade brasileira, o processo de luta de classes, mediante o qual a burguesia efetivava a expropriação dos camponeses e promovia uma intensa exploração dos trabalhadores rurais, ajustando estas práticas às necessidades de acumulação do capital no país.

Como analisado anteriormente, a generosa disponibilidade de crédito que caracterizou grande parte do período em que se desenvolveu a modernização tecnológica da agricultura, quase sempre concedido a taxas de juros negativas, beneficiou diretamente as grandes propriedades. Por outro lado, tornava bastante atrativa a aquisição de grandes extensões de terra, desde que isto possibilitava o acesso a recursos públicos que poderiam ser desviados para outros setores da economia, notadamente para o mercado financeiro, em que os retornos eram bem maiores. Além disso, a terra passava a se constituir em uma reserva de valor, protegida dos efeitos da inflação. A terra convertia-se, portanto, em um bem de natureza especulativa. Capturado e controlado pela burguesia, o Estado se constituía no principal instrumento para a realização dessas operações especulativas e rentistas. De acordo com Moraes e Coletti (2006, p. 99), notava-se:

[...] a aquisição de grandes extensões de terras, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste do País e mediante quantias geralmente irrisórias, por grandes corporações bancárias, usineiros, empresas nacionais e multinacionais. Esses segmentos da burguesia procuravam, através da propriedade jurídica de grandes extensões de terra, ter acesso ao crédito rural ou, simplesmente, fazer um investimento especulativo em terra nua, esperando que a valorização ocorresse independentemente de qualquer investimento produzido na terra.

É certo que um projeto de reforma agrária de iniciativa governamental jamais poderia ignorar as necessidades de atendimento da população excedente que se concentrava nas periferias dos centros urbanos, vivendo em extremas condições de pobreza. Tampouco se poderia esquecer que um processo dessa natureza, para ser bem-sucedido, necessitaria considerar os aspectos agroecológicos e socioeconômicos das regiões em que deveriam ser implantados. Mas, também não se deveria esquecer que a maneira como grandes quantidades de terras públicas foram incorporadas por grupos privados nacionais e internacionais, não só contribuiu para aumentar os níveis de concentração fundiária, como para retirar, previamente, parte das condições necessárias para a realização de uma reforma agrária. Tal como ressaltado por Moraes e Coletti (2006, p. 99-100), essas práticas habitualmente empregadas pela burguesia tinham:

[...] implicações importantes no plano das alianças e dos alinhamentos políticos: a defesa do latifúndio ou da grande propriedade agrária, as resistências à reforma agrária, as demandas por “lei e ordem” no campo, não seriam mais bandeiras exclusivas dos velhos chefes políticos do campo, os “coronéis”, pois estes se somavam agora aos proprietários rurais sediados no Sudeste do País, que surgiam como seus aliados políticos. Configuram-se então os “coronéis” pós-modernos da cidade, ligados à grande indústria, aos bancos, à grande mídia. Essa aliança é um elemento importante, ainda que não único, para explicar o poder de veto das classes dominantes, o *imobilismo político* que parece condenar os governos e seus programas de reformas sociais.

De igual modo, quando se considerava os elevados custos que uma reforma agrária acarretaria, não se contabilizava as enormes quantidades de recursos públicos utilizados para a salvação de bancos e de indústrias, sob condições bastante discutíveis. Ao contrário, as demandas dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra, expressas nas lutas sociais no campo, tinham como resposta a continuidade da desmedida violência institucional e privada historicamente observada na sociedade brasileira, a exemplo dos massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, que tiveram grande repercussão interna e internacional. É claro que essa extrema violência contra os trabalhadores rurais não poderia ser imputada pessoalmente à figura do Presidente, mas fazia parte de uma nova estrutura de poder que vinha sendo lentamente implantada no país, que tinha no irrestrito respeito aos contratos e ao direito à propriedade privada os seus pilares mais importantes.

Não obstante, a repercussão nacional e internacional dos massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, obrigou o governo a prover um novo tratamento à questão agrária. Para tanto, promoveu a criação, em 1996, do Gabinete do Ministro Extraordinário da Política Fundiária – MEPF, que passava a incorporar o INCRA, removido do Ministério da Agricultura, considerado um reduto tradicional dos empresários agrícolas. No ano seguinte, buscando recuperar a iniciativa política em relação à questão agrária, o governo criava o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, tratando de absorver e administrar as demandas pela posse da terra, conferindo-lhes, contudo, outros rumos (MEDEIROS, 2003, p. 48-49).

4.4 O MST e o governo frente à reforma agrária

Ao mesmo tempo, o MST ampliava suas mobilizações procurando sensibilizar a opinião pública para apoiar a reforma agrária. Um dos acontecimentos mais importantes que marcou a trajetória desse movimento foi a realização da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em 1977, com a participação de, aproximadamente, 100 mil pessoas, entre militantes e simpatizantes do MST (MORAES; COLETTI, 2006, p. 104), vindos de diversas partes do país, que ocuparam as ruas de Brasília, constituindo-se na primeira manifestação popular de grande vulto contra o governo de FHC e as políticas de caráter neoliberal que estavam sendo implantadas. Tal como relatado por Medeiros (2003, p. 49),

A Marcha pautou-se por um caráter pacífico e rico de simbolismos em torno do significado da terra, conseguindo colocar, durante todo o tempo em que se realizou, as demandas dos sem-terra nas primeiras páginas dos jornais e nos principais noticiários da televisão. A sua chegada a Brasília capitalizou insatisfações diversas e

se constituiu na primeira manifestação popular contra o governo, que, até então, parecia gozar de unanimidade absoluta, em razão do impacto econômico do Plano Real e da queda da inflação. Desde então, a reforma agrária retomou seu lugar de destaque no debate político e o MST aumentou sua visibilidade nacional e internacional.

Por outro lado, as ocupações de terra comandadas pelo MST cresciam expressivamente. Em 1994, foram realizadas 199 ocupações, mobilizando 20.516 famílias, enquanto em 1999 o número de ocupações subiu para 598 e o de famílias envolvidas para 78.258. Isto transformava o MST no principal foco de oposição ao governo, fazendo com que o mesmo buscasse recuperar a iniciativa política de conduzir a reforma agrária e de reduzir a capacidade de ação desse movimento (MORAES; COLETTI, 2006, p.105). De acordo com Martins (2004, p. 61),

O MST tornou-se, nos anos 1990, uma organização popular em que milhares de ativistas lutam por terra com “paixão revolucionária”. [...] Solidariedade, justiça social e autonomia são seus valores éticos fundamentais. Relações cooperativas e planejamento coletivo caracterizam os assentamentos rurais. Foram estabelecidos um jornal mensal para comunicar suas ideias, um sistema educacional e um processo de formação político-ideológica. Em alguns grupos vem emergindo uma nova consciência da necessidade da propriedade social dos meios de produção. Suas ações consolidaram uma aliança com sindicatos de trabalhadores e movimentos urbanos para unificar a luta por transformações sociais.

De fato, a reação do governo ocorreu de imediato, promovendo uma nova orientação à reforma agrária, fundada em três diretrizes básicas: a descentralização das atividades relacionadas com sua execução, atribuindo-se novas responsabilidades aos estados e municípios; o assentamento de famílias de sem-terra; e a promoção da reforma agrária de mercado. Estas diretrizes tinham como objetivos agilizar as ações do governo, no sentido de implantar os assentamentos, e enfraquecer o ímpeto conquistado pelo MST na luta pelo acesso à terra (MEDEIROS, 2003; MORAES; COLETTI, 2006). Conforme foi ressaltado por Martins (2004, p.72),

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope), realizada entre os dias 9 e 10 de março de 1996, revelou que 94% da população era favorável à luta do MST pela reforma agrária, 88% concordava que a desapropriação de terras era responsabilidade do governo e 77% considerava as ocupações um importante instrumento de luta.

Desse modo, para a implantação de uma estratégia que proporcionasse respostas eficazes às ações do MST fazia-se necessário, contudo, a criação de instrumentos legais que permitissem acelerar a aquisição de terras para a implantação dos assentamentos. Medeiros (2003) salientou que as principais regulamentações que visavam o alcance dos objetivos pretendidos pelo governo foram a agilização do rito sumário de desapropriação da terra, que permitia a imissão

da posse pelo poder público em 48 horas; o acompanhamento da vistoria das terras pelas entidades sindicais, tanto patronais quanto de trabalhadores, embora com a exclusão de representantes do MST; a comunicação das vistorias em jornais de grande circulação nacional, a fim de evitar alegações de desconhecimento da ordem pelos proprietários; o impedimento da fragmentação do imóvel a ser desapropriado, após a realização da vistoria, para evitar o seu desdobramento em unidades inferiores a quinze módulos fiscais; o reconhecimento de projetos técnicos de exploração da propriedade por parte do proprietário somente no prazo de, pelo menos, seis meses antes da vistoria, com o objetivo de impedir que tais projetos fossem apresentados para evitar a desapropriação; a alteração dos critérios de avaliação das terras improdutivas, fazendo com que os valores das indenizações fossem compatíveis com os preços de mercado; a redução dos juros compensatórios de 12% para 6% ao ano, no caso de terras improdutivas; a possibilidade de o governo federal delegar aos estados atribuições que antes eram de sua exclusiva responsabilidade, tais como a realização de cadastramentos, vistorias e avaliações; e o estabelecimento do prazo de dois anos para que os proprietários de terras situadas na faixa de fronteira ratificassem junto ao INCRA as concessões e alienações feitas pelos estados, a fim de aumentar o estoque de terras disponíveis para a reforma agrária (MEDEIROS, 2003, p. 50-53).

Por outro lado, esta mesma autora indicava a realização de outro conjunto de regulamentações, desta vez com a finalidade de enfraquecer a atuação das entidades representativas dos trabalhadores rurais, sobretudo o MST, dentre as quais destacava a proibição de vistorias em áreas ocupadas, o que inviabilizaria sua desapropriação; a suspensão das negociações em caso de ocupação de órgãos públicos, tática eventualmente utilizada pelo MST; a permissão para que as organizações de trabalhadores rurais vinculadas às federações estaduais integrantes da CONTAG indicassem áreas para a desapropriação, o que fomentava a divisão dos movimentos sociais no campo, desde que tal prerrogativa não era estendida ao MST; a criação de um programa de arrendamento rural, isentando as áreas criadas com esta finalidade de desapropriação; e a proibição de acesso a recursos públicos de entidades consideradas suspeitas de apoiar direta ou indiretamente ocupações de terras ou bens públicos, o que afetava as cooperativas e associações que captavam estes recursos para a realização de diversas atividades promovidas pelo MST (MEDEIROS, 2003, p. 52-53). Tal como lembrado por Martins (2004, p. 71-72),

Inicialmente, o governo FHC tentou ignorar o Movimento, valendo-se da dualidade “moderno” *versus* “tradicional”. Sendo a “modernidade” um dos mitos legitimadores do discurso neoliberal, a política do Estado foi descrita como “moderna”, enquanto o

MST representaria o passado “arcaico”. As inúmeras tentativas de cooptação e isolamento, punição e negociação foram igualmente ineficazes em razão das mobilizações de massa. O governo também tentou dividir os líderes do MST, explorando suas divergências internas na mídia.

Ao lado das regulamentações que buscavam acelerar o processo de obtenção de terras para a formação de assentamentos e da formulação de dispositivos legais para inibir as ações do movimento dos sem-terra, o governo promoveu a descentralização de suas atividades de execução da reforma agrária. Assim, invertia a lógica colocada em prática pelos governos militares de centralizar e controlar as ações de redistribuição de terras, localizando-as em áreas onde existiam forte conflitos. A descentralização incidia principalmente sobre as atividades administrativas desenvolvidas pelo INCRA, órgão responsável pela operacionalização das diversas etapas da obtenção de terras e de formação dos assentamentos. Isto era justificado tanto pela incapacidade das gerências regionais desse órgão de dar conta do volume de tarefas relativas à obtenção de terras quanto da importância do envolvimento das administrações estaduais e municipais no acompanhamento e execução dessas tarefas, em face da complexidade de que elas se revestiam no nível local.

Desse modo foram organizados os Conselhos Estaduais de Reforma Agrária, encarregados de definir as diretrizes para sua realização, as zonas prioritárias para a localização dos imóveis, a ordem de prioridade para sua vistoria, e a elaboração de pareceres sobre os processos de aquisição e desapropriação originados dos órgãos estaduais de terra e/ou do INCRA. Estes Conselhos eram formados por representantes das Secretarias Estaduais de Agricultura, do INCRA, das entidades representativas dos trabalhadores, dos proprietários, das Prefeituras Municipais e de outras instituições cuja participação fosse considerada relevante (MEDEIROS, 2003, p. 54-57).

A reorganização das ações de redistribuição de terra do governo federal, inicialmente desenvolvidas de forma esparsa, foram sistematizadas no programa Novo Mundo Rural, lançado em 1999, que também continha a proposta de reforma agrária a ser executada no segundo governo FCH, correspondente ao período de 1999 a 2002. Domingos Neto (2004, p. 29-30) ponderava que

O “Novo Mundo Rural” é uma expressão utilizada tanto para designar as mudanças em curso na realidade agrária brasileira quanto um paradigma a ser perseguido. As mudanças teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio rural e o surgimento de novas configurações sociais. O progresso técnico, acarretando ganhos de produtividade na agricultura, haveria ensejado a formação de um “excedente de trabalho”. Assim, as famílias de produtores

estariam empregando o tempo disponível em atividades não-agrícolas, com o objetivo de complementar suas rendas.

Tal como nos países desenvolvidos, o campo brasileiro teria se transformado, em decorrência de grandes e médias empresas agrícolas eficientes, da multiplicação das áreas de lazer e dos sítios residenciais dos moradores urbanos. Na determinação do espaço rural, o trabalho propriamente agrícola estaria perdendo importância relativa.

O programa trazia como novidade a ideia de “levar qualidade aos assentamentos”. Tinha como finalidade principal tratar o assentado como um agricultor familiar e promover, com a maior brevidade possível, sua incorporação ao mercado. Desse modo, efetuada a demarcação das terras e ocupados os lotes, o assentado deveria ser emancipado da tutela do INCRA em um prazo de dois a três anos.

Na prática, isto significava transferir para os assentados uma série de atribuições que antes eram de responsabilidade exclusiva do Estado, que seriam executadas por associações existentes nos assentamentos. Dentre essas atribuições estavam as de topografia, demarcação dos lotes, construção de infraestrutura básica, além da elaboração do plano de desenvolvimento do assentamento. Assim, tão logo fosse emancipado do apoio dos órgãos governamentais, os assentados deveriam começar a pagar pela terra recebida, vinculando-se definitivamente ao mercado. Suas demandas de crédito, assistência técnica e infraestrutura deveriam ser agenciadas por organizações públicas estaduais, a partir de parcerias firmadas com o governo federal.

Neste sentido, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA foi extinto, passando os assentados a ser atendidos através de uma linha de financiamento exclusiva do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado, em 1996, para o apoio a pequenos produtores considerados eficientes e aptos a competir em uma agricultura de mercado. Pensada dessa maneira, a concessão do crédito que viabilizaria a organização dos assentamentos envolvia um forte viés produtivista, contrariando as orientações anteriores sobre a reforma agrária como um programa de redistribuição de terra baseado em desapropriações, que visavam a democratização do acesso à terra. Como foi destacado por Domingos Neto (2004, p. 31),

A ótica que orientou a criação do Pronaf passou a dirigir a intervenção do Estado no quadro fundiário brasileiro. Essa intervenção apresentou como novidade a chamada “reforma agrária de mercado”, ou seja, o estímulo a transações de compra e venda da terra, em detrimento da desapropriação de latifúndios por interesse social, prevista pela Constituição. Para justificar a “reforma agrária de mercado”, o governo argumentou formalmente a lentidão dos processos de desapropriação, os frequentes casos de superestimação das indenizações dos imóveis desapropriados e os custos elevados dos assentamentos.

De acordo com essa visão, a formação de estoques de terra e de sua cessão aos trabalhadores rurais via pagamento ganhou um folego inusitado no governo FHC. Não que este procedimento fosse novo, haja vista que os governos estaduais já haviam lançado mão dele, mas pela sua efetivação no âmbito de programas de combate à pobreza rural patrocinados pelo Banco Mundial, em vários países do mundo, como parte da estratégia de implantação de políticas neoliberais. Conforme enfatizado mais uma vez por Domingos Neto (2004, p. 31-32),

Assim, a implementação da “reforma agrária de mercado” deve ser compreendida, em primeiro lugar, como a extensão, para o mundo dos trabalhadores rurais, de concepções neoliberais induzidas pelo Bird. A intenção do Banco era testar a eficiência de sua proposta em países politicamente instáveis, a exemplo da África do Sul e da Colômbia. O Brasil foi incluído, sob a justificativa de que a intensidade das ocupações em massa de terra e a radicalização dos conflitos colocariam em risco os direitos de propriedade privada e os ajustes estruturais. Essa proposta representou também um esforço de contraposição ao MST, que, de diversas formas, nos últimos anos, obrigou o governo a usar os instrumentos legais para desapropriar latifúndios e assentar trabalhadores. Para o Banco Mundial, dados os pífios resultados da “reforma agrária de mercado” colombiana, uma experiência bem-sucedida no Brasil seria vital para a pretendida disseminação do modelo em outros países.

Tamanho foi o impulso que esta nova orientação tomou no governo de FHC que foram lançados quatro programas relacionados com a reforma agrária de mercado: o PRONAF; o Cédula da Terra (1996); o Banco da Terra (1999); e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza (2000). Todos eles tinham em comum combater a pobreza rural, privilegiar os mecanismos de compra e venda de terras para a implantação de assentamentos em substituição ao instrumento de desapropriação por interesse social, e, finalmente, deslocar o Estado do comando do processo de reestruturação fundiária em favor do mercado.

O Cédula da Terra foi implantado como um projeto-piloto, no estado do Ceará, em uma área caracterizada por grande pobreza e forte demanda por terra. No ano seguinte, foi estendido aos estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão e norte de Minas Gerais, sem que os seus primeiros resultados tivessem sido avaliados, sob a justificativa de que a enorme concentração de pobreza existente precisava ser atenuada através de mecanismos de mercado. O projeto deveria ter como público-alvo trabalhadores sem-terra e pequenos produtores, cuja disponibilidade de terra fosse insuficiente para sua subsistência. Contava com US\$ 150 milhões, dos quais US\$ 90 milhões correspondiam a um empréstimo do Banco Mundial ao governo brasileiro, destinados ao financiamento de investimentos comunitários complementares. O governo federal alocaria US\$ 45 milhões para a aquisição de terras, enquanto os governos estaduais participariam com US\$ 6 milhões e as associações de

produtores com os US\$ 9 milhões restantes. O projeto deveria ter uma duração de quatro anos, período em que deveria assentar 15 mil famílias (SAUER, 2004, p. 41)

A primeira condição para os trabalhadores rurais e minifundistas participarem do programa era a formação de uma associação que se responsabilizasse pela compra da terra, o que implicava na identificação de um proprietário que se dispusesse a vendê-la. A proposta da transação seria submetida à apreciação de órgãos do governo e de um agente financeiro, após a qual a associação receberia uma carta de crédito que a habilitaria para efetuar a compra. A concessão do crédito dispunha que a terra deveria ser paga em 10 anos, com um prazo de carência de três anos. A associação também poderia recorrer a outros empréstimos destinados a infraestrutura, a produção e a atividades sociais. Os principais requisitos para os trabalhadores e minifundistas participarem das associações eram os de ser chefes de família; maiores de idade; ter experiência em atividades agropecuárias; manifestar a intenção de compra de uma propriedade através de uma associação; e comprometer-se com a restituição do financiamento recebido. A partir dessas diretrizes, as ações do programa deveriam ser adaptadas às condições locais, verificadas em cada estado (MEDEIROS, 2003, p. 59-60). Sauer (2004, p. 42-43) assinalava que:

O Ministério do Desenvolvimento Agrário justificou a implantação do Cédula da Terra como forma de acelerar e baratear o acesso à terra e a constituição de assentamentos via mercado. [...] A “pacificação” do campo com os sem-terra negociando diretamente a compra e venda das terras era outro importante argumento que justificava a implantação do Cédula. [...] Uma reforma pacífica, desburocratizada e mais coerente com os tempos de estabilização econômica compunha as justificativas para a adesão à proposta de reforma agrária de mercado do Bird. Essas justificativas baseiam-se no pressuposto de que o mercado e seus mecanismos são capazes de reduzir conflitos e disputas por terras, reduzindo os problemas sociais. [...] A substituição da atmosfera conflitiva, característica das lutas pela terra, por uma atitude mais cooperativa dos grandes proprietários era o grande argumento do Bird e do Executivo Federal.

Como já observado, logo após a sua implantação, em condições experimentais, o Cédula da Terra foi estendido a outros estados e, em seguida, rebatizado com o nome de Banco da Terra, em fevereiro de 1998. Dentre as razões apresentadas para justificar a rapidez imprimida ao desenvolvimento desse programa, estavam as pressões dos movimentos sociais para a realização das desapropriações, que ficavam onerosas em vista das ações judiciais movidas pelos proprietários para aumentar os valores das avaliações efetuadas pelo INCRA. Além disso, o governo apregoava que o Plano Real havia provocado a estabilização dos preços da terra, perpetrando um duro golpe no latifúndio (MEDEIROS, 2003, p. 61). De fato, toda a argumentação desenvolvida voltava-se contra a utilização do instrumento de desapropriação,

consolidado na Constituição, supondo que o seu uso implicava na falta de participação dos beneficiários, maior custo e duração para o alcance dos fins pretendidos, desde que era submetido inteiramente à direção do Estado.

Essas críticas eram bem recebidas pelos proprietários de terra e suas associações, que encaravam a reforma via mercado como uma garantia à propriedade privada, além de configurar-se como uma prática democrática, na medida em que promovia a participação dos beneficiários e evitava conflitos. No entanto, do ponto de vista dos trabalhadores, das entidades que os representavam e apoiavam a reforma agrária, os objetivos desses programas eram anular o uso da desapropriação como meio de fazer cumprir as funções sociais da propriedade. Além disso, procurava enfraquecer os movimentos sociais e sindicais no campo. A CPT, por exemplo, reafirmava a ideia de que a terra era um dom de Deus, necessário à vida, não podendo, portanto, ser reduzida a um espaço de produção de mercadorias. Daí a legitimidade de sua ocupação pelos trabalhadores, com o propósito de atender suas necessidades. De acordo com Medeiros (2003, p. 67), as principais críticas efetuadas pela CONTAG, CPT e MST, articuladas em torno do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, eram as seguintes:

- com o sistema de compra e venda de terra, o poder público estava abrindo mão de conduzir a reforma agrária, deixando-a sob controle direto dos proprietários de terra;
- estes estavam sendo premiados no novo sistema, na medida em que receberiam o valor da terra em dinheiro e à vista, transformando as terras improdutivas em verdadeiros ativos financeiros;
- o funcionamento do programa acarretaria um aumento substancial nos preços da terra, na medida em que ativaria o mercado;
- os que passariam a ter acesso à terra por esse sistema teriam não só que pagar o financiamento da compra da terra, mas ainda buscar financiamento para a produção, inviabilizando sua reprodução;
- o programa corria o risco de alimentar a formação de currais eleitorais pelas oligarquias rurais;
- tenderia a produzir o fracionamento da média propriedade, ampliando a minifundização da propriedade da terra, a constituição de “associações fantasmas”, etc.;
- desinformação dos beneficiários sobre os termos do contrato assumido;
- baixa qualidade das terras vendidas.

O Fórum protagonizou ainda diversas atividades em apoio à reforma agrária, a exemplo do encaminhamento das discussões nele realizadas para o Congresso Nacional, pedidos de instalação de Painéis de Inspeção ao Banco Mundial, para a investigação de problemas relacionados aos programas financiados pelo Banco e contatos com entidades nacionais e internacionais com o objetivo de discutir e divulgar a questão da terra no Brasil. O Fórum

também se associou à Campanha Global pela Reforma Agrária no Brasil, criada em abril de 1998, que visava a divulgação internacional de informações sobre a questão agrária no Brasil, com o objetivo de obter o apoio da opinião pública de diversos países às lutas pela reforma agrária.

Por outro lado, quando foram realizadas as primeiras avaliações do Cédula da Terra, verificou-se que a maioria das críticas e das preocupações levantadas pelas entidades representativas de trabalhadores e de apoio à reforma agrária se concretizaram. Em um estudo promovido por algumas entidades do Fórum e da Rede Brasil, cujos achados também foram corroborados em grande parte por outras pesquisas (SAUER, 2004), constatou-se que apesar das declarações dos beneficiários de que o acesso à terra havia provocado a melhoria de sua situação atual em relação à anterior, as condições de vida em que se encontravam eram muito precárias.

Logo, a posse da terra representava apenas o primeiro passo na trajetória do trabalhador, que deveria ser transformado em um agricultor familiar e posteriormente incorporado ao mercado. Em seguida, se apresentavam os problemas com que tinha de lidar para o alcance desse objetivo. E estes problemas começavam pela própria terra que, apesar da diversidade existente entre os assentamentos, em grande número de casos, era de baixa qualidade, não possuía água em quantidade e qualidade necessária ao suprimento de suas necessidades, e localizava-se em áreas distantes dos mercados de consumo. As moradias em que habitavam também eram precárias e, em sua maior parte, não possuíam energia elétrica. Tampouco foram construídas as escolas em que os seus filhos deveriam estudar. Conforme relatado por Sauer (2004, p. 55),

A lógica do Cédula “obedece ao mercado” de terras, no qual se pressupõe demanda e oferta. Os recursos disponibilizados (e as condições de pagamento das famílias) não permitem, no entanto, comprar terras boas e mais valorizadas. O Cédula terminou sendo implantado em regiões com terras de baixa qualidade e de difícil acesso a recursos naturais indispensáveis à prática agropecuária. O limite de recursos para a aquisição das áreas, em geral, leva à implantação dos projetos em regiões menos dinâmicas, comprando terras menos valorizadas, portanto fracas e com sérias limitações de produção.

Um fator que se mostrava de forma constante era o atraso dos recursos correspondentes à contrapartida do Banco Mundial, que seriam destinados a dotação de infraestrutura e disponibilizados no início dos projetos. Isto associado às condições em que a produção se desenvolvia – qualidade das terras, disponibilidade de água, insumos, assistência técnica – levava muitos dos assentados a se concentrarem em atividades assalariadas para garantir a sua

subsistência, ainda assim de forma insuficiente, contrariando amplamente a lógica de sua integração ao mercado como produtores autônomos. Desse modo, não era de espantar que as taxas de evasão dos projetos fossem elevadas e que os níveis de inadimplência relativa ao pagamento das primeiras parcelas do financiamento seguissem o mesmo caminho.

Outro problema constatado referia-se ao nível de participação dos trabalhadores nas decisões mais importantes dos projetos. Sendo em sua maioria pessoas pobres sem experiência de lidar com processos de negociação, os trabalhadores ficavam à mercê dos agentes do Estado, de proprietários e políticos locais, que se alternavam na condução das tarefas de formar associações, promover a compra das terras, determinar a organização do processo produtivo, etc. Como foi salientado por Sauer (2004, p. 53-54),

Além desses problemas com a associação, de acordo com os relatos estão ocorrendo imposições para realizar investimentos coletivos. Os órgãos públicos responsáveis pela implantação do Cédula nos estados determinaram que cada área deve fazer lavouras coletivas (as quais ficam sob a responsabilidade da associação). O objetivo fundamental dessas áreas coletivas é a implantação de culturas comerciais, voltadas para o mercado, para garantir o pagamento do empréstimo para aquisição das terras. [...] Os dados da pesquisa revelam que, em geral, este tipo de organização da produção está se tornando um verdadeiro fracasso. Além de não produzir o suficiente para pagar as prestações, a imposição do “trabalho coletivo” acaba funcionando como desestímulo a práticas comunitárias de ajuda e cooperação, causando um duplo prejuízo (social e econômico) às famílias contempladas pelo Cédula.

Desse modo, o desenvolvimento dos programas baseado nas recomendações do Banco Mundial começava a evidenciar a oposição entre dois modos de redistribuição de terra no Brasil. Um estava centrado na privatização desse processo, embora para sua efetivação precisasse de ser implantado pelo Estado. O outro realizava-se a partir de ocupações de terra por parte dos camponeses e trabalhadores rurais com o objetivo de pressionar o Estado a lançar mão de suas prerrogativas institucionais de desapropriação de terras por interesse social. O primeiro favorecia os proprietários que poderiam vender as terras que não desejassem manter, por preços elevados e pagamento em dinheiro. O segundo buscava promover, através da reforma agrária, o desenvolvimento do campo, alterando o quadro histórico de concentração fundiária e de pobreza vigente. O primeiro era dirigido pelo Estado, sob os ditames do Banco Mundial, de acordo com os interesses do capital financeiro mundializado. O segundo, liderado pelo MST, reivindicava do Estado o cumprimento dos dispositivos legais existentes, mediante processos de mobilização política, sendo duramente combatido por ele. Ambos espelhavam as lutas de classe no campo no país.

As fortes críticas efetuadas ao Banco da Terra levaram o governo a criar o Programa de Crédito Fundiário para Combate à Pobreza, que também decorria de demandas da CONTAG de ações complementares ao processo de desapropriação que foram acolhidas pelo Banco Mundial. A CONTAG pleiteava um programa que atendesse às necessidades de terra por pequenos produtores, trabalhadores e jovens rurais com terra insuficiente ou sem terras que não fossem contemplados por processos de desapropriação. As terras assim adquiridas não poderiam ser objeto de desapropriação e os recursos emprestados deveriam ser suficientes para viabilizar o empreendimento. O Banco Mundial apresentou uma contraproposta que foi discutida com a CONTAG, governadores de estados e técnicos do INCRA, na cidade de Natal no Rio Grande do Norte, no ano de 2000. O programa deveria atender a todos os estados do Nordeste e do Sul, além de Minas Gerais e Espírito Santo. Os financiamentos seriam individuais, os juros menores do que a inflação e prevaleceria um rebate de 50 % nos encargos, desde que o pagamento das prestações não sofresse atraso (MEDEIROS, 2003, p. 71).

O apoio da CONTAG a este programa contribuiu para sua legitimação. Não obstante, as críticas que sobre ele recaíram o colocava no mesmo plano de outros programas inspirados na reforma agrária de mercado. Dentre outras, as principais críticas a esses programas eram as de que o aumento do valor da terra e o pagamento à vista premiou o latifúndio, a má qualidade das áreas adquiridas dificultavam a geração de renda suficiente para o pagamento da dívida, aquisição de terras sem registro e improdutivas e manipulação das associações pelos latifundiários locais (RESENDE; MENDONÇA, 2004, p. 75-76).

Como pode ser observado, os governos de FHC marcaram as principais polêmicas e realizações em torno das propostas de viabilização da reforma agrária nos anos 1990 e no início da década seguinte. Dentre os principais elementos que podiam ser destacados nesse período, estava a mudança da concepção da reforma agrária de caráter massivo e distributivo, defendida pelos movimentos sindicais e sociais no campo, pela da reforma agrária de mercado, aprovada e defendida pelos proprietários de terra, organismos gestores do capital financeiro mundializado e governos dos países capitalistas avançados em que se encontravam sediados. Assim, podia-se afirmar que a reforma não era mais a mesma. A reforma agrária de mercado tinha como objetivos reduzir as pressões dos movimentos sociais pela desapropriação e, ao mesmo tempo, enfraquecê-los, ao lado da preocupação de proteger a propriedade privada e de evitar conflitos no campo. Configurava-se, portanto, como parte de uma autêntica estratégia de poder, orientada pelos interesses políticos das classes dominantes e pelos fins visados no processo de acumulação de capital em curso.

Por outro lado, notava-se que as lutas políticas agrárias mesmo que, em parte, transferidas para o campo da institucionalidade, constituíram-se em um elemento fundamental tanto para forçar a implantação de um maior número de assentamentos quanto para evitar que estas ações fossem reduzidas a uma ótica predominantemente produtivista. No plano da institucionalidade buscou-se a separação da questão agrária da questão agrícola, retirando-se a reforma agrária do Ministério da Agricultura, tradicional reduto dos interesses conservadores, desde os governos militares. Contudo, a criação de um espaço próprio para a reforma, como gabinetes, ministérios extraordinários e até mesmo ministérios específicos, não assegurava condições favoráveis à sua realização e sim muito mais ao seu controle.

Tais modificações, também não evitavam a pretensão de converter a reforma agrária a uma lógica produtivista, segundo a qual o seu beneficiário deveria tornar-se um empreendedor individual sujeito aos ditames do mercado. Assim, esvaziavam-se os conteúdos políticos referentes a democratização do acesso à terra e a construção de um novo tipo de cidadania, baseada em lutas coletivas guiadas por sentimentos de justiça e de solidariedade social. Desse modo, mesmo realizadas a partir do Estado as ações de reforma agrária poderiam ser adaptadas aos interesses dos proprietários de terra, na medida em que seus beneficiários seriam obrigados a seguir uma lógica produtivista embutida nos contratos de financiamento assumidos. Daí poder-se avançar a hipótese de que não se tratava de uma reforma agrária propriamente dita, mas sim uma política de formação de assentamentos agrícolas.

Por fim, pode-se avançar a hipótese de que a implantação de um maior número de assentamentos nos governos de FHC, em comparação com as gestões que lhes antecederam, deveram-se às mobilizações e pressões políticas dos movimentos sociais e sindicais em favor da reforma agrária por meio de desapropriação de terras. Isto pode ser observado quando se verificam as informações registradas pelo INCRA correspondentes ao número de famílias assentadas no período de 1964 a 2002, excetuando-se aquelas que tiveram acesso à terra através do Banco da Terra e do Programa de Crédito Fundiário (MEDEIROS, 2003, p. 73). Nesse período, o número de famílias assentadas pelo governo de FHC equivaleu a 72,7 % do total, seguido pelo governo de Sarney com 10,5 %. No período dos governos militares foram assentados 9,7 % do total de famílias, enquanto os governos de Collor e de Itamar Franco apresentaram valores muito baixos, respectivamente 5,3 % e 1,8 %. Estes últimos em razão do curto período de sua realização, da ausência de regulamentação dos dispositivos constitucionais em grande parte do tempo de sua efetivação e em virtude da turbulência política que os caracterizaram. No que tange à distribuição regional das famílias assentadas durante os

governos FHC, notava-se que mais de dois terços do total se localizavam nas regiões Norte (37,8 %) e Nordeste (33 %), seguidas pelo Centro-Oeste com (18,2). As regiões Sul e Sudeste foram as que abrigaram o menor número de famílias, respectivamente 5 % e 6 % (MEDEIROS, 2003, p. 74), o que evidenciava tanto o esgotamento da fronteira agrícola quanto a força política dos proprietários de terra.

Em que pese as acusações de manipulação estatística que lhes foram atribuídas, a exemplo de contabilização de processos de regularização fundiária como assentamentos, ou assentamentos ainda não efetivados como existentes (MEDEIROS, 2003; DOMINGOS NETO, 2004), as observações sobre o número de famílias assentadas durante os governos de FHC não deixam dúvidas sobre a importância das lutas dos movimentos sociais e sindicais pela realização da reforma agrária. Além disso, deve-se mencionar que através do Banco da Terra e do Programa de Crédito Fundiário foram assentadas 55.302 famílias (MEDEIROS, 2003, p. 73).

Causa certa perplexidade, portanto, que o governo do Partido dos Trabalhadores, na década de 2000, aliado de primeira hora dos movimentos sociais no campo e lastreado por expressiva votação nas urnas, não tenha levado adiante o projeto de reforma agrária reivindicado pelos pequenos produtores e trabalhadores rurais. No próximo capítulo procura-se analisar as razões que levaram a mais um bloqueio da realização da reforma agrária no país.

Capítulo 5

A década de 2000: contenção dos movimentos sociais e a descaracterização da reforma agrária

5.1 Legado de FHC ou conquistas do MST?

O início dos anos 2000 comportava, ainda, mais três anos do segundo mandato de FHC. Como visto anteriormente, o período do primeiro mandato foi marcado tanto por um forte ímpeto dos movimentos sociais na luta contra a forte concentração fundiária no campo, quanto pela reação do governo tentando alterar os rumos da reforma agrária no país, procurando viabilizá-la através de mecanismos de mercado, em resposta às fortes pressões movidas pelos camponeses e trabalhadores rurais pela sua realização de forma ampla, massiva e orientada pelos dispositivos constitucionais. Neste sentido, alguns aspectos desse processo merecem ser destacados, enquanto elementos essenciais para compreensão dessa intensa disputa política em relação à reestruturação fundiária no Brasil.

Em 1999, primeiro ano do segundo mandato de FHC, as ocupações de terra promovidas pelo MST e outros movimentos de camponeses e trabalhadores sem-terra alcançaram o seu nível mais elevado. O governo reagiu duramente ao incremento dessas ações que visavam pressionar o poder público para efetuar a desapropriação das terras consideradas improdutivas. Em maio do ano seguinte, decretou a Medida Provisória nº 2.027-38 que determinava que as terras ocupadas não poderiam ser avaliadas ou vistoriadas por um período de dois anos, sendo este período dobrado, no caso de reincidência. Do mesmo modo, afastava por igual período do programa da reforma agrária as entidades representativas de trabalhadores envolvidas nas ocupações, que ficariam proibidas de receber recursos públicos, ou teriam os mesmos retidos se os processos estivessem em tramitação. Tais medidas causaram um grande impacto no movimento dos sem-terra, resultando na queda do número de ocupações de propriedades. Ao mesmo tempo, a intensificação das ações repressivas resultava no aumento da quantidade de prisões de militantes, principalmente do MST. Com isto o governo restringia fortemente as ações do movimento e consolidava uma série de medidas que visavam sua criminalização e a de suas lideranças.

Assim, passando à ofensiva na disputa política com o MST sobre os rumos a serem imprimidos à reforma agrária, o governo também adotou uma nova estratégia publicitária em relação aos resultados até então obtidos com suas ações de implantação de assentamentos rurais. De acordo com Scolese (2005, p. 82),

Estudo realizado entre julho e setembro de 2002 sob a coordenação de Gerd Sparovek e com apoio técnico e financeiro do governo federal detectou 328,8 mil famílias assentadas entre 1995 e 2001, em 3.534 projetos de assentamento. Trata-se de um número altíssimo de beneficiados que deveria ser comemorado pelo governo. Número que supera as 218 mil famílias assentadas entre 1964 e 1994 no país.

Mesmo diante de um desempenho superior ao de seus antecessores, o governo achou pouco e preferiu inflar seus balanços para efeito de propaganda. Anunciou à época ter assentado 584,6 mil famílias no mesmo período (1995-2001) – uma diferença de 44%.

A inflação das informações sobre os resultados da implantação de assentamentos foi efetuada mediante a utilização de diversos procedimentos, dentre os quais podia-se mencionar a contabilização como assentados de pessoas que apenas haviam obtido permissão para entrar em áreas adquiridas pelo poder público federal, estadual e municipal. Ou seja, antes de entrar na terra o beneficiado já estava convertido estatisticamente em um “assentado”. Outro recurso adotado era o de considerar como assentadas todas as famílias que já ocupavam determinada área, desde que passassem a receber o crédito fundiário ou, simplesmente, tivessem as terras que exploravam regularizadas, o que constituía uma prática contábil também utilizada pelos governos militares.

Por outro lado, também eram considerados como assentados, o número de famílias que perfazia a capacidade total de um projeto de assentamento, quando se sabia que os lotes não eram ocupados de uma única vez. De fato, a criatividade para ampliar artificialmente os resultados parecia não ter limites, pois, continuava-se a computar como assentados famílias que já haviam abandonado os lotes e até mesmo trabalhadores que estavam mortos há vários anos (SCOLESE, 2005, p. 82-85). Enfim, era isto que permitia afirmações de que o governo de FHC havia realizado a “maior reforma agrária do mundo”. Tal como ressaltado por Fernandes (2003, p. 3),

Na verdade, o governo de FHC nunca possuiu um projeto de reforma agrária. Durante os mandatos de seu governo, 90 % dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra. Todavia, no seu segundo mandato, quando criminalizou as ocupações e os movimentos camponeses entraram em refluxo e, por consequência, diminuíram as ocupações de terra, também diminuiu o número de assentamentos implantados. Para garantir as metas de propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário “clonou” assentamentos criados em governos anteriores ou

criados por governos estaduais e os registrou como assentamentos criados no segundo mandato de FHC. Essa tática criou uma balburdia, de modo que em 2003 nem mesmo o INCRA consegue afirmar, com certeza, quantos assentamentos foram implantados de fato.

Isto ocorria, portanto, a partir de um cenário moldado na segunda metade dos anos 1990, quando as pressões realizadas pelos movimentos sociais e sindicais para a execução da reforma agrária resultaram em um maior número de assentamentos, em comparação com períodos anteriores. A implantação desses assentamentos não implicava, necessariamente, na realização de uma reforma agrária ampla e massiva. No entanto, a partir da perspectiva dos movimentos dos sem-terra constituía um importante passo para o alcance desse objetivo.

Com efeito, as condições e circunstâncias em que a implantação de assentamentos era realizada, variavam enormemente em todo o país. As terras podiam ser obtidas por meio de desapropriações com finalidade social, aquisição de imóveis privados ou mesmo utilização de terras públicas. Sua distribuição aos camponeses e trabalhadores sem-terra se concretizava, também, de diferentes maneiras. Como assinalado por Medeiros e Leite (2004, 17),

[...] Em geral, tais intervenções visaram à regulamentação de áreas ocupadas, às vezes há décadas, por “posseiros”; a fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra (na qual viviam como “rendeiros”, “agregados”); a destinação de terras a populações que, desprovidas desse bem e organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos ou outras entidades, acampam e/ou ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado; a preservação de populações e suas tradicionais formas de uso dos recursos naturais, como é o caso dos assentamentos extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; a realocação de populações atingidas pela construção de grandes projetos hidrelétricos, etc.

A maior parte dos assentamentos existentes era constituída a partir do uso do procedimento constitucional de desapropriação da terra por interesse social, embora outros recursos também fossem empregados, como a compra de terras e a utilização de terras públicas, ainda que em menor escala.

No que tange aos camponeses e trabalhadores sem-terra que compunham o público-alvo beneficiário da política de formação dos assentamentos, notava-se que suas origens também eram bem diferenciadas. Os lotes de terra eram ocupados por posseiros expulsos das terras que exploravam, filhos de camponeses afetados pela pressão demográfica sobre a terra, parceiros e camponeses deslocados pela construção de grandes barragens e hidroelétricas. Ainda eram encontrados nos assentamentos assalariados rurais, trabalhadores volantes e até mesmo

desempregados que residiam em condições precárias nas periferias dos centros urbanos, às vezes sem experiência agrícola, mas que viam na exploração da terra uma oportunidade de subsistência (MEDEIROS; LEITE, 2004).

Sua organização e mobilização eram promovidas por diversas organizações, com maior destaque para o MST, que se tornou uma referência para a formação de outros movimentos, não obstante boa parte deles terem surgido como dissidências do próprio MST. Contudo, outras organizações representativas de camponeses e trabalhadores rurais também participavam dessas atividades, a exemplo de sindicatos, movimentos dos atingidos por barragens e dos seringueiros. Dentre as entidades que apoiavam diretamente as lutas sociais pela reforma agrária, destacavam-se a CPT, a CUT e o PT, embora deva-se registrar, ainda, a atuação de organizações não-governamentais e fundações internacionais, que através de projetos desenvolviam atividades de assessoramento e divulgação dos movimentos sociais. Estas organizações muitas vezes articulavam a colaboração de profissionais integrantes de órgãos públicos e de universidades localizados nos centros urbanos em apoio às lutas sociais no campo.

Convém salientar, portanto, que diante desse amplo leque de apoio de que desfrutavam os movimentos sociais no campo, tornava-se bem provável a emergência e o acirramento de disputas pela representação dos camponeses e trabalhadores rurais, em que sobressaíam diferenças e divergências de orientação política e ideológica. Neste sentido, podia-se admitir a hipótese de que eventualmente os interesses políticos desses grupos pudessem se sobrepor à defesa das necessidades dos camponeses e trabalhadores rurais, gerando novos empecilhos para o alcance de suas demandas.

Ao lado das organizações que representavam os camponeses e trabalhadores rurais distinguiam-se aquelas que pertenciam à estrutura do Estado e estavam encarregadas da execução da reforma agrária. Dentre elas, podia-se destacar aquelas criadas e recriadas para coordenar as ações do Estado e as de caráter executivo propriamente dito, a exemplo do INCRA, dos Institutos de Terra, das secretarias estaduais e das prefeituras municipais que incorporaram essas funções e comandavam órgãos públicos que contribuía de forma específica para o agenciamento do crédito, execução dos serviços de assistência técnica, regularização fundiária e cooperativismo, dentre outros.

De certo modo, todo esse aparato institucional fora, em parte, criado, reciclado e ampliado para dar respostas às pressões desencadeadas pelos movimentos sociais pela realização de

mudanças na estrutura fundiária que desconcentrassem a propriedade da terra e democratizassem o seu acesso a camponeses que a possuíam em quantidade insuficiente e a trabalhadores rurais dela desprovidos. Desse modo, tais estruturas eram eventualmente reforçadas para viabilizar a implantação dos assentamentos, ou enfraquecidas com a finalidade de criar obstáculos e bloquear sua constituição, de acordo com a correlação de forças existente em determinado momento. Um exemplo típico das repercussões em um órgão público das pressões originadas pela demanda de terra pelos movimentos sociais e das reações desencadeadas pelo latifúndio no sentido de contê-las era proporcionado pelo próprio INCRA, que chegou a ser extinto no governo Sarney, bem como relocado por diversas vezes entre as pastas ministeriais que respondiam pela agricultura e aquelas criadas e recriadas para a pretensa execução da reforma agrária.

Quando se tratava de estorvar as ações de implantação dos assentamentos, isto geralmente se fazia através de dotações de recursos insuficientes para a operacionalização das atividades planejadas, por atrasos em sua liberação e pela redução de pessoal. Nessas condições de funcionamento as dificuldades de atuação desses órgãos eram alardeadas pela grande mídia, em grande parte comprometida com os interesses contrários à reforma, como decorrentes de deficiência de desempenho, sem mencionar as limitações que lhes eram impostas. Ao analisar o papel da mídia em relação aos movimentos sociais, Câmara (2007, p.1) assinalava que,

Contrariando a sua definição ideológica de relatar a realidade imediata, a imprensa divulga, recria e reinventa os fatos relativos aos movimentos sociais, adquirindo o caráter de um falso sujeito social. Isto ocorre, pois, ao revelar certos aspectos das lutas sociais, outros são ocultados; ao acentuar determinados ângulos da informação outros são suprimidos em função tanto de interesses mercadológicos quanto de compromissos políticos dos proprietários dos meios midiáticos.

As oscilações do desempenho do aparato institucional vinculado à realização da reforma agrária dependiam, portanto, das condições em que se desenvolvia a luta de classes no campo, mediada pelo Estado em função dos interesses dos latifundiários e empresários agrícolas. Nele se reproduziam as oposições entre os grupos favoráveis e contrários à reforma, com indiscutível predominância destes últimos. Assim, em raros momentos, os movimentos sociais conseguiam indicar dirigentes que fossem favoráveis à reforma. Em face da enorme resistência ao atendimento de suas reivindicações no âmbito dos dispositivos jurídicos e legais existentes e, quando isto se tornava possível, das enormes dificuldades para sua operacionalização, os movimentos de camponeses e trabalhadores sem-terra definiram como estratégia principal a

ocupação de propriedades improdutivas como meio de pressionar o governo a efetuar sua desapropriação.

Na prática, essa estratégia terminava sendo bem-sucedida, na medida em que as ocupações se concentravam em regiões onde ocorriam fortes tensões sociais, o que condicionava o governo a promover a desapropriação das terras e a implantar os assentamentos. Estes, por sua vez, passavam a figurar como referências do êxito dessas ações, estimulando a realização de novas ocupações. Medeiros e Leite (2004, p. 22) lembravam que

Essa intervenção pública provoca uma reordenação de relações no plano local: assentar significa reconhecer uma situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente permite sua transformação em direitos reconhecidos, o que implica em produzir uma mediação legal na disputa. [...] desse ponto de vista, o assentamento representa uma ruptura com uma situação anterior e aparece, ele mesmo, como resultado de relações de poder.

Desse modo, tal como pode ser notado na Tabela 2, no primeiro mandato do governo de FHC, notava-se um crescimento contínuo do número de ocupações, o mesmo ocorrendo em relação ao número de assentamentos criados. No entanto, quando se observa os dados relativos ao segundo mandato, verifica-se que, em 2000, o número de ocupações apesar de ter caído ainda se conserva elevado. Daí em diante, após as duras medidas de contenção e repressão aos movimentos dos sem-terra, adotadas pelo governo, o número de ocupações caiu sucessivamente, sendo maior apenas do que o quantitativo registrado no primeiro ano do primeiro mandato.

Tabela 2 - Número de ocupações, de assentamentos criados e de famílias assentadas durante os governos de FHC

Ano	Ocupações	Assentamentos	Nº de famílias assentadas
1995	186	389	59.488
1996	450	471	63.406
1997	500	711	92.984
1998	792	758	78.924
1999	856	672	55.977
2000	519	431	89.498
2001	273	483	37.871
2002	269	395	32.121
Total	3.845	4.310	510.269

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012. www.fct.unesp.nera

Observava-se, portanto, que o processo de luta de classes ia deixando suas marcas na configuração dos assentamentos formados. Em vez de planejados para se localizar em áreas prioritárias, tal como previsto no Estatuto da Terra e no PNRA, emergiam, via de regra, em regiões em que os conflitos por terra eram intensos, resultando em uma distribuição geográfica caracterizada pela dispersão. Tal como registrado por Medeiros e Leite (2004, p. 19),

[...] os estudos realizados sobre os assentamentos mostram que essas unidades têm sido criadas a partir de uma lógica de intervenção governamental que tem privilegiado a ação pontual sobre situações de conflito, segundo sua gravidade e/ou visibilidade dos diferentes interesses envolvidos. Em resultado, os assentamentos até o momento existentes são espacialmente dispersos, muitas vezes sem nenhuma infraestrutura viária (dificultando ou mesmo inviabilizando mercados para os produtos gerados), com apoio financeiro, de assistência técnica, sanitário e educacional em geral muito deficientes. Nos locais onde se verifica uma maior concentração de projetos, ela se deve muito mais à própria forma que as lutas pela terra assumiram em determinadas regiões do que a uma opção prévia de intervenção coordenada.

Assim, a política de formação de assentamentos rurais estava bem distante de se caracterizar como um processo de reforma agrária, primeiramente porque o quantitativo de terras distribuídas não alterava significativamente o padrão de concentração fundiária existente. De acordo com dados do IBGE, em 2006, o número de estabelecimentos com mais de 1.000 ha representava, aproximadamente, 1 % do total das unidades produtivas, embora detivessem 45 % da área ocupada. Contudo, aqueles que possuíam menos de 10 ha, apesar de corresponderem a 47 % do total, ocupavam, apenas, 2 % das terras existentes (IBGE, 2006). O índice de Gini calculado para o ano de 2006 equivalia a 0,85, o que indicava um alto padrão de concentração da propriedade fundiária. Na Tabela 3, a seguir apresentada, pode ser observado que a concentração da terra na agricultura brasileira era bastante elevada.

Tabela 3 – Brasil - Distribuição do número de estabelecimentos agropecuários segundo a área ocupada

Grupos de área (ha)	Estabelecimentos		Área ocupada (ha)	
	Nº	%	Nº	%
Menos de 10	2.447.071	47	7.798.608	2
10 a menos de 20	736.792	14	10.289.684	3
20 a menos de 50	843.911	17	26.120.628	8
50 a menos de 100	390.874	8	26.482.780	8
100 a menos de 200	220.255	4	29.342.738	9
200 a menos de 500	150.859	3	46.395.555	14
500 a menos de 1.000	53.792	1	36.958.185	11
Acima de 1.000	46.911	1	146.553.218	45
Produtor sem área	255.024	5	-	-
Total	5.175.489	100	329.941.396	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 2006

No entanto, quando se considerava os estratos intermediários da estrutura fundiária, observava-se que o número de estabelecimentos com área entre 10 a menos de 50 ha totalizava 31 % das unidades produtivas existentes, abrangendo tão somente 11 % da área ocupada, tal como pode ser constatado na Tabela 3. No entanto, quando se levava em conta as propriedades situadas entre 50 a menos de 500 ha, verificava-se que apesar de equivalerem a 15 % dos estabelecimentos existentes, correspondiam a um terço da área ocupada. Por sua vez, os estabelecimentos que possuíam entre 500 a menos de 1.000 ha, embora correspondessem a pouco mais de 1 % das unidades produtivas, incorporavam 11 % das terras existentes.

Por outro lado, a política de formação de assentamentos também se distanciava de um processo de reforma agrária distributiva porque a precariedade das condições materiais a que a maioria dos assentamentos estava submetida, não assegurava uma situação de bem-estar aos camponeses e trabalhadores que exploravam os lotes ocupados. Por fim, constatava-se que a organização das atividades produtivas também era afetada por outros fatores, dentre os quais a qualidade dos solos existentes, o acesso à água, a disponibilidade de crédito e a comercialização da produção obtida.

Assim, não constituía surpresa a constatação do abandono do assentamento tanto por membros das famílias de assentados, sobretudo os mais jovens, quanto por famílias inteiras, em face da precariedade da infraestrutura, endividamento e inadaptação às formas de organização existentes. De acordo com dados do INCRA citados por Mattei (2012, p. 319), ao final dos dois mandatos de FHC, de 425.975 famílias assentadas em seu governo 21.774 haviam se evadido dos assentamentos. Todavia, como ressaltado por Medeiros (2003), esta evasão não se devia à influência desses fatores tomados isoladamente e sim em seu conjunto. Por outro lado, o abandono dos lotes não decorria apenas das deficiências dos assentamentos, desde que também ocorria naqueles considerados bem-sucedidos. Isto porque havia assentados que se evadiam mesmo tendo melhorado suas condições de vida no interior dos assentamentos, pois, almejavam usufruir de oportunidades que elevassem mais ainda as condições de que desfrutavam nos assentamentos (MEDEIROS, 2003, p. 64).

Não obstante, a maneira como os assentamentos foram implantados contribuiu para que a precariedade material se constituísse em uma de suas características mais evidentes. Contudo, não se poderia ignorar que sua concretização, mesmo que nos termos descritos, representava o resultado de árduas lutas dos camponeses e trabalhadores sem-terra. Refletiam a luta de classes no campo, e, como tal, materializavam um desfecho histórico possível desse processo. Além disso, convertiam-se em uma referência para as lutas futuras, e, ao mesmo tempo, tornavam-se um campo aberto para novas experiências sociais tanto em seu interior quanto em relação às interações com as populações anteriormente localizadas em seu entorno, dado o ineditismo dessa forma de organização social no campo brasileiro. Tal como enfatizado por Mattei (2012, p. 315),

O processo vigoroso de expansão dos assentamentos rurais só foi retomado no início do governo FHC em 1995. Com isso, verifica-se que, durante seus dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002), foram assentados mais de 40 % do total de agricultores. Deve-se mencionar que essa expansão esteve fortemente atrelada à luta dos trabalhadores sem-terra que se organizaram na década de 1990 e passaram a exigir ações concretas por parte das autoridades.

Deve-se esclarecer, no entanto, que o percentual relativo ao número de agricultores assentados durante o governo de FHC tinha como referência o total de famílias assentadas até o final do ano de 2010. Como pode ser notado, apesar do governo de FHC ter sido responsável pela implantação de um número de assentamentos visivelmente superior aos dos governos anteriores, isto não gerou maiores repercussões sobre o padrão de concentração fundiária existente. Além disso, deve-se considerar que as realizações dos governos anteriores, foram

bem reduzidas, correspondendo a apenas 7 % das famílias assentadas, o que ocorreu durante o período anterior ao ano de 1984 até o ano de 1994 (MATTEI, 2012, p. 311-314).

Convém analisar, portanto, os rumos que tomariam as lutas contra o alto padrão de concentração fundiária existente na agricultura brasileira após o segundo mandato de FHC, na medida em que o governo que o sucederia estaria sob o comando do PT, legitimado por expressiva vitória eleitoral. Não se podia esquecer que o PT e a CUT foram aliados políticos do MST, desde que este movimento foi criado e passou a apoiar a organização e a mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais. Por sua vez, a realização de uma reforma agrária ampla e massiva sempre constou como um dos itens prioritários da plataforma política do partido, que não hesitava em ratificar, constantemente, este objetivo.

5.2 O primeiro governo Lula: transição ou continuidade?

De modo geral, as expectativas relativas à realização da reforma agrária no governo Lula eram muito grandes. Os movimentos sociais e sindicais no campo nutriam a esperança de que isto acontecesse. Em oportunidades anteriores, Lula havia efetuado declarações inflamadas, como no final da campanha de 1994, quando afirmou que “Numa canetada só eu vou dar tanta terra que vocês não vão conseguir ocupar”. Mais tarde, na campanha eleitoral de 2002, voltou a dizer que “Eu sou o único candidato a presidente capaz de fazer uma reforma agrária ampla e tranquila” (SCOLESE, 2005, p. 86). De acordo com este autor,

Em outubro de 2003, dez meses após a posse de Lula, a quantidade de famílias debaixo de barracos de lona preta à beira de estradas já ultrapassava 200 mil. O INCRA, aliás, não teve estrutura nem sequer para contabilizá-las. Parou nas 170 mil, mas admitiu as 200 mil ou mais.

E foi justamente no primeiro ano do governo Lula que o tema da reforma agrária explodiu, de novo. Motivos para isso não faltaram, como o MST buscando reforçar sua posição de “autonomia” diante do governo; recorde de famílias acampadas; invasões e assassinatos em alta no campo; e a meta do assentamento cumprida pela metade pelo governo Lula. No ano ocorreram 222 invasões de terra (contra 103 em 2002), além de invasões a bancos (22), a prédios públicos (98) e bloqueios de estradas (122). (SCOLESE, 2005, p. 87)

No entanto, apesar de tamanha determinação dos camponeses e trabalhadores rurais e das organizações que os apoiavam, algumas sinalizações do PT em contrário a essas expectativas vinham sendo observadas havia algum tempo. Na mais importante delas, talvez, a Carta ao

Povo Brasileiro, apresentada por Lula em 22 de junho de 2002, era afirmada a disposição do PT, senão o compromisso, em conservar as linhas mestras do governo de FHC, de inspiração nitidamente neoliberal.

Apesar de amplamente divulgada pela mídia, tais declarações pareciam não afetar a sólida imagem de um partido de inclinações socialistas construída pelo PT desde sua criação, fortalecida nas lutas contra a ditadura e, em seguida, contra a própria implantação das políticas neoliberais no Brasil nos governos de FHC. O PT mostrava-se como um partido reformista, disposto a promover, mediante mobilizações populares, transformações profundas na estrutura social do país. Dentre estas transformações estavam incluídas, certamente, a redução da elevada concentração fundiária nas áreas rurais, democratizando o acesso à terra aos camponeses e trabalhadores expropriados pela modernização tecnológica das atividades agrícolas.

Antevendo as possibilidades concretas de ganhar as eleições presidenciais, o PT, através do seu candidato, fazia na Carta ao Povo Brasileiro uma avaliação da conjuntura econômica no governo FHC, ressaltando os efeitos danosos que as políticas neoliberais tinham trazido para a sociedade brasileira. Neste sentido, mencionava o baixo crescimento econômico, a vulnerabilidade da economia em face da instabilidade criada pela sua abertura aos interesses de capital financeiro mundializado, a corrupção e a insegurança, como os principais fatores da crise social existente. Argumentava que tal crise não decorria da possibilidade da vitória eleitoral do PT, mas do modelo de crescimento adotado, que, além de exaurido, comprometia a soberania nacional e alimentava continuamente a instabilidade social no país.

Desse modo, propunha a superação desses empecilhos, que estorvavam o desenvolvimento do país, mediante o incremento das atividades econômicas, da redução da vulnerabilidade externa e da adoção de políticas sociais consistentes e condizentes com os problemas a serem enfrentados. Por isso mesmo, negava taxativamente qualquer inclinação ao continuísmo e reafirmava a necessidade de realização das reformas estruturais que deveriam democratizar e modernizar o país. Sob este aspecto, destacava a reforma tributária, a reforma agrária, a redução das carências energéticas e do déficit de moradias, além da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e da implantação de programas contra a fome e a insegurança pública.

Essas afirmações bem refletiam a gravidade dos problemas nacionais, agravada pela gigantesca expropriação de uma importante parcela do patrimônio público – transferido a

baixos custos para o setor privado – por meio do programa de privatizações de empresas estatais e órgãos públicos executado durante o governo de FHC, o que elasteceu ainda mais a forte concentração de renda e de riqueza preexistente no país. Também evidenciavam o enfraquecimento do Estado enquanto principal instituição reguladora da sociedade, tornando-o cada vez mais refém dos interesses do capital financeiro mundializado. Na visão do PT, tudo isto iria requerer um grande esforço nacional, interclassista e suprapartidário para a construção de um projeto alternativo, que possibilitasse a superação da crise.

Não obstante a aparente contundência e clareza das colocações efetuadas a respeito dos problemas que afetavam a população brasileira, na Carta ao Povo Brasileiro sempre era reiterado a necessidade de se “respeitar os contratos”, realizar uma “ampla negociação nacional”, com base na perspectiva de que as mudanças não podem ocorrer como um “passe de mágica”, nem de “um dia para o outro”. Pelo contrário, as transformações reivindicadas pelo povo brasileiro só poderiam ser efetivadas a partir de uma “lúcida e criteriosa transição”, dentro dos marcos da legalidade existente.

Apesar de outros “deslocamentos de sentido” observados em documentos anteriores do PT (MESQUITA; OLIVEIRA; NERY, 2007), constatava-se uma evidente contradição entre um diagnóstico incisivo sobre a situação da economia e o agravamento das condições de vida da maioria da população e a disposição e o ritmo político e institucional projetados para a concretização de um projeto nacional alternativo necessário à superação da crise. Isto porque a maneira como se preconizava fazê-lo – respeitando os contratos, negociando com todos os segmentos da população e adotando uma estratégia cautelosa e gradualista – parecia admitir a legitimidade e a intocabilidade das situações agravadas e criadas nos governos anteriores, desde os da ditadura. Por outro lado, fazia supor que os sujeitos sociais responsáveis por sua produção e aqueles atingidos por suas consequências se encontravam em posições de poder simétricas, e não em flagrantes condições de desigualdade. Por isso mesmo, a pacificação e a harmonia que deveriam envolver os contatos e as interações políticas, para não dizer os confrontos, sugeriam muito mais uma tendência de continuidade do que propriamente de mudança. O confronto democrático que daria voz e força aos que defendiam e necessitavam das reformas seria substituído pela mediação institucional realizada pelo Estado, em benefício de todos os setores da população.

Neste sentido, podia-se arguir, ainda, de que maneira um Estado enfraquecido pelos avanços do capital financeiro mundializado, teria a capacidade de desenvolver, sem um forte respaldo popular, reformas estruturais que contrariassem seus interesses e o de outras frações do capital a ele associados e subordinados à sua lógica reprodutiva? Mormente, quando o próprio PT previa as dificuldades de negociação política com um Congresso formado por uma maioria conservadora, aliada a maior parte dos governadores eleitos.

Daí não surpreender as premissas “pragmáticas” enunciadas ao final da Carta ao Povo Brasileiro sobre os rumos a serem tomados pelo futuro governo. Tais rumos incluíam como diretrizes a valorização do agronegócio e da agricultura familiar, a necessidade de honrar os contratos, a decisão de condicionar a redução da taxa de juros à superação da vulnerabilidade externa, a manutenção do controle da inflação, a preservação do superávit primário para assegurar ao governo o cumprimento de seus compromissos financeiros e a manutenção de um rigoroso equilíbrio fiscal. Na prática, estas diretrizes equivaliam à conservação dos instrumentos das políticas neoliberais implementados no governo anterior.

Com efeito, as mudanças que vinham se produzindo gradativamente no PT e no seu comando, viriam a se evidenciar e materializar em decisões e atos políticos, quando o partido assumiu o governo. Após a conquista eleitoral inédita, o PT se deparou com a espinhosa tarefa de conciliar o seu ideário político em mutação, e as propostas que dele decorriam, com a realidade de gerir a máquina governamental, com todas as limitações que este aparato continha, a fim de executar o programa aprovado nas urnas. Neste momento, portanto, é que as contradições reprimidas em função das estratégias adotadas durante a campanha eleitoral, começam a emergir com bastante força. No que tange à reforma agrária, conforme lembrado por Scolese (2005, p. 88-89),

Com parte de seu orçamento reservado prioritariamente para o pagamento de juros, Lula já assumiu o governo sabendo que não teria condições de cumprir no campo o que havia prometido no palanque. Desapropriar em massa e a tal “canetada” eram posicionamentos inviáveis para quem tinha caciques da direita entre os seus principais aliados.

O governo petista passou, então, a agir (ou melhor, prometer) só quando pressionado pelos sem-terra. Isso logo ocorreu, em maio de 2003, quando Lula discursou durante o Grito da Terra promovido pela Contag em Brasília.

No evento, Lula disse que até dezembro daquele ano assentaria 60 mil famílias, priorizando os acampamentos mais antigos. Tais palavras, porém, foram proferidas à revelia do Incra, que tinha em mãos um orçamento suficiente para beneficiar apenas 37 mil famílias, ou seja 40 % das cerca de 95 mil famílias acampadas à época. Como era obvio, ao final do ano, o governo conseguiu assentar 36,8 mil famílias e a promessa do presidente foi engavetada.

De fato, o discurso de Lula para os camponeses e trabalhadores rurais no Grito da Terra, em maio de 2003, parecia ser um divisor de águas entre a prática política de um partido comprometido com um projeto de transformação e democratização do país e as mudanças nas posições adotadas por esse mesmo partido após sua ascensão ao governo. Parecia que, mais uma vez, a pretexto de se mudar tudo, não se mudava nada. Contudo, a reversão de expectativas que se desenhava em relação à reforma agrária não inibia a pressão do MST e das entidades que o apoiavam. O número de ocupações de terra voltava a aumentar, o que conduziu o governo a promover a elaboração de um novo Plano Nacional de Reforma Agrária como meio de coordenar suas ações. Para tanto, foi elaborada uma proposta deste novo PRNA sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio, deputado federal constituinte, filiado ao PT, cuja meta mais importante era a de assentar 1 milhão de famílias, no período de 2004 a 2007.

O documento elaborado procurava demonstrar que havia terra disponível – tanto improdutivo quanto devoluta – para a execução da proposta, bem como um público a ser beneficiado por essas ações. Tal público era estimado em 6 milhões de famílias, sendo que o processo de as assentar poderia ser deflagrado envolvendo, inicialmente, cerca de 180 mil famílias acampadas, que teriam prioridade para integrar os primeiros assentamentos. Estes, por sua vez, deveriam ser concentrados em determinadas áreas, permitindo a potencialização do aproveitamento da infraestrutura localizada em seu entorno, necessária ao seu desenvolvimento e integração com as cidades mais próximas. Por fim, as análises realizadas para avaliar os custos desse empreendimento, apontavam para sua viabilidade (FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. J., [2008?], p. 196). Segundo estes autores, a proposta foi entregue ao MDA em 15 de outubro de 2003 e continha as seguintes metas para o período 2003-2006:

Meta 1- Dotar 1.000.000 de famílias de trabalhadores pobres do campo com uma área de terra suficiente para obter, com seu trabalho, uma renda compatível com uma existência digna; Meta 2 – Assegurar às famílias beneficiárias das ações de reforma agrária e dos agricultores familiares uma renda bruta mensal equivalente a três e meio salários mínimos, composta de renda monetária e valor de autoconsumo; Meta 3 – Criar 2.500.000 postos de trabalho no setor reformado; Meta 4 – Consolidar os assentamentos de reforma agrária já constituídos, mas que ainda não atingiram a meta de renda fixada para os novos assentamentos; Meta 5 – Regularizar quilombos; Meta 6 – Regularizar a situação de agricultores ribeirinhos desalojados para construção de barragens; Meta 7 – Reassentar, fora do perímetro das áreas indígenas, posseiros com posses de até 50 ha, atualmente estabelecidos naquelas áreas; Meta 8 – Efetuar o levantamento georreferenciado do território nacional, a fim de sanear definitivamente os títulos de propriedade de terras do país; Meta 9 – Atender aos assentados e aos agricultores familiares das áreas de reordenamento fundiário e desenvolvimento territorial com assistência técnica, extensão rural e capacitação; e Meta 10 – Levar, por meio do Plano de Safra, o crédito agrícola e a garantia de preços mínimos aos assentados e agricultores familiares. (FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. J., [2008?], p. 196).

O governo não aceitou esta proposta e, em novembro do mesmo ano, apresentou outro documento designado como II PNRA, o qual apresentava metas muito mais modestas. Vale ressaltar que o II PNRA partia do mesmo diagnóstico que embasava a proposta anterior, ressaltando a concentração fundiária, a intensa exploração da força de trabalho no campo e os estímulos que tal situação representava para a migração rural-urbana. Dessa vez, a meta anunciada pelo governo para o período 2003-2006, previa o assentamento de 355 mil famílias. No entanto, diante da reação do MST que a considerou como “ridícula”, da CPT que a qualificou de “mesquinha” e da CONTAG que a classificou como “insuficiente”, o governo recuou e ampliou essa meta para 400 mil famílias, embora sem dispor de recursos para cumpri-la (SCOLESE, 2005, p. 89). Mesmo assim, os movimentos sociais, na expectativa de ainda obter uma política agrária melhor ajustada às suas necessidades, aceitaram o II PNRA, que continha as seguintes metas, para o período de 2003 a 2006:

Meta 1- 400 mil novas famílias assentadas; Meta 2 - 500 mil famílias com posses regularizadas; Meta 3 - 150 mil famílias beneficiadas com o Crédito Fundiário; Meta 4 - Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; Meta 5 – Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; Meta 6 – Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; Meta 7 – Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; Meta 8 – Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; Meta 9 – Promover a igualdade de gênero na reforma agrária; Meta 10 – Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; e Meta 11 – Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas. (BRASIL, 2004, p. 38)

Não obstante, os acordos firmados em relação ao II PNRA não foram cumpridos, ou o foram apenas parcialmente, o que gerou novas manifestações de protesto e, mais uma vez, o aumento do número de ocupações. Somente no mês de abril de 2004, foram registradas pela Ouvidoria Agrária Nacional 109 ocupações de propriedades. Isto obrigou o governo a prometer a liberação de recursos suplementares para o MDA, necessários para cobrir a realização da meta prevista para o ano de 2004. Mesmo assim, menos da metade desses recursos foi liberada. Em relação à reforma agrária o governo Lula passava a reagir somente pela pressão (SCOLESE, 2005, p. 89).

Apesar dos esforços do MST de preservar os seus laços políticos com o governo, na prática verificava-se que os compromissos firmados com base no II PNRA não vinham sendo cumpridos. Isto se refletiu em um pronunciamento mais duro do movimento em relação ao

governo, quando da realização do evento Assembleia Popular: Mutirão por um Novo Brasil. Contando com a participação de 8.000 militantes de mais de 40 entidades, integrantes de movimentos sociais do campo e das cidades e de pastorais da CNBB, o encontro tinha como objetivos organizar os setores mais pobres da população brasileira para participar de mudanças estruturais. Realizado em Brasília, no período de 25 a 28 de outubro de 2005, o evento resultou na condenação do imperialismo norte-americano, na crítica da política econômica do governo, do elevado nível de desemprego e, sobretudo, reivindicava a mudança do modelo de gestão da economia inspirado nos interesses do capital financeiro mundializado, representado pelo FMI, OMC e Banco Mundial. Além disso, foram gerados vários documentos que norteariam a prática política dos movimentos envolvidos. Um deles consistia em uma carta sobre a reforma agrária entregue ao Presidente da República em 26 de outubro de 2005.

Nesta carta, assinada pelo MST e pela Via Campesina, além do não cumprimento das metas do II PNRA, o MST reclamava-se do esquecimento dos compromissos de Lula e do PT com a solução dos problemas de milhares de trabalhadores acampados e dos que ainda aguardavam a realização da reforma agrária. Mencionava-se que:

O tempo foi passando e nada do governo acelerar a Reforma Agrária. Já estamos a praticamente um ano do final do governo e dificilmente as metas estabelecidas pelo PNRA serão cumpridas. O ministro Miguel Rosseto reconhece publicamente que o governo assentou apenas 117 mil famílias. Há ainda um agravante: 65 % dessas famílias foram assentadas na chamada Amazônia legal, o que todos sabem se refere muito mais a legalização das terras públicas ocupadas do que propriamente ações que alterem a estrutura fundiária do Brasil. (MST; VIA CAMPESINA, 2005).

Lembrava-se, ainda, que no Rio Grande do Sul, durante o governo de Olívio Dutra (1999-2002), com todas as limitações existentes à época, foram assentadas mais de quatro mil famílias, enquanto o governo Lula assentou menos de 500 famílias em praticamente três anos. Ressaltava-se, também, que no Maranhão o governo não havia assentado uma única família. De modo bem preciso, o MST e Via Campesina salientavam que, em maio de 2005, após a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, de Goiânia a Brasília, construiu uma agenda de compromissos com o governo com vistas à dinamização da reforma agrária com base nos seguintes aspectos:

1. Garantir a meta de assentamentos, conforme o Plano Nacional de Reforma Agrária;
2. Priorizar as famílias acampadas.
3. Recuperar o crédito especial para os assentados, (das 580 mil famílias assentadas, menos de 15 % estão recebendo o PRONAF).

4. Reestruturar o Incra.
5. Acelerar a liberação de todos os recursos da Reforma Agrária, ora contingenciados.
6. Normatizar a entrega de cestas básicas para as famílias acampadas.
7. Publicar, em semanas, a nova portaria dos índices de produtividade para as desapropriações (segundo o Ministro da Reforma Agrária esta lhe foi entregue no Palácio, no dia 6 de abril desse ano). (MST; Via Campesina, 2005).

Na carta era registrado que, praticamente, nenhum desses aspectos havia sido atendido, à exceção do crédito fundiário, mesmo assim de forma parcial. Em que pese o duro tom dessas críticas, o documento era finalizado com um apelo patético e constrangedor, na medida em que se dirigia ao Presidente da República nos seguintes termos: “... vimos à sua presença para lhe pedir que honre com os compromissos de seu governo, pois não sabemos mais a quem apelar”.

Com efeito, as sucessivas frustrações dos movimentos sociais e sindicais no campo com o desempenho do governo Lula em relação à reforma agrária já indicavam, antes mesmo do encerramento do seu primeiro mandato, uma tendência à continuidade da orientação seguida na gestão de FHC. Os programas inspirados na reforma agrária de mercado foram mantidos e o governo adotava atitudes reativas sob pressão dos movimentos sociais, sobretudo quando ocorriam as ocupações de terras. A clivagem entre as ações governamentais orientadas para o agronegócio, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, e aquelas dirigidas para a questão agrária, comandadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, também permanecia, embora em franca desvantagem para este último, que tinha seus recursos reduzidos e os dirigentes comprometidos com a reforma agrária afastados.

Operacionalizada mediante um viés conciliador e submisso aos interesses dos ruralistas e do agronegócio, a reforma agrária descaracterizava-se e tendia a se transformar em uma política compensatória, influenciando muito pouco sobre os elevados padrões de concentração fundiária existentes no país. Tal como ponderado por Moraes e Coletti, (2006, p. 106-107),

[...] o mesmo eleitorado que escolheu um presidente “progressista” compôs um Congresso conservador e clientelista e um conjunto de novos governadores estaduais que se opunham fortemente ao executivo federal. O governo Lula fez uma opção política arriscada, a de governar negociando com esse Congresso e com esses governadores, talvez em reconhecimento a essa correlação de forças desfavorável. Contudo, alguns de seus críticos de esquerda, incluindo o MST, apontam como o governo não soube, ou não quis, fazer uso da parcela significativa de poder que obtivera (o executivo federal) para animar políticas públicas que contribuíssem para alterar, na sociedade e nos experimentos nascentes de *democracia participativa*, essa situação, que lhe era desfavorável nas instituições da *democracia representativa*. O argumento foi bastante reforçado pela crise política de 2005, quando a oposição e a grande mídia encurralaram o PT com sucessivas acusações de corrupção e crime eleitoral.

Por outro lado, era cabível questionar a permanência do apoio do MST ao governo Lula, diante de um quadro de tamanha perplexidade e frustração. Na verdade, além de ser um aliado histórico do PT, o MST contou com decisões importantes do governo Lula para se recuperar dos desgastes infligidos ao movimento pela gestão anterior. Foram revogadas as medidas provisórias que criminalizavam o movimento, impossibilitando a vistoria de terras ocupadas e desqualificando as pessoas envolvidas nessas ações como beneficiárias da reforma agrária. Outras decisões, embora não representassem avanços em relação à desconcentração da posse de terras, constituíam formas de apoio importantes para a melhoria da qualidade dos assentamentos, a exemplo da construção e melhoria de casas, da criação do Programa Luz para Todos e do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. J., [2008?], p. 199; MORAES; COLETTI, 2006, p. 107). Nessas condições, segundo os dirigentes do MST, um rompimento com o governo poderia significar prejuízos expressivos para o movimento, além de somente fortalecer as tendências de esvaziamento da reforma agrária que se desenhavam.

5.3 O segundo governo Lula: confirmação dos impasses e suas razões

O segundo governo Lula foi precedido por uma disputa eleitoral entre frações da classe dominante que lutavam pelo controle do Estado. No plano partidário dessa disputa, de um lado, encontrava-se o PT, supostamente representando o campo popular, à frente de uma coligação de centro-direita. Estava credenciado por uma administração que atendia satisfatoriamente os interesses do capital e, ao mesmo tempo, estruturava políticas sociais compensatórias que possibilitavam, conjuntamente, melhorias nas condições de vida dos setores mais pobres da população, tradicionalmente fustigados pela fome e pelo desemprego. Do outro lado, encontrava-se uma coalizão eleitoral de direita liderada pelo PSDB, com uma proposta de administração, convictamente neoliberal, fundada na ideia de integração da sociedade brasileira no processo de globalização, hegemônico pelos interesses do capital financeiro mundializado.

Desse modo, a disputa tenderia a se centralizar no confronto entre os resultados obtidos em suas respectivas gestões, nos desgastes sofridos em suas trajetórias e na exploração das pretensas qualidades e defeitos de seus candidatos. Sob tais circunstâncias, a novidade era a

reeleição do candidato do PT. Isto porque o partido surpreendia de forma inusitada o eleitorado, pelo abandono gradual de sua perspectiva reformista e da retórica radical que lhe era inerente, substituída pela discreta incorporação dos cânones neoliberais. Por outro lado, o bom desempenho do governo na gestão das políticas sociais compensatórias que vinha implantado se constituía em um aspecto eleitoral bastante favorável. Também surpreendia o envolvimento do partido e de parte dos seus membros em escândalos de corrupção, algo até então impensável, dado o combate ferrenho que historicamente o PT dispensava a esta mazela na sociedade brasileira. Estas práticas geravam um inevitável distanciamento dos grupos políticos de esquerda do arco de alianças do PT, embora isto fosse amplamente compensado tanto pelos apoios políticos originados das novas associações com os agrupamentos de direita, quanto pelo alargamento de sua aceitação no âmbito do eleitorado conservador.

Com efeito, no início do primeiro mandato de Lula, o governo promoveu ajustes econômicos visando o controle da inflação, a estabilização do câmbio e a expansão da dívida pública, removendo as dúvidas que ainda persistiam sobre a orientação a ser seguida na economia, criando um clima de confiança por parte dos interesses do capital. A valorização das commodities brasileiras no mercado internacional, em face da ocorrência de uma conjuntura economicamente favorável, também contribuía para a dinamização da economia, ao lado do ingresso de investimentos diretos externos. Isto possibilitava uma expansão das atividades produtivas, ampliando a geração de empregos, ainda que, em grande parte, em setores nos quais o preço da força de trabalho era bastante depreciado. O incremento da renda dos trabalhadores associado à valorização real do salário-mínimo e à irrigação do crédito, por sua vez, estimularam fortemente o consumo.

Tal desempenho era complementado pelos efeitos provocados pelas transferências de renda operadas através das políticas sociais compensatórias que, embora limitados em comparação aos benefícios concedidos ao grande capital, também representavam um forte estímulo para a dinamização da economia, sobretudo pelo incremento das atividades comerciais em regiões e localidades mais atrasadas. Isto porque os recursos provenientes dessas políticas, ainda que considerados reduzidos em relação aos valores distribuídos diretamente a cada beneficiário, possibilitava o acesso ao consumo de bens alimentícios, industriais e de serviços a parcelas expressivas da população pauperizada. No entanto, esta empolgação, embora não destituída de caráter ideológico, obscurecia o fato de que os resultados das políticas compensatórias eram potencializados por uma conjuntura econômica favorável e que estavam

ancoradas em dispositivos de mercado, estando sujeitos, portanto, a um possível declínio desses efeitos tão logo tal conjuntura se dissipasse (SINGER, 2012, p. 175-180).

De fato, esta onda de aparente prosperidade favorecia uma concepção de que estava se iniciando um novo ciclo de crescimento econômico, de características consistentes e duráveis. Na história recente do país, era a primeira vez que um governo promovia políticas que concretamente beneficiavam os trabalhadores assalariados, principalmente aqueles remunerados pelo salário-mínimo, e contingentes da população formados por desempregados e subempregados com pouca ou nenhuma renda. Dentre estes últimos, muitos estavam localizados nas áreas rurais das regiões mais atrasadas do país, que se constituíam em redutos tradicionais do latifúndio e das forças políticas conservadoras a ele associadas (SINGER, 2012, p.180 - 200).

Contudo, não só os trabalhadores e os segmentos mais pobres da população estavam satisfeitos com a gestão petista. Os banqueiros, industriais, empresários agrícolas e representantes das empresas multinacionais também compartilhavam, embora de outra maneira, desse entusiasmo. Isto, sem dúvida, se refletia no quadro eleitoral em curso de modo favorável à reeleição do candidato do PT. Os índices de popularidade de Lula eram elevados e as expectativas de sua recondução ao cargo bem otimistas.

Em face desse contexto eleitoral, a realização da reforma agrária não perdia fôlego no discurso do governo. Em 2006, antes da eleição, o governo ainda falava em uma reforma agrária ampla, massiva e de qualidade como um dos elementos essenciais de um novo projeto de desenvolvimento. Na prática, no entanto, observava-se evidências de que a reforma agrária não se constituía em uma política prioritária e passava por um processo de esvaziamento, na medida em que se encontrava subordinada aos objetivos da política econômica, que, por sua vez, priorizava o negócio agrícola. Submetida a essas limitações, os problemas para sua execução não se diferenciavam em muito daqueles existentes no governo de FHC. Era impulsionada apenas quando ocorriam as pressões dos movimentos sociais. Como tal, a pretensa reforma estrutural da elevada concentração da terra era convertida em uma política agrária de caráter compensatório (FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. J., [2008?]).

De fato, para o segundo governo de Lula não fora elaborado um novo PNRA. As referências à reforma passavam a ser vagas e ambíguas. Os compromissos políticos com a sua

realização foram desaparecendo. De acordo com Ferreira, B; Alves, F. e Carvalho Filho, J. J. ([2008?], p. 199), nos documentos da campanha de 2006,

Não são estabelecidas metas de assentamentos. Não consideram a *área reformada* como estratégia de implantação da reforma – os assentamentos continuaram a ser implementados de forma fragmentada. Não se encontra a afirmação de que a *desapropriação para fins de reforma agrária* constitui-se no instrumento principal de implantação da política agrária. Permanece a ênfase para os programas de crédito fundiário – aos moldes do Banco da Terra. Não há clareza de propósito quanto a obstar a escandalosa legitimação/regularização da grilagem de terras públicas na região Norte – já significativa na época -, funcional ao *agronegócio*. A única promessa que estava clara no documento da campanha de 2006, em sua versão preliminar, referia-se à famigerada e tão necessária atualização dos índices de produtividade. Na versão oficial esta simplesmente desapareceu.

Desse modo, após as eleições, com a vitória do PT e a reeleição de Lula, o desenvolvimento das ações da reforma agrária retornou ao mesmo padrão observado em seu governo anterior. Na medida em que não era convertida em uma política prioritária, desde que subordinada às orientações macroeconômicas mais importantes, a reforma agrária continuava a ser realizada de acordo com as pressões dos movimentos sociais. Isto pode ser notado a partir dos dados mostrados na Tabela 4, em que é indicado o número de ocupações e de assentamentos criados no período dos governos de Lula.

Tabela 4 – Número de ocupações, de assentamentos criados e de famílias assentadas durante os governos de Lula

Ano	Ocupações	Assentamentos criados	Famílias assentadas
2003	539	333	29.723
2004	662	457	39.918
2005	561	885	106.319
2006	545	711	94.130
2007	533	391	34.847
2008	389	322	29.986
2009	391	297	28.146
2010	184	206	14.788
Total	3.804	3.602	377.857

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012. www.fct.unesp.nera

Como pode ser verificado com base nos dados da Tabela 4, o maior número de ocupações ocorreu no período do primeiro mandato, quando o ritmo das ações do governo ainda era muito

lento. Tais ocupações corresponderam a 61 % do total de ocorrências nos dois períodos de governo. Também pode ser observado que a maior parte dos assentamentos foi criada no período de primeiro mandato, dois terços do total, quando as pressões dos movimentos sociais atingiram o seu nível mais elevado. Algo semelhante aconteceu com o número de famílias assentadas, considerando-se que 71 % delas foram incorporadas aos assentamentos durante o primeiro período de governo. Por outro lado, a queda do número de ocupações de terra no segundo mandato de Lula teve sua contrapartida no declínio da implantação de assentamentos e de famílias assentadas, o que indicava a desaceleração das pressões dos movimentos sociais sobre o governo.

Há de se considerar, ainda, a discrepância entre os dados sobre o número de famílias assentadas no período do primeiro mandato apresentados pelo DATALUTA e aqueles divulgados pelo próprio governo. Segundo os dados elaborados pelo DATALUTA, o número de famílias assentadas no período do primeiro mandato correspondeu a 270.090, enquanto para o governo tal quantitativo equivaleria a 381.000 famílias, assentadas entre 2003 e 2006, o que representaria o alcance de 95 % da Meta 1 do II PNRA, que estabelecia o assentamento de 400.000 mil famílias. Cabe mencionar que o DATALUTA utiliza a data de criação do assentamento para o registro do que foi efetivamente implantado a cada ano. Os dados oficiais, por sua vez, foram elaborados a partir de critérios mais abrangentes, incluindo assentamentos criados em governos anteriores. Além disso, foram manipulados politicamente, incorporando ações de reforma agrária que não se enquadravam na meta de famílias assentadas, a exemplo da contabilização de atividades de regularização fundiária e de compra de terras, tendenciosamente entendidas como ações de reforma agrária suscetíveis de ser contabilizadas como novas famílias assentadas (SANTOS; FREITAS, 2016, p. 17-19). Aliás, uma prática contábil muito assemelhada à do governo FCH para designar “a maior reforma agrária do mundo”.

Outro aspecto a ser levado em conta quando se analisa os resultados obtidos nos governos de Lula, sobretudo no primeiro mandato, era a ênfase colocada na recuperação dos assentamentos existentes. Conforme lembrado por Mattei (2012, p. 306-307),

Entre 2003 e 2010, o Brasil foi governado pelo presidente Lula (PT), que contou com amplo apoio dos movimentos sociais agrários. Todavia, desde o início de seu governo ficou claro que a reforma agrária não seria priorizada conforme aparecia historicamente nas teses e concepções do partido do presidente. Assim, nota-se que, ao longo do primeiro mandato, toda a estratégia governamental na área agrária se concentrou na chamada “qualificação dos assentamentos rurais existentes”, que

consistia em recuperar os assentamentos já realizados e que se encontravam em precárias condições, especialmente nas esferas produtivas e de infraestrutura. Com isso, a maior parte dos recursos deste primeiro período se destinou a ações de recuperação, com poucos investimentos em desapropriações de novas áreas.

Na verdade, não se poderia ignorar a relevância da recuperação dos assentamentos. O que se tornava questionável é que isto fosse realizado com os recursos destinados à constituição de novos assentamentos em áreas prioritárias, com a dotação da infraestrutura indispensável ao desenvolvimento de suas atividades.

Um perfil comparativo do desempenho dos governos de Lula com os de FHC, com base nos dados das Tabelas 2 e 4, mostra certa semelhança entre eles com relação ao processo de implantação dos assentamentos. Ambos concretizavam mais sob pressão dos movimentos sociais de camponeses e trabalhadores sem-terra do que como uma política agrária prioritária e, como tal, planejada. Nos governos de FHC as ocupações de terra promovidas pelos movimentos sociais produziram como resultado o aumento do número de assentamentos. No entanto, foram posteriormente contidas pela sua repressão e criminalização. Nos governos de Lula, a lentidão com que as ações de reforma agrária foram inicialmente conduzidas estimularam o crescimento das ocupações. Todavia, o incremento da criação de assentamentos, que decorreu dessas ocupações, favoreceu a ocorrência de um processo de negociação. Através desse processo, os movimentos sociais, principalmente o MST, mesmo que insatisfeitos com o encaminhamento não-prioritário da reforma agrária, acataram os termos propostos pelo governo e reduziram o nível de mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais.

Desse modo, as contradições originadas da forte concentração da estrutura agrária permaneciam, apesar da diminuição dos conflitos sociais no campo (CPT, 2002; 2010). A questão agrária continuava sem um encaminhamento que atendesse, satisfatoriamente, aos interesses dos camponeses e trabalhadores rurais, e, por extensão, de amplos setores da sociedade que se beneficiariam, direta ou indiretamente, com a sua realização. A concentração da terra continuava elevada. A reforma agrária ampla, massiva e de qualidade fora substituída por uma política de formação de assentamentos rurais de natureza compensatória. Como postulado por Mattei (2012, p. 308),

... ações de políticas públicas com o objetivo de promover um simples reordenamento da estrutura fundiária restringem o caráter democrático da reforma agrária, condicionando-a a um simples instrumento de reorganização da base territorial agrária para acomodar possíveis tensões sociais oriundas dos setores que se encontram em

conflito pela posse da terra. Neste caso, essas políticas perdem seu potencial transformador da estrutura agrária de um determinado país e se tornam meros mecanismos de apaziguamento social, uma vez que o processo de concentração da terra permanece intacto.

Com efeito, mesmo incorporando características de políticas compensatórias, as ações destinadas à implantação de assentamentos declinavam no segundo mandato de Lula. Além disso, constatava-se o abandono dos assentamentos por famílias que os integravam, diante da precariedade da infraestrutura, apesar do empenho do governo com a sua reestruturação. Mais do que isso, ao término dos governos de Lula 50.454 famílias haviam deixado os assentamentos. Isto correspondia a 9 % do total de famílias assentadas nesse período, equivalendo, portanto, a quase o dobro do número de famílias evadidas dos assentamentos criados nos governos de FHC. Para o conjunto dos governos de Lula e de FHC, observava-se que dois terços das famílias que abandonaram os seus lotes o fizeram nos governos de Lula, o que evidencia o fracasso da política de melhoria da qualidade dos assentamentos (MATTEI, 2012, p. 320).

Com relação à distribuição espacial dos assentamentos, também se notava certa semelhança entre os governos de Lula e de FHC, conforme pode ser verificado a partir dos dados apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Projetos de assentamento e número de famílias assentadas nas principais regiões do Brasil nos governos de FHC e de Lula

Regiões	Projetos de assentamento				Famílias assentadas			
	FHC		Lula		FHC		Lula	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	794	19	967	27	187.510	37	293.986	46
Nordeste	1.923	46	1.730	48	177.425	35	204.805	32
Centro-Oeste	604	15	497	13	92.246	18	97.406	15
Sudeste	317	8	298	8	25.211	5	25.820	4
Sul	506	12	138	4	27.910	5	18.843	3
Total	4.141	100	3.630	100	510.302	100	640.860	100

Fonte: SIPRA/INCRA

Como está demonstrado com base nos dados da Tabela 5, o maior número de projetos estava localizado na região Nordeste, seguida pela região Norte. Juntas elas respondiam pela

maioria dos assentamentos. As demais regiões apresentavam quantitativos bem modestos. No que tange ao número de famílias assentadas, a tendência permanecia basicamente a mesma, alterando-se apenas pelo predomínio da região Norte, seguida pela região Nordeste. As demais regiões apresentavam uma participação mais reduzida, sobretudo o Sudeste e o Sul. O menor número de famílias assentadas nestas últimas podia ser explicado pela incapacidade dos governos de enfrentar a resistência do capital e do latifúndio em regiões caracterizadas pelo esgotamento da fronteira agrícola. Por outro lado, a predominância do número de famílias assentadas na região Norte podia ser explicada em função da dimensão territorial dos assentamentos, o que permitia a incorporação de uma quantidade maior de famílias. Também podia ser entendida em razão da contabilização de famílias que já ocupavam as áreas sujeitas à regularização fundiária como famílias assentadas.

Sob esse aspecto, deve-se considerar, ainda, que, no segundo mandato de Lula, o governo enviou ao Congresso Nacional duas medidas provisórias de caráter polêmico, a MP 422 e a MP 458, que repercutiram intensamente no âmbito da política agrária. A MP 422, de 25 de março de 2008, permitia que o INCRA procedesse a regularização de terras ocupadas de áreas com uma extensão de 15 módulos fiscais, que não excedessem a 1.500 hectares. Na prática, isto viabilizaria a transferência de 50 milhões de hectares de terras públicas, pertencentes ao INCRA, para grileiros disfarçados de empresários rurais, que as ocupavam ilegalmente. Terras que deveriam ser destinadas para a realização da reforma agrária, para demarcação de reservas indígenas, quilombolas e áreas de conservação ambiental. Isto era visto, também, como uma forte dilapidação do patrimônio público, que caracterizava uma ação francamente oposta à reforma agrária (FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. J., [2008?]). No que se refere às consequências que a MP 422 poderiam acarretar, estes autores assinalavam que:

A proposta acabou por desencadear uma disputa entre MDA e Incra de um lado e a SAE [Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República] de outro para assumir a tarefa de aplicação da política de regularização fundiária na Amazônia, o que ocasionou alguns recuos deste, que substituiu a proposta original do Irfam [Instituto de Regularização Fundiária da Amazônia] para a de uma agência executiva que operaria o processo por meio de descentralização das atividades para os institutos de terra estaduais. Ao final, o MDA acabou por vencer a queda de braço e será o responsável pela implementação da política definida pela Medida Provisória nº 458, assinada pelo presidente da República, em 11 de fevereiro de 2009. Trata-se de 67,4 milhões hectares de terras arrecadadas e registradas em nome da União que serão entregues aos seus ocupantes. (FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. J. [2008?], p. 214)

Em que pese as declarações oficiais de que a medida se destinava à regularização de terras ocupadas por posseiros que tivessem menos de 100 hectares, a expectativa era a de que a MP nº 458 facultaria a grileiros, que ocupavam ilegalmente terras com extensão bem maior, a apropriação de terras que deveriam ser utilizadas para a realização da reforma agrária. Assim, as pretensas ações de reforma agrária passavam a favorecer aos grileiros e ao agronegócio, contrariando frontalmente os objetivos aos quais deveriam estar subordinadas. Mesmo que limitadas à região Norte, constituíam estímulos à tendência de concentração das terras que deveriam tentar reverter.

Neste sentido, verificava-se que, considerados em seu conjunto, os governos de FHC e de Lula representaram 90 % dos assentamentos criados e 90 % das famílias assentadas, desde o início dos programas de reforma agrária no Brasil (MATTEI, 2012, p. 312). Isto demonstra, portanto, que até 2010, a realização dessas ações não foi capaz de alterar o forte padrão de concentração da terra existente no campo. Por outro lado, permite colocar sob questão a própria designação de reforma agrária atribuída a esses programas. Resta considerar, portanto, se, em face das contradições sociais que marcaram os governos de Lula, havia de fato a possibilidade de realização de uma reforma agrária.

5.4. Havia lugar para a reforma agrária nos governos de Lula?

A frustração das expectativas de realização da reforma agrária nos governos de Lula, tendo em vista o alinhamento histórico do PT com os movimentos sociais e sindicais no campo, poderia ser explicada a partir de sua adesão a um entendimento, evidentemente não manifestado, de que tal reforma não caberia em uma economia agrícola com uma dinâmica pautada pela produção de bens destinados à exportação. Neste tipo de economia, a prioridade dos incentivos governamentais era dirigida para o agronegócio, em face da inserção do país no contexto da mundialização do capital.

Neste sentido, deve-se salientar que a transferência de recursos públicos para latifundiários e empresários agrícolas, que caracterizou o processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira, não foi interrompida, quando, nas décadas de 1980 e 1990, as possibilidades de apoio creditício às atividades produtivas desenvolvidas nas grandes propriedades despencaram em função da crise de liquidez que afetaram o Estado. Este suporte ao processo de acumulação na agricultura poderia ser desfeito nas décadas que se seguiram,

considerando-se a consolidação dos complexos agroindustriais. No entanto, na medida em que tal mudança não foi realizada, o fluxo de recursos públicos para o setor não só teve continuidade como foi requalificado em função da integração da agricultura brasileira no processo de mundialização do capital. Desse modo, o Estado mantinha-se como um agente indutor do crescimento agrícola, contradizendo o cânone neoliberal da necessidade de sua redução (SANTOS; FREITAS, 2016, p. 3-5).

Sob esta perspectiva, no contexto da mundialização do capital, o crescimento do setor agrícola iria depender crescentemente das exportações. Isto era justificado pela concepção de que a participação das commodities agrícolas no mercado internacional estava vinculada a um ambiente altamente competitivo em relação à qualidade dos produtos agrícolas. Tal competitividade, por sua vez, estaria condicionada por uma escala de produção associada à incorporação de tecnologias que possibilitassem o aumento da produtividade e a redução de custos. Mais do que isto, a competitividade era uma condição necessária para a obtenção de lucros elevados, imprescindíveis para o ingresso de recursos que iriam equilibrar a balança comercial brasileira, que já dependia em muito das exportações do agronegócio. Assim sendo, sob esta ótica a pequena produção agrícola não teria condições de alcançar tal competitividade, pois, mesmo que incorporasse tecnologias mais avançadas, não conseguiria obter uma redução de custos que viabilizasse o retorno desejado dos investimentos efetuados.

Com efeito, o processo de mundialização do capital implicou em diversas mudanças na economia mundial a partir da década de 1970. Suas características mais importantes foram a desregulamentação dos mercados financeiros; a expansão do comércio internacional; a imposição da lógica reprodutiva do capital financeiro a todas as atividades econômicas, mudanças na estratégia de produção, da comercialização e dos padrões tecnológicos do agronegócio e das grandes indústrias, utilização intensa da informática nas atividades produtivas; e amplo desenvolvimento das comunicações de massa (BERNSTEIN, 2011, p. 95).

A década de 1970 foi um importante marcador histórico desse processo. Neste período ocorreu uma grande depressão na economia mundial, o que conduziu a ajustes que resultaram na expansão dos fluxos de capital e de mercadorias. Isto proporcionou, ainda, o declínio do Estado do Bem-Estar Social nas economias capitalistas avançadas e o enfraquecimento do desenvolvimentismo nos países subdesenvolvidos. De fato, as transformações ocorridas nos países capitalistas avançados redefiniram o processo de acumulação de capital em escala

mundial, tendo como suporte os avanços do conhecimento científico e tecnológico, refletidos principalmente no desenvolvimento da eletrônica, dos transportes e dos meios de comunicação, viabilizando uma crescente interligação do comércio internacional e o aumento da circulação dos fluxos de capital em todo mundo. Tais mudanças produziram consideráveis alterações na estrutura dos processos produtivos, no funcionamento dos mercados e do Estado, engendrando uma nova configuração das relações de poder entre os países capitalistas avançados e aqueles localizados em seus espaços coloniais e semicoloniais.

Entretanto, a implantação dos ajustes necessários à superação dos problemas econômicos que acometiam as economias capitalistas avançadas, introduzidas através de políticas neoliberais, não era uma simples consequência das crises cíclicas do capitalismo, ou mesmo do agravamento de suas contradições. Tais políticas, que incluíam a eliminação dos empecilhos à livre circulação do capital financeiro, a redução de impostos atribuídos aos empreendimentos privados, a desregulamentação do mercado de trabalho e a realização de privatizações de empresas estatais e órgãos públicos, representavam, também, um esforço político de liberação do capital financeiro dos limites que lhe foram impostos pelo Estado do Bem-Estar Social e pelas políticas desenvolvimentistas. A reação a essas limitações constituía, portanto, um aspecto da luta de classes, desde que estas ações também eram dirigidas contra o fortalecimento alcançado pelos trabalhadores no período em que predominaram as políticas de bem-estar social. Referindo-se ao programa neoliberal, Bernstein (2011, p. 96-97) afirmava que:

Em primeiro lugar, isso significa reduzir ou abolir as conquistas das classes trabalhadoras registradas na regulamentação estatal e nas medidas relativas a contratos de emprego, jornadas e condições de trabalho, salário mínimo, direito de associação, assistência médica, educação e previdência social. Em segundo lugar, sem as restrições da regulamentação, o mercado global de capital, no qual imensas quantias se deslocam com velocidade sem precedentes impulsionadas pela busca de ganhos a curto prazo, reduz a capacidade dos Estados de implantar políticas macroeconômicas com alguma autonomia efetiva. Portanto, o mantra neoliberal das medidas políticas para obter “competitividade” no mercado global e a pauta de privatizar empresas e serviços públicos são aspectos do aprofundamento da mercantilização de todos os aspectos da vida social. Em terceiro lugar, em termos de desenvolvimento econômico, o neoliberalismo adota a pauta de planos de ajuste estrutural, liberalização econômica, privatizações e “reforma do Estado” impostas nos países do Sul (e ao antigo bloco soviético) que provocou o fim do projeto de desenvolvimento conduzido pelo Estado.

Além disso, os elevados déficits fiscais existentes e a sangria de recursos provocadas pelas dívidas públicas levavam os Estados nacionais a recorrerem a financiamento por parte das instituições financeiras, a fim de tentar atender as pressões políticas cada vez maiores de setores empresariais empenhados em manter e ampliar suas posições no processo produtivo, bem como

de grandes contingentes populacionais afetados por carências relativas a suas necessidades básicas. Isto aumentava ainda mais o seu endividamento, elevando mais ainda sua dependência do capital financeiro. Quando ocorriam as crises de liquidez, que comprometiam o pagamento das dívidas contraídas, eram obrigados a recorrer aos organismos multilaterais gestores desses interesses, que estabeleciam condições rígidas para novos financiamentos destinados ao pagamento das dívidas de curto prazo. Mediante a concessão desses empréstimos, tais organismos impunham os ajustes estruturais, consubstanciados em uma série de medidas que obrigavam os Estados nacionais a cumprirem as políticas neoliberais, que engessavam suas economias e tiravam-lhes a condição de crescer.

Com sua autonomia reduzida por sua submissão aos interesses do capital financeiro mundializado, os Estados nacionais ajustavam o funcionamento de suas economias de modo a priorizar o pagamento das dívidas contraídas. Assim, tornavam-se incapazes de atender adequadamente às demandas coletivas de suas populações, mas, ao mesmo tempo, tornavam-se suportes essenciais para a reprodução de uma ordem social global estabelecida com base nesses interesses. Constituía-se em estados fortes para a sustentação da ordem social globalizada e para a defesa dos interesses do capital financeiro mundializado, mas incapazes de promover políticas desenvolvimentistas mais ambiciosas para a solução dos problemas dos setores mais pobres das populações que deveriam representar. De acordo com Sassen (2010, p. 35),

O modo como essa participação do Estado tem evoluído é no sentido de fortalecer o poder e a legitimidade de autoridades estatais privatizadas e desnacionalizadas. O resultado é uma ordem emergente que tem consideráveis capacidades de governança e poder estrutural. Essa ordem institucional contribui para fortalecer as vantagens de certo tipo de atores econômicos e políticos e de enfraquecer as de outros. Ela é extremamente parcial, em vez de universal, mas é estratégica, no sentido de que tem uma influência indevida sobre grandes áreas do mundo institucional mais amplo e do mundo da experiência vivida. Além disso, essa ordem não é plenamente responsabilizável em relação aos sistemas políticos democráticos formais. Embora parcialmente embutida em cenários institucionais nacionais, é diferente deles.

A imposição das políticas de “ajuste estrutural” aos países endividados, a partir da década de 1970, pelo Banco Mundial e pelo FMI, implicou basicamente na redução do poder regulatório do Estado e em sua sujeição às exigências do capital financeiro.

Assim é que a opção por um modelo neoliberal para a condução da economia brasileira colidiria, inevitavelmente, com a alocação de recursos para a realização de uma reforma agrária,

em função da prioridade atribuída ao agronegócio. Dentre as consequências mais imediatas que esta opção acarretava, estavam os prejuízos ao meio ambiente e à renovação dos recursos naturais, resultantes de sua exploração intensiva. Podia-se prever, também, que a expansão continuada do agronegócio tenderia a manter, senão elevar, tanto os níveis de concentração da terra existentes, quanto a redução da força de trabalho agrícola, devido às modificações tecnológicas constantes das atividades produtivas no campo.

De fato, nestas condições, era profundamente duvidoso que houvesse lugar para uma reforma agrária que desconcentrasse a terra e democratizasse o seu acesso a camponeses e trabalhadores rurais sem-terra. De acordo com a opção neoliberal consolidada pelos governos de Lula, a integração da economia brasileira no processo de mundialização do capital, teve continuidade mediante forte primarização das exportações, secundarizando, de modo geral, à realização de políticas voltadas para a produção de mercadorias industrializadas. Diante da prioridade atribuída ao negócio agrícola, tendia-se a depreciar a produção camponesa, considerando-a historicamente superada, ou mesmo em extinção, e a compreendê-la como uma atividade viável somente a partir de sua integração ao agronegócio, por meio das cadeias produtivas existentes.

Em consequência, a produção camponesa, apesar de sua diversidade, continuava a ser vista como agricultura familiar, um conceito originado do Estado, na condição de mediador dos processos de mudança no campo, sendo o seu desenvolvimento tecnológico considerado uma alternativa para a reforma agrária, que, por essa via, tornava-se desnecessária. Esse modo de conceber a falta de relevância da reforma agrária deixava de lado, portanto, um conjunto de fatores gerados pela modernização da agricultura que afetava a produção camponesa, a exemplo de sua expropriação, das migrações rurais-urbanas, da pobreza e dos conflitos no campo (SANTOS; FREITAS, 2016, p. 4-5).

Em face dessa possível justificativa, não parecia correto, porém, manter o discurso de afirmação da reforma agrária como parte integrante de um projeto nacional e de pacificação do campo, quando, de fato, as políticas agrícolas e agrárias do governo ratificavam e aprofundavam, cada vez mais, um processo de internacionalização da agricultura brasileira, tomando uma direção contrária à da desconcentração da estrutura fundiária e da democratização do acesso à terra. No entanto, como deixar de fazê-lo, desde que esta representação tinha um caráter ideológico? Como desfazer as expectativas construídas pelos movimentos sociais e

sindicais, que serviram de base para a formação de alianças históricas relevantes para que o PT ascendesse à Presidência da República? Como assumir posições políticas que somente agravariam as tensões sociais no campo? O gradativo afastamento do partido do seu projeto histórico, as mudanças bem dissimuladas no seu discurso, as alianças com forças políticas da direita e sua submissão ao modelo econômico neoliberal, sacramentavam uma nova realidade política em que não havia lugar para as reformas estruturais, dentre elas a reforma agrária.

Não obstante, podia-se compreender, alternativamente, que a viabilização da reforma agrária dependeria da existência de pré-condições políticas que fundamentassem outro tipo de opção para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Neste caso, elegendo-se a reforma agrária como política prioritária, um dos pressupostos necessários seria o de que o agronegócio enquanto um setor altamente capitalizado e, em boa parte, tecnologicamente avançado, não careceria de grandes incentivos do governo, tendo em vista que o seu próprio dinamismo geraria os recursos necessários à sua expansão. Daí a possibilidade de o governo investir em um amplo programa de reforma agrária, que originaria um novo setor produtivo no campo, responsável pelo incremento da oferta de alimentos e matérias-primas industriais.

A ampliação do número de pequenas propriedades também se refletiria na conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, desde que a produção camponesa tende a preservá-los pois constituem elementos essenciais a sua reprodução social, sobretudo quando os camponeses são detentores das terras que exploram. Outro pressuposto que deveria ser levado em conta, era o de que a realização de uma reforma agrária além de elevar o nível de emprego e de reter uma parcela da população no campo, contribuiria para o incremento da renda dos trabalhadores, criando condições favoráveis para a ampliação do consumo de bens industrializados e serviços. Não se podia esquecer, ainda, que estas unidades produtivas eram capazes de exercer o papel de amortizadoras das crises econômicas, devido a sua capacidade de absorção da mão-de-obra, bem como o de garantir a estabilidade de produção e oferta de certos produtos básicos da alimentação, pouco ou não contemplados pelo agronegócio.

Mais do que isto, podia-se também considerar sua potencialidade para colocar os produtos explorados em suas propriedades em mercados competitivos, na medida em que fossem apoiados por políticas de crédito, assistência técnica e de preços mínimos compatíveis com suas necessidades. A aceitação desses pressupostos sugeria que a agricultura camponesa não poderia ser considerada economicamente inviável, ou mesmo residual, no âmbito de um processo de

crescimento econômico. Tampouco poderia ser vista como suscetível de um tratamento indiferenciado por parte das políticas agrícolas de desenvolvimento, considerando a amplitude de sua diferenciação social e a diversidade dos espaços agrários por ela ocupados.

Neste sentido, torna-se necessário salientar que o próprio processo de mundialização do capital provocava um conjunto de mudanças que alterava substancialmente as estruturas do processo produtivo, as relações de trabalho, as relações sociais e as formas de poder político, em escala global. Isto originava novas oportunidades de participação dos camponeses, no que se refere a crescente diversificação do processo produtivo, bem como das demandas surgidas com o avanço da urbanização do campo em algumas em regiões do país. Para tanto era necessário que os serviços de apoio do Estado para os assentamentos de reforma agrária fossem reestruturados a fim de atender às exigências tecnológicas, educativas e gerenciais acarretadas por estes processos.

Com efeito, organizações excessivamente verticalizadas, centralizadas e hierarquizadas, sem uma divisão e uma organização do trabalho compatíveis com as necessidades da produção camponesa, tenderiam cada vez mais à endogenia institucional, mantendo um sistema de princípios e valores descompassado com a dinâmica dos processos de mudança em curso. Por conseguinte, fazia-se necessário uma completa renovação das identidades técnicas e científicas dos quadros do Estado envolvidos nos programas de reforma agrária, a par da própria reestruturação dessas organizações.

Por outro lado, devia-se considerar que o alcance desses objetivos também dependeria da implantação de um sistema de ressocialização e informação que habilitasse os camponeses a utilizar e gerenciar eficazmente as tecnologias socialmente apropriadas à exploração dos seus cultivos e criações. Só assim poderiam gerar excedentes, evitando sua mera reprodução social, e integrar-se em condições adequadas aos seus interesses ao mercado. Tecnologias apropriadas e um sistema de crédito e de assistência técnica permanente e centrado nas demandas dos camponeses seriam, portanto, indispensáveis para o alcance dessa finalidade. Com outras palavras, podia-se dizer que os camponeses também precisavam de uma nova identidade, vinculada ao domínio de conhecimentos modernos, necessários, dentre outros fatores, ao rompimento das condições de pobreza e de atraso, bem como a um efetivo exercício da cidadania.

De igual importância era a constituição de uma infraestrutura voltada para a comercialização de seus produtos, o que envolveria um sistema de transportes, embalagens e pontos de venda bem equipados e organizados nos centros consumidores. O mesmo poderia ser dito com relação a transferência de tecnologias que permitissem a agregação de valor aos bens produzidos, principalmente àqueles de maior perecibilidade. Por outro lado, os baixos níveis de educação e de organização dos camponeses, por certo, dificultavam o processo de administração de situações novas, decorrentes da incorporação de novas tecnologias, o que requeria a necessidade de investimentos contínuos em educação e gerenciamento.

Contudo, uma opção fundamentada nesses pressupostos implicaria, portanto, em uma ótica centrada em um projeto de desenvolvimento democrático e popular, tal como pretendido, originalmente, pelo PT (SINGER, 2012, p. 192-193). Assim, a realização da reforma agrária em áreas definidas como prioritárias seria fundamental para assegurar a disponibilidade de infraestrutura para os assentamentos, bem como sua articulação com os municípios e regiões em seu entorno, evitando o seu isolamento dos centros políticos e dos mercados consumidores de seus produtos. Do mesmo modo, um sistema de transportes adequado ao escoamento de sua produção, evitaria a limitação da venda desses produtos nas localidades e regiões mais próximas. O deslocamento mais fácil para os centros urbanos regionais também favoreceria uma inserção social e política dos assentados, bem com seu acesso às instituições políticas, financeiras, educacionais e de saúde, dentre outras. Isto, evidentemente, não isentaria a produção camponesa, localizada em assentamentos de reforma agrária, de contradições que permeariam suas relações com o agronegócio e a agroindústria. Tal como sublinhado por Ianni (1999, p. 41),

Produzem-se gêneros alimentícios e matérias-primas para processamentos industriais mais ou menos sofisticados, em conformidade com os movimentos dos mercados, as exigências da agroindústria, as determinações da reprodução ampliada do capital. Ocorre que os setores produtivos articulam-se como um todo, em âmbito nacional e mundial, em geral de modo dinâmico, contraditório, desigual. As mais diversas e, aparentemente, contraditórias formas de organização social e técnica do trabalho e da produção podem acomodar-se, modificar-se ou tensionar-se, com frequência influenciadas pela forma de produção dominante.

Desse modo, pode-se admitir que o afastamento do PT do seu projeto histórico e sua aceitação do modelo neoliberal de gestão da economia foram fatores decisivos para descaracterizar a realização de um projeto de reforma agrária amplo, que reduzisse os elevados níveis de concentração da terra no campo. A conversão da terra em objeto de valorização

produtiva e especulativa, via o agronegócio e o capital financeiro mundializado, favoreceu sua apropriação legal e ilegal como condição básica para a dinâmica produtiva e espacial do campo. Com isto, não só manteve a elevada concentração fundiária existente, como contribuiu para a preservação das principais fontes de conflitos nas áreas rurais.

A opção pela continuidade das políticas neoliberais manteve, portanto, as contradições sociais que resultaram no bloqueio da realização da reforma agrária. Contudo, nas condições históricas em que se desenvolvem contemporaneamente as lutas de classe, determinadas pela mundialização do capital, a prevalência de uma alternativa de transformação democrático-popular da estrutura agrária, não evitaria, também, o surgimento de contradições sociais que promovessem a emergência de rupturas com o sistema vigente.

Conclusão

A preocupação que norteou o presente trabalho foi a de compreender os obstáculos que impediram a realização de uma reforma agrária no Brasil nas décadas de 1990 e 2000. Sobretudo, no período dos governos do PT, sob a liderança do presidente Lula, quando se acreditava que estavam amadurecidas as condições políticas e institucionais para que tal intento se concretizasse. Nesse período, não havia mais dúvidas a respeito dos benefícios que um processo de redistribuição de terras poderia trazer para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Neste sentido, podia-se mencionar uma maior oferta de alimentos e matérias-primas industriais, o aumento do nível de emprego e renda no campo, a retenção de uma parcela de sua população que inevitavelmente migraria para as cidades e, principalmente, a redução dos conflitos e da violência causados por disputas pela terra.

Podia-se, ainda, considerar os efeitos que a mobilização de camponeses e de trabalhadores rurais sem-terra poderia acarretar para o enfraquecimento das estruturas de dominação autoritárias prevalentes nas áreas rurais, o que, por certo, teria reflexos no sistema de poder existente na sociedade brasileira. Isto porque o enfraquecimento dessas estruturas também fragilizaria a força política dos grupos urbanos articulados com o latifúndio e o agronegócio, mantida à custa de um intenso padrão de exploração dos camponeses e de assalariados agrícolas, perpetuando séculos de pobreza e de atraso no campo.

Em que pese a possibilidade de sempre se colocar em discussão o tipo de reforma agrária mais apropriada para o Brasil, em face das condições em que ocorreu o seu desenvolvimento histórico, não se podia evitar, contudo, uma definição objetiva do que deveria ser uma política dessa natureza. A realização de uma reforma agrária implicaria em uma significativa mudança da estrutura de distribuição da terra no campo, democratizando o seu acesso e melhorando o nível de participação dos camponeses e trabalhadores sem-terra na riqueza socialmente gerada. Assim, uma distribuição mais equitativa da terra constituiria um dos indicadores mais importantes de um processo de democratização da sociedade brasileira.

Com efeito, vale lembrar que grande parte dos países atualmente considerados desenvolvidos realizaram, em determinado momento de sua história, modificações profundas em sua estrutura fundiária. Por outro lado, o modo como o fizeram influenciou a formação dos regimes políticos que adotaram, o que se refletiu consideravelmente em momentos cruciais de sua história. Tal como analisado anteriormente, observou-se que parte desses países – a

Inglaterra, a França e os Estados Unidos - realizaram sua transição do mundo pré-industrial para a sociedade capitalista moderna mediante processos revolucionários, o que conduziu à formação de democracias burguesas representativas. De outra maneira, a Alemanha e o Japão encaminham essas mudanças através de processos autoritários, o que influenciou a constituição de regimes fascistas. Por sua vez, em países como a Rússia e a China a passagem para uma sociedade industrial moderna se deu através de processos revolucionários liderados pelo operariado, com intensa participação do campesinato, o que conduziu aos regimes políticos socialistas. Historicamente, os camponeses desempenharam importantes papéis para a construção das sociedades modernas, constituindo-se em agentes de desestabilização das formações sociais que as precederam, abrindo o caminho para as classes sociais portadoras de projetos de mudança mais amplos.

No que tange à sociedade brasileira, verifica-se que, historicamente, as transformações ocorridas na estrutura social e produtiva do campo, não se constituíram como resultado de processos revolucionários, mas de decisões das classes dominantes, na medida em que estavam em conformidade com os seus interesses. Mesmo que, em determinados momentos, as reivindicações de camponeses e trabalhadores rurais fossem atendidas, de forma parcial e sob o controle do Estado, em decorrência de mobilizações e pressões políticas realizadas pelos movimentos sociais e sindicais atuantes nas áreas rurais. Decerto, não foram realizadas mudanças que alterassem significativamente o padrão de distribuição da propriedade fundiária, que contribuíssem para a reversão da forte concentração a terra, dos níveis de exploração da força de trabalho e do sistema de dominação autoritária e repressiva que ela possibilitava e perpetuava.

Mais do que isso, o controle da propriedade da terra pelo capital agrário se constituía em uma das bases mais importantes da configuração econômica e política da sociedade brasileira, na medida em que os pactos de poder, periodicamente renovados entre as classes dominantes, ao mesmo tempo em que as fortaleciam, limitavam e enfraqueciam as possibilidades de modernização e democratização da vida social no país. Daí a persistência dos traços de autoritarismo e de uma cidadania limitada, bem distante do alcance de conquistas sociais mais avançadas. Isto, por certo, evidenciava a fragilidade das conquistas democráticas na sociedade brasileira, viabilizadas de maneira incompleta e instável, desde que subordinados aos interesses pactuados pelas classes dominantes, gerando práticas políticas aparentemente inovadoras, mas que, no fundamental, mantinham os aspectos essenciais do status quo inalterados.

Desse modo, o Brasil se constituiu como um país marcado por fortes desigualdades sociais, mesmo após a sua transição para a modernidade capitalista. Este quadro também decorreu da formação de uma modernidade anômala e incompleta, sempre condicionada a retrocessos, desde que a redistribuição da riqueza, do poder e da terra fossem postos em questão, embora no discurso das elites políticas dominantes sempre se atribuísse ao progresso o papel de transformar e racionalizar suas estruturas políticas, econômicas e institucionais.

Ao preservar e adaptar as estruturas de dominação às mudanças resultantes do desenvolvimento do capitalismo industrial na sociedade brasileira, os grandes proprietários de terra negociavam sua participação nos pactos de poder com a burguesia, que se tornava hegemônica, de modo a conservar os seus interesses, evitando a realização de rupturas que levariam à formas de organização social mais avançadas. A prática desse entrelaçamento de interesses entre os proprietários da terra e os detentores do capital convergia, portanto, para a conservação do atraso, mediante os bloqueios que impediam a realização de reformas estruturais, dentre elas a reforma agrária. Isto possibilitava-lhes manter sob o seu controle o aparelho estatal, submetendo as burocracias modernas, implantadas devido ao próprio desenvolvimento do capitalismo, aos seus interesses.

As consequências desses arranjos resultaram, ao longo da história do país, na criação de condições políticas e institucionais que praticamente impediam qualquer grupo político a exercer a gestão do Estado sem levar em conta os interesses do capital agrário e dessas oligarquias. Até mesmo a longa intervenção militar iniciada em 1964 não pôde prescindir do seu apoio político. Paradoxalmente, os militares declaravam oficialmente como sua missão o combate à corrupção e à subversão. Isto, por sua vez, criava as condições para o protesto político e a condenação dos governos identificados com a gestão pública de acordo com estas práticas, o que era entendido pelos militares como atividades de desestabilização da ordem social existente. No entanto, como as bases políticas do golpe militar eram conservadoras tinham nos grandes proprietários de terra um dos maiores respaldos políticos para sua sustentação, sobretudo nas áreas rurais do país. A negociação de acordos políticos para a sustentação do regime militar, implicaram, portanto, em seu fortalecimento e na ampliação de sua influência.

Desse modo, a viabilização de um projeto reformista para o Brasil, mesmo em sua contemporaneidade, passava, necessariamente, pela confrontação política dos interesses do capital agrário. Isto porque o que se encontrava por trás desse processo era a existência de uma sólida aliança de classes, que possibilitava às classes dominantes a captura do Estado e sua transformação em instrumento de realização de seus interesses. Não se tratava, simplesmente,

de estruturas de poder que resistiam às mudanças que ocorriam na sociedade, em razão do desenvolvimento do capitalismo, mas como tais estruturas eram adaptadas a estas mudanças, através de mecanismos de negociação efetuadas sempre por cima, conforme a correlação de forças existente entre os grupos dominantes. Assim aconteceu com relação ao momento em que a escravidão era taxativamente condenada pela Inglaterra, na segunda metade do século XIX, oportunidade em que a possibilidade de uma nova regulamentação que proporcionasse o acesso democrático à terra foi obstruída pela Lei de Terras, sancionada em 1850. Ou mesmo quando da abolição da escravatura, cujo significado mais importante foi o de desonerar, progressivamente, os grandes proprietários dos custos com a manutenção da força de trabalho escrava.

Em momentos cruciais da história do Brasil, os grandes proprietários fizeram valer a sua força política, associando o monopólio da terra ao controle dos processos eleitorais existentes. A própria concessão do direito do voto aos analfabetos foi realizada conforme seus interesses, desde quando tal medida se encontrava relacionada com a mediação que efetuavam entre a massa dos mais pobres e o Estado. Daí o traço constante do processo de compra de votos que permeia as eleições no Brasil e comprometem, senão inviabilizam, os avanços democráticos. O domínio que exercem sobre os processos eleitorais permite-lhes, portanto, que se coloquem como uma força de estabilização do poder político, na medida em que sua participação se torna essencial para avaliar os arranjos entre as classes dominantes na sociedade brasileira, em momentos de transição política.

Com efeito, no período do primeiro governo de Getúlio Vargas, observou-se que a introdução de uma nova legislação trabalhista foi limitada às áreas urbanas. As relações de trabalho no meio rural, por mais injustas e espoliativas que fossem, permaneceram intocadas, evitando-se interferir no sistema de dominação política exercido pelos grandes proprietários de terra. Assim, eram conservados redutos eleitorais conservadores, mantidos sob controle dessas forças políticas articuladas com interesses urbanos, muitas vezes decisivos para os resultados das eleições. As consequências dessa convergência de interesses seriam até mesmo de grande importância para o desenvolvimento industrial, na medida em que a intensa exploração da força de trabalho agrícola reduziria os custos com a produção de alimentos destinados às áreas urbanas. Isto possibilitaria a diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho industrial, favorecendo a acumulação de capital nos centros urbanos. Logo, a preservação do atraso nas relações de trabalho no campo, convertia-se em uma das condições para o desenvolvimento industrial no país.

Em outros momentos de transição da sociedade brasileira, como no governo de Juscelino Kubitschek, a pretensão de promover um grande impulso no processo de crescimento econômico do país dependia também de negociações com um Congresso dominado por forças políticas conservadoras, dentre as quais sobressaíam os grandes proprietários rurais. O próprio Presidente pertencia a um partido de base conservadora, o Partido Social Democrático – PSD. Para agilizar a realização de suas metas de governo, Juscelino criou estruturas governamentais paralelas ao funcionamento do Estado, procurando não interferir nos espaços políticos retidos por esses interesses e assim obter o apoio de seus representantes para o projeto de crescimento da economia brasileira que buscava implantar.

Todavia, é importante considerar que durante o período compreendido entre os anos de 1946 a 1964 ocorreram avanços na economia nacional, representados pela construção de Brasília, a ampliação da indústria automobilística, a expansão da siderurgia, o aumento das migrações rural-urbanas e outros importantes fatores que contribuíram para transformar as condições de vida da população, bem como as relações entre as classes sociais. A modernização da economia também se refletia na formação da consciência política sobre os principais problemas do país, debilitando o poder dos grupos políticos conservadores e abrindo o caminho para uma aceitação maior das reformas estruturais como um meio para o desenvolvimento do país.

Por outro lado, a continuidade da corrupção eleitoral, fomentada pelos acordos políticos entre frações rurais e urbanas das classes dominantes, ao mesmo tempo que perpetuava a gestão do Estado por interesses privados, mantinha as desigualdades sociais e as tensões que delas decorriam. Isto colocava em questão os arranjos políticos e institucionais vigentes, a partir de uma maior consciência política do processo de modernização em curso, legitimando as propostas de transformação da sociedade brasileira que acenavam para o desenvolvimento econômico com base em reformas estruturais, com acentuada ênfase na reforma agrária. Isto porque a modificação da estrutura fundiária, além da probabilidade de proporcionar benefícios já conhecidos pela observação histórica da experiência de outros países, tocava inevitavelmente nas relações entre as classes sociais, minando a força dos grandes proprietários rurais, que se constituía em um dos principais sustentáculos da ordem vigente.

Não obstante, as mobilizações políticas que davam sustentação às propostas de reformas estruturais eram vistas pelas forças conservadoras como um processo de subversão que ameaçavam o Estado e a ordem vigente no país. Em um contexto de Guerra Fria isto servia como pretexto para a convocação dos militares para a deposição do governo legalmente

constituído e sensível às pressões pela realização das reformas, a fim de evitar a erosão do status quo existente. De fato, a disposição dos militares em promover o golpe de Estado firmava-se no compromisso de combater a corrupção e a subversão, como meio de preservar a ordem vigente. Entendiam que a subversão tinha sua origem nas práticas de corrupção que assolavam o Estado, sendo a sua missão sanear a máquina governamental e restabelecer a normalidade institucional, tal como era compreendida de acordo com a tradição ideológica dominante na corporação. Neste sentido, consideravam ainda que a realização de reformas era necessária, inclusive a reforma agrária, dentro do propósito de reduzir os conflitos sociais, antes que eles viessem a ameaçar a ordem estabelecida.

De imediato, portanto, a opção que se apresentava para as lideranças militares e civis golpistas era a desmobilização política dos setores mais organizados da população, que lutavam pelas reformas, dentre eles os camponeses e trabalhadores rurais. A par disso, a reorientação do processo de acumulação de capital, com base em um modelo de crescimento associado e dependente do capital estrangeiro.

Contudo, tal estratégia sufocava, mas não eliminava os conflitos sociais no campo. Os militares foram obrigados a reconhecer a gravidade da questão agrária e, pelo menos institucionalmente, buscar uma solução para ela. Disto resultou a elaboração do Estatuto da Terra, que se constituía em um instrumento para a realização da reforma agrária, de acordo com as condições impostas pelo regime.

Sem dúvida, promovia-se uma mudança no âmbito da supraestrutura jurídica, algo que nunca havia sido efetuado. Criava-se uma legislação para orientar e legitimar as condições em que a reforma deveria ser realizada, discriminava-se os tipos de propriedades que poderiam ser desapropriadas, os critérios que deveriam reger as desapropriações e os procedimentos jurídicos a serem empregados. Levantava-se expectativas sobre sua efetivação, mesmo que isto viesse a ocorrer por meio de um regime autoritário, repressivo e conservador. Mas, nada disso iria acontecer.

Por um lado, o Congresso que aprovara o projeto de reforma agrária do governo militar era de maioria conservadora, ampliada com as cassações políticas dos mandatos dos parlamentares considerados subversivos pelo regime. Aprovado o projeto, a questão principal passava a ser quando e como seria sua implantação, o que dependia tanto dos parlamentares quanto das burocracias encarregadas de sua aplicação, o que jamais seria efetivado contrariando os seus interesses. Por outro, em frente às preocupações com a intensificação dos conflitos no

campo os militares orientaram seletivamente as medidas relativas à reforma agrária para as áreas em que as tensões eram mais acentuadas, buscando desativá-las e esvaziá-las. Outra opção utilizada, que também restringia a realização da reforma era a da implantação de projetos de colonização, através dos quais procuravam ocupar espaços abertos pela expansão da fronteira agrícola, deslocando camponeses e trabalhadores rurais sem-terra para estas regiões, também com o propósito de arrefecer os conflitos e tensões em suas áreas de origem.

Complementando tais orientações, muito influenciados pela doutrina da segurança nacional, estava o encaminhamento da questão do desenvolvimento tecnológico da agricultura. Entre a realização de uma reforma agrária que confrontasse o direito de propriedade da terra, fundado em seu monopólio, e democratizasse o seu acesso a camponeses e trabalhadores rurais como base da modernização econômica da produção agrícola, de um lado, e a preservação das grandes propriedades como base para o processo de modernização tecnológica da agricultura, sem alterar o padrão de concentração fundiária existente, de outro, o regime militar optou por esta segunda orientação, decisão muito mais coerente com os interesses de classe que determinaram, apoiaram e legitimaram o golpe. Para sua implementação, priorizou-se as grandes propriedades que exploravam produtos destinados à exportação, localizadas nas regiões mais desenvolvidas do país. A possível reforma agrária foi esquecida, reduzida aos projetos de colonização e às intervenções militares em áreas onde ocorriam conflitos intensos pela posse da terra. Estas medidas não caracterizavam, portanto, um processo de reforma agrária. Tanto por sua reduzida abrangência, quanto por sua falta de qualidade, foram muitas vezes designadas como a militarização da reforma agrária. Talvez fossem melhor caracterizadas como a militarização dos conflitos agrários.

No que tange às relações de trabalho no campo, um ano antes do golpe militar de 1964, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, que com um atraso histórico muito grande estendia para os assalariados agrícolas os mesmos direitos concedidos aos trabalhadores urbanos, em 1943, através da Consolidação das Leis do Trabalho. Sob este aspecto, a intervenção militar se tornava mais completa, enquanto um instrumento de repressão e desmobilização política dos trabalhadores rurais, na medida em que se empenhava em enfraquecer e descaracterizar os sindicatos rurais convertendo-os em organizações que abrigavam diversas categorias de camponeses e de trabalhadores rurais, com a finalidade de exercer funções assistenciais. Assim, em vez de se constituir em órgãos representativos e de defesa dos trabalhadores rurais, os sindicatos transformavam-se em organizações atreladas e colaboradoras das ações do Estado.

No cômputo geral, a intervenção militar modificou acentuadamente as condições de crescimento da agricultura brasileira, destruiu as Ligas Camponesas, submeteu os sindicatos rurais a um rígido controle político, promoveu projetos de colonização e militarizou os conflitos agrários. Implantou um modelo de crescimento da agricultura centrado nas grandes propriedades e conteve mediante forte repressão as organizações que lutavam pela redistribuição da terra e pela democratização do acesso a ela por parte de camponeses e trabalhadores sem-terra. Manteve praticamente intocada a base econômica que dava sustentação às relações de poder no campo, por meio de generosos estímulos financeiros aos grandes proprietários que, ao mesmo tempo, contribuíam para modernizar a estrutura produtiva dos seus estabelecimentos e para fortalece-los. Como resultado desse processo de mudança, denominado de “modernização conservadora”, recriava-se as condições de permanência do atraso político e das relações de poder autoritárias e repressivas no campo, que continuava a ser um dos pilares das forças conservadoras no país.

De fato, o latifúndio era capitalizado, a propriedade da terra era reforçada enquanto reserva de valor e ainda se convertia em um ativo que credenciava seus detentores a obter benefícios fiscais e creditícios junto ao Estado. Isto mudava a face do latifúndio, o fortalecia e contribuía para bloquear a reforma agrária. Mais do que isso, renovava-se os mecanismos de expropriação dos camponeses e de exploração dos trabalhadores rurais, aumentando a pobreza e estimulando os fluxos migratórios para as cidades.

Desse modo, os governos militares ao encaminharem soluções autoritárias para o desenvolvimento do capitalismo no campo, sobretudo, com a implantação da modernização tecnológica da agricultura, não só mantiveram a elevada concentração fundiária existente no campo, como lançaram as bases para a consolidação dos complexos agroindustriais, que se tornariam o setor mais capitalizado e dominante da atividade agrícola, selando a aliança entre a propriedade da terra e o capital. Era certo, porém, que tal encaminhamento não eliminava os conflitos sociais no campo. As lutas dos camponeses e trabalhadores rurais mesmo que duramente reprimidas, cresceram de intensidade e se avolumaram com a decomposição do regime castrense.

Com efeito, a transição da ditadura militar para um governo civil, denominada de redemocratização do país, foi caracterizada por exigências de liberalização que partiam de amplos setores da população brasileira. De modo geral, tal mudança tinha como objetivo a recuperação do ordenamento político liberal, enquanto condição para a neutralização dos órgãos de segurança, a remoção da censura, o controle da inflação, a reorientação das políticas públicas

que beneficiavam o capital e penalizavam os trabalhadores, o combate à corrupção e a elaboração de um novo marco constitucional, dentre outras decisões que, se efetivamente implantadas, assegurariam as bases para avanços democráticos possíveis.

Contudo, denominar tal processo como redemocratização da sociedade brasileira parecia ser efetivamente indevido. Isto porque postulava-se a recuperação de um sistema que, de fato, nunca existiu para ser retomado. Ou seja, um regime democrático que assegurasse as condições mínimas para o exercício da cidadania, consubstanciada na garantia de oportunidade de trabalho, de acesso à terra, à educação, à saúde e à liberdade de organização e de expressão política para a maioria da população. Mesmo assim, era neste contexto que emergia, mais uma vez, a reivindicação da reforma agrária, o que se constituía em uma nova oportunidade histórica para sua realização, desde que se contava com o reconhecimento dos grupos políticos que conduziam o processo de transição do regime militar para outro de natureza civil.

Até então, o que a história da sociedade brasileira evidenciava era o exercício de práticas de negação e de bloqueio à efetivação de direitos que caracterizassem a possibilidade de realização dos direitos da cidadania. A intensa exploração dos trabalhadores; expropriação dos camponeses; a violência contra os pobres, manifestada de diversas maneiras no cotidiano do trabalho, da educação e da saúde; a discriminação racial; a intolerância religiosa; a corrupção; a impunidade dos mais ricos; os privilégios e distinções auferidas pelos ocupantes dos mais altos escalões dos poderes da República; os assassinatos de lideranças civis e religiosas no campo; o desprezo ostensivo pelos direitos humanos; dentre outros aspectos da vida social, mostravam a face de uma sociedade que apesar de se industrializar e se modernizar parcialmente, reproduzia constantemente traços de uma estratificação social rígida, muitas vezes baseada na hereditariedade, mantida por pesados mecanismos de dominação política. Tais práticas eram e continuariam a ser constantes na sociedade brasileira, tendo como principais protagonistas as suas elites, bem qualificadas como cínicas, corruptas e insensíveis. A ditadura militar em seus longos 21 anos levaria essas práticas a um extremo, deixando sequelas difíceis de ser reparadas.

Desse modo, como poderia ser qualificado como uma redemocratização o processo de transição dos governos militares para um regime civil com características liberais? Decerto que não se procura aqui minimizar as lutas sociais e políticas que minaram a ossatura ditatorial, bem como os custos que se abateram sobre seus militantes. Mas, não seria correto esquecer que uma das bases mais importantes para essa transição foi constituída justamente pelas forças conservadoras, que abandonaram o regime militar em seus estertores e ocuparam um espaço de

negociação importante nesse processo. Essas mesmas forças que anteriormente representavam o fiel da balança nas eleições, que romperam com a ordem constitucional e convocaram os militares para defender os seus interesses, quando os consideraram ameaçados, essas mesmas forças voltavam a ocupar uma posição estratégica em um momento de mudança.

A medida em que a sociedade brasileira começava a sair do clima repressivo da ditadura, as reivindicações mais importantes da população voltavam a ser apresentadas com a expectativa de que o governo que iniciaria o novo ciclo político seria sensível aos compromissos assumidos no processo de luta contra o regime militar. Neste sentido, as forças que se alinhavam em torno da realização dos avanços democráticos, dentre eles a execução da reforma agrária, sofreram uma primeira derrota, consubstanciada na rejeição pelo Congresso Nacional das eleições diretas. Esta derrota mostrava que os grandes proprietários de terra estavam atuantes e articulando a continuidade de um projeto conservador, nas novas condições políticas que se tornavam próximas. Tinham como trunfo o fato de que deles dependia, pelos menos em parte, a construção de um acordo para a definição da composição partidária que promoveria a liberalização política do país. Desse modo, o compromisso político da Aliança Democrática de realizar a reforma agrária, avalizado por Tancredo Neves, já se encontrava fragilizado antes de sua morte. O que Sarney precisaria fazer era simplesmente afirmá-lo, para depois desgastá-lo e, por fim, na prática negá-lo. E assim ocorreu. O governo Sarney promoveu a mudança – a elaboração de um PNRA – em seguida tratou de descaracterizá-lo e, finalmente, com todo o respaldo que as forças oligárquicas incrustadas no Estado o permitiram, liquidou mais uma oportunidade de realização da reforma agrária.

Após essa segunda derrota, as forças políticas, os movimentos sociais e sindicais que apoiavam a reforma agrária reorientaram seus esforços para as lutas que deveriam ser travadas no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte. Era mais um espaço em que esta reivindicação poderia ser discutida e aprovada de forma legal e legítima, de modo que possibilitasse a segurança jurídica para sua definição e execução como política pública prioritária pelo Estado. É relevante lembrar que neste espaço político, destinado à elaboração de um novo ordenamento jurídico para o país, os proprietários de terra estavam organizados e entrincheirados mais do que nunca. Articulados com diversos setores empresariais que também possuíam interesses sobre a terra, constituíram um bloco político poderoso e obstinado em bloquear por todos os meios uma constitucionalização favorável à reforma agrária. É nesse período que se concretiza, formalmente, a Bancada Ruralista, grupo formado por diversos partidos de direita que tinham em comum a defesa da propriedade privada da terra. Como tal, representava, naquele momento,

a principal força política organizada para combater a reforma agrária. Os parlamentares que a integravam empenhavam-se firmemente em descaracterizar e enfraquecer a proposta de reforma agrária discutida na Constituinte, tendo obtido expressivos êxitos. Inclusive porque as deliberações aprovadas somente poderiam ser colocadas em prática após sua regulamentação por meio de leis ordinárias, o que só veio a ocorrer cinco anos mais tarde, através da Lei Agrária de 1993.

Em 1990, com a eleição de Collor para a Presidência da República, esta situação só fez piorar. Collor era portador de um projeto neoliberal para a sociedade brasileira, em que, evidentemente, não havia espaço para a realização da reforma agrária. Durante o curto período em que governou reprimiu o movimento dos trabalhadores sem-terra e fez com que as ações que poderiam dinamizar os procedimentos legais para a realização da reforma se desenvolvessem a um ritmo bem lento. Afastado por não ter conseguido reunir as condições necessárias para a dinamização do projeto neoliberal, Collor foi substituído por seu vice, Itamar Franco, que refreou o ímpeto das medidas “modernizantes” adotadas de forma desastrada por seu antecessor. Concentrou-se na tarefa de controlar a hiperinflação e preparar o caminho para o seu sucessor, conforme os interesses internos e externos articulados em torno do projeto neoliberal. Isto visava ampliar a inserção do Brasil na ordem econômica globalizada, sob a hegemonia do capital financeiro. Não obstante, foi em seu governo que se concretizou a regulamentação das deliberações da Constituinte sobre a reforma agrária e a abertura de um diálogo com os movimentos sociais e sindicais do campo.

O período que se seguiu – o dos governos de FHC – foi caracterizado por uma proposta explícita de adoção das políticas neoliberais para a condução da economia brasileira. A modernização neoliberal que levaria a sociedade brasileira aos padrões de vida existentes nos países capitalistas avançados requeria um amplo programa de privatizações, de desregulamentação do mercado financeiro e de flexibilização das relações de trabalho, dentre outros, com vistas a dotar o país de maior competitividade no mercado internacional. Neste sentido, a dinamização do agronegócio era de grande importância para as exportações, enquanto a reforma agrária era colocada em um plano secundário e em alguns momentos considerada até mesmo desnecessária.

No entanto, as pressões dos movimentos sociais e sindicais para sua realização eram intensas e obrigavam ao governo a buscar respostas para a concentração da terra e a democratização do seu acesso. Tais respostas ocorreram através de três vertentes básicas. A primeira mediante a concretização, com grandes dificuldades, da política de formação de

assentamentos de reforma agrária, com base nos instrumentos determinados por preceitos constitucionais, sobretudo o da desapropriação para fins sociais. A segunda pela adoção da reforma agrária de mercado, conforme orientação do Banco Mundial e do FMI, apresentada como inovadora e destinada a democratizar o acesso à terra, via mercado. A terceira foi a da repressão e criminalização dos movimentos sociais, que não só resultou em massacres de trabalhadores rurais sem-terra como contribuiu decisivamente para conter as ocupações de terra, um dos principais instrumentos de luta desses movimentos.

De modo geral, as políticas seguidas nos governos de FHC confirmavam e continuavam as ações do Estado brasileiro de promover o crescimento agrário de cima para baixo. Apesar de em sua gestão ter sido assentado um número de famílias maior do que o atingido nos 30 anos anteriores, existiam fortes restrições aos quantitativos apresentados, desde quando foram contabilizadas como metas da reforma agrária a concessão de títulos de regularização fundiária e a inclusão de famílias apenas credenciadas para a ocupar áreas adquiridas pelo governo, dentre outros procedimentos estatisticamente discutíveis. Por outro lado, a “maior reforma agrária do mundo” deixava um legado bastante questionável no que tange às condições em que se encontrava a maioria dos assentamentos, que chegaram a ser rotulados de “favelas rurais”. Isto porque muitas vezes as famílias eram colocadas em áreas desprovidas das condições básicas de infraestrutura, carecendo de água tratada, energia elétrica e esgoto, além de estradas que ligassem os assentamentos às cidades mais próximas. Por outro lado, os assentados nem sempre recebiam os créditos necessários à construção das casas e à compra de alimentos e sementes antes de ser iniciado o processo produtivo em seus respectivos lotes. De fato, tamanha era a condição deplorável em que se encontravam os assentamentos, que sua recuperação passou a se constituir em um dos objetivos mais importantes dos governos de Lula, no que se referia as ações que deveriam integrar uma política de reforma agrária.

O forte quadro de desigualdade que permanecia no campo estimulava, portanto, a mobilização de camponeses e trabalhadores rurais pelo acesso à terra e a melhoria das condições de trabalho. Tais lutas não se dissociavam. Pelo contrário, se completavam na medida em que a instabilidade que caracterizava a posse e o uso da terra por camponeses, muitas vezes os empurravam para uma condição de proletarização. Com relação aos trabalhadores sem-terra submetidos ao trabalho sazonal ou ao desemprego, a possibilidade de obtenção de um lote de terra em um programa de reforma agrária se constituía em um meio de reinserção no processo produtivo.

Por conseguinte, na impossibilidade de produzir e de trabalhar em condições relativamente estáveis, dentre as opções presentes na realidade social vivenciada por camponeses e trabalhadores rurais estavam as de resistir e lutar pela realização da reforma agrária e por melhores condições de trabalho e de vida.

Mesmo enfrentando uma correlação de forças bastante desvantajosa, os camponeses e trabalhadores rurais possuíam uma história de resistência em relação a permanência nas terras em que ocupavam e a defesa de melhores condições de trabalho e de vida. Tal história remontava às guerras de Canudos e do Contestado, passando pela atuação das Ligas Camponesas, dos Sindicatos Rurais, do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Comunista do Brasil, das Comissões Pastorais da Terra e de outras entidades que organizavam, apoiavam e lideravam as mais diversas modalidades de enfrentamento com o latifúndio e o capital nas diferentes regiões do país. No período mais próximo à ascensão do PT ao governo federal, o MST e suas dissidências sustentaram firmemente a reivindicação da reforma agrária, mostrando sua necessidade e relevância para amplos setores da população brasileira, deles obtendo reconhecimento, mesmo a contragosto da grande mídia burguesa empenhada em desacreditá-los e criminalizá-los.

Formara-se, portanto, uma expectativa favorável à realização de uma reforma agrária no Brasil, fortalecida pela ascensão do PT ao governo federal. Finalmente, ocorria uma conjuntura favorável à sua realização, o que, efetivamente não aconteceria sem lutas, mas seria concretizada no âmbito de uma democracia participativa, sem a ruptura dos arranjos jurídicos e institucionais vigentes. Isto confirmaria, sem dúvida, o seu caráter reformista, democratizante, por isso mesmo politicamente viável e necessário para o desenvolvimento de uma ordem social mais justa no país, ainda que nos limites de uma sociedade burguesa. Desse modo, configurava-se, aparentemente, um raro momento histórico, em que confluíam o avanço dos movimentos sociais no campo, mesmo que fortemente reprimidos e criminalizados nos governos de FHC, com a ascensão de um partido político portador de um projeto reformista, construído ao longo de duas décadas, e a existência de um ambiente político forjado e legitimado nas eleições de 2002, o que possibilitaria o exercício de experiências democratizantes no país.

No entanto, tais expectativas se mantiveram apenas no nível da aparência. Sua dissolução ocorreria de forma relativamente lenta, após os primeiros meses do exercício do primeiro mandato de Lula. Na verdade, a erosão do projeto político reformista e democratizante do PT vinha se concretizando ao longo do tempo, o que se manifestava através de sucessivos deslocamentos de sentido no discurso do partido. De um lado, isto implicava na renúncia oficial

do projeto político original, de forte teor reformista e democratizante, e, de outro, na confirmação do projeto neoliberal em curso desde o início da década de 1990. Tais posições se constituíam em faces de uma mesma moeda, habilmente dissimuladas no discurso do partido, onde eram sutilmente acomodadas com as expectativas construídas historicamente.

Com efeito, a principal implicação desse reposicionamento do PT em relação à estratégia de condução do Estado e da economia era a de subordinar a realização das políticas públicas às prioridades que envolviam os fundamentos macroeconômicos do modelo de gestão neoliberal. Isto significava, na prática, impossibilitar a realização das reformas idealizadas tendo em vista que sua efetivação colidiria, inevitavelmente, com os objetivos de uma gestão neoliberal. De início, impunha-se o respeito aos contratos estabelecidos com o capital, da maneira como foram firmados, sem questionamentos sobre sua legitimidade, e à segurança da propriedade privada, evitando-se todas as mudanças que supostamente pudessem interferir nessas situações. Em síntese, a adoção dessa estratégia inviabilizava as reformas, bem como a tributação das grandes fortunas, a revisão das privatizações, a auditoria da dívida pública e a desapropriação dos latifúndios, dentre outras medidas de grande impacto político, evitando o confronto com o capital.

Coerente com tal posição, o governo de Lula inicialmente secundarizou a reforma agrária, não obstante as pressões e mobilizações dos trabalhadores sem-terra. Recorreu a manobras protelatórias, a exemplo da elaboração de um PNRA que já poderia estar delineado bem antes. Discutiu e negociou o plano elaborado com as representações de camponeses e trabalhadores rurais aprovando-o tardiamente, comprometendo a realização das metas em relação ao período do primeiro mandato. Em seguida, apesar de promover a implantação de assentamentos, embora em uma escala bem distante do que era esperado, redirecionou os esforços de realização da reforma para a recuperação dos assentamentos preexistentes, bem como conferiu grande ênfase ao programa de regularização fundiária e de crédito. Por fim, ainda recorreu ao expediente da maquiagem dos números de suas realizações, igualando-se ao que havia duramente criticado nos governos de FHC.

Mais do que isso, o governo neutralizou e reduziu o ímpeto dos movimentos sociais no campo. Não através de sua repressão e criminalização, como havia sido feito antes. Pelo contrário, buscava sempre renovar os compromissos e as promessas efetuadas anteriormente, aproveitando-se da popularidade de Lula, que se valia, nos momentos mais críticos das cobranças políticas, de gestos e afirmações voltados para estes propósitos. Outra maneira de consolidar uma relação menos tensa com os movimentos se concretizava mediante o repasse de

recursos para os assentamentos. Estes recursos eram destinados a atender diversas necessidades e, como tal, eram administrados pelos movimentos sociais que apoiavam e organizavam suas atividades. Por isso mesmo representavam uma das fontes de manutenção desses movimentos, haja vista que eles não se constituíam como organizações institucionalizadas, não se credenciando, portanto, para receber formalmente estes recursos, em que pese sua articulação orgânica com os assentamentos. Vale lembrar que esta situação não passava despercebida à imprensa burguesa, que frequentemente denunciava esses repasses como sujeitos a serem destinados a novas ocupações. Desse modo, apesar de verem rebaixadas suas expectativas de realização de uma reforma agrária, os movimentos sociais reconheciam no governo um aliado histórico, do qual recebia um apoio bem menor do que o esperado, embora isto não fosse considerado uma razão para o rompimento político.

De fato, os governos de Lula compartimentaram as ações destinadas à reforma agrária, desviando a concentração de esforços da desapropriação das terras improdutivas e da formação de assentamentos em áreas prioritárias dotadas de infraestrutura necessária ao seu funcionamento, além de evitar a mobilização de camponeses e trabalhadores rurais, que poderiam ser decisivas para o avanço dessa política. Para tanto, promoveu um jogo político conciliatório, que buscava atender os interesses dos proprietários de terra e do capital, através de estímulos ao agronegócio, e, ao mesmo tempo, destinar aos camponeses e trabalhadores rurais sem-terra ações segmentadas de política agrária que se afastavam da realização de uma reforma ampla e massiva.

Guardadas as proporções, os governos de Lula reproduziram no campo da política agrária as mesmas práticas desenvolvidas em relação a outras esferas das atividades sociais e produtivas. Mantinha as políticas que favoreciam o capital, até mesmo ampliando-as, contrabalançando-as com programas sociais de natureza compensatória, dirigidas para os setores mais pobres da população. Desonerava atividades importantes da produção industrial, ao mesmo tempo que promovia aumentos reais do salário-mínimo e aumentava a oferta de crédito para os trabalhadores. Estas medidas tiveram seus efeitos potencializados por uma conjuntura internacional favorável, o que gerou um ciclo de crescimento e elevou o consumo das camadas mais pobres da população. Em seu conjunto, os resultados dessas políticas proporcionaram altos índices de popularidade para o governo.

Por outro lado, as reformas estruturais que deveriam beneficiar grande parte da população foram contornadas, emergindo, em seu lugar, as reformas neoliberais, como as da previdência social, as privatizações e a renúncia fiscal para atração de capitais externos, dentre outras. Ao

lado disso, expressivos contingentes da população mais pobre foram integrados ao mercado de trabalho e ao consumo, em razão da expansão econômica nesse período. Entretanto, grande parte dos empregos criados estava vinculada a atividades de baixo valor agregado e era geradora de baixas remunerações. Desse modo, o incremento do consumo também era favorecido pelo aumento do crédito, o que era possibilitado pela vigência de taxas de juros mais baixas, em função do desempenho conjunturalmente favorável da economia. Mesmo assim, esses resultados apontavam para a vulnerabilidade da incorporação de trabalhadores de baixa qualificação às atividades produtivas e da melhoria das condições de vida dos setores mais pobres da população via consumo, desde que ficava sujeita às oscilações e crises do mercado.

As reformas estruturais que poderiam alargar e fortalecer a base produtiva, gerar empregos de maior qualificação e remunerações mais elevadas, reduzindo a vulnerabilidade da economia em relação às crises externas, ficaram esquecidas. No plano político e ideológico foram soterrados por uma retórica que proclamava a emergência de um novo ciclo desenvolvimentista da economia brasileira, camuflando a prevalência do capital financeiro e das políticas neoliberais que ajustavam o funcionamento do Estado aos seus interesses.

O recuo verificado tanto nas posições dos governos de Lula quanto nas do PT em relação à realização da reforma agrária demonstrava, de certo modo, sua progressiva acomodação à estrutura de poder vigente no país. Mais uma vez, isto evidenciava que um dos aspectos mais importantes da frustração das tentativas de realização da reforma agrária e da sua conversão a uma história de oportunidades perdidas devia-se, justamente, a essa prática de acordos entre as classes dominantes e as elites políticas, que bloqueava os processos de mudança contrários aos seus interesses.

A sucessão de oportunidades perdidas que caracterizou as tentativas de realização da reforma agrária no Brasil, não se explica, portanto, pela ausência de lutas de camponeses e trabalhadores rurais por uma melhor distribuição da terra e das condições de trabalho no campo. Elas se fizeram presentes e às vezes com grande intensidade em diversos momentos da história das lutas agrárias no país, mas não foram suficientes para remover os empecilhos criados pela coalizão entre o latifúndio e o capital para evitar a concretização de uma mudança de tão grande porte.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ALAVI, H. Populismo. In: BOTTOMORE, T. (Editor) **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 289-290.

ANDRADE, J. El-Jaick O processo de modernização conservadora na Alemanha e suas repercussões sociais na transição para o século XX. In: **Cadernos de História**, vol. IV, nº 2, 2008. p. 150-156. Acesso em 01.06.2015.

BASBAUM, L. **História sincera da república**: de 1889 a 1930. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 2, 1976.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: UNESP, 2011.

BRASIL. **II Plano Nacional de reforma agrária**: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: MDA, 2004. Disponível em www.mda.gov.br. Acesso em 13.06.2016.

CÂMARA, A. Imprensa e movimento dos sem-terra: interpretação, revelação e ocultação dos fatos. In: **Com Ciência**, SBPC, 2007. Disponível em www.comciencia.br Acesso em 30.06.2016.

CARVALHO, S. P. ; CARRIJO, E.L. O. **A produção do álcool**: do PROÁLCOOL ao contexto atual. Londrina, PR, XIV Congresso da SOBER, 2007.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (org.) **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.133-163.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA **Conflitos no campo – Brasil 2010**. Goiânia: CPT Nacional, 2010, p. 15.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA **Conflitos no campo – Brasil 2002**. Goiânia: CPT Nacional, 2002, p. 13.

DIAS, G. M. **Depois do latifúndio**: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, D. F.: Editora Universidade de Brasília, 1978.

DOMINGOS NETO, M. O “Novo Mundo Rural”. In: MARTINS, M. D. (org.) **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, Ásia e África**. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 27-39.

DORE, E. Campesinato. In: BOTTOMORE, T. (Editor) **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 42-44.

ENGELS, F. **As guerras camponesas na Alemanha**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

FERNANDES, B. M. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança**. Presidente Prudente, Nera, 2003. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf. Acesso em 03.06.2016.

FERREIRA, B.; ALVES, F. CARVALHO FILHO, J. J. Constituição 20 anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: IPEA, **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, DF: IPEA, [2008?], nº 17, vol. 2, p. 155-219.

FIORI, J. L. A coalizão tucana. In: FIORI, J. L. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 206-209.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

GARCIA Jr., A. **A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro**. ALASRU: Porto Alegre, 2002.

GONZALES, E. N.; BASTOS M. B. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: PINSKY, J. (org.) **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

GRAZIANO DA SILVA, J. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. In: COSTA, L.F.C.; SANTOS, R. (orgs.) **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, J. P, (org.) **A questão agrária na década de 90**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 238-254.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, RJ: Vozes/Rio de Janeiro: FASE, 1987.

GUIMARÃES, R. E. R. **O trabalhador rural e a previdência social**: evolução histórica e aspectos controvertidos. Revista da AGU, v. IX, p.1-16, 2009. Disponível em www.agu.gov.br. Acesso em 10.05.2016.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IANNI, O. A utopia camponesa. In: WELCH, C.A. et al. (orgs.) **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 135-144.

IANNI, O. O mundo agrário. In IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 33-50.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**, 1985.

IBGE, **Censo Agropecuário de 2006**.

IBGE. **Censo Demográfico de 1980 e 1991**.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972. 2 vols.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LÊNIN, V. I. **As teses de abril**. Disponível em www.pcb.org.br Acesso em 10.03.2017.

LIMA, F. **Programa Cédula da Terra**: uma releitura dos principais resultados. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2008.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MALAGODI, E. Marx e os camponeses russos. In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 24, n°s 1 e 2, p. 104-109, jan./dez. 2005.

MAO TSE-TUNG Informe sobre a pesquisa feita no movimento camponês de Hunan. 1927. In: SADER, E. (org.) **Mao-Tse-Tung**. São Paulo Ática, 1982. p. 37-57.

MAO TSE-TUNG Análise das classes da sociedade chinesa. 1926. In: SADER, E. (org.) **Mao-Tse-Tung**. São Paulo Ática, 1982. p. 126-133.

- MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- MARTINS, J. S. **A militarização da reforma agrária no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- MARTINS, M. D. Aprendendo a participar. In: MARTINS, M. D. (org.) **O Banco Mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, Ásia e África. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 61-74.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, l. 1, vol. 2.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro: Escrava, 1968.
- MATTEI, L. F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 301-325.
- MCLELLAN, D. Marx, Karl Heinrich. In: BOTTOMORE, T. (Editor) **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 238-240.
- MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MESQUITA, R. G. M.; OLIVEIRA, G. G.; NERY, R. **Análise da Carta ao Povo Brasileiro**. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, UFPE, 2007. Disponível em www.sbsociologia.com.br Acesso em 29.09.2016.

MOORE JR., B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos; Santos: Martins Santos, 1975.

MORAES, R. C. C.; COLETTI, C. MST, o radicalismo agrário em busca de um outro mundo... possível? In: MORAES, R. C. C. (org.) **Globalização e radicalismo agrário**. São Paulo: UNESP, 2006.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MST; Via Campesina. **Carta ao Presidente Lula**. Brasília-DF, 26 de outubro de 2005. Disponível em www.ivanvalente.com.br Acesso em 15.10.2016.

NISBET, R. **La formación del pensamiento sociológico**. Buenos Aires: Amorrortu, 1969.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. São Paulo: Brasiliense, 1975.

PEIXOTO, S. E. Cabra marcado para morrer: a história mediada pelo cinema. In: CÂMARA, A. S.; LESSA, R. O. (orgs.) **Cinema documentário brasileiro em perspectiva**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 177-197.

REED, J. **Dez dias que abalaram o mundo**. Lisboa: Delfos, [19--].

REGO, A. J. C. ; WRIGHT, C. L. Uma análise da distribuição do crédito rural no Brasil. In: **Revista de Economia Rural**, Brasília, v. 19, nº 2, p. 217-238, abr./jun., 1981.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M.L. A contra-reforma agrária no Brasil. In: MARTINS, M. D. (org.) **O Banco Mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, Ásia e África. São Paulo: Viamundo, 2004, p. 75-79.

REVISTA SENHOR **Reforma agrária não se negocia**. Nº 256, 11.02.1986.

SADER, E. Introdução: a cultura de uma revolução. In: SADER, E. (org.) **Mao-Tse-tung**. São Paulo: Ática, 1982, p. 7-34.

SANTOS, F. B.; FREITAS, C. A. L. L. Reforma agrária no governo Lula: a construção do II PNRA, conjuntura e resultados. In: **XXI Encontro Nacional de Economia Política**. São

Bernardo do Campo, 2016. Anais do XXI Encontro Nacional de Economia Política, 2016, v. XXI.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAUER, S. A terra por uma cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”. In: MARTINS, M. D. (org.) **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, Ásia e África**. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 40-60.

SAWYER, D. O. Mortalidade. In: SANTOS, J. L. F.; LEWY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (org.) **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHWARC, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOLESE, E. **A reforma agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. In: **Revista Nera**. Ano 8, n. 7, p. 11-21, jul./dez. 2005.

SHANIN, T. Campesinato. In: OUTWHITE, W.; BOTOMORE, T. (Editores) **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 54-57.

SILVA, J. G. **A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, P. Agricultura e desenvolvimento econômico. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.) **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 165-183.

STADNIKY, H. P. Fronteira e mito: Turner e o agrarismo americano. In: **Geografia Econômica**, 2007, n. 7. Disponível em www.cyta.com.ar/suplementos/gecon.htm. Acesso em 11.05.2015.

TAVARES, M. C. **A questão agrária e as relações de poder**. In: Folha de São Paulo, 05 de maio de 1996.

VELHO, O. G. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: VELHO, O. G. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da *fronteira em movimento*. São Paulo: DIFEL, 1976.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: USP/HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. ANPOCS, 1996.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.